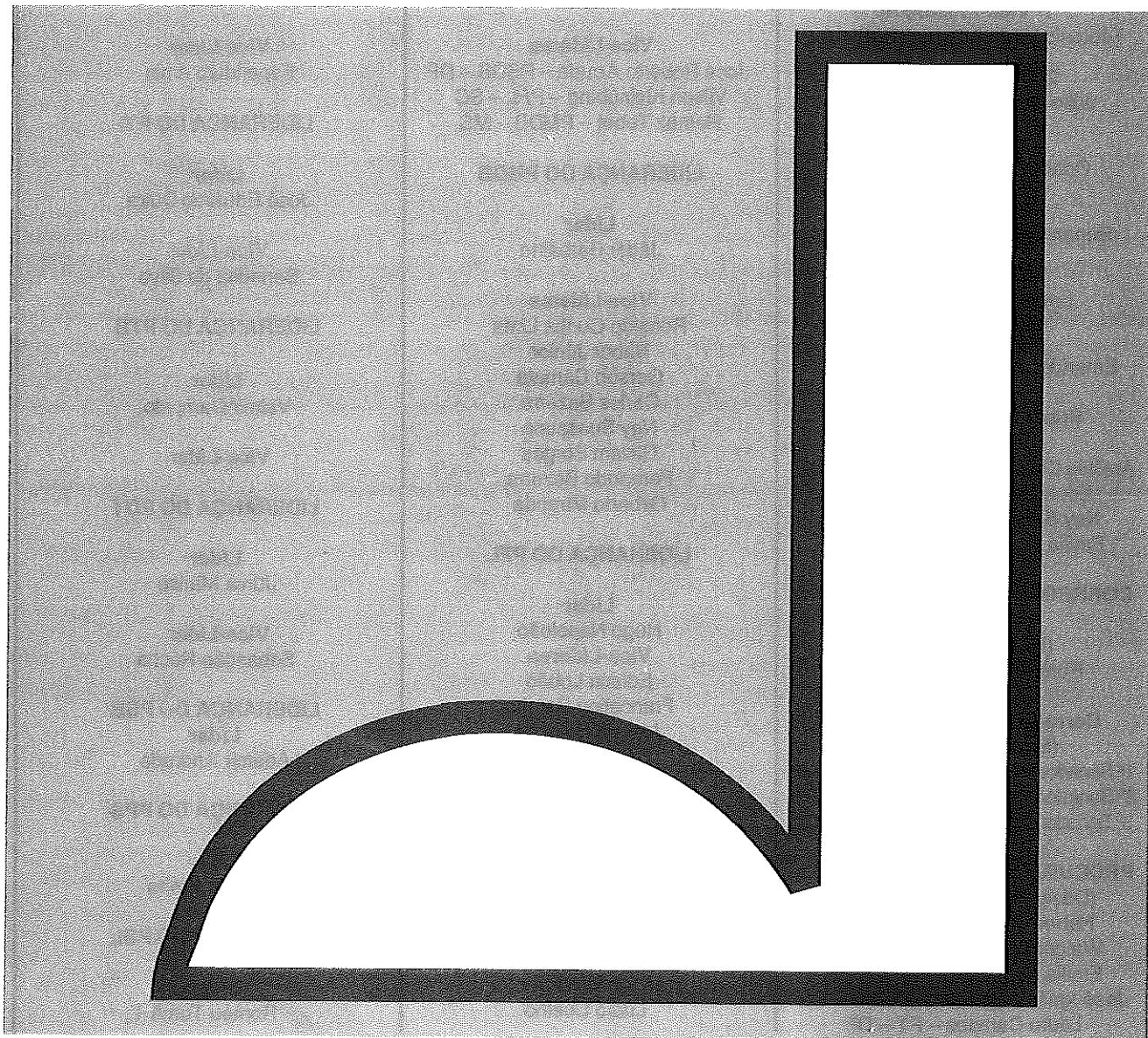


EXEMPLAR ÚNICO



República Federativa do Brasil



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

NO LI - N° 101

QUINTA-FEIRA, 6 DE JUNHO DE 1996

BRASÍLIA - DF

EXEMPLAR ÚNICO

MESA
Presidente
 José Samey – PMDB – AP

1º Vice-Presidente
 Teotonio Vilela Filho – PSDB – AL

2º Vice-Presidente
 Júlio Campos – PFL – MT

1º Secretário
 Odacir Soares – PFL – RO

2º Secretário
 Renan Calheiros – PMDB – AL

3º Secretário
 Levy Dias – PPB – MS

4º Secretário
 Emandes Amorim – PMDB – RO

Suplentes de Secretário
 Antônio Carlos Valadares – PSB – SE
 Eduardo Suplicy – PT – SP
 Ney Suassuna – PMDB – PB
 Emilia Fernandes – PTB – RS

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
Corregedor
 (Eleito em 16-3-95)
 Romeu Tuma – PSL – SP

Corregedores – Substitutos
 (Eleitos em 16-3-95)
 1º Senador Ramez Tebet – PMDB – MS
 2º Senador Joel de Holland – PFL – PE
 3º Senador Lúcio Alcântara – PSDB – CE

PROCURADORIA PARLAMENTAR
 (Designação: 16 e 23-11-95)
 Nabor Júnior – PMDB – AC
 Waldeck Omelas – PFL – BA
 Emilia Fernandes – PTB – RS
 José Ignácio Ferreira – PSDB – ES
 Lauro Campos – PT – DF

LIDERANÇA DO GOVERNO
Líder
 Eclo Alvares – PFL – ES

Vice-Líderes
 José Roberto Arruda – PSDB – DF
 Vilson Kleinübing – PFL – SC
 Ramez Tebet – PMDB – MS

LIDERANÇA DO PMDB
Líder
 Jader Barbalho

Vice-Líderes
 Ronaldo Cunha Lima
 Nabor Júnior
 Gerson Camata
 Carlos Bezerra
 Ney Suassuna
 Gilvam Borges
 Fernando Bezerra
 Gilberto Miranda

LIDERANÇA DO PFL
Líder
 Hugo Napoleão

Vice-Líderes
 Edilson Lobão
 Francelino Pereira
 Joel de Holanda
 Romero Jucá

LIDERANÇA DO PSDB
Líder
 Sérgio Machado

Vice-Líderes
 Geraldo Melo
 José Ignácio Ferreira
 Lúdio Coelho

LIDERANÇA DO PPB
Líder
 Epitacio Cafeteira

Vice-Líder
 Esperidião Amin

LIDERANÇA DO PT
Líder
 José Eduardo Dutra

Vice-Líder
 Benedita da Silva

LIDERANÇA DO PTB
Líder
 Valmir Campelo

Vice-Líder

LIDERANÇA DO PDT
Líder
 Júnia Marise

Vice-Líder
 Sebastião Rocha

LIDERANÇA DO PSB
Líder
 Ademir Andrade

LIDERANÇA DO PPS
Líder
 Roberto Freire

LIDERANÇA DO PSL
Líder
 Romeu Tuma

EXPEDIENTE

AGACIEL DA SILVA MAIA
 Diretor-Geral do Senado Federal

CLAUDIONOR MOURA NUNES
 Diretor Executivo do Cegraf.

JÚLIO WERNER PEDROSA
 Diretor Industrial do Cegraf

RAIMUNDO CARREIRO SILVA
 Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

MANOEL MENDES ROCHA
 Diretor da Subsecretaria de Ata

DENISE ORTEGA DE BAERE
 Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL
 Impresso sob a responsabilidade da
 Presidência do Senado Federal
 (Art. 48, nº 31 RISF)

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 85ª SESSÃO ESPECIAL, EM 5 DE JUNHO DE 1996

1.1 – ABERTURA 1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Finalidade da Sessão

Destinada a homenagear o Dia Mundial do Meio Ambiente.....

09436

1.2.2 – Oradores

Senadora Marina Silva

09436

Senador Osmar Dias

09439

Senadora Emilia Fernandes.....

09442

Senador Bernardo Cabral.....

09444

1.2.3 – Fala da Presidência

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – ATA DA 86ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 5 DE JUNHO DE 1996

2.1 – ABERTURA

2.2 – EXPEDIENTE

2.2.1 – Comunicação da Presidência

Destinação do tempo dos oradores da Hora do Expediente da presente sessão para homenagear o 13º aniversário da Rede Manchete, nos termos do Requerimento nº 525, de 1996, do Senador Roberto Requião e outros Srs. Senadores.

09447

2.2.2 – Oradores

Senador Roberto Requião.....

09447

Senadora Benedita da Silva

09449

Senador Bernardo Cabral.....

09451

Senador Francelino Pereira.....

09452

Senador Romeu Tuma

09454

Senador Eduardo Suplicy

09454

Jornalista Murilo Mello Filho

09455

Sr. Presidente

09456

2.2.3 – Mensagens do Senhor Presidente da República

Nº 178, de 1996 (nº 494/96, na origem), de 4 do corrente, restituindo autógrafos de projeto de lei sancionado.....

09456

Nº 180, de 1996 (nº 496/96, na origem), de 4 do corrente, comunicando a retificação da Lei nº 9.275, de 9 de maio de 1996, por ter sido constatada a existência de erro material no autógrafo do Projeto de Lei nº 35, de 1995-CN, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 1996, transformado na referida Lei.....

– Submetendo à deliberação do Senado Federal a escolha de nome indicado para cargo cujo provimento depende de sua prévia aquisição:

Nº 179, de 1996 (nº 495/96, na origem), de 4 do corrente, referente à indicação do Sr. Luiz Jorge Rangel de Castro, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Tunísia.....

09456

2.2.4 – Aviso de Ministro de Estado

Nº 394, de 29 de maio de 1996, do Ministro da Saúde, referente ao Requerimento nº 329, de 1996, de informações, do Senador Romeu Tuma.

09460

2.2.5 – Ofício de Ministro de Estado

Nº 550, de 31 de maio de 1996, do Ministro do Planejamento e Orçamento, referente ao Requerimento nº 412, de 1996, de informações, do Senador Emanoel Amorim.

09460

2.2.6 – Pareceres

Referentes às seguintes matérias:

Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 1991 (nº 2.838/89, na origem), que dá nova redação a dispositivos da Lei nº 3.857, de 22 de dezembro de 1960, que cria a Ordem dos Músicos do Brasil e dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de músico e dá outras providências.....

09460

Projeto de Decreto Legislativo nº 37, de 1995 (nº 317/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Convenção Interamericana sobre Conflitos de Lei em Matéria de Adoção de Menores, celebrada em La Paz, em 24 de maio de 1984.....

09469

Projeto de Lei da Câmara nº 95, de 1994 (nº 2.904/92, na origem), de Iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre a atualização dos valores das comissões devidas a representante comercial, em caso de mora no pagamento.....

09470

Emendas oferecidas em plenário ao Projeto de Lei da Câmara nº 112, de 1992 (nº 2.802/92, na origem), que altera os §§ 1º e 2º e acrescenta os §§ 3º, 4º, 5º e 6º ao art. 389 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

09472

2.2.7 – Comunicações da Presidência

Abertura de prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas ao Projeto de Lei da

Câmara nº 87, de 1991 (nº 2.838/89, na Casa de origem), cujo parecer foi lido anteriormente..... 09473

Término do prazo, ontem, para apresentação de emendas ao Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 1996 (nº 1.786/96, na Casa de origem) e ao Projeto de Lei do Senado nº 32, de 1995 (transmitindo em conjunto com o Projeto de Lei da Câmara nº 66, de 1995, e Projeto de Lei do Senado nº 251, de 1995), sendo que aos mesmos não foram oferecidas emendas.....

Recebimento do Ofício nº 253/96, de 28 de maio último, do Juiz Federal da 3ª Vara/MT, encaminhando as manifestações do Procurador Regional da República, Moacir Mendes Sousa, e as decisões da Justiça Federal proferidas nos autos da Ação de Reintegração de Posse nº 96.365-3, que a AJC – Agropecuária Ltda. move contra a Funai e a União. (Diversos nº 51, de 1996.).....

Recebimento do Ofício nº S/49, de 1996 (nº 1.658/96, na origem), do Banco Central do Brasil, encaminhando manifestação daquele Órgão relativa à solicitação da Prefeitura Municipal de Campo Grande (MS) para que possa contratar operação de crédito junto à Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), no valor de um milhão, trezentos e vinte e nove mil, seiscentos e vinte reais e sete centavos, destinada a realizar a 1ª etapa do Plano Diretor de Transporte Urbano de Campo Grande.....

2.2.8 – Requerimento

Nº 554, de 1996, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães e outros Srs. Senadores, de homenagem de pesar pelo falecimento do jornalista Júlio Mesquita Neto. **Aprovado**, após usarem da palavra os Senadores Antonio Carlos Magalhães, Eduardo Suplicy, Romeu Tuma e Ney Suassuna, tendo o Sr. Presidente se associado às homenagens prestadas.

2.2.9 – Discurso do Expediente

SENADOR ELCIO ALVARES, como Líder – Reparos à matéria de *O Globo* de hoje, intitulada "Eleições: Parlamentares abandonam as grandes questões e se voltam para as bases. Congresso mergulha na campanha e só pensa nos votos de Ibiraçu e Eunápolis", atribuindo a S. Exª declarações de que o Congresso Nacional nada mais aprovaria das reformas constitucionais antes das eleições municipais.....

2.2.10 – Leitura de projeto

Projeto de Lei do Senado nº 125, de 1996, de autoria do Senador Gilvam Borges, que autoriza a prática da morte sem dor nos casos em que especifica e dá outras providências.

2.2.11 – Requerimentos

Nº 555, de 1996, de autoria da Senadora Benedita da Silva, solicitando que seja criada

uma Comissão Temporária Intema, composta por 11 (onze) Senadores, para, no prazo de 60 dias, acompanhar, *In loco*, os atos, fatos e circunstâncias que envolvem a tragédia da Clínica Santa Genoveva, no Bairro de Santa Tereza, bem como nas demais casas geriátricas do Rio de Janeiro....

09483

Nº 556, de 1996, de autoria do Senador Romeu Tuma, solicitando ao Senhor Ministro da Fazenda as informações que menciona:

09483

2.2.12 – Ofícios

Nº 152, de 4 de junho de 1996, da Liderança do PV na Câmara dos Deputados, de indicação de membros para compor a Comissão Mista destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 1.464, de 30 de maio de 1996. Designação dos membros do PV para integrar a referida Comissão.....

09484

Nº 295, de 5 de junho de 1996, da Liderança do PT na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

09484

2.3 – ORDEM DO DIA

Projeto de Decreto Legislativo nº 191, de 1995 (nº 186/95, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação Comercial, Econômica e Industrial, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Turquia, em Brasília, em 10 de abril de 1995. **Aprovado**. À Comissão Diretora para redação final.

09484

Projeto de Lei do Senado nº 134, de 1995, de autoria do Senador Roberto Freire, que regulamenta o § 3º do art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, dispondo sobre a reparação de natureza econômica devida aos aeronautas e aeroviários, civis e militares, impedidos de exercer a profissão. **Votação adiada** para o dia 25-6-96, nos termos do Requerimento nº 553, de 1996, lido em sessão anterior.

09484

Projeto de Lei da Câmara nº 106, de 1994 (nº 5.362/90, na Casa de origem), que institui a Residência Médico-Veterinária e determina outras providências. **Aprovado o substitutivo**, ficando prejudicado o projeto. À Comissão Diretora para redigir o vencido para o turno suplementar.....

09485

2.3.1 – Matérias apreciadas após a Ordem do Dia

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 191, de 1995 (nº 186/95, na Câmara dos Deputados). **Aprovada**, nos termos do Requerimento nº 557, de 1996. À promulgação.....

09485

Proposta de participação do Senado na reunião do Subgrupo de Trabalho para Mineração (SGT-2), a realizar-se em Buenos Aires, nos próximos dias 13 e 14, com manifestação favorá-

vel do Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Aprovada, sendo designado o Senador Mauro Miranda para representar o Senado no mencionado evento.

2.3.2 – Discursos após a Ordem do Dia

SENADOR PEDRO SIMON – Oferecimento pelo Sr. Olacyr de Moraes de 200 mil hectares da Fazenda Itamaraty ao Governo federal para a realização da reforma agrária.

SENADORA BENEDITA DA SILVA – Transcurso hoje do "Dia Mundial do Meio Ambiente". Preocupação com o déficit habitacional no Brasil, tema da Conferência Habitat 2, promovida pela ONU.

SENADOR NEY SUASSUNA – Comentando artigos publicados no Jornal do Brasil, intitulados "As fraudes miraculosas" e "Prejuízo bilionário dos fundos de pensão".

SENADOR JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Comemoração do 38º aniversário da cidade satélite de Taguatinga e do 63º aniversário da cidade satélite de Brasília, ambas em Brasília.

SENADOR JOEL DE HOLLANDA – Promoção do desenvolvimento sustentável em detrimento do processo econômico predatório.

SENADOR FREITAS NETO – Analisando a contenção dos salários dos servidores públicos...

SENADOR EDUARDO SUPLICY – Arrecadação do Imposto Territorial Rural (ITR) como meio de promover a reforma agrária no Brasil.

SENADOR JOSÉ FOGAÇA – Reflexões sobre as declarações feitas pelo economista Rüdiger Dombush, em Sidney, na Austrália, sobre a necessidade do ajuste fiscal no Brasil.

2.3.3 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR MAURO MIRANDA – Comunicando à Casa a possibilidade do reinício das obras de construção da Ferrovia Norte-Sul.

SENADOR CASILDO MALDANER – Considerações sobre o Plano de Estabilização Econômica.

SENADOR ROMEU TUMA – Início das obras de instalação da fábrica de automóveis Honda, em Sumaré, Estado de São Paulo.

09486	SENADOR <i>PEDRO SIMON</i> – Projeto Implementação e Desenvolvimento dos Direitos do Cidadão, proposto pelo Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo.	09515
	2.4 – ENCERRAMENTO	
	3 – RETIFICAÇÃO	
09486	Ata da 81ª Sessão Deliberativa Ordinária, realizada em 30 de maio de 1996 e publicada no DSF do dia subsequente.	09517
09492	4 – ATAS DE COMISSÕES	
	5º, 6º, 7º e 8º Reuniões da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizadas em 18 e 25 de abril, 9 e 23 de maio de 1996, respectivamente.	09519
09498	1ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 1.376, de 11 de abril de 1996, realizada em 23 de abril de 1996.	09525
09499	1ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 1.460, de 23 de maio de 1996, realizada em 29 de maio de 1996.	09526
09500	2ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 1.334, de 12 de março de 1996, realizada em 26 de março de 1996.	09527
	5 – ATOS DO DIRETOR-GERAL	
09503	Nºs 721 a 724, de 1996.	09528
	6 – INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS CONGRESSISTAS	
09507	Portaria nº 66, de 1996.	09530
	7 – MESA DIRETORA	
	8 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR	
	9 – PROCURADORIA PARLAMENTAR	
09511	10 – LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS	
	11 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR	
09513	12 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES	
09514	13 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (SEÇÃO BRASILEIRA)	

Ata da 85ª Sessão Especial, em 5 de junho de 1996

2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 50ª Legislatura

Presidência do Sr. Ney Suassuna

(Inicia-se à sessão às 10 horas.)

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) - Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Declaro aberta a Sessão Especial do Senado Federal que, em atendimento a Requerimento de nº 313, de 1996, da nobre Senadora Marina Silva e outros Srs. Senadores, destina-se a homenagear o Dia Mundial do Meio Ambiente.

Convido a todos para, de pé, ouvirmos o Hino Nacional.

(Execução do Hino Nacional)

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) - Concedo a palavra à nobre Senadora Marina Silva.

A SRA. MARINA SILVA (PT-AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, autoridades presentes, com alegria, estamos aqui para abordar um tema que é tratado por muitos com paixão. Alegria que, ao mesmo tempo, talvez esteja inundada de um pouquinho de tristeza, pelos problemas e desafios que estamos vivendo.

Neste Dia Mundial do Meio Ambiente, eu gostaria de tratar do tema não como muitas vezes temos feito, de uma forma distante. Hoje é um dia especial para um tema grandioso, embora tratado de forma distante, mas que, muitas vezes, não identificamos em nossas ações cotidianas, em nossas ações como cidadãos preocupados com o assunto, em nossas ações como autoridades, legisladores que fazemos leis que deveriam estar de acordo com o meio ambiente e sua preservação; tema tão grandioso que, muitas vezes, fica perdido em ações incoerentes, dado o grande desafio que temos de enfrentar porque, afinal de contas, o meio ambiente é a composição das pequenas ou das grandes coisas que encontramos em nosso cotidiano.

Um outro quesito que acho fundamental observar é que a questão ambiental não pode ser dissociada da vida das pessoas, dos seres humanos. Talvez sendo um pouco pretensiosos, penso que somos uma minúscula parte que tem consciência do meio ambiente; portanto, somos essa minúscula parte. Por isso, talvez, sejamos perigosos a ele, pois ousamos acreditar que somos a parte mais importante da natureza, quando, na verdade, deveríamos

nos entender como a parte que depende também do todo.

Essa concepção me faz pensar o dia de hoje vendo o meio ambiente como suas águas, suas florestas, seus animais, a terra e nós, a humanidade, como acabei de falar.

Contradicitoriamente a tudo isso, nós disputamos, às vezes de forma incoerente e insana, esses espaços que escondem outras riquezas - que eu não teria tempo e talvez nem condições de citar, mas cito nossos recursos genéticos, nossos recursos da biodiversidade. Tudo está imbricado nesse grande potencial de riqueza que nosso privilegiado País tem, graças a Deus. Para mim, a questão do meio ambiente está intrinsecamente ligada a essas preocupações.

Outro aspecto que eu gostaria de relembrar é que a busca da defesa do meio ambiente, hoje, não pode mais ser tratada apenas como uma pregação no sentido de fazer as pessoas entenderem que ele é importante. Acho fundamental tentarmos formar uma opinião pública favorável à defesa do meio ambiente. É fundamental também que nossas escolas continuem a dizer às nossas crianças que elas devem preocupar-se com o meio ambiente à sua maneira e de acordo com sua responsabilidade de crianças. Mas nós, os adultos, principalmente aqueles que têm uma função importante na vida pública e na sociedade, temos a obrigação de agir, além de falar. É com essa preocupação de agir que cada um, à sua maneira, deve dar sua colaboração para a preservação do meio ambiente, para que não se comemore, daqui para frente, o Dia Internacional ou o Dia Mundial do Meio Ambiente, abordando o tema com paixão, muitas vezes com sentimentos de grandiosidade e que, passados esses momentos, se perdem, em razão da nossa omissão diante dos fatos, como está acontecendo.

Em poucos instantes, iremos acompanhar - e aproveito a oportunidade para convidar todos os Srs. Senadores - a assinatura do decreto presidencial que trata de temas importantes, de questões práticas de defesa do meio ambiente. Questões práticas, porque a minha experiência de vida na Amazônia ensinou-me que não basta a pregação; não basta a boa intenção; não basta denunciarmos que os ma-

deireiros estão destruindo a floresta; não basta denunciarmos que a atividade pecuária expulsou milhares de pessoas da floresta, que hoje estão morrendo de fome nas periferias, degradando-se no alcoolismo, na prostituição e nas drogas.

Precisamos de dar respostas práticas e nós a estamos buscando. De um lado, as populações tradicionais; de outro, as que moram nas cidades e não agüentam mais a falta de perspectiva; e, de um outro, ainda que de forma tímida, as autoridades, dentre as quais me incluo.

Desde o ano passado, começamos uma luta para que essas idéias se tornassem realidade. E sabíamos que para isso era preciso recurso, mão-de-obra especializada e tecnologia. Com esse espírito, fomos à Presidência do BASA e, em uma reunião com sua diretoria, sugerimos a criação de uma linha de crédito especial para financiamento de atividades sustentáveis na Amazônia.

Foram longos debates, longas rodadas de negociações, algumas incompreensões - diria até que de ambas as partes. Mas, ao final, tivemos um saldo positivo. Depois de 200 anos de extrativismo na Amazônia, pela primeira vez, os pescadores, os seringueiros, os babaqueiros, os coletores de açaí ou de andiroba, seja do que for, poderão ter um crédito especial para financiar a sua produção.

Daqui a pouco, o Presidente da República estará assinando um decreto interministerial, que trata da forma pela qual se deve operacionalizar esses recursos, no âmbito do Ministério da Economia, do Planejamento, do Meio Ambiente e do Programa Comunidade Solidária. São R\$24 milhões para o ano de 1996. Parece pouco; parece pouco para o muito que é o desafio de desenvolver, de forma sustentável, a Amazônia. Mas, se considerarmos que os sete países ricos investirão, neste ano, US\$8 milhões, diríamos que estamos investindo três vezes mais em atividades que considero fundamentais para que a Amazônia seja preservada. Temos, para esse fim, indicações de projetos até muito sofisticados.

Na Amazônia, existem tantos problemas que não conseguimos alcançá-los: Carajás, Transamazônica e Projeto Sivam. Esse é tão grande que se perdeu em complicações, e a Região Amazônica nem sequer entende o seu alcance.

Mas essas atividades simples talvez assegurem mais a preservação da referida Região do que qualquer tecnologia sofisticada, porque, com resposta prática para a vida das pessoas, com certeza a devastação diminuirá. Se os seringueiros, os ribeirinhos, os babaqueiros tiverem vida digna, não sentirão a necessidade de vender uma tora de mogno por R\$20, causando danos incalculáveis à floresta.

É o que vem acontecendo com as denúncias feitas incessantemente pelo Padre Paulino Baldassari, de que o rio Iaco e vários outros do Estado do Acre estão sendo completamente devastados pela exploração irregular de madeira.

Foi com essa preocupação que, recentemente, estive na Itália, participando de uma reunião com empresários e trabalhadores da Cidade de Como. Lá eles são considerados, segundo informações que obtive, os melhores produtores de móveis do mundo. O Padre Heitor e eu dissemos que a Amazônia está sendo devastada, que a nossa madeira está saindo em toras para tornar-se um produto supervaleorado nos países desenvolvidos. Fizemos, então, um apelo: se o Primeiro Mundo quer realmente preservar a Amazônia, tem que arcar também com a sua parcela de colaboração. E de que forma isso pode ser feito? As nossas riquezas devem ser mantidas na própria região, gerando receita, gerando emprego, diminuindo a fome e a degradação social.

Ao final da reunião, eles se comprometeram em doar o maquinário e a fundar uma escola de fabricação de móveis na Cidade de Xapuri. Mais do que isso: enviarão os aposentados, que são especialistas na arte de fazer móveis, além de serem considerados os melhores artesãos do mundo, para, num sistema de revezamento, treinarem a primeira turma de profissionais nessa área. Espero ainda que ministrem muitos cursos sobre o aproveitamento correto da nossa madeira na Amazônia.

Sempre com a preocupação de preservar o meio ambiente, dirigi-me à diretoria da Pirelli para sugerir que refletissem sobre uma idéia que, segundo o meu entendimento, será muito benéfica tanto para a preservação do meio ambiente quanto para a Amazônia: a fabricação de um pneu com uma quantidade maior de goma elástica, de borracha natural, porque todos sabem que a nossa borracha perdeu competitividade para a dos seringais de cultivo, particularmente da Malásia, ou para a borracha sintética.

Dessa forma, sem perspectiva a curto prazo de desenvolvimento, a floresta está acabando. Estamos verificando uma política de terra arrasada na Amazônia.

Todos falam que são favoráveis à Amazônia, mas, quando se trata da viabilização de projetos, precisamos saber a forma de concretizá-la.

Nas reuniões que participei com vários ambientalistas da Itália, nos contatos que estou fazendo com outras empresas de pneumáticos, não apenas eu, mas outras pessoas, inclusive do Governo, su-

gerimos que haja uma pressão para que o pneu contenha borracha natural, até porque, do ponto de vista econômico, sabemos que é viável. Aumentando as possibilidades de compra do produto, com certeza teremos melhor preço e sustentabilidade para as reservas extrativistas.

Faço questão de registrar esses fatos para ser coerente com aquilo que disse no início do meu discurso. Para mim, defender o meio ambiente hoje é muito prático, afinal de contas, os trabalhadores do sul do Pará foram assassinados porque precisavam de terra para sobreviver.

O que querem as pessoas que moram em São Paulo senão os rios despoluídos e o ar puro para poderem respirar, condições de vida digna para poderem morar?

O que queremos parece-nos simples, mas torna-se impossível no afã de alcançar uma modernidade desenfreada, pois, ao invés de humanizar, desumaniza as pessoas.

No Dia do Meio Ambiente, desejo também ressaltar o quanto é importante associarmos essa nossa luta a outras questões concretas. Muitas vezes, tenho ouvido pessoas me dizerem que falar de meio ambiente, num país onde há pobres e miseráveis, parece coisa de ecologista. O senso comum utiliza esses argumentos para evitar que qualquer discussão possa ser levada a cabo.

Já vi o Ibama ser acusado de proibir os pequenos de fazer um roçado. Por trás do argumento de se tratar dos pequenos, que não é verdadeiro, estão escondidos aqueles que derrubam milhares e milhares de hectares de terra, de floresta, ilegalmente. Por trás desse argumento, estão aqueles que querem poluir os rios impunemente; por trás desse argumento, estão aqueles que se escondem atrás da maioria para, fazendo-se passar por minoria, realizar sua política de degradação ambiental.

Quero contestar essa atitude dizendo que o Brasil não é um País tão pobre, a ponto de ter de priorizar os problemas sociais em detrimento do meio ambiente. O Brasil é um País rico; rico em recursos genéticos, rico em potencial de matéria-prima e rico também em dinheiro, pois a sua renda per capita é de US\$4 mil. O problema é que há uma distribuição de renda completamente injusta.

O nosso Presidente disse que o Brasil não é subdesenvolvido, é apenas injusto. Eu diria ao nosso Presidente que o Brasil é subdesenvolvido sim. É subdesenvolvido naquilo que há de mais primitivo: na ética, no confronto entre aquele que tem e o que não tem, na distribuição daquilo que é produzido por

todos. Se é injusto, então é subdesenvolvido. E esse subdesenvolvimento tem que ser combatido.

A nossa pobreza talvez não seja de bens materiais, mas acima de tudo de bens espirituais. Esse tipo de pobreza precisamos combater com atitudes que são simples, mas que dão respostas muito eficazes.

Por último, Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, talvez eu aqui não traga o tom empolgado da felicidade, próprio da sonhadora, mas isso pode ser em decorrência dos episódios que ocorreram nos últimos meses. No entanto, o desejo de sonhar, como dizia nosso cantor, não acabou com aqueles que querem ver o Brasil em outro caminho. Ele dizia, também, que o sonho só é sonho quando sonhamos sozinhos; quando começamos a sonhar em multidão, ele vira realidade. Acho que o Raul Seixas estava coberto de razão. Cabe-nos fazer dos nossos sonhos solitários sonhos de multidão, para que os possamos ver transformados em realidade. A realidade precisa ser mudada por cada um de nós, e não apenas por alguns cidadãos, que muitas vezes são impotentes para tal; a realidade precisa ser mudada por aqueles que têm o poder de fazer as leis, de aprovar os projetos, de encaminhar os recursos, de fiscalizá-los. Esses, sim, têm parcela maior de responsabilidade. O Brasil e o mundo talvez caminem para uma direção onde se lhes apresentará um dilema. Estamos vivendo um momento muito complicado, que é o da exclusão social.

Eu não conhecia outros lugares senão o meu Acre e a minha Amazônia. Depois da oportunidade de estar aqui - onde espero fazer o melhor possível -, conheci outras realidades. E percebi, com tristeza, que também nessas outras realidades existe exclusão social, existem aquelas pessoas que estão fadadas a não ser incluídas na nova forma de organização econômica e social para qual o mundo caminha. Talvez a nossa utopia seja a de defender o meio ambiente, talvez a nossa utopia seja a de lutarmos para que os seres humanos não sejam descartados, para que a Arca de Noé que navega hoje com muita seletividade possa abrir espaço para a viagem de todos nós.

Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, eu gostaria muito de que, a partir deste momento, cada um de nós pudesse assumir o compromisso de querer um Brasil mais justo, um Brasil economicamente viável, sustentável e socialmente capaz de diminuir o sofrimento daquelas que estão completamente à margem.

O Caetano Veloso, talvez olhando para um povo que se acha capaz de tudo, disse a seguinte

frase, que acho muito interessante: "Os americanos olham fundo naquilo que vêm, mas não são capazes de olhar no próprio fundo". Talvez também estejamos olhando muito fundo naquilo que vemos, mas não estamos sendo capazes de olhar no nosso próprio fundo. E o Brasil precisa desse nosso olhar.

Muito obrigada, Sr. Presidente. (Palmas.)

SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) - Concordo a palavra ao nobre Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (- PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, a meu ver, o maior desafio das nações em desenvolvimento, às décadas futuras, é compatibilizar a preservação dos recursos naturais com a alarmante necessidade de promover o aumento da oferta de alimentos da ordem de 3% ao ano. Este, portanto, é o maior desafio: compatibilizar o desenvolvimento sustentado e a integração competitiva no mercado internacional com a eqüidade social.

Não dá mais para ignorar que anualmente oito milhões de hectares em todo o mundo deixam de ser plantados. Essa perda, em parte, deve-se ao devastamento, e, em outra parte, à execução de projetos de industrialização. Não podemos ignorar que 1/4 da população mundial vive abaixo da linha da miséria. Para esses, comer duas vezes ao dia é apenas uma esperança. Analisando a situação desses 850 milhões de irmãos nossos, espalhados especialmente nos países em desenvolvimento e nos subdesenvolvidos, observamos que - repito - o desafio maior é justamente o de compatibilizar a oferta de alimentos para esses e demais habitantes do mundo e, ao mesmo tempo, promover a preservação dos recursos naturais.

Há um debate mundial nesse contexto: há os que defendem a base do comércio livre, da globalização da economia, entendendo que se trata de benefícios. Para esses, a remoção dos obstáculos para o comércio faz com que as nações busquem o aproveitamento mais racional e a preservação dos seus recursos. De outro lado, os representantes de ONGs entendem o contrário, ou seja, que ao buscar atendimento a uma demanda cada vez maior, esses países, principalmente os que estão em desenvolvimento, ignorando o fato de que já ocorreu o processo de devastação dos recursos naturais do meio ambiente, partem na busca quase que religiosa do aumento da produção, esquecendo-se completamente da preservação da natureza.

A meu ver, Sr. Presidente, não dá para seguir nem uma nem outra tese, se nos acordos internacio-

nais, assinados entre os países e os blocos econômicos, não ficarem bem claras as exigências e as premissas, enfim, as diretrizes de procedimentos básicos que os países devem seguir em relação ao meio ambiente. Não dá mais para estabelecerem-se acordos comerciais, ignorando-se o fato de que a demanda maior e a necessidade de se competir com melhores condições faz com que se busque o aumento da produção sem a preocupação com o meio ambiente.

Essa tem sido a história. Mas, nobre Senadora Marina Silva, acredito que não é possível também ficar na tese segundo a qual o desenvolvimento se opõe à preservação dos recursos naturais. De jeito nenhum. Penso que é exatamente o contrário. Sabe-se que a tese dos recursos inesgotáveis já foi su-plantada. E por conhecermos essa verdade é que estamos, ao estabelecer projetos de desenvolvimento, casando, harmonizando medidas de preservação dos recursos naturais, que farão com que as futuras gerações tenham a garantia da segurança alimentar.

Costumo dizer que não se pode falar em projeto de desenvolvimento sem falar em segurança alimentar. Há equívocos, principalmente por parte dos agricultores que reclamam simplesmente uma política agrícola. Precisamos de uma política de segurança alimentar, casada e combinada com a preservação dos recursos naturais, que são, sim, esgotáveis.

Por essa razão, a Organização Mundial do Comércio criou, em 1994, o Comitê de Comércio e Meio Ambiente; para que se estabeleçam acordos de comércio que levem em conta a preservação da natureza. A FAO já diagnosticou o processo de devastação ambiental resultante desses planos de desenvolvimento imediatistas, que acabo de citar, e recomendou que não se faça mais nenhuma operação de crédito pelos agentes financeiros, tais como o Banco Mundial e o Bird, sem que os cuidados com o meio ambiente sejam cláusulas desses contratos.

Embora muitos países que participaram da ECO 92 não estejam cumprindo os compromissos assumidos durante aquela Conferência, que ocorreu no Rio de Janeiro, penso que devemos destacar aqui uma iniciativa muito positiva do Ministro Gustavo Krause. S. Ex^a disse que os avanços nessa área devem acontecer graças ao compromisso de cada país com o seu povo e não por pressões externas. Depois que disse isso, S. Ex^a resolveu estabelecer o Protocolo Verde, que é uma iniciativa, evidentemente, ainda tímida em relação à necessidade; mas é uma iniciativa importante que o Ministro Krause adotou, obrigando que se vinculem aos financiamentos

de qualquer projeto industrial, em nosso País, as cláusulas de preservação dos recursos naturais.

Acredito também que não seja tarde difundirmos conceitos novos a respeito do meio ambiente. Um deles é este: que as nações mais desenvolvidas, ao longo dos anos, pensavam só em produzir sem preservar; agora em produzir mais, mas em preservar. E isso graças aos movimentos especialmente levados a cabo pelas ONGs - Organizações Não-Governamentais -, que obrigam praticamente os governos a adotarem políticas oficiais, nesse sentido, para atender essas necessidades.

Aqui, no Brasil, a Embrapa, empresa de pesquisa agropecuária, fez um estudo que demonstra que não dá para desvincular a questão econômica da questão ambiental. Sou daqueles que defendem o meio ambiente, não poeticamente, não apenas para ver o pássaro cantando na árvore ao amanhecer, mas fazendo uma análise da questão econômica, ligada sempre à segurança alimentar e ao desenvolvimento dos países.

No Brasil, perdemos 800 milhões de toneladas de solos, Senador Bernardo Cabral, que todos os anos são carregados para os rios, para os córregos, para o mar. Por exemplo, no Estado do Paraná, um grande fornecedor de energia elétrica, talvez em décadas ou talvez em séculos, se não forem tomados os devidos cuidados pelos Estados que dividem ou que margeiam o rio que serve a Itaipu, nós teremos um sério problema: o de assenhoramento completo do Lago de Itaipu. Então, serão 18 bilhões de dólares investidos para construir a maior hidrelétrica do mundo que terão sido jogados fora.

Essa é uma questão econômica que tem de ser analisada, porque não está se tornando - em todos os Estados não se tomam - os devidos cuidados com esse detalhe. E este também traz um aspecto econômico importante: se pegarmos apenas os macroelementos que são essenciais para a agricultura (o nitrogênio, o fósforo, o potássio, o cálcio, o magnésio) - não vamos falar nem nos micronutrientes - vamos chegar a um cálculo feito, não por mim, pela Embrapa, de que estamos jogando nos rios todos os anos US\$1.400 bilhão de dólares em nutrientes. E isso obriga - o Senador Pedro Simon, que já foi Ministro da Agricultura, sabe disso - a se usar mais insumos. E aí formamos uma corrente negativa: mais insumos significa mais poluição, porque são nutrientes químicos que nós utilizamos. E os agricultores, em algumas regiões, já usam hoje cinco vezes mais insumos que usavam há 30 anos para se produzir a mesma quantidade por unidade de área. Não houve

aumento de produtividade. Houve apenas a necessidade de se colocar no solo o que dele foi tirado pela erosão, pelas águas das chuvas que não foram delidas, com a devida conservação do solo, e que foram acabar nas águas dos rios.

No meu Estado, temos um cálculo: eram perdidos, antes de um programa fantástico desenvolvido de conservação de solos, por hectare, 20 toneladas de terra por ano, e dentro dela o nitrogênio, o fósforo, o potássio, o cálcio, o magnésio e os micronutrientes, dos quais não fiz as contas. Ou seja, uma perda financeira que exige mais investimento por parte dos agricultores, que vai exatamente poluir mais os rios, pela salinização, vai poluir mais o meio ambiente, o ar, e vai exigir mais custo por parte do produtor.

Quanto aos recursos hídricos, aí então é outra questão. Olhamos aqui o Senador Bernardo Cabral e pensamos: - "Mas a Amazônia, no nosso caso, no Brasil, tem muita água. Não tem problema". Não. Existe um aspecto sério: a demanda mundial de água dobra a cada 21 anos - este dado é da FAO - nas suas várias utilidades: nos setores social, humano, industrial, energético; enfim, dobra a cada 21 anos. Essa demanda faz com que haja uma preocupação muito grave, porque, no mundo, temos apenas 3,1% de água doce; o resto é de água salgada. Tanto é que, em Israel, por exemplo, há várias décadas vem se desenvolvendo um projeto no sentido de dessalinar a água do mar para o aproveitamento na irrigação. Tive oportunidade de conviver num kibutz, em Israel, ficando lá por algum tempo, estudando os projetos de irrigação, e vi que a água é tratada como o insumo mais valioso, exatamente porque é escassa e porque é um recurso natural esgotável também, tanto na quantidade, quanto na qualidade. Tanto é que a indenização de guerra, da ordem de US\$6 bilhões de dólares, que eles receberam, foi toda investida na construção de canais de irrigação, principalmente num canal subterrâneo de 250 Km, que pega do norte, vem ao sul, trazendo a água por baixo do solo, para evitar a evaporação, tornando-a um insumo de produção para um país que convive com um clima totalmente adverso, um solo pobre, mas que exporta comida, flor, enfim, exporta produção primária.

É um exemplo que Israel dá sobre a preservação de um recurso natural que é essencial.

Voltando para a Amazônia, poder-se-ia afirmar: - "Mas aqui não temos problema. Tem muita água". Só que 80% da água está na Amazônia e 95% da população brasileira fica com o restante dos 20%

que temos disponível. Então, ao lado do solo, que é um recurso natural esgotável - já temos exemplos de áreas que foram desertificadas, podendo ocorrer o mesmo em processo de desmatamento na Amazônia, particularmente em alguns territórios de solo raso e de baixa fertilidade -, a devastação indiscriminada, sem projetos técnicos, ora para plantar pastagem, ora para outras explorações econômicas, que são até ridículas diante do que oferece a Amazônia hoje como recurso natural, se não cuidarmos dele, aquela terra virará um deserto. Isso porque as condições químicas daquele solo são exatamente as mesmas de solos já desertificados. É evidente que alguém pode falar que estou louco, porque isso não acontecerá agora. Não se dará agora, mas ocorrerá para as futuras gerações, e temos responsabilidade em relação a elas.

O próprio Ministro do Meio Ambiente, Gustavo Krause, já percebeu que a água é um recurso importante, exatamente porque S. Ex^a é de uma região onde essa fonte de riqueza natural é muito valorizada. Inclusive os programas - li hoje - do Ministério do Meio Ambiente são mais direcionados aos recursos hídricos. Vejo aqui pessoas que debatem a questão do meio ambiente. Trago então mais um questionamento. Há um conceito de que os recursos naturais - a terra, a água - são patrimônios da humanidade. Por exemplo: a Floresta Amazônica e a Mata Atlântica são patrimônios da humanidade. Será que são, uma vez que estão localizadas em território nacional, portanto, sob a nossa jurisdição? É evidente que, se analisarmos pura e simplesmente sob a questão ecológica, o patrimônio da humanidade deve ser preservado como tal. Agora, temos as florestas tropicais - e sou até Relator de um projeto importantíssimo, de autoria da Senadora Marina Silva, sobre a regulamentação do uso da biodiversidade - que se constituem no maior patrimônio da humanidade e temos a maior floresta tropical do mundo.

Não sou advogado, mas acredito que precisamos entender melhor essa questão, até para estabelecermos cláusulas, exigências nos acordos internacionais. Se essas áreas estão localizadas dentro de jurisdições nacionais, esse patrimônio biogenético que possuímos deve ser compartilhado como se fosse uma espécie de um fundo mundial, e todas as nações do mundo passam a ter direito sobre esse fundo mundial sem dar a contrapartida - é aonde quero chegar. Não será correto, portanto, supor que as nações também teriam que dividir o poder econômico, político, tecnológico, que conquistaram, sobretudo, devastando? Será que os países do Sul - que, evi-

dentemente, não tiveram agilidade no desenvolvimento, por causas que não vamos discutir, até pela idade, pela existência - também não podem cobrar que os países industrializados, que são os maiores causadores de danos ao meio ambiente, passem a financiar projetos de preservação dos recursos naturais, que eles querem como bônus, mas que o ônus acaba ficando para os países que os detêm em seus territórios?

A minha tese é de que o Brasil, que oferece ao mundo esse patrimônio - o qual dizem ser da humanidade, como a floresta Amazônica, como a mata Atlântica -, deveria começar a cobrar, nas rodadas de negociações comerciais, também direitos sobre o desenvolvimento tecnológico, especialmente.

Mas não foi isso que fizemos aqui, no Senado, quando foi aprovada a Lei de Patentes. Esquecemos dessa premissa, principalmente quando se admitiu que aqui patenteássemos até microorganismos. Portanto, não estamos trilhando o caminho da modernização. Estamos retroagindo. Dizem que o Brasil se modernizou com a Lei de Patentes. Não; com ela, o Brasil se entregou, ao entregar o maior patrimônio biogenético, do qual haveremos de cuidar, se o Senado tiver sensibilidade para aprovar o projeto da Senadora Marina Silva; este possui cláusulas - já as vi - que recuperam um pouco da cessão que fizemos quando aprovamos a Lei de Patentes.

Se estamos em busca de uma nova matriz energética, sobretudo com fontes renováveis, também não é possível ficarmos hesitando em relação ao Proálcool, o qual é importantíssimo, do ponto de vista estratégico, para o futuro. Pode ser até antieconômico neste momento, mas o que sai barato agora pode sair muito caro depois. O Governo não pode hesitar em relação ao Proálcool, porque se trata de uma fonte renovável de energia e deve ser mantido. O que se deve fazer é estudar a forma de mantê-lo - com custos, até -, porque ele nos será muito valioso num futuro próximo.

O terceiro conceito que deve ser discutido diz respeito ao dilema de se produzir sem destruir. Havia um tempo em que falar em aumentar a produtividade, a produção, significava aumentar a destruição, a devastação. Hoje, não. Vou até citar o exemplo do Paraná - não porque eu tenha sido o Secretário da época -, onde implantamos um programa de desenvolvimento rural que mudou esse conceito, pois é possível produzir sem destruir. Aliás, o conceito é o de que, para produzir-se mais, é preciso preservar. Isso foi incutido na cabeça dos produtores rurais, que o assimilaram conscientizando-se, numa organi-

zação feita em 2.500 microbacias. A microbacia é uma pequena região geográfica onde o córrego é a parte baixa e o espigão a parte de cima. Ou seja, todas as águas daquela microbacia escorrem para o mesmo córrego ou mesmo rio. Dentro de uma microbacia havia 100, 200 produtores rurais, que eram chamados a se reunir, discutindo o que era preciso fazer para aumentar a produção. Primeiro ponto: preservar os recursos naturais. Então, vamos fazer adubação verde; cobrir o solo para evitar o escorramento da água; aumentar o teor de matéria orgânica para aumentar a infiltração de água e, assim, evitar o seu escorramento; readequar as estradas rurais colocando-as acima do leito das lavouras, para que a estrada, que antes era um escorredor de água, passe a ser um distribuidor de água, mantendo, inclusive, a umidade do solo nas épocas em que a chuva não vem, em épocas de seca; foram 50 mil quilômetros de estradas readequadas; 2.500 mil microbacias conservadas nos 7 milhões de hectares conservados.

A FAO e o Banco Mundial colocam esse programa como um dos três melhores do gênero no mundo. Aqui no Brasil ouço citações, mas nunca vejo incluído esse programa de espetacular alcance, que chegou a 100% da área cultivada no Estado.

Esse programa começou no Governo Álvaro Dias e continuou no Governo Requião. Fui Secretário nesses dois Governos e tive a honra de coordenar esse programa, com recursos do Banco Mundial. Ele poderia ser hoje multiplicado por todos os Estados do País.

Vejo no plenário o Deputado Fernando Gabeira. Deputado, não foi só a fotografia do Estado que mudou, olhando de cima, com os cordões, a curva de nível, o terraceamento; ficou aquele desenho geométrico bonito, visto de cima, mas a produção, a produtividade, está crescendo todos os anos, a safra está aumentando no Paraná, em função da fertilização do solo, porque o produtor sabe: vou preservar o meu solo para as gerações futuras, mais fértil do que recebi do meu pai. Este é o conceito que foi colocado na cabeça deles. E as águas do rio têm que ser despoluídas. Como? Não podemos permitir que produtores rurais abasteçam os seus pulverizadores no rio e lá deixem o resíduo do veneno, do agrotóxico, que estava dentro da bomba, que o irá devolver para os rios. Não! Construímos mais de dois mil poços artesianos, lá, no espigão, não lá embaixo, e desses poços o produtor obtinha água para fazer as aplicações de veneno na lavoura. E despoluímos os rios, que hoje passaram a ser uma fonte de renda,

porque se criou uma nova atividade, a piscicultura, que era impossível pela poluição das águas.

Isso aconteceu no Paraná. Por que não pode acontecer no resto do País? Se lá fizemos isso com o apoio do Banco Mundial, por que não cobramos, dentro daquele conceito que coloquei aqui? Se temos que preservar esse patrimônio biogenético, o maior patrimônio da humanidade, também temos o direito de obter recursos para fazê-lo.

Falta agressividade do Governo nesse sentido. O Governo tem que buscar recursos. Projetos, há. Peguem esse do Paraná e multipliquem-no para o País; teremos não a realização de um sonho, porque isso não deve ser um sonho, mas um plano de governo, para que possamos guardar o solo - patrimônio da humanidade, segundo dizem - mais fértil e mais produtivo para as futuras gerações.

O mundo terá que produzir mais e em menos área. No ano 2.050, não teremos mais 0,3 hectares em produção por pessoa no mundo, teremos 0,15 - portanto, a metade da terra que está produzindo hoje, *per capita*.

Esse período está se aproximando. Pretendo chegar lá. Penso que chegaremos lá, se tivermos esta consciência que depende, sim, de cada cidadão, mas depende de políticas oficiais bem dirigidas, bem elaboradas, seguindo exemplos que existem. Não é sonho; tem que ser programa de governo.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) - Concedo a palavra à nobre Senadora Emilia Fernandes.

A SRA. EMILIA FERNANDES (PTB-RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente; Srs e Srs. Senadores; Srs. Deputados; Sr. Eduardo Martins, Presidente do Ibama; senhoras e senhores; a passagem deste Dia Mundial do Meio Ambiente, ao mesmo tempo em que ocorre a Conferência de Assentamentos Humanos - o Habitat II, promovido pela ONU, em Istambul, reveste-se de importância redobrada diante das informações e expectativas que aquela conferência mundial apresenta ao mundo.

No ano 2025, dois terços dos 8 bilhões de habitantes da população mundial viverão em cidades, sendo que 17 dos maiores centros urbanos estarão localizados na América Latina, Ásia e África, nas regiões mais pobres do planeta e sujeitas a condições de vida desumanas, se mantidas as atuais regras do desenvolvimento mundial.

Atualmente, em todo o mundo, diante da urbanização acelerada, segundo o Relatório Global da Conferência, dos 2,4 bilhões de pessoas que vivem

em cidades, 500 milhões não têm moradia, outros 600 milhões vivem em condições de risco de saúde e vida, 250 milhões não têm acesso a água tratada e 400 milhões não têm esgoto.

Aliado à falta de infra-estrutura básica, às precárias condições de trabalho e às más condições educacionais, os habitantes dos grandes centros urbanos do início do Século 21 ainda correm o risco de sofrer - quando já não sofrem atualmente - com graves problemas de trânsito, contaminação do ar e violências de toda a ordem.

No Brasil, 70% das pessoas já estão nas cidades, algumas por opção, outras por necessidade, mas uma grande parcela, com certeza, empurradas para os grandes centros em busca de condições mínimas de sobrevivência econômica e social, ausentes nas zonas rurais ou nas pequenas cidades interioranas, abandonadas à sua própria sorte.

Essa situação, que já se apresentava grave há bastante tempo, torna-se a cada dia mais difícil, em consequência das políticas de ajuste econômico impostas aos países periféricos, sem qualquer contrapartida aos povos submetidos a tais medidas, que pagam com um brutal aumento do desemprego, da pobreza absoluta e das condições de vida.

"Sem emprego, as cidades não funcionam! Quando as pessoas não têm como ganhar dinheiro, ou ganham muito mal, impulsoram a favelização e a deterioração do meio ambiente", são as palavras do Secretário-Geral da Conferência de Assentamentos Humanos da ONU, Wally N'Dow, advertindo, alto e bom som, para esse grave problema que atinge a humanidade, com especial crueldade os povos mais pobres do planeta.

O Brasil vive, neste momento, talvez o maior êxodo rural da sua história, devido, em grande parte, às dificuldades impostas ao produtor rural, sacrificado pela longa ausência de uma política agrícola no País, pelos juros altos, pela falta de crédito e preços mínimos justos e, mais recentemente, também pela devastação de diversas culturas causada pela importação indiscriminada de produtos primários.

A utilização ostensiva e aleatória de defensivos agrícolas, cada vez mais potentes, o desmatamento sem qualquer controle, a poluição das águas e as queimadas, por outro lado, vêm comprometendo a qualidade das terras em várias regiões do país, do que é triste exemplo a erosão de áreas, antes produtivas, verificada em diversos Municípios e Estados do País, inclusive no Estado do Rio Grande do Sul.

As cidades, especialmente os grandes centros, destacando-se as capitais, por outro lado, estão sendo dramaticamente obrigadas a conviver com índices alarmantes de desemprego que, diariamente, afastam milhares de pessoas do acesso às mínimas condições de vida, moradia, saneamento básico, saúde, educação, enfim, da cidadania plena.

Esse, sem dúvida, é o grande dilema ambiental da humanidade neste final de século, que, somado à necessária preservação, controle e exploração racional e soberana das riquezas naturais, como a Floresta Amazônica, deve mobilizar os homens e mulheres sinceramente comprometidos com o futuro da espécie humana na face da Terra.

É com grande expectativa, portanto, que aguardamos as decisões dessa conferência da ONU, da qual participam, levando a contribuição do Brasil, a delegação oficial do Governo, a Comissão Especial do Senado Federal para Acompanhamento do Habitat II, representantes de diversas prefeituras do País que apresentam projetos de melhoria da qualidade de vida e também organizações não-governamentais, como a Confederação das Mulheres do Brasil.

Particularmente, meu Estado, que traz em sua história de luta ambiental a primazia de contar com a primeira Secretaria Municipal do Meio Ambiente do País, criada há vinte anos em Porto Alegre, e também com entidades oficiais, como a FEPAM (Fundação Estadual de Proteção do Meio Ambiente), ou não-governamentais, como a AGAPAM (Associação Gaúcha de Proteção ao Meio Ambiente) estão presentes em Istambul, levando experiências vitoriosas de valorização da qualidade de vida nas cidades.

Entre essas experiências, que estarão presentes em Istambul, encontram-se aquelas realizadas na Capital do Estado, através do orçamento participativo e em Sapucaia do Sul, na região metropolitana, que implantou o sistema de medicina preventiva em postos alocados diretamente nos locais de moradia da população mais pobre e de educação integrada ao cotidiano das comunidades.

O desenvolvimento econômico, social e a proteção ao meio ambiente são elementos interdependentes do desenvolvimento sustentável, e marco do esforço para conseguir uma qualidade de vida melhor para todos, assim definiu a recente IV Conferência Mundial da Mulher, também promovida pela ONU, expressando o sentimento das mulheres dos 189 países reunidos em Beijing, na China.

É inaceitável que interesses como o superlucro de grandes corporações internacionais, ou a supre-

macia de alguns poucos países sobre a maioria das demais populações do mundo, impeçam os homens de transformarem o mundo em ambiente comum, saudável e feliz para as futuras gerações, ou que retirem dos pobres, em especial das mulheres, a possibilidade de utilizar os recursos ambientais de maneira sustentável.

Antes de promover suspeitos controles demográficos, é preciso inverter a lógica perversa difundida pelos donos do poder dominante, e fazer do avanço tecnológico instrumento do desenvolvimento econômico igualitário, da promoção do bem-estar coletivo, da qualificação das condições de vida para todos e da preservação do meio ambiente natural.

Neste sentido - aliado à defesa do incremento da produção nacional - temos pautado a nossa preocupação, nossas atividades e nossa luta, que incluiu, nesse último ano, a defesa de iniciativas como o Projeto Rio Guaíba, viabilizado com a participação do Senado Federal, e que deu condições para que o Governo do Estado do Rio Grande do Sul e mais 200 administrações municipais, possam trabalhar pela recuperação do rio e seus afluentes, em toda a sua extensão.

Também esta decisão de defender a qualidade de vida da população brasileira me levou a apresentar projeto de lei, no Senado Federal, em 19 de abril deste ano, no sentido de controlar e reduzir gradualmente a produção, comercialização e utilização de CFC (clorofluorcarbono) no território nacional, como forma de impedir o comprometimento da camada de ozônio.

O mundo inteiro tem se conscientizado da gravidade deste assunto e da premência em assumir medidas rápidas e eficazes, e nós também devemos agir com a mesma decisão, para preservar a camada de ozônio, filtro indispensável às radiações ultravioletas emitidas pelo sol e responsáveis pela maior incidência de cânceres de pele e lesões oculares, que têm aumentado sobremaneira no País.

A luta por medidas que assegurem a convivência equilibrada com o meio ambiente é outro compromisso que assumi com os cidadãos do meu País e do meu Estado, e que se expressou na mobilização em defesa da Área de Proteção Ambiental do Ibirapuitã, que inclui parte dos Municípios de Alegrete, Rosário do Sul, Quaraí e Sant'Ana do Livramento, no Rio Grande do Sul.

Alvo de pronunciamento nesta tribuna, ano passado, essa área de proteção ambiental, criada em 1992, com 318 mil hectares, continua necessitando da atenção das autoridades competentes e de

recursos correspondentes para cumprir com o seu objetivo inicial de preservação do ecossistema, da flora e da fauna, sem afastar o homem das suas terras.

A qualidade de vida do homem, a convivência integral e equilibrada com o meio ambiente e, em última instância, o futuro do planeta Terra, são responsabilidades que devem ser assumidas por todos, desde os fóruns internacionais, como a ONU, até os governos dos países, estados, municípios e, também, como já vem ocorrendo, pelas organizações não-governamentais e pelos cidadãos comuns.

Por isso, neste momento, é fundamental promover cada vez mais a luta conjunta de todos os povos do mundo em favor de uma política de desenvolvimento econômico, que integre plenamente o cidadão aos processos produtivos, fortaleça a fixação do homem em seus habitats naturais e assegure a distribuição de renda, adequadas condições de vida e acesso às novas tecnologias e à educação.

Sr. Presidente, Srs e Srs Senadores, ilustres convidados, é desta forma que entendemos que o Senado Federal, neste dia de reflexão da importância e do trabalho integrado e coletivo de todos em defesa do meio ambiente, apresenta e se prepara para o grande desafio e reflexão que não deve ser apenas dos governantes, mas de toda a sociedade.

Muito obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) - Concedo a palavra ao nobre Senador Bernardo Cabral.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL-AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Eminentíssimo Senador Ney Suassuna, que preside a sessão de hoje; eminentes Senadores Pedro Simon e Osmar Dias, que integram a Mesa Diretora dos trabalhos; Dr. Eduardo Martins, Presidente do Ibama; Srs e Srs. Senadores; Srs. Deputados Federais; eminentes Embaixadores, notadamente da Hungria e do Uruguai; autoridades e demais presentes; o que me traz à tribuna, depois de três discursos densos, alinhados, concatenados, uns apontando caminhos, outros indicando soluções?

A Senadora Marina Silva, minha colega sofradora da região amazônica, traçou um retrato sem retoques da realidade do homem que ali convive com o meio ambiente, secundada pelo Senador Osmar Dias, que demonstra que não podemos ser apenas contemplativos com o meio ambiente. Está na hora de pensarmos no desenvolvimento auto-sustentável. E falou no quinto de água doce que pertence ao meu Estado, com os riscos de perdê-los amanhã.

Para finalizar, a Senadora Emilia Fernandes, que nos trouxe inclusive o sentimento da sua terra, do Rio Guasba. Por que então cansá-los, já que os três primeiros Senadores apenas trouxeram alegria a quem teve a honra de ouvi-los? Por que um a mais? Porque há necessidade de se fazer um registro.

Quando o Presidente da República de então, e hoje Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney, dava o passo para que saíssemos da penosa transição do autoritarismo para a democracia, S. Ex^a convocava uma Assembléia Nacional Constituinte. E, ao longo de dois anos, 1987 e 1988, precisamente dezenove meses, esses corredores fervilhavam de pessoas. Uns trazendo a sua contribuição, outros as emendas populares e uns poucos voltados para o meio ambiente. Conseguimos escrever o melhor capítulo mundial, em Constituição, sobre meio ambiente.

Como não houve - e debito isto a gentileza dos três primeiros oradores, para que pudesse ter a motivação da minha presença na Tribuna - nenhum registro em torno do que considero, sem dúvida, um dos maiores trabalhos que os Constituintes dos seus países poderiam realizar, cito aqui dois nomes - sei que com isso faço injustiça a tantos: Fábio Feldman e Vicente Cascione. O primeiro, Deputado Federal Constituinte, e o segundo, então, Vice-Reitor da Universidade de Santos e meu assessor na Assembléia Constituinte. A ambos havia eu delegado a discussão desse capítulo. E tantas pessoas foram ouvidas.

Quero que fique inscrito, hoje, aqui, nesta Sessão Especial que se faz ao meio ambiente, a comprovar uma frase de Shakespeare, que, ao escrevê-la, mal sabia que tantos anos depois eu a aproveitaria: "Contra a foice do tempo, sem dúvida nenhuma, é vão tentar lutar". Oito anos depois, a foice do tempo mostra que o meio ambiente já não está na moda. O Plenário está praticamente reduzido à metade.

Onde está aquela luta que todos nós desenvolvemos para dizer que o meio ambiente só seria possível se todos chegássemos e empunhássemos a bandeira, que seria desfraldada ao sabor de todas as intempéries, para que o meio ambiente se fizesse presente?

E, hoje, o que se vê? Um punhado de abnegados, como o Deputado Fernando Gadeira, representante do Partido Verde, os embaixadores e três belos discursos. Ainda bem, porque assim, quando compararem, haverão de dizer que um não era bom, mas que os três salvaram a manhã de hoje.

O que vejo, Sr. Presidente, é que as pessoas começam a tratar com indiferença, senão com apatia, assunto dessa magnitude. Quando aqui se fala em recursos hídricos, eu olhava na platéia uma das maiores autoridades brasileiras e mundiais nessa área, o Dr. Arnaldo Augusto Setti, e via como alguém que sente no coração, extasiado por certo,

que as coisas não são tratadas com a devida responsabilidade.

Ora, como é que poderia deixar de ler esta beleza que é o art. 225 da Constituição Federal:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Era como que alguém que estaria ali a prever a responsabilidade, ainda que não fosse reconhecida pelos seus contemporâneos, mas pelo menos pelos seus pôsteros, de que não se pode tratar o meio ambiente como uma brincadeira que se tivesse apenas de registrar o tempo passando, e nós esquecendo das nossas responsabilidades.

Aqui, um adminículo ao Senador que considero meu irmão, já que não pode sê-lo de sangue, pelo menos de escolha, Senador Osmar Dias, é que colocamos como patrimônio nacional e está aqui escrito devidamente. Art. 225:

§ 4º A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.

Vejam V. Ex^as estou a concluir esta desprenssiosa fala, quando nada há para fazer justiça àqueles bravos combatentes que foram os Constituintes. Em certa parte do *Dom Quixote de La Mancha*, Miguel de Cervantes coloca nos seus lábios a frase:

"As cicatrizes que o soldado ostenta no rosto e no peito são estrelas que guiam os demais ao céu, ao céu da honra e ao desejo do justo louvor."

Sr. Presidente, como alguém que até hoje traz cicatrizes no rosto e no coração pelas injustiças que recebi como Relator, transformo-as em medalhas aos colegas Constituintes, uns que se foram, já se encontram no Reino dos Céus, outros que não voltaram e os que tanto por aqui andam. Quero ser um dos que não esqueceram de que tantos merecem a medalha. Neste dia, nesta sessão especial, se não as colocássemos no peito dos Constituintes de hoje, por certo, os Legisladores de amanhã se sentiriam frustrados.

Era, Sr. Presidente, a minha manifestação. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) - Em todas as sessões solenes, após os oradores, a Presidência faz uma pequena fala. É chegada esta hora.

Depois de oradores tão brilhantes, como a Senadora Marina Silva, o Senador Osmar Dias, a Senadora Emilia Fernandes e o Senador Bernardo Cabral, pouco resta a esta Presidência dizer. Talvez, pudéssemos lembrar que, no passado, como todos bem o disseram, não havia a consciência dos recursos finitos. Todos acreditavam que o Planeta era tão grandioso e havia tão pouca gente, que não se tinha que cuidar de nada. Foi dolorosa para a Humanidade a descoberta de que os recursos são finitos. Lembro-me bem de uma frase do Clube de Roma, que dizia que a Terra era uma nave, uma tripulação tresloucada, que exauria os recursos sem se preocupar com a sua renovação.

Hoje, preocupamo-nos menos do que já nos preocupamos, como bem disse o Senador Bernardo Cabral. Porém, com toda certeza, há regiões menos aquinhoadas que o Paraná, o Rio Grande do Sul ou mesmo a Amazônia, aqui tão bem falados, como é o caso da minha pequena e heróica Paraíba, onde os recursos hídricos fazem falta, não para a irrigação, mas principalmente para o consumo animal e humano. Dia a dia, preocupamo-nos muito na Paraíba e em algumas outras regiões do Nordeste com as dificuldades decorrentes da falta de recursos hídricos. E até temos buscado outras soluções de emprego.

Ainda ontem, estivemos no Ibama com o Dr. Eduardo Martins, pedindo permissão para mais arrendamento de barcos, pois, estamos voltando ao mar, pescando atuns, estamos buscando a exportação, e isso tem sido um programa de grande valia. No primeiro mês, já conseguimos exportar setenta toneladas de atum, apanhados em alto-mar, em águas internacionais, mas com base em nossa Paraíba.

Estamos incomodados com o inclemência que tem tido o meio ambiente para com os seus habitantes.

Com toda certeza, a questão do meio ambiente ocupará sempre uma posição muito importante na consciência de todas as pessoas esclarecidas. Nós precisamos preservar o nosso Planeta, principalmente os recursos hídricos para as gerações futuras.

Recebo aqui um bilhete, com uma frase importante, do nosso Senador Osmar Dias, um conhecedor da questão agrícola deste País e que tão bem desempenhou o seu trabalho no Paraná, Estado que ainda hoje obtém grandes resultados em razão da gestão dupla de S. Ex^a, duas vezes Secretário de Agricultura, lembrando-me de que Boutros Ghali, Secretário-Geral da ONU, disse, quando Primeiro-Ministro do Egito, que as futuras guerras não se darão pela disputa de petróleo, e sim pela disputa da água.

Neste dia, o Senado Federal, com alegria, ouviu os oradores, prestou uma homenagem ao meio ambiente. Desta forma, encerro o meu pequeno speech, agradecendo a cada um pela sua presença, principalmente aos Embaixadores da Hungria e do Uruguai, ao Conselheiro da Embaixada da Angola, ao Adido Científico da Embaixada Americana e também de forma destacada ao nosso Deputado Fernando Gabeira, que tanto tem lutado pelo meio ambiente, bem como, de forma mais destacada ainda, ao Presidente do Ibama, Eduardo Martins, que tem dado tudo de si para preservar o meio ambiente em nosso País e que tem conseguido muitas vitórias.

Ao encerrar, lembro a V. Ex^as que, no Salão Negro, aqui ao lado, temos hoje a mesma Santa que Cabral, ao desembarcar no Brasil, trouxe à nossa terra para, desta forma, pedir que ela fosse abençoada.

Que Deus proteja o nosso meio ambiente, o nosso País.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) - Não mais havendo a tratar, declaro encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 11h40min.)

Ata da 86^a Sessão Deliberativa Ordinária em 5 de junho de 1996

*2^a Sessão Legislativa Ordinária, da 50^a Legislatura
Presidência dos Srs. José Samey, Ney Suassuna, Eduardo Suplicy,
Joel de Hollanda e Freitas Neto*

**ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE
PRESENTES OS SRS. SENADORES:**

Antônio Carlos Magalhães - Antônio Carlos Valladares - Benedita da Silva - Bernardo Cabral -

Carlos Bezerra - Casildo Maldaner - Edison Lobão - Eduardo Suplicy - Élcio Álvares - Emilia Fernandes - Ernandes Amorim - Flaviano Melo - Francelino Pereira - Freitas Neto - Geraldo Melo - Gerson Camata - Gilvam Borges - Guilherme Palmeira - Humberto

Lucena - João França - João Rocha - Joel de Hollanda - Jonas Pinheiro - Josaphat Marinho - José Eduardo Dutra - José Eduardo Vieira - José Fogaça - José Roberto Arruda - José Sarney - Lauro Campos - Lucídio Portella - Marina Silva - Marluce Pinto - Mauro Miranda - Nabor Júnior - Ney Suassuna - Osmar Dias - Pedro Simon - Regina Assumpção - Renan Calheiros - Roberto Freire - Roberto Requião - Romeu Tuma - Valmir Campelo - Vilson Kleinübing - Waldeck Ornelas.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) - A lista de presença acusa o comparecimento de 46 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) - O período destinado aos oradores da Hora do Expediente da presente sessão destina-se a homenagear o 13º aniversário da Rede Manchete, nos termos do Requerimento nº 525, de 1996, do Senador Roberto Requião e outros Srs. Senadores.

Convidado a compor a Mesa, nesta sessão solene, os Srs. Carlos Sigelmann, Vice-Presidente das Organizações Bloch; o jornalista Murilo Mello Filho e o jornalista Carlos Chagas.

Concedo a palavra ao nobre Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB-PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, hoje, pela manhã, eu refletia sobre a saga da Rede Manchete: suas dificuldades de sobreviver no mercado difícil; a independência do seu jornalismo a iluminar, em momentos cruciais, a consciência nacional; a opinião clara de Villas Boas Corrêa, de Carlos Chagas, a simpatia irradiante de Márcia Peltier, e associava essa saga a um poema de um poeta português que, exilado do regime salazarista, morreu na minha cidade, Curitiba, o poeta Sidônio Muralha.

Dele é o poema "Roteiro", que se parece muito com a nossa Manchete:

"Parar. Parar não paro.
Esquecer. Esquecer não esqueço.
Se caráter custa caro pago o preço.
Pago embora seja raro.
Mas homem não tem avesso
e o peso da pedra eu comparo à força
do arremesso.
Um rio, só se for claro.
Correr, sim, mas sem tropeço.
Mas, se tropeçar, não paro

- não paro nem mereço.
E que ninguém me dê amparo
nem me pergunte se padeço.
Não sou nem serei avaro
- se caráter custa caro
pago o preço."

É uma lição de vida; é um roteiro de existência; é um exemplo semelhante ao da Rede Manchete, insistindo em dar pluralidade à opinião da rede televisiva brasileira.

Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, a minha satisfação é enorme ao subir esta tribuna para saudar uma grande empresa brasileira de telecomunicações cujo 13º aniversário hoje se comemora.

A Rede Manchete vem levando, desde 1983, a milhões de lares espalhados por todo o País, uma programação de excelente qualidade técnica e notável significação cultural.

Contando com cinco estações próprias, situadas no Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Recife e Fortaleza, além de 42 emissoras afiliadas, a Rede Manchete contribui de modo brilhante e incontestável para a diversificação das opções de que dispõe o telespectador brasileiro.

É difícil estimar, no mundo de hoje, a importância da televisão como veículo de comunicação social: difunde, dia e noite, não só informações, mas também valores e padrões de comportamento; proporciona não apenas entretenimento, mas também concorre à educação e à formação do processo civilizatório dos povos.

A qualidade da programação tem sido a bandeira mais importante da Manchete nesses 13 anos. Desde o início, sobressaiu-se o jornalismo por ela praticado, que não se limita a transmitir a notícia, mas procura analisá-la e considerar suas mais amplas implicações. Logo na memorável mobilização popular pelas "Diretas já", mostrou o jornalismo da Rede Manchete louvável independência e compromisso intransigente para com a verdade. Essa tradição, até hoje mantida, tem sido responsável por ampla audiência e pelo grande número de prêmios concedidos ao Jornal da Manchete, bem como a diversos programas especiais de natureza jornalística.

Menção especial pode ser feita às telenovelas da Manchete, que evitam os apelos fáceis e a entronização da banalidade. A emissora tem procurado conjugar ao entretenimento temas de relevância cultural, histórica e social. Como podemos esquecer "Dona Beija", que abriu, com seus encantos, o caminho para a conquista do mercado externo? Ou da ainda mais notável reconstituição histórica da "Ka-

nanga do Japão"? E o que dizer da fantástica renovação da linguagem televisual empreendida por "Pantanal", obtendo por resposta um estrondoso sucesso? Agora mesmo, assistimos, em "Tocata Grande", uma excelente adaptação da obra de Jorge Amado.

Essa preocupação de levar ao mais amplo público realizações de conteúdo cultural tem orientado a programação da Manchete em sua diversidade de atrações, sejam aquelas dedicadas às crianças, sejam os filmes ou o teatro ao vivo, sem esquecermos a cobertura dos esportes, como a das Olimpíadas que se avizinham. O enriquecimento do nosso panorama televisivo, representado pelos programas da Manchete, é de inestimável importância para a vitalidade da cultura brasileira em nossos dias.

É impossível prescindirmos, no quadro do jornalismo da televisão brasileira, da opinião nacionalista e esclarecida do Jornalista Carlos Chagas. Impossível pensar na Rede Manchete sem que nos venha à mente a excepcional figura de seu idealizador e criador, esse incrível Adolpho Bloch, cuja recente partida, no pleno vigor intelectual de seus 87 anos, ainda dói no coração dos seus amigos e admiradores. Este é, na verdade, o primeiro aniversário da emissora que se comemora sem a sua presença e sem a sua direção. Mas que belo exemplo deixa ele, não apenas aos funcionários das empresas Bloch, que devem continuar sua tarefa, mas a todos nós. Exemplo de independência, de opinião clara, de imparcialidade.

Chegou Adolpho Bloch ao Brasil em 1922, com 14 anos, caçula de uma família de imigrantes judeus provenientes da Ucrânia. E logo estão os Bloch, que tinham perdido todas as posses com a instalação do governo soviético, empenhados em montar uma pequena gráfica no Rio de Janeiro. Em 1952, resolve Adolpho, contra a vontade dos irmãos e sócios, lançar uma revista de circulação nacional para concorrer com a poderosa *O Cruzeiro*. O resultado afi está: a revista *Manchete*, mantida nas bancas até hoje, com 44 anos ininterruptos de circulação nacional, representando um recorde entre revistas do gênero em toda a América Latina. Adolpho lançou, em seguida, dezenas de outras revistas, mantendo sempre a preocupação com a modernização constante do parque gráfico da Bloch Editores. A criação da rede de estações de rádios AM e FM, cobrindo as principais cidades brasileiras, foi outra em suas realizações marcantes.

Homem dotado de generoso espírito público, profundamente preocupado com os destinos da Na-

ção que elegera como sua, Adolpho Bloch vai se entusiasmar com a atuação de Juscelino Kubitschek desde a época em que este governou Minas Gerais, mantendo um importante e ativo apoio a todas as suas ousadas realizações enquanto Presidente da República, especialmente na construção da nova capital. Já nos dias amargos do ostracismo político, Adolpho Bloch foi o amigo de incontestável e irrepreensível lealdade, tendo cedido a Juscelino uma sala do Edifício Manchete, que lhe serviu de escritório nos seus dois últimos anos de vida. Essa sala tornou-se o primeiro museu do grande estadista, embrião do Memorial JK, que Adolpho Bloch iria idealizar e construir.

A criação da Rede Manchete de Televisão foi o empreendimento de maior vulto e o mais desafiante entre todos aqueles aos quais se lançou Adolpho Bloch. A ele levou sua notável capacidade de iniciativa, sua energia vital, a amplitude de sua visão empresarial, cultural e política.

A TV Manchete, que mantém hoje uma presença de inestimável importância no quadro das telecomunicações brasileiras, é filha da criatividade desse excepcional brasileiro por opção. Seu perfil está bem delineado entre os das demais emissoras, contribuindo para que tenhamos um panorama diversificado de produções e de oferta na televisão brasileira, imprescindível para o permanente enriquecimento de nosso sistema de comunicação e para a vida democrática. A competência de seus quadros profissionais, no jornalismo e nas demais áreas, é por todos reconhecida.

Também é considerável o investimento acumulado em equipamentos técnicos os mais modernos e nas instalações, como o maravilhoso edifício que serve de sede à empresa, com projeto de Oscar Niemeyer, abrigando o teatro e o museu de arte brasileira, e abrindo 100 metros de fachada para a Baía de Guanabara. Em tudo isso se percebe ainda o toque inconfundível da sensibilidade e grandeza de seu fundador.

Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, a continuação da obra de Adolpho Bloch na Rede Manchete está nas mãos de pessoas do mais alto gabarito, como o Presidente Pedro Jack Kapeller - o sobrinho Jaquito -, como os diretores Carlos Sigelman, Fernando Barbosa Lima e Carlos Chagas. A eles, a todos os funcionários da Rede Manchete cabe a responsabilidade de levar ainda mais alto o ideal de uma grande rede de televisão, esteada na qualidade de suas realizações e comprometida com a cultura brasileira.

"Parar. Parar não paro.
Esquecer. Esquecer não esqueço.
Se caráter custa caro
pago o preço.

Pago embora seja raro.
Mas homem não tem avesso
e o peso da pedra eu comparo
à força do arremesso...

Um rio, só se for claro.
Correr, sim, mas sem tropeço.
Mas se tropeçar não paro
- não paro, nem mereço.

E que ninguém me dê amparo
nem me pergunte se padeço.
Não sou, nem serei avaro
- se caráter custa caro
pago o preço."

Preço da pluralidade nas comunicações. O Brasil de hoje talvez passe pela sobrevivência dessa heróica rede de televisão fundada por Adolpho Bloch.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) - Concedo a palavra ao nobre Senador Bernardo Cabral.

O SR. BERNARDO CABRAL - Sr. Presidente, creio que V. Ex^a não percebeu que a eminente Senadora Benedita da Silva é a próxima oradora.

Com muito prazer, gostaria de falar antes de S. Ex^a, para bancar aqueles motociclistas que anunciam a presença de pessoas mais importantes. Mas, no caso, prefiro falar depois da Senadora, pois os mestres vêm à frente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) - Nesse caso, concedo a palavra à nobre Senadora Benedita da Silva.

A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT-RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, representantes da Rede Manchete, em primeiro lugar, gostaria de parabenizar a iniciativa do Senador Roberto Requião.

O Partido dos Trabalhadores, associando-se à iniciativa do nobre Senador, vem a esta tribuna, democraticamente representado pela Senadora Benedita da Silva, para prestar esta homenagem a uma empresa à qual imputamos respeito, dignidade, transparência. São poucas as vezes em que o Partido dos Trabalhadores pode, com segurança, ocupar a tribuna para falar de uma empresa nacional como a Rede Manchete de Televisão. Para nós, sem dúvida nenhuma, é um desafio. Eu não poderia deixar

de lembrar um nome nesta sessão comemorativa dos 13 anos de existência da TV Manchete: Adolpho Bloch.

Tive a oportunidade de conversar com ele, por várias vezes, e pude constatar a sua simplicidade. Ele era russo de nascimento, emigrante pobre quando aqui chegou, em 1922. Mas a sua vida em nosso País foi um exemplo de patriotismo, de amor pelo Brasil.

Talvez eu não possa falar com a mesma brilhantismo com que o fez o Senador Requião, mas, pelo conhecimento que tenho dos investimentos que fez Adolpho Bloch no Estado do Rio de Janeiro, posso dizer que ele tinha pura e simplesmente sonhos. E alguns foram certamente realizados.

Adolpho Bloch costumava dizer àqueles que conviveram com ele que a riqueza e o dinheiro não valiam nada. Para ele o importante mesmo era o trabalho. E foi com esse objetivo que, depois de perder tudo na Rússia, ele veio para o Brasil e, por que não dizer, para o maior e melhor pedaço do Brasil, o Rio de Janeiro. E refez tudo evidentemente. Foi um estrangeiro que amou o Brasil como se fosse a sua terra de nascimento. Ele sempre fez esta declaração: "o Brasil é minha pátria de coração".

A TV Manchete foi, na verdade, um dos seus últimos sonhos realizados. Quando a emissora entrou no ar, em 5 de junho de 1983, Adolpho Bloch inaugurava também um novo capítulo da história da televisão em nosso País. Naquela época, o desafio era colocar no ar uma emissora moderna, com alta tecnologia, que pudesse não só acompanhar, mas chegar à frente, com um padrão de qualidade superior àquele que os brasileiros estavam acostumados a ver.

A preocupação com a qualidade da programação foi não só uma exigência, mas uma meta a ser cumprida. E saltou aos olhos de todos a qualidade dos programas da emissora e o alto nível técnico de seus profissionais, notadamente os do jornalismo.

Treze anos depois é importante notar que, mais viva do que nunca, a Manchete continua a primar pela qualidade e a competência profissional, que lhe conferem grande credibilidade junto ao público. A receita deu certo.

Durante esses anos, a Manchete inaugurou ainda, e isso é importantíssimo, a competitividade na televisão brasileira. Ela introduziu essa forma de competir com muita elegância, justezas e, por que não dizer, realidade. Inovou ao dedicar grande parte de sua programação ao jornalismo e ao apresentar um telejornal com duas horas de duração, onde as

notícias tinham o peso adequado e comentários de quem entende do assunto. É bom ver e ouvir Manchete. Inovou ao buscar na qualidade a matéria-prima para seus programas. Inovou ao criar novelas com categoria de cinema. Inovou ao lançar talentos em diversas áreas da TV.

Na teledramaturgia, o resgate das superproduções começou com "A Marquesa de Santos" e teve seu ponto de honra com "Dona Beija", que causou grande repercussão nacional, tanto pela fascinante história como pela beleza da atriz Maitê Proença, num de seus melhores trabalhos. Por que não citar também a participação altamente ativa do ator Antônio Pitanga, reconhecido no cinema novo brasileiro, mas que teve na Manchete as oportunidades de participar, por exemplo, de "Tudo em cima", "Helena", "Corpo Santo", "Carmem", "Olho por Olho", "Ana Raio e Zé Trovão", "Guerra Sem Fim" e "Kananga do Japão", grandes sucessos da teledramaturgia brasileira. Mas desejo ressaltar a verdadeira explosão ecológica, a novela "Pantanal", que deu início a uma nova fase da televisão brasileira.

Com o cenário saindo dos estúdios para o bucolismo de uma das mais belas regiões do planeta, o pantanal mato-grossense, a Manchete fez história e lançou para o Brasil e o mundo imagens que ficaram gravadas para sempre. Foi o maior debate que houve em relação a uma novela na televisão brasileira.

Os índices de audiência comprovaram o grande sucesso. E, nesse ano, 1990, a emissora recebia o prêmio de veículo do ano, concedido pela ABAP (Associação Brasileira de Propaganda). Os responsáveis foram a qualidade do jornalismo e a inovação na teledramaturgia.

Essa linha de produção continua. Agora mesmo está no ar "Tocaia Grande", de Jorge Amado. A Manchete apostou também nas minisséries, para vencer a guerra da audiência: "Ilha das Bruxas", que contava histórias do folclore catarinense; "O Farol", que mostrava as belezas de uma ilha paradisíaca; "Escrava Anastácia", onde o sincretismo era destaque, além da exuberância de "Canto das Sereias". Esses foram alguns dos presentes que a emissora deu ao público. Desse filão também saíram "O Guaraná", "Floradas na Serra", clássicos da literatura, levados com ousadia e inteligência para a telinha.

Essas são produções que, além de reacenderem em nós a prática de nossos hábitos e costumes, têm dado trabalho a milhares de autores, produtores, artistas de um modo geral. São produções nacionais, feitas por profissionais brasileiros, para se-

rem vistas por brasileiros e elogiadas também no estrangeiro, por que não?

Outra característica da Manchete é a ousadia, é a busca do inusitado, da novidade. Foi assim que a emissora inaugurou também uma nova faixa de horário dedicada à programação infantil. Nesse particular, quando o "Clube da Criança" entrou no ar, com uma linguagem inteiramente voltada para a criançada, apresentadoras como Xuxa e Angélica ganharam fama da noite para o dia.

A cobertura do carnaval, a maior festa popular do nosso País, também sempre foi um ponto alto da emissora. O pioneirismo e, por que não dizer, a audácia moldaram mais esse sucesso da Manchete. A emissora apostou na grande façanha de mostrar as imagens do carnaval carioca, e o público brasileiro foi quem ganhou com a Manchete no ar.

É importante lembrarmos coberturas memoráveis, ao vivo, realizadas pela emissora. Foi assim com a campanha pelas "Diretas Já", a eleição de Tancredo Neves, o drama que atingiu o Presidente eleito, os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, a queda de Fernando Collor, o Plano Real e a eleição do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Aos poucos, a TV Manchete foi conquistando o público com qualidade e eficiência, ocupando o seu espaço no seio da família brasileira.

E mais novidades ainda estão por vir. A emissora já se prepara para colocar no ar o primeiro telejornal interativo que ligará, via Internet, o Brasil ao resto do mundo.

Adolpho Bloch continua entre nós. Seu espírito corajoso e empreendedor está infiltrado no chão, nas paredes, em cada lugar por onde deixou sua marca de realizador. Ele deixou sementes espalhadas por todo o País. Ao todo são hoje 49 emissoras afiliadas em todo o território nacional. As sementes estão aí plantadas, não só em suas realizações materiais, como também nos corações daqueles que com ele conviveram e partilharam dos frutos do seu trabalho.

Falo de Pedro Jack Kapeller - o Jaquito, novo Presidente; de Carlos Sigelmann, Vice-Presidente; de Jackeline Kapeller, superintendente; de nosso tão conhecido Carlos Chagas; e de todos os trabalhadores que fazem hoje da TV Manchete uma realidade.

Não só a informação e a qualidade das imagens projetadas, Adolpho Bloch, através de sua empresa, construiu e doou escolas. Eu não poderia deixar de fazer esse registro, quando sei que a Escola Joseph Bloch, com 550 alunos, em Parada de Lucas, pôde funcionar com doação dessa empresa,

como também a Escola Gilda Bolch, em Teresópolis, com 800 alunos. Empresas como essas, com a responsabilidade, com esses investimentos, com a seriedade com que têm tratado o povo brasileiro, merecem de todos nós o carinho e o respeito.

Por isso, em nome do Partido dos Trabalhadores, quero repetir que Adolpho Bloch continua entre nós como um exemplo de amizade, atenção e carinho pelas pessoas, e dedicação ao trabalho.

Quem sabe, sente. Manchete é prá gente! (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) - Concedo a palavra ao nobre Senador Bernardo Cabral.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL-AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Eminente Senador Ney Suassuna, que preside esta sessão; eminente Vice-Presidente da Rede Manchete, Dr. Carlos Sigelmann, que por certo está encarnando também aqui Jack Kapeller, o nosso "Jaquito"; eminentes e queridos amigos Murilo Mello Filho e Carlos Chagas - um, Murilo, há quase quarenta anos ininterruptos; o outro, Carlos Chagas, há mais de trinta, e os dois têm mantido comigo um sentimento de amizade que tem sido suficientemente forte para vencer o tempo, a distância e o silêncio; Srs e Srs. Senadores:

O Senador Roberto Requião conseguiu hoje estilar em todos nós um sentimento - estou certo - de que não somos possuídos: o sentimento da inveja. Com a autoria do seu requerimento, nesta homenagem merecida à Rede Manchete, S. Ex^a produziu aquilo para que um Parlamentar deve estar sempre atento, uma homenagem mais do que merecida. Diz S. Ex^a, no poema que leu, que, se caráter custa caro, S. Ex^a paga o preço. Digo, por meu turno: se esta ousadia de usar a tribuna agora custa caro, quero pagá-lo. Porque eu deveria não vir de mãos abanando, com um discurso denso, adrede preparado, para que pudessem os dois primeiros ser comparados na sua superioridade a este meu, que seria muito menor.

Ora, se, de improviso, é evidente que ele não poderá ser comparado, também não pago um preço a mais pela ousadia de usar a tribuna depois dos dois oradores: Senadora Benedita da Silva, que nos dá o segundo item da inveja, porque nasceu no Rio de Janeiro e ali está a Rede Manchete; e o Senador Roberto Requião, porque produziu, sem dúvida nenhuma, uma peça de oratória vinda lá de dentro.

O que deverei eu fazer, portanto? Vir para cá e ser repetitivo? Falar sobre a Rede Manchete, do seu 13º aniversário, das conquistas, dos sofrimentos, do

tempo tantas vezes perdido em perseguição de outras com maior disponibilidade financeira? Será que isso acrescentaria alguma coisa? O que posso eu dizer então, sem correr o risco da comparação do discurso que é a lamparina para o sol, dos que aqui foram pronunciados? Ou dizer alguma coisa que me toca o coração? É por aí que devo dizer.

Quando conheci Adolpho Bloch - e quero prestar a minha homenagem centralizando-a nele - foi pelas mãos de Murilo Mello Filho. Era então um simples Deputado Estadual, depois de ter sido Chefe da Casa Civil, onde começou a amizade entre mim e Murilo.

Homem extremamente afável, guardo dele, sem dúvida nenhuma, a idéia do cidadão que era um combatente. Ele trazia sempre presente aquela pessoa que não faz da esperança um trânsito para o desencanto. Ele alimentava suas esperanças sabendo que podia sonhar sempre com vitórias. Depois, Deputado Federal, Murilo dirigia a **Revista Machete** aqui em Brasília. A nossa amizade se estreitou e, mais tarde, já como Presidente do Centro Cultural Brasil-Israel, no Rio de Janeiro, com o meu mandato cassado, 10 anos de direitos políticos suspensos, Adolpho Bloch me recebia no seu apartamento, na Avenida Atlântica, no Edifício Machado de Assis.

E os planos que ele elaborava, o que ele dizia para o futuro, dava uma idéia de que ele era eterno. E se não o foi em termos físicos, está aqui provando a sua eternidade na lembrança de todos nós.

É incrível como certas pessoas trazem consigo, de forma tão arraigada, o sentimento da existência, que ela é capaz de sobrepujar a materialidade momentânea, eventual, para se firmar ad eternum.

Adolpho Bloch dizia sempre - e eu anotei - que o relógio das religiões marca séculos e não horas. É que ele era judeu-ucraniano e sabia, pela perseguição que havia sofrido com a sua família, que é bom que se marquem séculos, que o relógio, com seus ponteiros, não pense nas horas. Não havia, portanto, dentro dele, o sentimento do fanatismo religioso, até na forma como defendia Israel, após a sua criação. Quem visita aquele país vê, sobretudo em alguns institutos como o Weizmann, o seu nome como um dos doadores. Sente-se na criação da revista **Manchete** e, depois, da TV Manchete um sentimento que ele deve ter carregado a vida inteira.

No instante em que o Senado Federal, a mais alta Casa Legislativa, presta homenagem à Rede Manchete, no seu 13º ano de existência, e não consegue englobar tudo da figura de Adolpho Bloch,

deve-se dizer - é uma idéia que tenho - que ele foi muito grande para o seu tempo.

Se considerarmos que um homem, após ter ultrapassado meio século de existência, consegue criar dentro de si, em concorrência com uma outra rede de televisão estabelecida e estabilizada há tanto tempo, a idéia de que deveria lutar para que se mostrasse uma alternativa, como se ele não soubesse dos percalços, é de se registrar que essa homenagem é mais do que sincera.

Todos nós, hoje, pagamos um preço, não apenas o preço do poema do Senador Roberto Requião. É como se estivéssemos aqui, chegando perto do pedágio, e tivéssemos que parar o nosso veículo para pagá-lo; caso contrário, não poderíamos ultrapassar as barreiras.

Pago, hoje, o preço desse pedágio. Quero ultrapassá-lo. Quero que nos Anais da Casa fique registrado que aquele Deputado Federal, que teve o seu mandato cassado e dez anos de direitos políticos suspensos, sempre recebeu de Adolpho Bloch o carinho, a ternura, o apoio - e ele já havia feito por Juscelino Kubitschek, como já registrado aqui e não vou repetir, tudo o que um amigo leal pode fazer.

Se não trouxe um discurso preparado, denso, como ele merecia, se venho com as mãos vazias, devo dizer que estou com meu coração cheio de ternura, de agradecimento, de reconhecimento. Talvez por isso penso que devo corrigir a frase: Adolpho Bloch não foi somente grande para a sua época; foi genial para o seu tempo.

E, se é assim, se é com esse sentimento que eu dizia a V. Ex^{as}s que tinha a audácia de ocupar a tribuna, é menos pelo valor que o discurso pudesse ter e mais pelo sentimento que nesta hora eu deveria registrar. E, ao registrá-lo, quero fazer minha, na conclusão desta fala, uma palavra que foi dita pelo meu velho e querido amigo Murilo Mello Filho. Num dos melhores artigos que já se escreveu sobre Adolpho Bloch, Murilo dizia: "Adolpho sempre sonhou com o Brasil grande". Este Brasil grande está hoje homenageando a memória de Adolpho Bloch.

Obrigado, Sr. Presidente. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) - Concedo a palavra ao noôbre Senador Francelino Pereira.

O SR. FRANCELINO PEREIRA (PFL-MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente desta sessão, Senador Ney Suassuna; Sr. Vice-Presidente do Sistema Manchete, Carlos Sigelmann, que aqui, com certeza, expressa também o sentimento de Jaquito; Sr. Murilo Mello Filho; Sr. Carlos Chagas; Sr. Ronaldo Vídigal;

Sr. Sérgio Ross; Sr^{as}s e Srs. Senadores; ontem fiquei um pouco preocupado, porque fui informado de que deveria ser, se não o primeiro - desculpem-me a imodéstia - , pelo menos o segundo ou o terceiro signatário desse requerimento para homenagem ao 13º aniversário da Rede Manchete do Brasil. Foi bom que isso acontecesse, porque não me sentiria bem de me deter para escrever, em detalhes, expressões que pudessem traduzir toda a nossa admiração e respeito ao empreendimento que a família Bloch promoveu neste País para engrandecê-lo e eternizá-lo.

A nossa intimidade no convívio da vida empresarial e política da família Bloch e, de minha parte, como homem público e político militante, foi sempre prazerosa, porque traduzia um sentimento de respeito ao cidadão que iniciou a sua vida política e pública na terra mineira, desde a minha Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais até o Senado desta República brasileira. Aqui estamos exatamente para juntar o nosso sentimento a esta homenagem efetivamente merecida por todos aqueles que contribuíram e estão contribuindo para o sucesso do sistema da Rede Manchete neste País.

A imprensa tem um papel decisivo na construção de uma nação e, quanto mais livremente ela exerce as suas atividades, mais fluente se torna o projeto político de um estado ou de um país.

Adolpho Bloch, com a sua ternura, o seu sentimento de companheirismo, pela sua impressionante devoção ao Brasil, pela sua crença no destino desta Nação, pelo amor desmedido que sempre teve a todos os brasileiros, há de merecer sempre o respeito e a consideração de todos os homens que formam e constroem este País.

Naturalmente que o primeiro deles é exatamente Adolpho Bloch. O que mais me encanta ainda hoje, ao pensar em Adolpho Bloch, não é propriamente tudo que ele empreendeu na vida, no campo da comunicação, mas o seu otimismo.

Na juventude, fui adversário de Juscelino Kubitschek na Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais. Anos depois, tornei-me amigo pessoal de sua esposa e de suas filhas. Sempre afirmei que o que eu mais admirava em Juscelino não eram as realizações que havia empreendido nesta Nação; o que mais me encantava em sua vida foi, é e será sempre a revolução do otimismo.

Antes de Juscelino, poucos acreditavam neste Brasil. Diziam mesmo que esta Nação crescia à noite porque os brasileiros estavam dormindo. Quando Adolpho Bloch chegou ao Brasil e se transformou

em um empreendedor dos mais capazes, a tônica do seu comportamento foi exatamente promover sempre a revolução do otimismo.

A meu ver, foi exatamente esse sentimento de otimismo de Juscelino e de Adolpho Bloch que os aproximou e fez de Juscelino um apaixonado permanente, até sua morte, por Adolpho, e de Adolpho Bloch um apaixonado permanente pela figura e pela história de Juscelino Kubitschek de Oliveira.

Sempre que lia as crônicas de Adolpho Bloch a respeito do mineiro Juscelino Kubitschek de Oliveira, eu procurava identificar esse traço comum da confiança no futuro, do otimismo desta Nação, da crença no destino deste País. Daí a razão pela qual, quando se comemora o sucesso da Rede Manchete, temos sempre a lembrança voltada para essa identificação no comportamento, na palavra, no amor e na paixão entre Juscelino Kubitschek de Oliveira e Adolpho Bloch.

A última vez que demoradamente estive com Adolpho Bloch foi na Praia do Russel, sede da Rede Manchete, em um café da manhã oferecido por ele, estando presentes seu irmão, meu amigo íntimo, Oscar Bloch, mais dois ou três convidados e a artista Xuxa. Naquela ocasião, conversávamos desataviadamente, espontaneamente, e, por mais íntima que fosse a nossa conversa e a nossa convivência naquele momento, de minutos em minutos ele sempre tinha uma palavra para enriquecer a conversa sobre o destino da Nação brasileira. Ele tinha horror aos juros bancários, à agiotagem; combatia de todas as formas os mecanismos financeiros do País que, em certos momentos, contribuíram para perturbar os seus sonhos de otimismo e de confiança no Brasil.

Mas, de tanto viver, conviver, conversar, debater com os homens públicos, empresários, jornalistas, trabalhadores da Nação, no dia em que faleceu, no prédio da Rede Manchete, na Praia do Russel, lá chegamos imediatamente para vê-lo, como se fosse uma figura encantada que não pudesse desaparecer naquela hora, pois simbolizava um projeto da maior significação para todos nós, brasileiros.

Fui ao seu sepultamento, abracei os seus amigos, olhei as dimensões daquele prédio, daquele edifício e vi, naquela projeção, a própria figura do homem que a encamou e projetou um sistema de comunicações dos mais respeitados do País. Ninguém foi mais guerreiro do que ele; ninguém lutou mais do que ele. Promovera um empreendimento no campo da comunicação quando o sucesso já estava enraizado e outros segmentos do setor precisavam de muito apoio, muita colaboração, muita coragem e

destemor. Quando faleceu, todos nós ficamos tristes, mas na expectativa de que os seus seguidores - já que Oscar Bloch, seu irmão, também falecera - continuassem a sua obra, mantendo sempre íntegra a sua imaginação e o seu respeito por esta Nação.

Comecei por falar cerimiosamente do meu querido amigo Murilo Mello Filho, mas peço permissão à Casa para sair um pouco da liturgia que é imposta pelo meu querido Presidente José Sarney para dizer-lhe, meu querido Murilo Mello Filho, que devo muito da minha vida pública a você - permita-me o tratamento de intimidade. Desde o "Posto de Escuta", para o qual fornecia algumas frases e textos que criávamos na imaginação dos homens de Minas, até os textos que você colocava na minha boca e expressava em sua revista. Fomos e continuamos a ser amigos; temos uma grande afeição um pelo outro. Sinto assim, e tenho certeza que você tem o mesmo sentimento.

Temos hoje a presença, neste plenário, do jornalista Carlos Chagas, o Chaguinha, um jornalista completo, competente, corajoso, leal, inclusive a Adolpho Bloch. Poderia estar atuando em outros meios de comunicação plenamente vitoriosos nesta Nação, mas ele sempre fez questão de honrar o compromisso que tinha com a Rede Manchete, e aqui está enriquecendo a Mesa que preside os trabalhos neste dia.

A Rede Manchete nasceu, salvo engano, da revista **Manchete**. Não havia, no Brasil, quem não a lesse; todos a adoravam e a aplaudiam, sobretudo pelo otimismo que a revista expressava e infundia no Brasil inteiro. Era considerada a revista da confiança no futuro. Bem diferente dos tempos de hoje, em que o ataque ou o jornalismo de investigação, bastante cruel, torna a face do Brasil um pouco mais angustiante.

De qualquer forma, a revista **Manchete** e mais as 25 rádios existentes no País, lembrando-me sempre da Praia do Russel ou de Parada do Lucas, com a gráfica da Rede Manchete, todo esse sistema merece hoje, com bem afirmou o Senador Roberto Requião e os oradores seguintes, a nossa palavra de respeito e de admiração a esse empreendimento do Brasil.

Trago, portanto, em nome da nossa amizade, em nome do nosso sentimento, uma expressão de respeito e admiração de todos os mineiros, de todos os Partidos, de todas as parcelas, porque eu amo a todos e todos me estimam e respeitam.

Trago também, em nome do meu mandato de Senador da República, a humildade da minha home-

nagem, que cresce diante da Mesa que preside estes trabalhos. Aos meus amigos da Rede Manchete, aos construtores dessa apaixonante aventura de Adolpho Bloch, os abraços carinhosos e os votos de um sucesso permanente, que se eternize na mente, na imaginação de todos os brasileiros.

Muito obrigado. (Muito bem! Palmas!)

Durante o discurso do Sr. Francelino Pereira, o Sr. Ney Suassuna, suplente de secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. José Sarney, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Concedo a palavra ao nobre Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PSL-SP. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, Srs. representantes do Grupo Manchete, solicitei a palavra para, com muita satisfação, saudar da tribuna da mais alta Casa de Leis do País o aniversário de uma organização jornalística que engandece o universo das comunicações no Brasil. Refiro-me, com prazer, à TV Manchete, cujo 13º aniversário transcorre hoje, como novo marco de sucesso numa caminhada de dificuldades e lutas, que continuam a ser superadas graças à influência dos ensinamentos legados pela capacidade intelectual e empresarial de um grande homem.

Saudar a TV Manchete, assim como qualquer dos órgãos que integram o grupo empresarial constituído pela Bloch Editores S. A. e pela rede de emissoras de rádio e TV a ela coligadas, é homenagear a memória do seu fundador, o saudoso e querido amigo de todos os brasileiros, Adolpho Bloch, falecido em São Paulo há seis meses. Esse é o homem no qual o Brasil reconhece os méritos de um desbravador, de um inovador, de um realizador. Desde que aqui chegou com sua família, em 1922, vindo de Klew, na Ucrânia, Adolpho Bloch perseguiu incansavelmente os objetivos que resultaram na formação daquele conglomerado de revistas, rádios e emissoras de TV.

Nada se fez na emissora que não passasse pelo seu crivo e não recebesse sua orientação. Lembro que, judeu de nascimento, com destemor, com carinho, com amor à causa pública e à paz - à paz, meus senhores! -, se uniu a um punhado de árabes - como eu, descendente deles -, e conseguiu construir a paz no nosso território, representado pelas duas comunidades. E esta - como a dele - é a terra que nossos pais têm por adoção e onde deixaram todo o seu amor, e mais do que isso: o pó do seu corpo.

Srs e Srs. Senadores, nós, integrantes do Poder Legislativo - o único cuja existência livre condiciona, por si só, os conceitos de democracia e Estado de Direito -, temos que nos regozijar a cada aniversário de um órgão de imprensa, ainda mais quando esse órgão tem o porte e o desempenho de uma rede de TV que cobre o território nacional, informando e formando a todo momento a nossa sociedade. Nossa regozijo deve ampliar-se por lembrarmos que a informação é a essência do poder e a imprensa, colocando as informações ao alcance de todos os cidadãos, é a mola-mestra para a democratização do poder.

Pois é também com esse sentido que venho à tribuna para felicitar, na TV Manchete, toda a imprensa brasileira, que tem nessa organização um expoente e um exemplo de como se pode e se deve trabalhar pela grandeza da Pátria.

O Senador Bernardo Cabral disse que não trouxe nada escrito. Trouxe as suas palavras, na alma e no coração, porque os oradores que o antecederam já se referiram, com entusiasmo e conhecimento, ao que representou Adolpho Bloch e a TV Manchete para os destinos do nosso País. Eu diria que toda as adjetivações que se fazem sobre homens de bem são sinônimos. Não há por que repeti-las.

Eu pediria permissão à Mesa e aos dirigentes da TV Manchete para, dentro de uma nota triste, lembrar o nome do Dr. Júlio de Mesquita Neto, cujo falecimento nos traz a certeza de uma alegria no céu, onde, sem dúvida, amigo de Bloch, estará com ele conversando agora sobre uma forma de abençoar e proteger a imprensa brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Palmas!)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPILCY (PT-SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Senador José Sarney, Srs e Srs. Senadores, Sr. Vice-Presidente da Rede Manchete, Carlos Sigelmann, Sr. Murilo Mello Filho, Sr. Carlos Chagas, Sr. Ronaldo Vidigal, Sr. Sérgio Ross, é com grande alegria que partilhamos dos cumprimentos à Rede Manchete de Televisão por seu 13º aniversário e homenageamos o Sr. Adolpho Bloch, a sua memória, o seu exemplo de empreendedor otimista, capaz de organizar no Brasil uma das melhores redes de televisão, que tanto orgulha os brasileiros por termos, em nosso País, um sistema de comunicação extremamente avançado, referindo-me não apenas à Rede Manchete, mas a todas as emissoras de televisão.

Sr. Presidente, gostaria de ressaltar o quanto importante é para nós termos diversas emissoras de televisão com a qualidade, o pioneirismo e a vontade de acertar que têm caracterizado a Rede Manchete de Televisão, seja por sua programação jornalística, seja pela cobertura que faz de eventos de grande relevância para a história do Brasil, para a nossa cultura. Por exemplo: a cobertura que tem feito dos diversos carnavales brasileiros, as iniciativas tomadas no campo da novela, tão inovadoras e que, muitas vezes, criaram padrões, como foi, por exemplo, a já citada, pelos que me antecederam, novela "Pantanal", e, hoje, "Tocaia Grande". Percebemos que a Manchete sempre tem dado cobertura para que grandes artistas brasileiros, grandes autores, possam ter o seu reconhecimento e a sua consagração em virtude dessas iniciativas.

Quero registrar, sobretudo, aqui, o jornalismo da TV Manchete. As figuras de Carlos Chagas e Murilo Mello Filho representam bem a vontade de fazer do jornalismo algo que possa ser caracterizado pela isenção, pela imparcialidade.

Muitas vezes, nós, do Partido dos Trabalhadores, ficamos preocupados quando percebemos que algum meio de comunicação está como que protegendo alguns partidos, ou alguns homens ou mulheres na vida pública, mais que outros. Certamente, essa é uma preocupação que temos desde o início da história do PT. Mas quando um programa, como o jornal da TV Manchete, abre as suas portas para, com isenção, colocar os pontos de vista de todos nós, que representamos o mais largo espectro da vida partidária, da opinião pública brasileira, queremos dizer que isso é algo de grande relevância e importância para o progresso da democracia em nosso País.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Concedo a palavra ao jornalista Murilo Mello Filho, representando a Rede Manchete.

O SR. MURILO MELLO FILHO - Sr. Presidente José Sarney, Srs. Senadores, meus amigos, minhas amigas: José Sarney, Roberto Requião, Benedita da Silva, Bernardo Cabral, Josaphat Marinho, Francelino Pereira, Edison Lobão, Antonio Carlos Magalhães, Pedro Simon, Eduardo Suplicy, Romeu Tuma, Valmir Campelo, Gerson Camata, Guilherme Palmeira, grandes amigos, cujas trajetórias acompanhados de perto com muito desvelo e carinho, voltaram-nos hoje aqui, neste plenário do Senado da República, nesta homenagem aos 13 anos da Rede Manchete de Televisão.

A vida pública no Brasil, meus Senadores, varia muito entre a Câmara e o Senado, entre a Oposição e o Governo, entre o Legislativo e o Executivo. Cada homem brasileiro vai carregando a sua cruz e percorrendo o seu calvário, geralmente penoso e difícil, embora dignificante. Também ingrata e difícil, embora gratificante, é a vida de uma empresa privada como a nossa, com seus seis mil funcionários que em vida representam cerca de 20 mil pessoas.

Os Srs. Senadores da República, com os graves deveres que já agora lhes pesam sobre os ombros; nós, com o nosso edifício construído e plantado à beira da Baía da Guanabara, como se fosse uma dádiva generosa ao esplendor da cidade, com a nossa galeria de arte brasileira e o nosso Teatro Adolpho Bloch; com o nosso engajamento na grande revolução que se processa atualmente neste País, através da cultura e da educação; com os milhões de folhetos, de cartilhas e de livros didáticos que estamos imprimindo; com os cem mil metros de área construída no nosso Parque Gráfico de Parada de Lucas; com as nossas doze revistas e os seus dois milhões de exemplares por mês, sobretudo com as nossas seis emissoras de rádio e com as nossas quarenta e oito estações afiliadas à Rede Manchete de Televisão, em todo o País, que cobrem praticamente todo o Território Nacional, retratando em seus programas, toda a nossa filosofia, que é também a sua filosofia de otimismo e de confiança nos destinos deste Brasil.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, sabemos avaliar muito bem as terríveis responsabilidades e as tremendas dificuldades que já agora lhes pesam sobre os ombros, como uma das Casas Legislativas do País. Mas confiamos também na sua fibra, no seu talento, na sua sabedoria, suficientes para que não se frustre a radiosa esperança que todos nós depositamos na liderança e nos líderes que já deram tantas e tão indiscutíveis provas de competência e de sabedoria.

Em nome de Adolpho Bloch, nosso grande comandante, que ficaria muito feliz se pudesse, hoje, estar presente nesta sessão; em nome de Oscar Bloch Sigelmann, o nosso vice-presidente, aqui continuado por Carlos Sigelmann, seu grande filho; em nome de Pedro Jack Kapeller, o nosso novo presidente, em nome das centenas de jornalistas e dos milhares de operários que constroem a nossa grandeza, só me resta agradecer, sensibilizado e do fundo do coração, esta homenagem do Senado da República aos treze anos da Rede Manchete de Televisão.

Srs. Senadores, devo concluir estas palavras, que espero não tenham sido enfadonhas demais, dizendo-lhes apenas que o Brasil de hoje tem pressa. Teremos que fazer, nestes próximos vinte anos, quase tudo quanto as nações hoje já desenvolvidas levaram duzentos anos para realizar.

Por isso mesmo, está agora a nossa geração chamada a cumprir um fascinante desafio no plano do progresso: a missão e o desafio de dizer se somos ou não competentes para construir uma sociedade justa, moderna e progressista, que as gerações anteriores, por motivos que não nos cabe aqui discutir, não puderam realizar.

Por tudo isso, estamos já agora, neste plenário do Senado da República e na Manchete, definitivamente resolvidos a provar, independentemente de comissões de inquérito, de facções ideológicas ou de partidos políticos, a nossa capacidade como povo e a nossa viabilidade como Nação, pois a nossa bandeira é de otimismo, a nossa mensagem é de grandeza, a nossa hora e vez é de participação, já e aqui.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - A Mesa do Senado Federal deseja agradecer, em nome da Casa, a presença honrosa, nesta homenagem, do Sr. Carlos Sigelmann, vice-presidente da Rede Manchete, e dos jornalistas Murilo Mello Filho, Carlos Chagas, Ronaldo Vidal, Sérgio Ross.

A Presidência se associa às homenagens aqui feitas à Rede Manchete, importante instrumento de comunicação do País, marcada pelo pioneirismo, pela inovação e pelo profissionalismo.

Os oradores que aqui falaram na unidade da diversidade de todas as tendências desta Casa bem demonstraram o apreço do Senado Federal à Rede Manchete e a tudo o que ela tem feito em favor da comunicação no País. Desejamos que ela prossiga cumprindo com a missão a que se propôs.

Falar da Rede Manchete é falar de Adolpho Bloch. É impossível falar da Rede Manchete sem falar de Adolpho Bloch. Portanto, quero assinalar que esta Casa prestou-lhe, ainda em vida, a homenagem que merecia. Depois de sua morte, em reiteradas oportunidades, também o Senado Federal pode dizer o que sempre significou Adolpho Bloch para este País, como grande jornalista, empresário e, sobretudo, como personalidade admirável que acreditava no Brasil e dava exemplo, a todos nós, de seu otimismo em relação ao futuro de nossa Pátria.

Em nome do Senado Federal, mais uma vez, agradeço a presença de todos que aqui estão.

Suspendo a sessão para que possamos, em seguida, concluir os trabalhos desta tarde.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 15h51min, a sessão é reaberta às 15h56min.)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Está reabertura a sessão.

Sobre a mesa expediente que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Renan Calheiros.

É lido o seguinte:

EXPEDIENTE

MENSAGEM

DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Restituindo autógrafos de projeto de lei sancionado:

Nº 178, de 1996 (nº 494/96, na origem), de 4 do corrente, referente ao Projeto de Lei da Câmara nº 8, de 1994 (nº 1.374/91, na Casa de origem), que revoga os parágrafos únicos dos art. 213 e 214 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, sancionado e transformado na Lei nº 9.281, de 4 de junho de 1996.

Submetido à deliberação do Senado Federal a escolha de nome indicado para cargo cujo provimento depende de sua prévia aquiescência:

MENSAGEM Nº 179, DE 1996

(nº 495/96, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 84, inciso VII, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 18, inciso I, e nos arts. 56 e 58, do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, no art. 53, inciso I, alínea "a", e no art. 54, do Anexo I ao Decreto nº 1.756, de 22 de dezembro de 1995, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejoo fazer, do Senhor Luiz Jorge Rangel de Castro, Ministro de Primeira Classe, da Carreira de Diplomata, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Tunísia.

Os méritos do Embaixador Luiz Jorge Rangel de Castro, que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função, constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 4 de junho de 1996. – **Fernando Henrique Cardoso.**

EM Nº 250 / DP/ARC/G – MRE/APES

Brasília, 29 de maio de 1996

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso VII, da Constituição, e com o disposto no art. 18, inciso I, e nos arts. 56 e 58, do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, no art. 53, inciso I, alínea "a", e no art. 54, do Anexo I ao Decreto nº 1.756, de 22 de dezembro de 1995, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação do Senhor Luiz Jorge Rangel de Castro, Ministro de Primeira Classe, da Carreira de Diplomata, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Tunísia.

2. Encaminho, igualmente em anexo, informação sobre o país e **curriculum Vitae** do Embaixador Luiz Jorge Rangel de Castro, que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame de seus ilustres membros.

Respeitosamente, **Sebastião do Rego Barros** – Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores.

INFORMAÇÃO

Curriculum Vitae

LUIZ JORGE RANGEL DE CASTRO

Roma/Itália (brasileiro, de acordo com o artigo 69, inciso III, da Constituição de 1891), 28 de dezembro de 1933.

Filho de Sylvio Rangel de Castro e Louise Rangel de Castro.

Bacharel do Ensino Secundário, Faculdade de Letras, Universidade de Caen, França.

Bacharel em Relações Internacionais, Instituto de Estudos Políticos, Universidade de Paris.

Diplomado em Direito Internacional Público, em pós-graduação, Faculdade de Direito, Universidade de Cambridge, Inglaterra.

"Proficiency Certificate in English", Universidade de Cambridge.

Diploma da "Davies School of English", Cambridge.

Diplomado pela Academia de Direito Internacional, Haia.

Curso de Comunicação de Massa e Relações Públicas, Universidade Americana de Beirute. Professor de Promoção Comercial no Curso de Prática Diplomática e Consular, IRBr, 1975.

Professor nos Cursos de Treinamento de Especialistas em Promoção Comercial (CITRE) do MRE-CENDEC, Brasília, 1976/78.

Seminário sobre "Impacto do Desenvolvimento Tecnológico Computacional", Santiago.

Terceiro-Secretário, 7 de dezembro de 1961.

Segundo-Secretário, merecimento, 26 de julho de 1966.

Primeiro-Secretário, merecimento, 1º de janeiro de 1973.

Conselheiro, merecimento, 10 de novembro de 1975.

Ministro de Segunda Classe, merecimento, 2 de março de 1979.

Ministro de Primeira Classe, merecimento, 19 de dezembro de 1990.

Assistente do Chefe da Divisão da África, 1964/65.

Chefe, interino, da Divisão da África, 1964.

Auxiliar do Chefe do Departamento de Promoção Comercial 1973/75.

Assessor do Chefe do Departamento de Promoção Comercial, 1973/75.

Assessor do Chefe do Departamento de Promoção Comercial, 1975.

Coordenador do Convênio Itamaraty-IPEA, 1973/76.

Chefe da Divisão de Estudos e Pesquisas de Mercado, 1976/80.

Chefe do Departamento de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica, 1988.

Diretor Executivo da Agência Brasileira de Cooperação, 1988.

Chefe do Departamento de Promoção Comercial, 1988/92.

Dacar, Terceiro Secretário, 1962/63.

Dacar, Encarregado de Negócios, 1963.

Haia, Terceiro Secretário, 1966.

Haia, segundo Secretário, 1966/1969.

Haia, Chefe do Secom, 1966/1969.

Beirute, Segundo Secretário, 1966/69.

Beirute, Chefe do Secom e Encarregado do Serviço Consular 1969/72.

Madri, Ministro-Conselheiro, 1980/82.

Madri, Encarregado de Negócios, a.i., 1982.

Riade, Encarregado de Negócios, 1987.

Santiago, Cônsul-Geral 1983/88.

São José, Embaixador, 1992/96.

À disposição do Ministro de Negócios Estrangeiros do Senegal, durante a visita oficial do Presidente do Senegal ao Brasil, 1964.

Missão Comercial Brasileira à África Ocidental, 1965 (Secretário-Executivo).

Seminário sobre Organização de Serviços Nacionais de Informação Comercial, Centro de Comércio Internacional Unctad/Gatt, Genebra, 1972.

Reunião do Grupo de Peritos Governamentais em Promoção das Exportações, Centro Interamericano de Promoção das Exportações (CIPE/CIES), Bogotá 1973 (chefe da delegação brasileira).

À disposição do Chefe da Delegação do México às cerimônias de posse do Presidente Ernesto Geisel, 1974.

II Sessão da Comissão Mista Teuto-Brasileira de Cooperação Econômica, Brasília, 1975 (membro da delegação brasileira).

À disposição do Chefe da Delegação de El Salvador às cerimônias de posse do Presidente João Figueiredo, 1979.

III Reunião da Comissão Mista Brasil-Espanha, Brasília, 1979 (membro da delegação brasileira).

I Reunião da Comissão Mista de Coordenação Brasileiro-Mexicana, Brasília, 1979 (Coordenador da Delegação brasileira na Subcomissão Econômica e Comercial).

X Reunião da Comissão Especial Brasileiro-Argentina de Coordenação (CEBAC), Buenos Aires, 1979 (Subchefe da Delegação Brasileira).

VI Sessão da Comissão Mista Teuto-Brasileira de Cooperação Econômica, Bonn, 1979 (subchefe da delegação brasileira).

XXX Sessão do Conselho de Administração do PNUD, Genebra, 1988 (chefe da delegação brasileira).

I Reunião da Comissão Mista Brasil-Bélgica de Cooperação Científica, Tecnológica e Industrial, Bruxelas, 1988 (chefe da delegação brasileira).

III Sessão da Comissão Mista Brasil-República Popular da China de Cooperação Científica e Tecnológica, Pequim 1988 (chefe da delegação brasileira).

VIII Reunião Intergovernamental de Cooperação Técnica Brasil-Japão, Tóquio, 1988 (chefe da delegação brasileira).

VII Reunião da Comissão Mista Brasil-Iraque, Bagdá, 1988 (membro da delegação brasileira).

"O Presidencialismo na América e no Brasil", tese de graduação, Instituto de Estudos Políticos da Universidade de Paris.

"Os Princípios Legais do Sistema Panamericano", tese de pós-graduação, Faculdade de Direito da Universidade de Cambridge.

Membro da Sociedade Americana de Direito Internacional, Washington.

Assessor do Departamento Econômico da Shell Brazil Limited, 1958.

Ordem de Rio Branco, Grã-Cruz Brasil.

Ordem do Mérito Naval, Comendador, Brasil.

Medalha Lauro Müller, Brasil.

Ordem Nacional, Oficial, Senegal.

Ordem de Oranges Nassau, oficial Países Baixos.

Ordem de Bernardo OHiggins, Comendador Chile.

Prêmio Ministro – Lafayette Carvalho e Silva, IRBr.

Prêmio Rio-Branco e Medalha de Vermeil, CPCD/IRBr.

Stélio Marcos Amarante, Diretor-Geral do Departamento do Serviço Exterior.

TUNÍSIA

I – Dados Básicos

Nome do país: República da Tunísia

Capital: Tunis

Principais cidades: Sfax, Ariana, Sousa, Bizerte.

Área: 163.610 Km²

População: 8.900.000 (est. 1995)

Data nacional: 20 de março (Independência)

Presidente: Zine El Abdine Ben Ali

Primeiro-Ministro: Hamed Karoui

Ministro das Relações Exteriores: Habib Ben Yahia

Embaixador do Brasil: Lindolfo Leopoldo Collor

Embaixador em Brasília: Mohamed Bachrouch

Sistema de Governo: República parlamentarista

Economia

PIB: US\$12,784.00 bilhões (1993)

Taxa de crescimento: 4,8% (1992)

Renda per capita: US\$1,720.00 (1993)

Taxa de conversão (US\$ dinar tunisiano): US\$ 0,9844 = TD 1,00

Distribuição do PIB:

Setor Primário: 18%

Setor Secundário: 31%

Setor Terciário: 51%
 Exportações: US\$4,0 bilhões (1992)
 Importações: US\$6,4 bilhões (1992)
 Balança Comercial: US\$2,11 bilhões (1991)
 Principais produtos exportados: petróleo e derivados fosfatos, fertilizantes, têxteis, óleo de oliva, vestuário.
 Principais produtos importados: maquinaria, ferro, aço, açúcar, trigo.
 Principais parceiros: França, Itália, Alemanha.
 Dívida externa: US\$8,7 bilhões (1993)
Comércio com o Brasil
 Importações brasileiras: US\$20.618.884,00 (1995)
 Exportações brasileiras: US\$20.534.882,00 (1995)
 Déficit: US\$84.002,00 (1995)
 Principais produtos brasileiros exportados: óleo de soja, açúcar refinado, laminados de ferro/aço e farelo da extração do óleo de soja.

Principais produtos tunisianos importados: fosfatos, superfosfatos e outros adubos e fertilizantes.

II – Política Interna

Protetorado francês até 1956, a Tunísia tornou-se república independente naquele ano. No regime parlamentarista adotado, o Presidente da República exerce mais poderes que o Chefe de Governo.

Em 1991, o Governo tunisiano conseguiu dar conteúdo ao "Pacto Nacional", idealizado pelo Presidente Ben Ali, que permitiu a legalização dos partidos de oposição, constituindo-se o partido "Eh-Nahda", extremista e inspirado no fundamentalismo islâmico de influência iraniana. Registra-se tranquilidade no quadro da política interna do país. Em 9.4.94, Ben Ali deu início a seu segundo mandato. Candidato único, foi eleito por 99,91% dos votos, havendo-se verificado nível de participação de quase 95%. Desde 1989, o Governo tunisiano vem realizando um programa de privatização e de liberalização da economia, principalmente no que se refere à eliminação de barreiras tarifárias sobre o setor externo.

III – Política Externa

A política externa tunisiana é marcada por uma atuação moderadora de tendência à universalização. Sede da Organização para a Libertação da Palestina (OLP) até o primeiro semestre de 1994, Túnis continua abrigando instâncias de política externa e de defesa da Organização, após a instalação de Yasser Arafat em Gaza, conforme estabelecem os acordos de paz assinados entre a OLP e Israel.

Acompanhando com atenção os desdobramentos do processo de paz para o Oriente Médio, o Governo tunisino vem-se aproximando discretamente de Tel-Aviv, embora com a cautela de não deixar margem a que se interprete essa iniciativa como uma "traição" à OLP. Túnis deseja, basicamente, inserir-se no novo contexto político regional, procurando apresentar-se como o país árabe-muçulmano mais apto a desempenhar papel de interlocutor privilegiado do Ocidente no Oriente Próximo, ou de intermediário mais bem qualificado entre esses dois mundos. Nessa perspectiva, desponta também a vertente econômica dos interesses tunisinos na normalização de suas relações com Israel, que lhes possibilitaria participar de amplo processo de desenvolvimento econômico no âmbito da bacia do Mediterrâneo. A Tunísia e a União Européia assinaram, em 17 de julho de 1995, o Acordo de Cooperação Euro-Mediterrânea, que prevê a criação progressiva de uma Zona de Livre Comércio, no prazo de 12 anos.

No contexto do Magrebe, registra-se a recente (outubro de 1994) deterioração das relações bilaterais entre Tunísia e Marrocos, em razão do tratamento vexatório dispensado a cidadãos marroquinos na Tunísia e diante do alegado favorecimento dado por este último país à Delegação saaraoui que participou da Conferência da OUA, em Túnis, no mês de junho de 1995.

Fundadora e integrante ativa do Grupo dos 77, a Tunísia atribui-lhe relevância na articulação das posições conjuntas dos países em desenvolvimento. Coincidentes em tese, sobre a relevância do G-77, as posições do Brasil e da Tunísia discrepam quanto à operacionalidade do Grupo. O Governo tunisino nutre interesse pelos temas de meio ambiente, em particular no que tange à transformação de parcelas da dívida externa em créditos e/ou financiamentos de projetos de desenvolvimento.

De 1979 a 1990, a Tunísia abrigou a sede da Liga dos Estados Árabes.

IV – Relações com o Brasil

A Embaixada da Tunísia em Brasília – a primeira daquele país na América Latina – foi instalada em 1989. No plano político, as relações Brasil-Tunísia têm sido corretas e construtivas. Comprovam o adensamento das relações bilaterais as recentes trocas de visita de alto nível.

- visita a Brasília do Chanceler Habib Bourguiba, em novembro de 1990;
- visita ao Brasil do Chanceler Ben Yahia (1992), chefiando a Delegação da Tunísia à Confe-

rência para o Meio-Ambiente e o Desenvolvimento (Rio-92);

– visita a Túnis do Chanceler Francisco Resek, em fevereiro de 1992, e do Ministro da Agricultura, Antônio Cabrera, em 1992.

Menciona-se, ainda, o encontro entre o então Chanceler Celso Lafer e o atual Chanceler tunisiano, Habib Ben Yahia, no âmbito da XLVII AGNU.

No que diz respeito aos acordos bilaterais, por fim, cumpre destacar que, em sua visita a Brasília, o ex-Chanceler Boularès assinou o "Acordo para a Criação de uma Comissão Mista de Cooperação".

Altas autoridades tunisianas, incluídos o Presidente Ben Ali e o Chanceler Habib Ben Yahia, têm demonstrado interesse em efetuar visita oficial ao Brasil.

No plano econômico, a cooperação bilateral está aquém das potencialidades de ambos os países. O intercâmbio bilateral é tradicionalmente favorável ao Brasil, havendo, registrado, em 1993, superávit de US\$19,4 milhões. O Governo tunisiano apoiou a eleição do Brasil, em 1992, para o CSNU. Apóia a reforma da Carta da ONU, visando ao fortalecimento da AGNU, e a ampliação do CSNU.

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

AVISO DE MINISTRO DE ESTADO

Nº 394/96, de 29 de maio de 1996, do Ministro da saúde, referente ao Requerimento nº 329, de 1996, de informações, do Senador Romeu Tuma.

As informações foram encaminhadas, em cópia, ao requerente.

O requerimento vai ao Arquivo.

OFÍCIO DE MINISTRO DE ESTADO

Nº 550/96, de 31 de maio de 1996, do Ministro do Planejamento e Orçamento, referente ao Requerimento nº 412, de 1996, de informações, do Senador Ermândes Amorim.

As informações referentes aos itens 1 e 2 foram encaminhadas, em cópia, ao requerente.

O requerimento aguardará na Secretaria-Geral da Mesa as informações relativas aos itens 3 e 4.

PARECERES

PARECERES NOS 290, 291 E 292, DE 1996

Sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 1991 (nº 2.838/89, na origem que "dá nova redação

a dispositivos da Lei nº 3.857, de 22 de dezembro de 1960, que cria a Ordem dos Músicos do Brasil e dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de músico, e dá outras providências".

PARECER N° 290, DE 1996

(Da Comissão de Assuntos Sociais)

Relator: Senador Wilson Martins

De autoria do ilustre Deputado Max Rosenmann, o projeto em tela tem por objetivo alterar alguns dispositivos da Lei nº 3.857, de 22 de dezembro de 1960 que cria a Ordem dos Músicos do Brasil e dispõe sobre a regulamentação da profissão de músico.

A proposição introduz mudanças sobre o processo de eleição dos membros do Conselho Federal, além de estabelecer a duração do mandato.

Determina a elevação de seis para vinte e um o número de membros dos Conselhos Regionais, a serem eleitos através de eleição direta, em assembleia dos músicos inscritos em cada região.

Cria a obrigatoriedade do exercício do voto, bem como a discriminação dos cargos de Diretoria com um mandato de dois anos, sendo permitida apenas uma reeleição.

Por fim, o projeto institui o exame de habilitação junto à Ordem dos Músicos que se dedicam ao gênero de música popular e veda a expedição de carteiras diferenciadas.

Antes de entrarmos na análise do mérito do projeto, cumpre-nos ressaltar que, segundo nosso entendimento, a proposição fere o art. 61, § 1º, alínea e da Constituição Federal.

Nesse sentido, opinamos que seja ouvida a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania quanto à constitucionalidade do projeto em relação ao que dispõe o supracitado dispositivo constitucional.

Sala das Comissões, 17 de junho de 1992. – Almir Gabriel, Presidente – Wilson Martins, Relator – Nabor Júnior – Lucídio Portella – Cid Sabóia de Carvalho – João Rocha – Ronaldo Aragão – Francisco Rollemberg – Nelson Carnelio – João Calmon – Nelson Wedekin – Carlos Patrocínio – Onofre Quinlan – Áureo Mello.

PARECER N° 291, DE 1996

(Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Relator: Senador Ronaldo Cunha Lima

Despachado inicialmente à Comissão de Assuntos Sociais, remeteu-se o projeto de lei, em epígrafe a esta Comissão para examinar sua constitucionalidade.

Sem analisar o mérito, aquele colegiado entendeu que a proposição fere o art. 61, § 1º, Inciso II, alínea e, da Constituição Federal, e opinou pela adição da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Sobre a proposta em tela, foi oferecido parecer pelo ilustre Senador Élcio Álvares, não apreciado no âmbito desta Comissão, e a mim redistribuído para relatar.

Plenamente de acordo com a opinião nele manifestada, adoto integralmente o mencionado parecer oferecendo ao exame desta Comissão.

"O projeto de lei sob exame propõe várias modificações na Lei nº 3.857, de 22 de dezembro de 1960, que instituiu a Ordem dos Músicos do Brasil e dispõe sobre o exercício da profissão de músico.

As alterações propostas podem ser assim sintetizadas:

a) a eleição dos membros do Conselho Federal dos Músicos passa a ser realizada por uma assembleia de que participarão todos os Presidentes dos Conselhos Regionais;

b) fixa-se em dois anos a duração do mandato dos membros do Conselho Federal;

c) as eleições do Conselho Federal realizar-seão no prazo de sessenta dias após as eleições dos Conselhos Regionais;

d) todos os Conselhos Regionais passam a ser integrados por vinte e um membros, independentemente do número de músicos neles inscritos;

e) determina que as eleições para os Conselhos Regionais e respectivas Diretorias serão diretas;

f) o mandato dos membros dos Conselhos Regionais deixa de ser honorífico e privativo de brasileiro nato ou naturalizado, passando de três para dois anos sua duração, permitindo-se apenas uma reeleição, abolida a renovação anual de um terço;

g) extingue as carteiras diferenciadas de músico, adotando-se uma única que permite o exercício da profissão em todo o Território Nacional;

h) permite a inscrição de músicos que praticam o gênero popular, mediante exame por banca examinadora constituída de professores capacitados e escolhidos pelas Diretorias dos Conselhos Regionais.

Não havendo dissenso a respeito do mérito da proposição, passemos ao exame de sua constitucionalidade no ponto relativo à iniciativa legislativa.

Em regra, a iniciativa das leis é de competência concorrente, a teor do caput do art. 61 da Constituição Federal. Nas exceções, encontram-se algumas matérias reservadas à iniciativa de determinadas autoridades ou órgãos, como, por exemplo, as referidas nos arts. 61, § 1º e 96, Inciso II, da Carta Política.

De fato, estatui o art. 61, § 1º, Inciso II, alínea e, da CF, que são de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que disponham sobre criação, estruturação e atribuições dos Ministérios e Órgãos da administração pública.

Para saber se a iniciativa é concorrente ou privativa, faz-se mister descobrir se a Ordem dos Músicos do Brasil constitui, ou não, órgão da administração pública federal.

A Administração Pública Federal se compõe da administração direta e indireta, incluindo-se na última as autarquias, as fundações, as empresas públicas e as sociedades de economia mista.

As Ordens e os Conselhos Profissionais, ainda que criados ou autorizados por lei, não reúnem as características de entidade autárquica compreendida na Administração Pública. São entidades normativas e fiscalizadoras do exercício das profissões liberais, colaborando com o Estado nesse particular. No Direito Administrativo Brasileiro, tais entidades se agrupam entre os denominados entes de cooperação.

Sobre o tema preleciona o jurista Themistocles Brandão Cavalcanti:

"Algumas entidades existem que escapam à estrutura geral dos órgãos administrativos. São organizações privadas, mas criadas por lei e que gozam de certas prerrogativas e a que se atribuem finalidades mais próximas dos serviços públicos, do que mesmo privados e lucrativos. Não se confundem com o serviço público quanto à sua estrutura e subordinação aos órgãos hierarquizados da administração, mas deles se aproximam quanto aos objetivos e finalidades... Vivem, essas entidades, dentro da zona cinzenta que sofre a influência do direito administrativo, embora privadas, por natureza, origem e estrutura jurídica."

Mais enfática é a ilação do Mestre Hely Lopes Meirelles. Diz ele:

"Realmente, os Entes de Cooperação, na sistemática da Lei da Reforma, não se enquadram entre os órgãos integrados na

Administração direta nem entre as entidades compreendidas na Administração Indireta (autarquias, empresas públicas e sociedade de economia mista, exclusivamente). Todavia, existem, e em grande número, na Administração Federal, cooperando com o Governo na realização de atividades técnicas, científicas, educacionais, assistenciais e outras que refogem dos misteres burocráticos das repartições estatais centralizadas. Daí por que preferimos agrupá-los sob a denominação genérica de Entes de Cooperação – Direito Administrativo Brasileiro, 17ª edição, SP, págs. 660 e 661."

Como exemplo típico de Entes de Cooperação, o mencionado autor cita os Serviços Sociais Autônomos (Sesi, Sesc, Senai, Senac) e as entidades disciplinadoras das profissões liberais (Ordens e Conselhos Profissionais).

Demonstrado que a Ordem dos Músicos do Brasil não constitui órgão da Administração Pública Federal, mas apenas ente de cooperação com o Estado, resulta inequívoca a juridicidade da iniciativa parlamentar sobre a matéria de que cuida o projeto, com fundamento no art. 61, *caput* da Constituição Federal, que prevê a competência concorrente."

Em face do exposto, somos pela remessa do Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 1991, à Comissão de Assuntos Sociais, que compete originariamente examinar o mérito, opinando pela sua juridicidade e constitucionalidade.

Sala das Comissões, 13 de setembro de 1995.
– Iriz Rezende, Presidente – Ronaldo Cunha Lima, Relator – José Ignácio – Pedro Simon – José E. Dutra – Ramez Tebet – Guilherme Palmeira – Epitacio Cafeteira – José Fogaça – Ney Suassuna – Bernardo Cabral – Edilson Lobão – Lúcio Alcântara – Roberto Requião – Romeu Tuma

PARECER Nº 292, DE 1996

Da Comissão de Assuntos Sociais – CAS

Relator: Senador Joel de Hollanda

I. Relatório

O Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 1991, que "Dá nova redação a dispositivos da Lei nº 3.857, de 22 de dezembro de 1960, que cria a Ordem dos Músicos do Brasil e dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de músico, e dá outras providências", é de autoria do ilustre Deputado Max Rosenmann.

São alterados pela proposição os arts. 4º, 17 e 28 e revogados os arts. 12, 24, 25 e o inciso V do art. 21.

As modificações propostas objetivam, em síntese, que:

a) a eleição dos membros do Conselho Federal dos Músicos se dê através de assembléia, com a participação de todos os presidentes dos Conselhos Regionais;

b) seja de dois anos a duração do mandato dos membros do Conselho Federal;

c) as eleições do Conselho Federal realizem-se no prazo de sessenta dias após as eleições dos Conselhos Regionais;

d) as chapas concorrentes às eleições discriminem os cargos da diretoria;

e) o número dos integrantes dos Conselhos Regionais passe a ser o mesmo – vinte e um –, independentemente do número de músicos neles inscritos;

f) sejam diretas as eleições para os Conselhos Regionais e respectivas diretorias, com a especificação dos cargos, pelas chapas concorrentes;

g) o mandato dos membros dos Conselhos Regionais deixe de ser honorífico e privativo de brasileiros nato ou naturalizado e tenha duração de dois anos, permitindo-se apenas uma reeleição, abolida a renovação anual pelo terço;

h) seja unificada a carteira profissional que habilitará os músicos, sendo vedada a expedição de carteiras diferenciadas, bem como seja suprimida a exigência de visto do presidente do Conselho Regional da jurisdição da carteira profissional do músico que tiver que exercer temporariamente sua profissão em outra região;

i) seja dispensada a obrigatoriedade de requerer inscrição no Conselho Regional do Estado, que não aquele em que o músico estiver inscrito, se lá estiver exercendo a profissão por mais de noventa dias.

j) a inscrição na Ordem seja estendida aos que praticarem o gênero popular, mediante exame perante banca examinadora integrada por profissionais capacitados e escolhidos pelas diretorias dos Conselhos Regionais.

Na sua justificativa, o autor do projeto argumenta

"Com efeito, busca a proposição atualizar e corrigir distorções contidas em determinados dispositivos da Lei nº 3.857, de 22 de dezembro de 1960. Assim, prevê o projeto o processo de eleições para os Conse-

Ihos Federal e Regionais dos Músicos, tornando-o moderno e mais democrático. Como seqüência, dispõe-se também sobre o tempo de mandato dos membros dos referidos Conselhos e sua composição, bem assim sobre as chapas que concorrerão às eleições."

Na Câmara dos Deputados, o projeto foi aprovado à unanimidade na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação e com emendas na Comissão de Educação, Cultura e Desporto.

No âmbito da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, a proposição recebeu parecer pela juridicidade e constitucionalidade, sendo remetida a esta Comissão Temática, para pronunciamento de mérito.

É o relatório.

II – Voto do Relator

Compete à Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal, nos termos do art. 100, I, do Regimento Interno, manifestar-se sobre o mérito do projeto em exame.

Inicialmente, vale lembrar que qualquer dúvida acerca da administabilidade constitucional da presente proposição está superada, uma vez que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, manifestou-se pela juridicidade e constitucionalidade da matéria. Como não houve recurso ao Plenário, a decisão tomou-se definitiva, não competindo a esta comissão retomar a discussão sobre aspectos desta natureza.

Faço este registro, porque recebi diversas manifestações, inclusive do Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Músicos do Brasil, Maestro Wilson Sandoli, no sentido de que o projeto seria inconstitucional por vício de iniciativa. Sobre este tema já se manifestou o Senado Federal, quando da votação do Projeto de Lei da Câmara nº 88, de 1994, de autoria do eminentíssimo Deputado Ulysses Guimarães, que alterava dispositivos relativos à lei de regência da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, sendo o mesmo sancionado pelo Presidente da República, transformando-se na Lei nº 8.906, de 1994.

No que tange o mérito, o primeiro ponto a ser analisado diz respeito ao processo de eleição dos membros do Conselho Federal. A regra atual dispõe que os mesmos serão eleitos por escrutínio secreto e maioria absoluta de votos, em assembléias de delegados dos Conselhos Regionais. O texto do projeto sugere que a eleição ocorra em assembléia geral de que participarão todos os Presidentes dos Conselhos Regionais.

A participação de delegados dos Conselhos Regionais no processo eleitoral apresenta-se mais democrática, evitando a concentração demasiada de poderes nas mãos dos Presidentes dos Conselhos Regionais. Todavia, a eleição de apenas um delegado por conselho é pouco representativa, devendo estabelecer-se um mínimo de três e um máximo de nove delegados, ampliando a participação dos músicos inscritos.

O projeto propõe que seja permitida apenas uma reeleição para membro do Conselho Federal, no que estamos de acordo. Permitir-se a reeleição ilimitada de membros de conselhos profissionais não se coaduna com os princípios democráticos, dentre os quais a alternância no poder. Se ao próprio Presidente da República e demais chefes do Poder Executivo é vedada a reeleição, inexiste motivo par que se possibilite reeleições sucessivas nestes órgãos.

Busca-se introduzir no § 2º do art. 4º sistema eleitoral que obriga a inscrição de chapas, onde deverão estar discriminados os cargos da diretoria. A atual diretoria do Conselho Federal insurge-se contra o modelo, que reputa retrógrado e restritivo à participação da minoria. Entendo, particularmente, que a democracia pressupõe o debate de idéias e a apresentação de programas. O anonimato não contribui para o fortalecimento do sistema, que deve ser o mais transparente possível. Assim, acolho a proposta constante do projeto, para que a eleição seja por chapas, discriminando-se os ocupantes dos cargos da diretoria.

No que se refere ao prazo, o mesmo deve ser dilatado para 120 dias, após a realização das eleições para os Conselhos Regionais.

O art. 11 estabelece o número fixo de 21 membros para compor os Conselhos Regionais, o que representa um nivelamento pelo máximo permitido na legislação atual. O simples aumento do número de membros dos Conselhos Regionais não é solução adequada para os problemas existentes. Seria esdrúxulo imaginar que num determinado Conselho, com apenas 50 inscritos, sejam necessários 21 membros, ou seja, um membro para cada 2,5 inscritos. Analisando a redação original, sugiro que se processe uma alteração, apenas em relação a número mínimo, que passaria para 9 (nove), compreendendo a faixa mínima de até 150 inscritos, mantendo-se as demais inalteradas.

O projeto de lei, no art. 11, veda qualquer discriminação entre portadores de carteiras diferenciadas. Entendo, particularmente, que o direito de votar deve ser garantido a todo o músico com inscrição no Conselho, vedada qualquer distinção.

Entretanto, para ser eleito membro dos respectivos Conselhos, deve o candidato preencher os requisitos legais, dentre os quais estar habilitado tecnicamente. Como se trata de órgão institucional destinado à fiscalização do exercício profissional, não se concebe que profissionais sem qualificação técnica possam exercer esta função.

A redação do art. 17 estabelece que o músico inscrito regularmente poderá exercer a profissão em todo o País. A legislação atual não veda essa possibilidade. O exercício de qualquer profissão é garantido em todo o território nacional, exigindo-se, apenas, o visto do conselho local. Neste particular, tenho discordância. A profissão de músico tornou-se uma atividade de interesse geral e nacional, principalmente quando as suas obras artísticas alcançam sucesso. Exigir-se o visto para apresentação em cada Estado é um excesso de burocracia.

Para atenuar esta situação, propomos que o músico ou o responsável pela produção de seu espetáculo, simplesmente oficie ao Conselho local, como ocorre, por exemplo, com os advogados. Contudo, mesmo para os advogados existe um limite. Assim, se for intenção do profissional músico o exercício constante de sua atividade em outro Estado em que não esteja inscrito, ou em diversos Estados, com mais de três apresentações mensais em cada um, deverá requerer ao Conselho Federal inscrição suplementar, de âmbito nacional, mediante o pagamento da respectiva taxa.

Os acréscimos que se pretende fazer ao art. 28 são pertinentes, pois os que praticam o gênero popular devem ter a oportunidade de serem reconhecidos por sua capacidade e habilitação técnica, mesmo que não tenham freqüentado as escolas e os conservatórios de música.

Em decorrência das alterações promovidas pelo projeto, foi necessário adaptar outros dispositivos da Lei nº 3.857, de 1960, como se poderá observar da leitura do substitutivo.

Por fim, acrescentou-se algumas regras relativas ao processo eleitoral nos Conselhos, fruto de sugestões oriundos de correspondência que recebemos e que torna a participação dos músicos mais efetiva e democrática.

No art. 2º do projeto estabeleceu-se uma regra de transição, pois entendo que seu conteúdo é inconstitucional. A supressão de mandatos dos membros dos respectivos Conselhos, eleitos regularmente e na forma da lei, decorrente da determinação legal para realização de novas eleições, merece trata-

mento jurídico diferenciado, para se evitar a lesão do direito adquirido.

Em face do exposto, opino pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 1991, nos termos do seguinte substitutivo.

EMENDA Nº 1-CAS (SUBSTITUTIVO)

Altera a Lei nº 3.857, de 22 de dezembro de 1960, que "cria a Ordem dos Músicos do Brasil e dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de músico e dá outras providências".

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os arts. 4º, 6º, 11, 12, 17, 23 e 28 da Lei nº 3.857, de 22 de dezembro de 1960, que "cria a Ordem dos Músicos do Brasil e dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de músico e dá outras providências", passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 4º O Conselho Federal dos Músicos será composto de 15 (quinze) membros e 15 (quinze) suplentes, brasileiros natos ou naturalizados.

§ 1º Os membros do Conselho Federal serão eleitos por escrutínio secreto e maioria absoluta de votos, em assembléia dos delegados dos Conselhos Regionais.

§ 2º As eleições do Conselho Federal realizar-se-ão no prazo de 120 (cento e vinte) dias após as eleições dos membros dos Conselhos Regionais.

§ 3º A assembléia dos delegados dos Conselhos Regionais será constituída de delegados eleitos na seguinte proporção:

I – 1 (um) delegado para os Conselhos Regionais com até 150 (cento e cinqüenta) músicos inscritos;

II – 2 (dois) delegados para os Conselhos Regionais que tiverem de 151 (cento e cinqüenta e um) até 300 (trezentos) músicos inscritos;

III – 3 (três) delegados para os Conselhos Regionais com mais de 300 (trezentos) músicos inscritos.

Art. 6º O mandato dos membros do Conselho Federal dos Músicos será honorífico e durará 3 (três) anos.

Art. 11. Os Conselhos Regionais serão compostos de 9 (nove) membros, quando o Conselho tiver até 150 (cento e cinqüenta)

músicos inscritos; de 15 (quinze), até 300 (trezentos) músicos inscritos; e de 21 (vinte e um), quando exceder desse número.

Art. 12. Os membros dos Conselhos Regionais dos Músicos serão eleitos em escrutínio secreto, em assembléia dos inscritos de cada região que estejam em pleno gozo de seus direitos, vedada a discriminação que esclua qualquer inscrito do direito de votar.

§ 1º As eleições para os Conselhos Regionais serão realizadas mediante o registro de chapas, que deverá conter a discriminação dos cargos da diretoria.

§ 2º O mandato dos membros dos Conselhos Regionais será honorífico e durará 3 (três) anos, permitindo-se apenas uma reeleição.

§ 3º São elegíveis os que preencherem os requisitos legais, especialmente o disposto no art. 28 desta Lei.

§ 4º A convocação para as eleições far-se-á:

I – 120 (cento e vinte) dias antes do término do mandato dos membros do Conselho Regional.

II – por edital, publicado em jornal de grande circulação local;

III – por carta simples dirigida a todos os inscritos;

IV – por outros meios definidos pelo Conselho;

§ 6º Será deferido um prazo mínimo de 20 (vinte) e máximo de 30 (trinta) dias para a inscrição das chapas, devendo a eleição realizar-se no prazo de até 30 (trinta) dias antes do término dos mandatos dos membros do Conselho Regional.

§ 7º No prazo máximo de 15 (quinze) dias após o término da inscrição de chapas, o Conselho deverá divulgar, na forma do disposto no § 5º deste artigo, a relação das chapas inscritas, onde deverá constar a indicação dos candidatos e os cargos da diretoria.

.....
Art. 17.

§ 1º

§ 2º No caso de o músico exercer temporariamente a sua profissão em outra jurisdição, deverá apenas oficiar o Conselho Regional da jurisdição, discriminando o período, que não poderá ser superior a 90 (noventa) dias.

§ 3º Se o músico inscrito no Conselho Regional de um Estado passar a exercer, por mais de noventa dias, atividade em outros estados, deverá requerer ao Conselho Federal uma licença suplementar, que terá validade de um ano, mediante o pagamento taxa a ser fixada pelo Conselho Federal.

§ 4º Do produto da arrecadação da taxa a que se refere o artigo anterior 80% (oitenta por cento) serão rateados entre os Conselhos Regionais, com créditos mensais.

.....
Art. 23. O voto é pessoal e obrigatório para todos os inscritos em toda eleição, salvo doença ou ausência comprovada plenamente.

.....
§ 5º As eleições serão feitas por escrutínio secreto, perante o Conselho, podendo, quando haja mais de duzentos votantes, determinar-se locais diversos para o recebimento dos votos, permanecendo neste caso, em cada local, dois diretores ou músicos inscritos que não sejam candidatos, sendo facultado às chapas inscritas a indicação de um fiscal para cada urna, inclusive as itinerantes.

.....
§ 6º Em cada eleição, os votos serão recebidos durante 10 (dez) horas contínuas, pelo menos.

.....
Art. 28.

I) aos que praticarem o gênero popular, que deverão ser submetidos a banca examinadora integrada por professores devidamente capacitados e escolhidos pela diretoria dos Conselhos Regionais, que deverá divulgar o calendário anual dos exames, que não serão inferiores a quatro, pelo menos.

.....
§ 1º Aos músicos a que se referem as alíneas f, g e i deste artigo será concedido certificado que os habilita ao exercício da profissão.

Art. 2º Os Conselhos Regionais da Ordem dos Músicos do Brasil realizarão eleições no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias a contar da data de publicação desta Lei e o Conselho Federal convocará eleições 120 (cento e vinte) dias após as eleições dos membros dos Conselhos Regionais, conforme disposto neste artigo, observado o seguinte:

I – são preservados os mandatos dos atuais membros dos respectivos Conselhos até se completar o termo final de seus mandatos de 3 (três) anos;

II – os Conselhos funcionarão provisoriamente com número de membros excedente ao previsto nesta lei, até que se complete a extinção dos mandatos dos membros remanescentes;

III – a renúncia ou o impedimento de membro remanescente dos Conselhos ocorrida após a realização e posse dos membros eleitos em conformidade com esta lei, importa na extinção da vaga, não sendo admitida a posse de suplente;

IV – excepcionalmente, na primeira eleição após a promulgação desta lei, não serão discriminados os cargos da diretoria, que será eleita pela totalidade dos membros integrantes do Conselho, no prazo máximo de 3 (três) dias a contar da data da posse;

V – não se considerará reeleito o membro remanescente de Conselho que se candidatar para as eleições previstas neste artigo.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário, especialmente o parágrafo único do art. 4º da Lei nº 3.857, de 22 de dezembro de 1960.

Sala da Comissão, 23 de maio de 1996. – **Beni Veras**, Presidente – **Joel de Holanda**, Relator – **Valmir Campelo** – **Romero Jucá** – **Waldeck Ornelas** – **Osmar Dias** – **José Fogaça** – **João França** – **Júnia Marise** – **José Alves** – **Lúcio Alcântara** – **Mauro Miranda** – **Freitas Neto** – **Bello Parga** – **Jonas Pinhelro** – **Antônio Carlos Valadares**.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O ART. 250, PARÁGRAFO ÚNICO DO RISF

PARECER N°

(Do Senador Élcio Álvares)

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 1991,

que "dá nova redação a dispositivos da Lei nº 3.857, de 22 de dezembro de 1960, "que cria a Ordem dos Músicos do Brasil e dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de músico, e dá outras providências".

O Projeto de lei em epígrafe propõe várias modificações na Lei nº 3.857, de 22 de dezembro de 1960, que instituiu a Ordem dos Músicos do Brasil e dispõe sobre o exercício da profissão de músico.

As alterações propostas podem ser assim sintetizadas

a) a eleição dos membros do Conselho Federal dos Músicos passa a ser realizada por uma assembleia de que participarão todos os Presidentes dos Conselhos Regionais.

b) fixa-se em dois anos a duração do mandato dos membros do Conselho Federal.

c) as eleições do Conselho Federal realizar-se-ão no prazo de sessenta dias após as eleições dos Conselhos Regionais;

d) todos os Conselhos Regionais passam a ser integrados por vinte e um membros, independentemente do número de músicos neles inscritos;

e) determina que as eleições para os Conselhos Regionais e respectivas Diretorias serão diretas;

f) o mandato dos membros dos Conselhos Regionais deixa de ser honorífico e privativo de brasileiro nato ou naturalizado, passando de três para dois anos sua duração, permitindo-se apenas uma reeleição, abolida a renovação anual de um terço;

g) extingue as carteiras diferenciadas de músico, adotando-se uma única que permite o exercício da profissão em todo o Território Nacional;

h) permite a inscrição de músicos que pratiquem o gênero popular, mediante exame por banca examinadora constituída de professores capacitados e escolhidos pelas Diretorias dos Conselhos Regionais.

Não havendo dissenso a respeito do mérito da proposição, passemos ao exame de sua constitucionalidade no ponto relativo à Iniciativa legislativa.

Em regra, a iniciativa das leis é de competência concorrente, a teor do caput do art. 61 da Constituição Federal. Nas exceções, encontram-se algumas matérias reservadas à Iniciativa de determinadas autoridades ou órgãos, como, por exemplo, as referidas nos arts. 61, § 1º e 96, inciso II, da Carta Política.

De fato, estatui o art. 61, § 1º, Inciso II, alínea e, da CF, que são de Iniciativa privada do Presidente da República as leis que disponham sobre a criação, estruturação e atribuições dos Ministérios e órgãos da administração pública.

Para saber se a Iniciativa é concorrente ou privativa, faz-se mister descobrir se a Ordem dos Músicos do Brasil constitui, ou não, órgão da administração pública federal.

A Administração Pública Federal se compõe da administração direta e indireta, incluindo-se na última as autarquias, as fundações, as empresas públicas e as sociedades de economia mista.

As Ordens e os Conselhos Profissionais, ainda que criados ou autorizados por lei, não reúnem as características de entidade autárquica compreendida na Administração Pública. São entidades normativas e fiscalizadoras do exercício das profissões liberais, colaborando com o Estado nesse particular. No Direito Administrativo Brasileiro, tais entidades se agrupam entre os denominados Entes de Cooperação.

Sobre o tema preleciona o jurista Themístocles Brandão Cavalcanti:

"Algumas entidades existem que escapam à estrutura geral dos órgãos administrativos. São organizações privadas, mas criadas por lei e que gozam de certas prerrogativas e a que se atribuem finalidades mais próximas dos serviços públicos, do que mesmo privados e lucrativos. Não se confundem com o serviço público quanto à sua estrutura e subordinação aos órgãos hierarquizados da administração, mas deles se aproximam quanto aos objetivos e finalidades. Vivem, essas entidades, dentro da zona cinzenta que sofre a influência do direito administrativo, embora privadas, por natureza, origem e estrutura jurídica".

Mais enfática é a lição do Mestre Hely Lopes Meirelles. Diz ele:

"Realmente, os Entes de Cooperação, na sistemática da Lei da Reforma, não se enquadram entre os órgãos integrados na Administração direta nem entre as entidades compreendidas na Administração Indireta (autarquias, empresas públicas e sociedade de economia mista, exclusivamente). Todavia, existem, e em grande número, na Administração Federal, cooperando com o Governo na realização de atividades técnicas, científicas, educacionais, assistenciais e outras que refogem dos misteres burocráticos das repartições estatais centralizadas. Daí por que preferimos agrupá-los sob a denominação genérica de Entes de Cooperação" – Direito Administrativo Brasileiro, 17ª edição, SP, págs. 660 e 661."

Como exemplo típico de Entes de Cooperação, o mencionado autor cita os Serviços Sociais Autônomos (SESI, SESC, SENAI, SENAC) e as entidades disciplinadoras das profissões liberais (Ordens e Conselhos Profissionais).

Demonstrado que a Ordem dos Músicos do Brasil não constitui órgão da Administração Pública Federal, mas apenas ente de cooperação com o Estado, resulta inequívoca a juridicidade da iniciativa parlamentar sobre a matéria de que cuida o projeto, com fundamento no art. 61, "caput" da Constituição Federal, que prevê a competência concorrente.

Em face do exposto, nosso voto é favorável à aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 1991.

Sala das Comissões, 17 de março de 1993. Segue assinatura.

LEGISLAÇÃO CIATADA

LEI Nº 3.857 DE 22 DE DEZEMBRO DE 1960

Cria a Ordem dos Músicos do Brasil e dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de músico e dá outras providências.

PARECER DE PLENÁRIO

Em substituição à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre o PLC nº 88, de 1994 (nº 2.938, de 1992, na origem), que "dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB".

O SR. IRAM SARAIVA (PMDB – GO. Para emitir parecer) – Sr. Presidente, Srs. Senadores:

I – Relatório

É submetido à análise desta Casa o Projeto de Lei da Câmara nº 88, de 1994 (nº 2.938, de 1992, na origem), que "dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB".

O projeto em tela foi apresentado pelo saudoso Deputado Ulysses Guimarães e mais 73 ilustres Deputados, que acolheram, integralmente, proposta apresentada pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB.

Na justificação da proposição, esclarecem seus eminentes autores que:

"O projeto é desaguadouro de um longo trabalho coletivo repositório da contribuição dos conselheiros federais, dos Conselhos Seccionais, Subseções, e seus respectivos Presidentes, dos membros das Caixas de Assistência, dos militantes das Comissões da Ordem, enfim dos advogados de todos os recantos do País."

Visa o projeto à regulamentação do art. 133 e demais dispositivos da Carta Magna que tratam da advocacia e da OAB, representando a atualização da Lei nº 4.215, de 27 de abril de 1963, o atual Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil.

A proposição, ainda que baseada na citada Lei nº 4.215, de 1963, busca adequar a regulamentação do exercício da advocacia às mudanças havidas no País nos últimos trinta anos e ao contexto surgido a partir da edição da Constituição de 1988. Neste sentido, regulamenta o disposto no art. 133 da Lei Maior, disciplinando os aspectos relativos à indispensabilidade e inviolabilidade do advogado.

Mantém, ainda, os direitos dos advogados, enunciados na Lei nº 4.215, de 1963, cuidando, entretanto, de ampliá-los e clarificá-los. Inovação importante é a obrigatoriedade, sem exceção, da realização do exame de ordem, para ingresso na OAB.

Na direção de aperfeiçoar as funções de fiscalização da OAB, o projeto busca simplificar o processo disciplinar, sem afetar o amplo direito de defesa.

São também simplificadas as normas relativas às incompatibilidade e impedimentos, de forma a adequá-los ao disposto no art. 5º, XIII, da Constituição, com relação às exigências de exercício profissional.

Merce destaque, na proposição, a inclusão de capítulo referente ao advogado empregado, que hoje representa, inclusive, a grande maioria dos profissionais, regulamentando a sua relação com o empregador.

Finalmente, o projeto trata da estrutura da OAB, simplificando-a e democratizando-a.

Aprovada na Câmara dos Deputados, vem a proposição à revisão desta Câmara Alta.

No Senado Federal, o projeto não recebeu emendas.

É o relatório.

II – Voto do Relator

Os requisitos formais de constitucionalidade são atendidos pelo Projeto de Lei da Câmara nº 88, de 1994, tendo em vista que a matéria deve ser disciplinada em lei ordinária (CF, arts. 22, XVI, e 48), sem restrição de iniciativa.

Quanto à juridicidade, não há reparos.

Com relação à técnica legislativa, impõe-se ajustar os arts. 7º, 40 e 61, no que diz respeito à divisão dos respectivos parágrafos, de forma a se evitar confusões nas referências ao diploma legal, bem como separar em dois artigos as cláusulas de vigência e revogatória.

Quanto ao mérito, cabe ressaltar a importância e a pertinência da proposição. A promulgação da Carta Magna de 1988 e as significativas alterações sofridas pela sociedade brasileira nas últimas décadas estão a exigir a atualização do Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil e da advocacia.

Faz-se mister, apenas, proceder-se a algumas correções de redação no projeto.

A primeira deriva da necessidade de compatibilizar-se o disposto no § 2º do art. 65, com a inclusão da expressão "e à sua Diretoria", pela Emenda nº 32, do Relator na Câmara dos Deputados. Como a eleição da Diretoria será direta, não há porque ocor-

rer a sua escolha pelo Conselho Seccional. Assim, deve ser suprimido o § 2º do art. 65.

Outra alteração é, tão-somente, para remediar erro material constante do inciso IV do art. 67, onde, contrariamente ao previsto na Emenda nº 34, do Relator na Câmara dos Deputados, está estabelecido que a comunicação do resultado da eleição, em cada Conselho Seccional, caberá ao Presidente da Subseção. O correto, aqui, é o Presidente do Conselho Seccional.

No § 1º do art. 79, é necessário explicitar que o pagamento da indenização lá tratada cabe, apenas, aos servidores optantes.

Finalmente, por uma questão de rigor conceitual, é necessário corrigirem-se as expressões "seguridade social complementar", constante do art. 62, § 2º, e "regime trabalhista comum", constante do art. 79, para "seguridade complementar" e para "regime trabalhista", respectivamente.

Assim, à vista do exposto, somos favoráveis à aprovação do PLC nº 88, de 1994, nos termos do aprovado pela Câmara dos Deputados, com as seguintes emendas de redação:

EMENDA Nº 1 DO RELATOR – DE REDAÇÃO:

No § 1º do art. 7º, alterem-se as suas alíneas a a c, para números "1" a "3".

EMENDA Nº 2 DO RELATOR – DE REDAÇÃO:

No parágrafo único do art. 40, alterem-se os seus incisos I e II, para alíneas a e b.

EMENDA Nº 3 DO RELATOR – DE REDAÇÃO:

No parágrafo único do art. 61, alterem-se os seus incisos I a IV, para alíneas a a d.

EMENDA Nº 4 DO RELATOR – DE REDAÇÃO:

Dê-se ao § 2º do art. 62 a seguinte redação:

"Art. 62.

.....
§ 2º A Caixa pode, em benefício dos advogados, promover a seguridade complementar."

EMENDA Nº 5 DO RELATOR – DE REDAÇÃO:

Suprime-se o § 2º do art. 65, renumerando-se o atual § 1º como parágrafo único.

EMENDA Nº 6 DO RELATOR – DE REDAÇÃO:

Dê-se ao inciso IV do art. 67 a seguinte redação:

"Art. 67.

.....
IV – no dia 25 de janeiro, proceder-se-á, em todos os Conselhos Seccionais, à

eleição da Diretoria do Conselho Federal, devendo o Presidente do Conselho Seccional comunicar, em três dias, à Diretoria do Conselho Federal, o resultado do pleito;"

EMENDA Nº 7 DO RELATOR – DE REDAÇÃO:

Dê-se ao art. 79, *caput* e seu § 1º, a seguinte redação:

"Art. 79. Aos servidores da OAB, aplica-se o regime trabalhista.

§ 1º Aos servidores da OAB, sujeitos ao regime da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, é concedido o direito de opção pelo regime trabalhista, no prazo de noventa dias a partir da vigência desta lei, sendo assegurado aos optantes o pagamento de indenização, quando da aposentadoria, correspondente a cinco vezes o valor da última remuneração."

EMENDA Nº 8 DO RELATOR – DE REDAÇÃO:

Dê-se ao art. 86 a seguinte redação, acrescentando-se o art. 87, com a redação abaixo:

"Art. 86. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 87. Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Lei nº 4.215, de 27 de abril de 1963, a Lei nº 5.390, de 23 de fevereiro de 1968, o Decreto-Lei nº 505, de 18 de março de 1969, a Lei nº 5.681, de 20 de julho de 1971, a Lei nº 5.842, de 6 de dezembro de 1972, a Lei nº 5.960, de 10 de dezembro de 1973, a Lei nº 6.743, de 5 de dezembro de 1979, a Lei nº 6.884, de 9 de dezembro de 1980, a Lei nº 6.994, de 26 de maio de 1982, mantidos os efeitos da Lei nº 7.346, de 22 de julho de 1985."

PARECER Nº 293, DE 1996

Da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 37, de 1995 (nº 317/93, na Câmara dos Deputados), que "Aprova o texto da Convenção Interamericana sobre Conflitos de Leis em Matéria de Adoção de Menores, celebrada em La Paz, em 24 de maio de 1984."

Relator: Senador Mauro Miranda

I – Relatório

Em obediência à Constituição Federal, art. 49, I, e nos termos das disposições regimentais, vem a esta Comissão de Assuntos Sociais o Projeto de De-

creto Legislativo, que "Aprova o texto da Convenção Interamericana sobre Conflitos de Leis em Matéria de Adoção de Menores, celebrada em La Paz, em 24 de maio de 1984."

O texto compõe-se de vinte e nove artigos e se aplica "... à adoção de menores sob as formas de adoção plena, legitimação adotiva e outras formas afins que equiparem o adotado à condição de filho ..." Deverá, ao ser reatificado pelos Estados membros da Organização dos Estados Americanos, ser respeitado sempre que "o adotante (ou adotantes) tiver seu domicílio num Estado Parte e o adotado sua residência habitual noutro Estado Parte." (Art.1º)

Trata-se, pois, de instrumento legal para regular o que se convencionou denominar "adoção por estrangeiros."

Acompanha o texto original da Convenção Exposição de Motivos do então Exmo. Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores, em que justifica a assinatura, pelo Brasil e demais países representados, naquela data, na Conferência Intermacinal de La Paz, do referido instrumento de acordo.

Desse documento, devem ser destacadas as seguintes observações:

"À primeira vista, em face das disposições internas do Estatuto da Criança e do Adolescente, que só prevê para a espécie, adoção plena (art. 31 e 51), pareceria haver conflito com o art. 1º da Convenção, pela referência que ali se faz à "legitimação adotiva e outras formas afins que equiparem o adotado à condição de filho cuja filiação esteja legalmente estabelecida". Tal conflito, entretanto, não existe, pelos seguintes motivos:

a) se o estrangeiro quiser adotar no Brasil, ficará subordinado à legislação interna: adoção plena, aplicando-se-lhe as determinações da Lei nº 8.069/90 e com decisão judicial a respeito, o que está conforme o art. 3º da Convenção e mesmo seus arts. 4º e 12 a 19;

b) se a adoção realizou-se *aliundi*, cumpridas as exigências da lei local, trata-se do reconhecimento de julgado estrangeiro a que não se entrará no mérito; semelhante condição de nosso *Jus positum* atende ao que está no art. 5º, da Convenção, não se podendo invocar exceção de instituição desconhecida." (Exposição de Motivos nº 385/CS-MRE, de 8 de outubro de 1992, do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores. p. 9/10).

De fato, o art. 3º da Convenção estabelece que:

"....."

Artigo 3º

A lei da residência habitual do menor regerá a capacidade, o consentimento e os demais requisitos para a adoção, bem como os procedimentos e formalidades extrínsecas necessários para a constituição do vínculo.

....."

Tal dispositivo que intrinsecamente ao documento constitui uma garantia de que os interesses dos adotados serão respeitados, põe-nos de sobreaviso no Brasil, para que um reexame da legislação específica seja efetuado.

Não se admite nenhum descaso hoje no que tange à proteção legal dos menores adolescentes e crianças. Aliás a preocupação é mundial, e os avanços que vêm sendo verificados nos últimos tempos se devem aos instrumentos normativos produzidos pela comunidade internacional: Convenção Internacional dos Direitos da Criança, Regras de Beijin, Regras Mínimas das Nações Unidas para os Jovens Privados de Liberdade e outros.

No Brasil, a partir da Carta Constitucional de 88, que, no art. 227, elenca entre os direitos da criança e do adolescente o da "convivência familiar e comunitária", observa-se a tendência a adaptar as políticas públicas e a legislação a tais conquistas internacionais. Assim é que nasceu a Lei nº 8.069, o Estatuto da Criança e do Adolescente, visando a explicitar a garantia de direito desses nossos concidadãos. Quando à adoção o art. 19 do Estatuto afirma que toda criança tem direito de ser criada e educada no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta e o art. 31 explicita que dentro dessa excepcionalidade a colocação da criança em família substituta estrangeira é medida excepcional.

Verifica-se que o legislador já estava atento à eventualidade de riscos a que poderiam estar sujeitas as crianças encaminhadas ao exterior para adoção; não obstante seu posicionamento urge efetuar uma revisão na seção IV da Lei nº 8.069, a fim de melhor proteger nossas crianças contra situações imprevisíveis. Esse é o alerta contido no art. 3º do texto da Convenção extremamente oportunamente, hoje quando tantas denúncias têm chegado ao Brasil de casos em que crianças brasileiras (e

de outros países pobres) têm sido maltratadas no exterior.

Quanto ao mais, o texto é compatível com as nossas disposições legais; revela-se moralizador e oportuno, pois reconhece o ato da adoção como medida de amparo social que beneficia os menores desamparados.

Pelo exposto, somos pela aprovação do presente Projeto de Decreto Legislativo nº 37, de 1995.

Sala das Comissões, 23 de maio de 1996. – Beni Veras, Presidente – Mauro Miranda, Relator – Bello Parga – José Fogaça – José Alves – Freitas Neto – Valmir Campelo – João França – Júnia Marisse – Romero Jucá – Waldeck Ornelas – Jonas Pinheiro – Benedita da Silva – Lúcio Alcântara – Antônio Carlos Valadares – Osmar Dias.

PARECER Nº 294, DE 1996

Da Comissão de Assuntos Sociais sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 95, de 1994 (nº 2.904/92, na origem) de iniciativa do Presidente da República, que "Dispõe sobre a atualização dos valores das comissões devidas a representante comercial, em caso de mora no pagamento".

Relator: Senador Romero Jucá

Foi encaminhado a esta Comissão de Assuntos Sociais o Projeto de Lei da Câmara nº 95, de 1994, para a análise do Ofício SGM-P/859/95, do Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, que faz referência aos autógrafos do substitutivo desta Casa ao projeto em epígrafe, encaminhados à Câmara dos Deputados através do Ofício 418/95, para apreciação.

No referido ofício, o Senhor Presidente da Câmara dos Deputados alega:

"O substitutivo retro-mencionado foi distribuído à Comissão de Economia, Indústria e Comércio; Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público e Comissão de Constituição, Justiça e de Redação, para análise da matéria. O relator designado na Comissão de Mérito, ao examinar a proposição, encontrou lapso formal evidente no substitutivo que determina acréscimo de parágrafo único a artigo da lei que já conta com sete outros parágrafos. O art. 32 da Lei nº 4.886/65 realmente não possui parágrafos, mas a Lei nº 8.420/92 acrescentou-lhe sete. O Senhor Relator sugere que, sendo o

segundo daqueles parágrafos referente à mesma matéria tratada no projeto, seria de boa técnica legislativa a sua alteração e não o acréscimo de novo parágrafo com conteúdo semelhante.

Tendo em vista que, após o aparecimento de emendas do Senado Federal a projetos da Câmara dos Deputados, a esta só compete aprová-los ou rejeitá-los, devolvo os autógrafos referidos a essa Casa, para a correção de lapso formal, nos termos do art. 199, parágrafo único, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Finalmente, ressalto que o equívoco circunscreve-se a aspectos formais da matéria, em nada comprometendo o conteúdo das deliberações havidas em qualquer das Casas."

Como se vê, o projeto em apreço já foi aprovado por esta Comissão, bem como pelo Plenário desta Casa.

Dessa forma, compete a esta Comissão suprir o lapso formal cometido, nos termos regimentais, *verbis*.

"Art. 325. Verificada a existência de erro em texto aprovado e com redação definitiva, proceder-se-á da seguinte maneira:

.....

c) tratando-se de inexatidão material, devida a lapso manifesto ou erro gráfico, cuja correção não importe em alteração no sentido da matéria, o Presidente adotará as medidas especificadas na alínea anterior, mediante ofício à Presidência da República ou à Câmara, dando ciência do fato, posteriormente, ao Plenário".

Faz-se, pois, necessário adequar o texto aprovado pelo Senado Federal, alterando-se a redação do § 2º do art. 32, da Lei nº 4.886, de 9 de dezembro de 1965, modificada pela Lei nº 8.420, de 8 de maio de 1992.

Pelo exposto, opinamos pela remessa de novos autógrafos à Câmara dos Deputados, com a seguinte redação:

SUBSTITUTIVO DO SENADO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 95, DE 1994

(PL nº 2.904-D, de 1992, na Casa de origem)

"Dispõe sobre a atualização dos valores das comissões devidas a repre-

sentante comercial, em caso de mora no pagamento."

Substitua-se o Projeto pelo seguinte:
Altera o § 2º do art. 32 da Lei nº 4.886, de 9 de dezembro de 1965, que regula as atividades dos representantes autônomos.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O § 2º do art. 32 da Lei nº 4.886, de 9 de dezembro de 1965, alterado pela Lei nº 8.420, de 8 de maio de 1992, passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 2º Os valores das comissões a que fizer jus o representante comercial serão atualizados monetariamente, em caso de mora, pelos índices e critérios adotados para a correção dos valores dos créditos de natureza trabalhista".

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala da Comissão, 23 de maio de 1996. – Beni Veras, Presidente – Romero Jucá, Relator – Lúcio Alcântara – José Alves – Mauro Miranda – João França – Júnia Marise – Bello Parga – Osmar Dias – Benedita da Silva – Waldeck Ornelas – Joel de Holanda – Freitas Neto – Valmir Campelo – Antonio Carlos Valadares – José Fogaça.

SGM-P/859/95

Brasília, 17 de julho de 1995

A Sua Excelência o Senhor

Senador José Sarney

DD. Presidente do Senado Federal

Nesta

Senhor Presidente,

Refiro-me aos autógrafos do substitutivo dessa Casa ao Projeto de Lei nº 2.904-D/92, encaminhados a esta Casa através do ofício nº 418/95, para apreciação.

O substitutivo retro-mencionado foi distribuído à Comissão de Economia, Indústria e Comércio; Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público e Comissão de Constituição, Justiça e de Redação, para análise da matéria. O relator designado na Comissão de Mérito, ao examinar a proposição, encontrou lapso formal evidente no substitutivo que determina o acréscimo de parágrafo único a artigo de lei que já conta com sete outros parágrafos. O art. 32 da Lei nº 4.886/65 realmente não possui parágrafos, mas a Lei nº 8.420/92 acrescentou-lhe sete. O

Senhor Relator sugere que, sendo o segundo daqueles parágrafos referente à mesma matéria tratada no projeto, seria de boa técnica legislativa a sua alteração e não o acréscimo de novo parágrafo com conteúdo semelhante.

Tendo em vista que, após o aparecimento de emendas do Senado Federal a projetos da Câmara dos Deputados, a esta só compete aprová-los ou rejeitá-los, devolvo os autógrafos referidos a essa Casa, para a correção de lapso formal, nos termos do art. 199, parágrafo único, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Finalmente ressalto que o equívoco circunscreve-se a aspectos formais da matéria, em nada comprometendo o conteúdo das deliberações havidas em qualquer das Casas.

Colho o ensejo para renovar a Vossa Excelência protestos de elevado apreço e distinta consideração. – Deputado **Luís Eduardo**, Presidente da Câmara dos Deputados.

**SUBSTITUTIVO DO SENADO AO PROJETO DE
LEI DA CÂMARA nº 95, de 1994**

(PL nº 2.904-D, de 1992, na Casa de Origem)

"Dispõe sobre a atualização dos valores das comissões devidas e representante comercial, em caso de mora no pagamento."

Substitua-se o Projeto pelo seguinte:

Acrescenta parágrafo ao art. 32 da Lei nº 4.886, de 9 de dezembro de 1965, que regula as atividades dos representantes comerciais autônomos.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 32 da Lei nº 4.886, de 9 de dezembro de 1965, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único.

"Parágrafo único. Os Valores das comissões a que fizer jus o representante comercial serão atualizados monetariamente, em caso de mora, pelos índices e critérios adotados para correção dos valores dos créditos de natureza trabalhista."

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, 11 de abril de 1995. – Senador José Sarney, Presidente do Senado Federal.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 4.886 DE 9 DE DEZEMBRO DE 1965

Regula a as atividades dos representantes comerciais autônomos

Art. 32. O representante comercial adquire direito às comissões, logo que o comprador efetue o respectivo pagamento ou na medida que o faça parceladamente.

LEI Nº 8.420 DE 8 DE MAIO DE 1992

Introduz alterações na Lei 4.886(1), de 9 de dezembro de 1965 que regula as atividades dos representantes comerciais autônomos.

PARECER Nº 295, DE 1996

Da Comissão de Assuntos Sociais, sobre as Emendas oferecidas em Plenário ao Projeto de Lei da Câmara nº 112, de 1992 (nº 2.802/92, na origem), que "altera os §§ 1º e 2º e acrescenta os §§ 3º, 4º, 5º e 6º ao art. 389 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943".

Relator: Senador Jonas Pinheiro

EMENDA Nº 2-PLEN

Autora: Senadora Benedita da Silva

A Emenda elaborada pela nobre Senadora Benedita da Silva que tem por objetivo alterar a redação do que foi proposto, como parágrafo 1º do art. 389, ao Decreto-Lei nº 5.452.

O texto por nós anteriormente examinado, e sobre o qual nos manifestamos favoravelmente preconiza que os estabelecimentos em que trabalham "pelo menos trinta mulheres com mais de dezesseis anos..." se organizem, de modo a suprir a necessidade de atendimento, em creche, às crianças de até seis anos de idade, adotando quaisquer das alternativas citadas.

Vem a presente emenda propor que a expressão "pelo menos trinta mulheres com mais de dezesseis anos..." seja substituída por "pelo menos trinta trabalhadores, homens e mulheres,...".

O objetivo que sustenta todo o artigo 389, desde o surgimento do Decreto-Lei nº 5.452, em 1943, era e permanece sendo o de facultar às mães estarem próximas de seus filhos pequenos, ao trabalharem fora do lar. A Constituição de 1988 reconheceu

a igualdade de direitos entre homens e mulheres; mas certas funções, específicas da natureza feminina, é que o Projeto procura estimular.

Estender a obrigatoriedade do provimento relativo às creches a todos os estabelecimentos, ainda que neles não haja trabalhadores do sexo feminino, foge ao espírito da lei, além de representar um ônus adicional para as empresas.

Voto: somos, pois, pela rejeição da Emenda nº 2-PLEN.

EMENDA Nº 3-PLEN

Autora: Senadora Emilia Fernandes

Vem a nobre Senadora propor que se alterem os §§ 1º, 3º e 6º, os quais já haviam merecido nosso parecer.

Quanto ao § 1º, as alterações se dariam em dois pontos. O primeiro deles consiste em excluir as microempresas da obrigatoriedade.

Ainda que não esteja explícita, tal exclusão já está presente na forma da redação por nós anteriormente examinada, pois um estabelecimento com mais de trinta empregados não é considerado micro-empresa.

O segundo ponto coincide com a proposta contida na Emenda nº 2, sendo, pois, idêntica nossa conclusão.

Quanto ao § 3º, a substituição da palavra "mãe", contida no projeto já examinado, pela palavra "trabalhador", só teria sentido se nosso parecer fosse favorável à aceitação de toda a Emenda nº 3 (assim como daquela de nº 2).

E quanto ao parágrafo 6º, proposto pela nobre Senadora, representa uma reinserção, no texto, daquele mesmo parágrafo que fora por nós suprimido, quando do exame do presente projeto.

Voto: pelas razões já apresentadas, consideramos que a Emenda nº 3 – PLEN não deve prosperar.

Desse modo, fica reiterado o parecer nº 270, de 1995, favorável à aprovação ao Projeto de Lei da Câmara nº 112/92, na forma como ora se apresenta, sem mais emendas.

Sala das Comissões, 23 de maio de 1996 – Beni Veras, Presidente – Jonas Pinhelro, Relator – Bello Parga – José Fogaça – José Alves – Freitas Neto – Valmír Campelo – João França – Joel de Holanda – Mauro Miranda – Waldeck Ornelas – Romero Jucá – Osmar Dias – Benedita da Silva – Júnia Marise – Lúcio Alcântara – Antônio Carlos Valadares.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - O expediente lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) –

O Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 1991 (nº 2.838/89, na Casa de origem), cujo parecer foi lido anteriormente, ficará sobre a Mesa, durante cinco dias úteis, a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, "d", do Regimento Interno, combinado com o art. 4º da Resolução nº 37, de 1995, do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Encerrou-se ontem o prazo para apresentação de emendas às seguintes matérias:

- Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 1996 (nº 1.786/96, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que acrescenta parágrafo ao art. 2º da Lei nº 9.114, de 17 de outubro de 1995, que dispõe sobre a transferência de Oficiais entre os diversos Corpos e Quadros de Oficiais da Marinha e dá outras providências; e

- Projeto de Lei do Senado nº 32, de 1995, de autoria do Senador Pedro Simon, que institui o número único de Registro Civil e dá outras providências. (Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei da Câmara nº 66, de 1995, e Projeto de Lei do Senado nº 251, de 1995).

Aos projetos não foram oferecidas emendas.

A Presidência comunica ao Plenário que as matérias foram pautadas para as sessões deliberativas dos dias 13 e 27 de junho próximos, respectivamente, em aditamento à agenda daquelas datas.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - A Presidência recebeu, o Ofício nº 253/96, de 28 de maio último, do Juiz Federal da 3ª Vara/MT, encaminhando as manifestações do Procurador Regional da República, Moacir Mendes Sousa, e as decisões da Justiça Federal proferidas nos autos da Ação de Reintegração de Posse nº 96.365-3, que a AJC Agropecuária Ltda. move contra a FUNAI e a União. (Diversos nº 51, de 1996)

O expediente vai à Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - A Presidência recebeu, do Banco Central do Brasil, o Ofício nº S/49, de 1996 (nº 1.658/96 na origem), encaminhando, nos termos da Resolução nº 69, de 1995, do Senado Federal, manifestação daquele Órgão relativa à solicitação da Prefeitura Municipal de Campo Grande-MS, para que possa contratar operação de crédito junto à Financiadora de Estudos e Projetos -

FINEP, no valor de um milhão, trezentos e vinte e nove mil, seiscentos e vinte reais e sete centavos, destinada a realizar a primeira etapa do Plano Diretor de Transporte Urbano de Campo Grande.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Renan Calheiros.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 554, DE 1996

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos do art. 218 do Regimento Interno e de acordo com as tradições da Casa, as seguintes homenagens pelo falecimento do Dr. Júlio Mesquita Neto:

a) Inserção em Ata de um voto de profundo pesar;

b) apresentação de condolências à família e ao Estado de São Paulo e participação nas homenagens póstumas ao grande brasileiro.

Sala das Sessões, 5 de junho de 1996. — **Antônio Carlos Magalhães** — **Edison Lobão** — **Eduardo Suplicy** — **Romeu Tuma** — **José Serra** — **José Sarney**.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES - Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente, gostaria também de subescrever o presente requerimento.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Peço a V. Ex^a que compareça à Mesa para fazê-lo.

Com a palavra o Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr^ss e Srs. Senadores, hoje é um dia de luto para a imprensa brasileira, para o Jornal **O Estado de S. Paulo** e, sobretudo, para o nosso País.

O falecimento do Dr. Júlio de Mesquita Neto representa a perda de um patriota, de um democrata, de um homem que sempre lutou pelas grandes causas do País, com o vigor de seu temperamento e a força de sua inteligência.

Coerente, corajoso, seguindo a tradição paterna, Júlio de Mesquita Neto imprimiu uma linha de imparcialidade ao Jornal **O Estado de S. Paulo**, que

merece, sem dúvida, destaque na imprensa brasileira. Razão por que, hoje, lamentamos, como todo o Brasil e, em particular, o povo de São Paulo, a ausência dessa grande figura de homem público e jornalista exemplar.

Fiz questão de vir a esta tribuna para que o Senado da República fizesse sentir o seu pesar e, mais do que isso, fizesse sentir ao Jornal **O Estado de S. Paulo** e ao Estado de São Paulo, como Unidade da Federação, o quanto o povo brasileiro, através de seus representantes, na Câmara Alta, lamenta o desaparecimento de um homem que foi o símbolo da coerência na imprensa brasileira.

O jornal **O Estado de S. Paulo** continuará sua luta em favor da democracia e do desenvolvimento do Brasil; para tanto, o País contará com os seus descendentes, com o seu irmão Ruy Mesquita e com a equipe dos seus colaboradores que honram o jornalismo brasileiro.

Neste instante, venho pedir também que, além do voto de pesar, o Senado da República se faça representar nas homenagens póstumas que certamente lhe serão prestadas pelo povo de São Paulo, através de seu Governo, pelo passamento de Júlio de Mesquita Neto.

Numa tradição de jornalistas excepcionais, destaco Júlio de Mesquita, Júlio de Mesquita Filho, Júlio de Mesquita Neto e, agora, também o seu filho, Júlio César de Mesquita. Temos certeza de que essa linha de coerência, de coragem, de bravura de **O Estado de S. Paulo** muito se deve à figura de Júlio de Mesquita Neto, homem de fino trato, elegante no modo de ser e nas suas atitudes.

Sabia, entretanto, enfrentar o perigo com a coragem que herdou dos seus antepassados, que souberam lutar contra a ditadura do Estado Novo, até mesmo quando seu jornal foi fechado por mais de três anos. Um jornal com essa coerência, um jornal que teve uma tradição de democracia, que até hoje cumpre o seu grande destino neste País, e que por tanto tempo foi dirigido por Júlio de Mesquita Neto, na ausência de seu criador, merece que o Senado da República manifeste-se, como agora, pela voz dos seus representantes, dizendo do pesar do povo brasileiro pelo seu passamento.

Tenho certeza que interpreto o pensamento de toda a Casa e diria até mesmo das duas Casas do Congresso Nacional, levando em conta que a figura de Júlio de Mesquita Neto está acima de qualquer Partido ou de questões ideológicas, pelo que ele representa para o Brasil e até mesmo para os outros

países, através das posições de destaque que alcançou inclusive na Associação Internacional de Imprensa.

Por tudo isso, Sr. Presidente, quero deixar consignado, através da minha voz, o pesar do Senado da República e a certeza de que V. Ex^a se associará, como o Senado, às homenagens de hoje e nas homenagens que amanhã todo o Brasil prestará a esse grande brasileiro que hoje desaparece.

Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy, para encaminhar a votação.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT-SP. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, S^{ra}s e S^{rs}. Senadores, como Senador por São Paulo e pelo Partido dos Trabalhadores, gostaria de externar pesar e homenagem ao Sr. Júlio de Mesquita Neto, que, sem dúvida, foi o responsável pela extraordinária capacidade do jornalismo em nosso País.

Vou registrar alguns fatos da vida de Júlio de Mesquita Neto, começando por um fato interessante, considerado surpreendente à época.

Quando Luiz Ignácio Lula da Silva foi candidato a Governador por São Paulo, em 1982, em um comício realizado na zona sul daquela cidade - eu estava presente -, de repente observamos a presença do jornalista em questão. Obviamente, como o Partido dos Trabalhadores tinha diretrizes e políticas criticadas pelo editorial de **O Estado de S. Paulo**, como até hoje acontece, muitos o perguntaram o que fazia ali. Ele respondeu que testemunhava, ouvia e observava algo novo na vida política brasileira, a única coisa nova que ocorria no Brasil. Esse seu espírito de jornalismo aparece diariamente nas páginas de **O Estado de S. Paulo**.

Júlio de Mesquita Neto nasceu em São Paulo, em 11 de novembro de 1922. Seus pais, Júlio de Mesquita Filho e Marina Vieira de Carvalho Mesquita, moravam em uma modesta casa na Av. Ipiranga. A capital paulista tinha 550 mil habitantes e vivia um de seus momentos de rapidíssimo progresso.

O Jornal **O Estado de S. Paulo** já era um dos mais importantes do País. Havia um clima de otimismo econômico que se refletia na quantidade de anúncios do **Estadão**, que, aos domingos, circulava com 22 páginas e custava 200 réis. Era dirigido por seu avô, o jornalista Júlio Mesquita, que também exerceu as funções de Deputado Estadual e Federal na Primeira República.

Júlio foi o primogênito do casal, que teve outros dois filhos: Ruy Mesquita, Diretor do Jornal da

Tarde, e Luiz Carlos Mesquita, falecido em 1970. Cursou o primário no Externato Elvira Brandão, uma das primeiras escolas particulares do País, que funcionava na Rua Augusta. Os estudos secundários foram feitos no Colégio São Luís, dirigido por padres jesuítas - o mesmo colégio onde cursei do admissão até o 3º científico.

Júlio Neto ingressou na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Nessa mesma Universidade, criada em 1934, com base em um projeto de autoria do seu pai, ele também estudou Filosofia.

A história da USP está relacionada à própria história do Jornal **O Estado de S. Paulo**, uma vez que sempre viu naquela Universidade e nos seus momentos de grande desenvolvimento uma instituição de extraordinária importância para o avanço do conhecimento e da cultura brasileira.

Segundo as pesquisadoras Marieta Ferreira e Leda Soares, autoras de um verbete sobre Júlio Neto no **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**, da Fundação Getúlio Vargas (FGB), sua vida universitária foi agitada.

Participou do movimento estudantil então mobilizado na luta contra a ditadura do Estado Novo, tendo sido um dos líderes da grande passeata realizada em 1943 e um dos signatários do "Manifesto à Nação", documento proposto pelo Centro Acadêmico 11 de Agosto, de sua faculdade, e lançado publicamente em novembro do mesmo ano.

Por essa época, o **Estadão** passou por um período dramático. Perseguido pela ditadura de Getúlio Vargas, o Jornal esteve, durante cinco anos, sob a direção de intelectores, só retornando às mãos da família Mesquita em 1945. Júlio de Mesquita Filho teve de exilar-se na Argentina, deixando a família em São Paulo. Foi um período de dificuldades econômicas, durante o qual Júlio de Mesquita Neto e seus irmãos viveram na casa de parentes.

Ao sair da USP, passou a conhecer de perto o Jornal. Contava com os ensinamentos do pai, responsável pela área editorial, e do tio Francisco Mesquita. Além de administrador da empresa, o tio sempre esteve ao lado de Júlio Neto, apoiando-o, por exemplo, nos períodos de ausência forçada de Júlio de Mesquita Filho.

Começou trabalhando como "foca", expressão usada nas redações para indicar o jornalista novato e inexperiente. Sua primeira reportagem saiu publicada em 1948, na seção de esportes. Era a cobertura de um jogo entre o inglês **Southampton** e o São Paulo Futebol Clube, seu time de coração. O São Paulo venceu, no Pacaembu, por 4 x 2. Júlio Neto

conta que o time inglês foi longamente aplaudido quando entrou em campo.

Nos anos seguintes, ele tornou-se colaborador sistemático do Jornal, publicando notas, reportagens, crônicas, artigos. Segundo o pai, ativo intelectual, também publicou ensaios. Escreveu, por exemplo, sobre "Maquiavel e o Pensamento Político no Século XVIII". No ano de 1950 assinou um trabalho sobre o declínio das estradas de ferro paulistas, ilustrado com tabelas, gráficos e um mapa.

Em 1956 foi participar de um curso em Nova Iorque, oferecido pela Universidade de Columbia a jornalistas latino-americanos interessados em conhecer novas técnicas na área de imprensa. Entre seus colegas de turma estava Ricardo Marinho, diretor de redação de *O Globo*.

Casou-se com Zulu (Octávia) Cerqueira César de Mesquita, com quem teve dois filhos: Marina Cerqueira César Mesquita e Júlio César Mesquita.

Era um homem discreto em relação à vida pessoal. Em quase 1.200 recortes de jornais, são raras as referências a aspectos de sua vida pessoal. O que se destaca é a figura de um homem interessado pela política, sempre disposto a expor suas idéias e, em consequência, a enfrentar ásperas polêmicas.

Assumiu o cargo de diretor-responsável de *O Estado* no dia 29 de agosto de 1969. No ano seguinte já ocupava uma posição destacada na Associação Interamericana de Imprensa. Numa época em que ditaduras pipocavam pelo continente, foi dirigir a Comissão de Liberdade de Imprensa, onde sustentou polêmicas com governantes do Peru, Chile, Bolívia e outros. Seus relatórios sobre o Brasil desmascaravam a imagem de normalidade que o regime militar procurava vender.

Júlio Neto enfrentou polêmicas não apenas nos jornais, mas também em tribunais. Entre os que moveram processos contra o diretor de *O Estado* está o atual Prefeito de São Paulo, Paulo Maluf. Em 1982, quando ocupava o cargo de governador biônico do Estado, ele se sentiu injuriado em razão de um editorial no qual se afirmava que o dinheiro público estava sendo mal-utilizado em promoção publicitária. O caso acabou arquivado.

Logo depois, o Ministro Leitão de Abreu, Chefe do Gabinete Civil do Presidente Figueiredo, tentou em vão enquadrar Júlio Neto na Lei de Segurança Nacional. Também sentiu-se ofendido por causa de um editorial, cujo título era "Cai a Máscara do Falso Liberal".

O Estado de S. Paulo, durante os anos de censura mais drástica, notabilizou-se por colocar re-

ceitas de alimentos, de bolos, para mostrar que, em suas colunas, não estava podendo noticiar o que acontecia no Brasil. Essa atitude acabava tendo um efeito extremamente importante, porque, quão mais freqüentes eram as receitas, mais os leitores de *O Estado de S. Paulo* sabiam da importância de notícias que não se podiam divulgar.

Júlio Neto encarava as polêmicas com naturalidade. No início dos anos 80, quando perdeu, em primeira instância, uma ação penal movida pelo Diretor de uma autarquia pública, publicou a notícia de sua condenação, seguida da íntegra da sentença. Em seguida, porém, recorreu à Justiça e venceu. Seu empenho pelo retorno da normalidade democrática aparece, nos arquivos de recortes, de várias maneiras: uma delas é a quantidade de prêmios e homenagens que recebeu.

Quando visitou o Brasil, em 1978, o então Presidente norte-americano, Jimmy Carter, convidou seis pessoas para um encontro reservado fora da agenda oficial. Queria obter um retrato do País do ponto de vista dos direitos humanos, economia, política. Júlio Neto foi um dos convidados para a reunião ocorrida no Rio. Foi um homem que, até o final dos seus dias, viveu e debateu as questões brasileiras com intensidade.

Júlio de Mesquita Neto, como Diretor responsável pelo Jornal *O Estado de S. Paulo*, cobria os eventos sem tirar de mente a sua responsabilidade de jornalista. O jornal fez as suas opções políticas - isso consta dos seus editoriais - e também abriu espaço para o mais largo espectro de pessoas que hoje estão cotidianamente opinando em suas páginas. Registro que, sob a sua direção, o Jornal sempre dispensou tratamento de maior respeito para com este Senador de São Paulo.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Concedo a palavra ao nobre Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PSL-SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, pouco ou quase nada tenho a acrescentar ao que já foi dito pelo Senador Antonio Carlos Magalhães e pelo Senador Eduardo Suplicy. No entanto, eu não poderia, até por uma questão de foro íntimo, deixar de homenagear o Dr. Júlio de Mesquita Neto.

Ainda nesta semana, na terça-feira pela manhã, vim a Brasília em companhia do Deputado Aloysio Nunes. Por uma coincidência muito grande, conversávamos sobre a Faculdade de Filosofia de São Paulo, onde grandes professores estrangeiros

foram contratados e criaram uma das grandes escolas de mestres naquela unidade. Lembrávamos que o então Governador Armando Azevedo, Júlio Mesquita e outros se esforçaram para criar em São Paulo uma das mais modernas e boas universidades, a Universidade de São Paulo, cujo conceito de grande casa de ensino ultrapassa nossas fronteiras.

A outros fatos da história de São Paulo e do Brasil não podemos, na era moderna, deixar de referir. É o caso do nome de Júlio de Mesquita Neto, com quem tive uma convivência gostosa. Nos momentos difíceis, de aflição, em que eu, como Diretor do antigo DOPS e depois da Polícia Federal, solicitava uma audiência, o Dr. Júlio imediatamente me recebia. Ali, ficávamos trocando idéias, como faz um confessor no confessionário. Eu saía mais aliviado, mais tranquilo, com decisões que talvez tenham contribuído para minha eleição a esta Casa. Dr. Júlio fazia, com equilíbrio, colocações a respeito dos assuntos mais difíceis da Nação brasileira.

Lembrava aqui, e o Senador Suplicy o fez com grande inteligência, que nas horas difíceis em que a censura tomava os jornais e as revistas, Júlio Mesquita e Ruy Mesquita tiveram a iniciativa de contestar essa ação, publicando receitas de culinária. Era um protesto inteligente e interessante, que repercutiu favoravelmente como uma postura de dignidade do jornal.

Hoje, o Senador Suplicy se referiu a isso como um grande fator que representou o jornal **O Estado de S. Paulo**.

Temos alguns poemas, porque quem não conhecia Camões acabou se ilustrando, e é interessante, porque talvez o jornal tenha vendido por essa razão, pelos poemas de Camões e pelas receitas culinárias.

Isto era o que gostaria de registrar e vou encerrar, a fim de que a emoção não me impeça de continuar usando o microfone.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Concedo a palavra ao nobre Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, não posso deixar de me associar aos elogios póstumos ao Dr. Júlio de Mesquita Neto, um homem de convicção, um liberal, um mecenas, e mesmo nós, na nossa longínqua Paraíba, ouvimos a reverberação das suas decisões, fosse através de comentários, fosse através da imprensa escrita, no famoso **Estadão**, **O Estado de S. Paulo**.

Como Vice-Líder do PMDB, como brasileiro, quero me solidarizar a esse lamento e enaltecer o grande liberal, o grande jornalista e o homem de convicções, Júlio de Mesquita Neto. Que Deus o tenha!

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores e Senadoras que o aprovaram queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

A Presidência se associa ao pesar da Casa pelo falecimento do jornalista Júlio de Mesquita Neto, expressão dominante na história do jornalismo brasileiro contemporâneo.

Ele teve a oportunidade singular de manter na linha da continuidade a expressão e o prestígio do grande Jornal **O Estado de S. Paulo**, fundado por seu avô, Júlio Mesquita, e dirigido por seu pai, Júlio de Mesquita Filho, que teve uma presença marcante e, ao mesmo tempo, heróica na luta pela redemocratização do País.

Júlio de Mesquita Neto marcou a sua atuação como jornalista numa linha predominante de defender a liberdade de imprensa e a sua significação maior como expressão no regime democrático.

É grande a perda que temos no País, no Estado de São Paulo. Farei chegar à família do ilustre morto a expressão de pesar de todo o Senado através do requerimento que acaba de ser votado.

Designo o autor do requerimento, Senador Antônio Carlos Magalhães, e os Senadores da Bancada de São Paulo, Romeu Tuma, Eduardo Suplicy e José Serra, para representarem a Casa nas homenagens fúnebres que serão prestadas ao jornalista Júlio Mesquita Neto.

O SR. ELCIO ALVARES - Sr. Presidente, peço a palavra como Líder, para uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Concedo a palavra ao nobre Senador Elcio Alvares.

O SR. ELCIO ALVARES (PFL-ES. Como Líder. Para uma comunicação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eminentes Colegas, ao longo deste mandato que venho exercendo como Senador da República, jamais ocupei a tribuna para fazer qualquer reparo a noticiário divulgado na imprensa, seja a do Espírito Santo, seja a nacional.

Sou jornalista, com longa militância, respeito profundamente conceitos, análises e críticas, porém, neste momento, quero ler uma notícia publicada no Jornal **O Globo** - vou lê-la por inteiro - e depois, Sr. Presidente, refutá-la, porque entendo que não espe-

Ihou, de maneira alguma, a conversa que mantive com o jornalista autor da matéria.

No **O Globo** de hoje temos a seguinte matéria:

"Eleição: Parlamentares abandonam as grandes questões e se voltam para as bases.

Congresso mergulha na campanha e só pensa nos votos de Ibiraçu e Eunápolis."

Esclareço perante o Senador Gerson Camata que Ibiraçu é um simpático município capixaba, ao longo da BR-101.

A matéria tem o seguinte texto, do qual lerei uma síntese para que os eminentes colegas possam compreender a razão do meu comparecimento à tribuna, principalmente como Líder do Governo.

"O destino do Brasil está decisivamente ligado aos rumos políticos e aos palanques de campanha em Ibiraçu e de Eunápolis. A primeira, cidade da Zona da Mata do Espírito Santo, área de reflorestamento, onde o Líder do Governo no Senado, o pefelista Elcio Alvares, quer eleger o prefeito. A segunda, cidade de 120 mil habitantes no litoral da Bahia, na qual o Líder do Governo na Câmara, Benito Gama, também do PFL, costuma ser bem votado e também quer eleger o prefeito. Desde segunda-feira, os dois não economizam telefonemas para aquilo que chamam de suas "bases eleitorais."

Agora começa a matéria no ponto realmente em que quero refutá-la.

"Os dois Líderes não fazem nem mais nem menos que outros Deputados e Senadores. E a constatação óbvia é que a proximidade da eleição de 3 de outubro esvaziou o Congresso. Um Congresso, aliás, que trabalhou menos este ano do que em 1995. De janeiro a maio votaram-se apenas 38 projetos no plenário da Câmara e uma única emenda constitucional (a da Previdência, e só em primeiro turno). No mesmo período do ano passado, aprovaram-se 64 projetos na Câmara e três emendas constitucionais."

Aí começa uma declaração minha:

" - No máximo aprovamos a reforma da Previdência este ano. Nada mais. O Congresso, a partir desta semana, estará esvaziado e todos vamos cuidar de nossas campanhas eleitorais - constata Elcio, preparando-se para viajar a Vitória amanhã e organizar, no fim de semana, um encontro de prefeituráveis do PFL nos municípios de Ibiraçu, Aracruz, Fundão e Santa Tereza.

Sr. Presidente, como Líder do Governo, seria, até certo ponto, uma sandice afirmar que não vamos votar outra reforma a não ser a da Previdência e, muito mais ainda, dizer que os nossos colegas, principalmente os do Senado, vão cuidar das eleições municipais e deixar de lado as grandes questões que interessam ao País.

O Presidente Fernando Henrique Cardoso tem enfatizado sobremodo a importância das reformas. E eu, se realmente tivesse me empenhado, conforme noticiam as matérias, nas eleições municipais do Espírito Santo, teria um caminho lógico: entregar a Liderança ao Presidente Fernando Henrique Cardoso e dizer que, a partir desse momento, a exemplo de outros Parlamentares, eu iria cuidar de bases eleitorais.

Mas, felizmente, tenho aqui ao meu lado, o Senador Gerson Camata que conhece tão bem, palmo a palmo, o território do Espírito Santo. Teremos, na sexta-feira, no Espírito Santo, - o Senador Gerson Camata também comparecerá - uma reunião das Lideranças políticas de Fundão, Santa Tereza, Ibiraçu e Aracruz, exatamente no município de Aracruz, onde está sediada a grande empresa, para discutir a viabilidade econômica do Porto de Vila do Riacho. Nada mais, nada menos do que isso. Interpelado pelo jornalista sobre o que eu iria fazer no fim de semana, declarei ao mesmo que iríamos participar - os três Senadores pelo Espírito Santo - de um debate muito importante para todos nós, principalmente em se tratando de um porto que tem grandes perspectivas para aprimorar, cada vez mais, o sentido de exportação no Espírito Santo.

A partir daí, Sr. Presidente, foi criada e passada a idéia de que estamos esvaziados e que não votaremos nada. Repilo esse tipo de notícia. No fundo, Sr. Presidente, querem passar uma imagem do Congresso que todos sabemos não é verdadeira. V. Ex^a tem trabalhado juntamente com a Mesa para que tenhamos um fluxo de matéria praticamente com pautas esgotadas porque os Srs. Senadores estão votando. Acredito - e tenho reiterado isso por intermédio de muitas entrevistas - que, mesmo havendo eleições municipais, o Senado da República terá a presença dos Srs. Senadores, conscientes de sua responsabilidade para votar matéria de alta importância.

Portanto, como Líder do Governo, quero reafirmar que acredito que vamos votar todas as reformas. Confio no patriotismo dos Parlamentares, principalmente dos Senadores da República, e jamais vou declarar que um interesse de base municipal ve-

nha a postergar um interesse maior, principalmente relacionado às reformas.

Não declarei, conforme está constando na matéria, qualquer tipo de notícia nesse sentido. Quero comunicar que hoje encaminhei ao jornalista Franklin Martins, Diretor da sucursal de **O Globo** em Brasília, um fax pedindo a retificação, porque se se tratasse simplesmente do Senador Elcio Alvares, a notícia passaria como passam todas aquelas que, às vezes, não são agradáveis a nós, mas que estão dentro do âmbito da análise, da crítica da imprensa brasileira. Porém, como Líder de Governo, não fica bem afirmar que, ao término da votação da Reforma da Previdência, o Congresso ficará esvaziado e que vamos cuidar de bases eleitorais, não votando mais coisa alguma.

Portanto, Sr. Presidente, com constrangimento, pois não gosto de fazer isso, quero fazer esse registro, porque entendo que estamos imbuídos num propósito, que é o mesmo de V. Ex^a, de toda a Mesa e de todos os Srs. Senadores, de votar, mesmo com as eleições municipais, uma vez que todos os Senadores têm consciência de que as reformas são fundamentais para a vida do País. Enquanto tivermos essa mentalidade dentro do Senado, não tenho dúvida em afirmar que jamais os Parlamentares vão abandonar as grandes questões para voltar às suas bases e para não se ater principalmente às necessidades das reformas.

Era o registro que gostaria de fazer, como Líder do Governo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Sobre a mesa, projeto que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Ney Suassuna.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO N^o 125, DE 1996

Autoriza a prática da morte sem dor nos casos em que especifica e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei disciplina os casos em que poderá ser autorizada a prática da morte sem dor, e os respectivos procedimentos prévios à sua consecução.

Art. 2º Será permitido o desligamento dos aparelhos que mantêm alguns dos sinais vitais do paciente, caso seja constatada a sua morte cerebral, desde que haja manifestação de vontade deste.

§ 1º A manifestação de vontade do paciente deve ser expressa e obedecerá às normas aplicáveis às manifestações de última vontade.

§ 2º A constatação da morte cerebral deverá ser firmada por junta médica, formada por, no mínimo, 3 (três) profissionais habilitados, sendo que pelo menos um deles deterá o título de especialista em neurologia ou seu equivalente.

Art. 3º Será permitido o desligamento dos aparelhos que mantêm alguns dos sinais vitais do paciente, caso seja constatada a sua morte cerebral, desde que haja prévia e expressa autorização de seus familiares.

§ 1º Para efeitos desta lei, consideram-se familiares o cônjuge, os descendentes, os ascendentes e os colaterais, consangüíneos ou não, até o terceiro grau.

§ 2º Na ausência de familiares, o juiz poderá, a pedido de médico ou de pessoas que comprovadamente mantêm laços de afetividade com o paciente, suprir a autorização destes.

Art. 4º Ao receber petição de médico ou de pessoa que mantém laços de afetividade com o paciente com morte cerebral constatada, nos termos do art. 3º, § 2º, o juiz determinará a oitiva do Ministério Público e, na mesma ocasião mandará citar, por edital, os familiares e as pessoas que se encontrem na mesma condição do autor.

Parágrafo único. A petição deverá, obrigatoriamente, vir acompanhada das conclusões da Junta Médica que avaliou o quadro clínico do paciente (art. 2º, § 2º).

Art. 5º Decorridos 30 (trinta) dias da publicação do edital, o juiz ordenará a formação de Junta Médica, constituída de, no mínimo, 3 (três) profissionais, sendo que um deles necessariamente, será especialista em neurologia ou detenha título equivalente.

§ 1º A Junta Médica deverá fornecer laudos circunstanciados do quadro clínico do paciente, concluindo pelo desligamento ou não dos aparelhos que mantêm alguns de seus sinais vitais.

§ 2º Não poderão integrar a Junta Médica constituída por determinação judicial os profissionais que assinam o laudo que acompanha a petição inicial.

Art. 6º Havendo ou não manifestação do Ministério Público, de posse do laudo da Junta constituída nos termos do art. 5º, o juiz apreciará, no mais breve tempo possível o caso, decidindo pela autorização ou não do desligamento dos aparelhos.

Art. 7º Será permitida a morte sem dor do paciente em circunstâncias que acarretem sofrimentos físicos ou psíquicos, que, por sua natureza, intensidade e precariedade de prognóstico da evolução da

doença, não justifiquem a continuidade da assistência médica destinada à conservação de sua existência.

§ 1º – Na hipótese disciplinada por este artigo, a morte sem dor somente poderá ser autorizada por Junta formada, por, no mínimo, 05 (cinco) médicos, sendo que pelo menos 02 (dois) deles detêm os títulos de especialistas ou seu equivalente, na moléstia que acomete o paciente, desde que haja o consentimento prévio e expresso deste.

§ 2º O consentimento prévio e expresso do paciente obedecerá à forma prevista no § 1º do art. 2º.

§ 3º Caso o paciente esteja impossibilitado de expressar-se, ou não tenha expressado seu conhecimento prévio, seus familiares ou pessoa que comprovadamente mantém laços de afetividade com este, poderão requerer ao Poder Judiciário autorização para consecução da morte sem dor.

Art. 8º Seja no caso de paciente com morte cerebral constatada, seja na hipótese do § 3º do art. 7º, em não havendo a concordância de todos os familiares, qualquer um deles poderá instaurar processo judicial que autorizará ou não a morte sem dor.

Art. 9º Recebida a inicial, o Juiz mandará citar, pessoalmente, todos os familiares do paciente, para que se pronunciem sobre o pedido de autorização no prazo de 30 (trinta) dias.

Parágrafo único. A inicial deverá, obrigatoriamente, vir acompanhada das conclusões da Junta Médica que avaliou o quadro clínico do paciente (art. 7º, § 1º).

Art. 10. Após as considerações dos familiares, o Juiz determinará a oitiva do Ministério Público, e, na mesma oportunidade, ordenará a formação de Junta Médica, constituída de, no mínimo, 05 (cinco) profissionais, sendo que entre eles, necessariamente, estará um especialista em Neurologia ou detentor de título equivalente e dois especialistas na moléstia que acomete o paciente, ou detentores de títulos equivalentes.

§ 1º A Junta Médica deverá fornecer laudo circunstanciado do quadro clínico do paciente, concluindo pela manutenção de sua vida ou pela consecução da morte sem dor. Na dúvida, a Junta opinará pela manutenção da vida do paciente.

§ 2º Não poderão integrar a Junta Médica constituída por determinação judicial os profissionais que assinam o laudo que acompanha a petição inicial.

Art. 11. Havendo ou não manifestação do Ministério Público, de posse do laudo da Junta constituída nos termos do art. 10, o Juiz decidirá pela ma-

nutenção da vida do paciente ou pela consecução da morte sem dor.

Art. 12. Em qualquer hipótese, da sentença caberá apelação, sendo que da que julgar pela consecução da morte sem dor, caberá recurso "ex officio" para o Tribunal de Justiça.

Art. 13. Considerar-se-á competente para apreciar e julgar os processos oriundos desta Lei, salvo manifestação de vontade em contrário do paciente, o Juiz do local onde estiver localizada a unidade hospitalar ou de saúde em que o paciente esteja internado.

§ 1º Caso o paciente não esteja internado em unidade hospitalar ou de saúde, será competente o foro de seu último domicílio.

Art. 14. Todos os processos judiciais instaurados com base nesta Lei estarão isentos de custas e taxas judiciais.

Art. 15. A Junta Médica formada por determinação judicial será, preferencialmente, constituída por médicos da rede oficial de saúde.

Parágrafo único. No caso de participação de médicos estranhos aos quadros da rede oficial, seu ofício será prestado gratuitamente.

Art. 16. O Poder Executivo regulará esta Lei em 60 (sessenta) dias.

Art. 17. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 18. Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

Versando tema de permanente atualidade e constante controvérsia, a presente proposição visa à discussão, em profundidade, do problema da morte voluntária sem dor, que, se não é feliz como a dos santos e beatos, configura o mínimo de conforto que se pode dar ao condenado a esse desenlace, mitigando a derradeira agonia.

Desde a ementa, procuramos emprestar a maior clareza ao projeto, para evitar distorções num tema de tal magnitude.

O problema do direito à morte sem dor não parece insolúvel, atualmente, diante dos progressos prodigiosos da medicina que dispõe dos mais variados processos técnicos para a sua caracterização e as crescentes perquirições científicas podem levar a prognósticos que parecem superar os limites da falibilidade humana.

O direito à vida, como prerrogativa individual, cunha uma medalha que tem, no seu reverso, a figura do livre arbítrio, reconhecido pelos crentes como um atributo divino e pelos cépticos como funda-

mento e síntese de todas as prerrogativas essenciais da pessoa humana.

Nas mais antigas civilizações era esse direito assegurado acima de qualquer prerrogativa social, nas codificações dos povos ou no direito consuetudinário, expresso o preceito no decálogo mosaico, na lei romana das Doze Tábuas e no multimilenar Código de Hamurabi.

Não nos parece que o direito à vida, simplesmente citado sem definição no art. 5º, *caput*, da Constituição em vigor, implique em negar ao homem, no gozo real de seu arbítrio, o direito de morrer, quando se encontre sofrendo apenas uma vida vegetativa, desmoralizado, envelhecido pelo sofrimento, presa da dor incurável e veemente.

Esse direito de morrer tem-se expressado no suicídio e na eutanásia, como em atos heróicos e riscos assumidos.

Os gregos tanto admitiam a eutanásia, por decisão pessoal, como prescreviam a pena de morte, nos crimes ideológicos; e, assim Sócrates foi condenado a beber a cicuta, dando um belo exemplo de estoicismo, ao morrer conversando com os seus discípulos.

Ainda hoje o suicídio – mesmo frustrado – resta impune embora punível, apenado o induzimento à morte.

Restam as duas figuras, como tema milinar, discussão dos doutos principalmente os juristas.

Quanto à eutanásia, é convidada ao debate a participação dos médicos, porque sua admissão possível exigirá a presença do especialista em neurologia e doenças terminais, principalmente a partir do crescente progresso da medicina, no prolongamento da vida das incuráveis, num cruel artifício clínico, que apenas prolonga a dor, a inconsciência e o sofrimento dos familiares.

Digladiam-se as duas correntes, enquanto os representantes de várias confissões religiosas interferem, para que a moral judaico-cristã continue a impor, no campo do direito positivo, o domínio dos seus dogmas.

Defende-se a eutanásia, quando quem a pede quer fugir a uma vida penosa e sem qualquer gratificação, impelido, quem executa essa última vontade, por um impulso piedoso ou altruístico.

Quando o Código Penal uruguai, de 1935, incluiu a permissão à eutanásia, o jurista Garcia Pinto exprou os legisladores, dizendo que a verdadeira piedade nada tem a ver com a "lástima eutanásica", para acusar seus promotores de buscar libertar-se, egoisticamente, do espetáculo da dor alheia, eliminando o doente.

O nosso Nelson Hungria também assinalava que, na eutanásia, havia uma conjunção do egoísmo dos que ficam com o desespero dos que partem," e o homicídio do consciente são fatos antijurídicos, pois o homem não pertence somente a si próprio,

senão também ao meio social. Há um interesse social na vida de cada homem."

Tem razão o ilustre jurista, mas a conclusão desse interesse social na vida do homem válido à sociedade não atinge a proteção indesejável do Estado ao que se julga no direito de morrer.

Se, por uma dor moral insuportável, ou pelo "tedium vitae" invencível, quer o homem alienar-se da existência, que exerce o seu direito de morrer, diante das agruras insuportáveis de uma vida vegetativa ou crescentemente dolorosa, incurável o sofrimento.

Argumenta Nélson Hungria que, mesmo se limitasse a eutanásia aos casos de enfermos desenganados, portanto vidas socialmente inúteis, a incurabilidade não é um critério inexorável da ciência médica, variando no tempo e no espaço. E, por vezes, os médicos anunciam o "último suspiro" de um agonizante, de vela na mão, que se restabelece.

Nélson Hungria escreveu isso em 1946, há quase meio século.

Autor do Código Penal encomendado pela ditadura de Getúlio Vargas, também opôs à tese do "in dubio pro reo" a do in dubio por societas".

Era no tempo em que o nazismo, o fascismo e o estalinismo haviam dado o mínimo de valor à vida e à liberdade humanas, quando Stalin fuzilava, Hitler queimava e Mussolini levava à prisão perpétua seus concidadãos, até sob a desculpa de não pertencerem à raça ariana.

Hungria achava que o Estado tem o direito de matar, em caso de guerra externa. Seu Código Penal permite o aborto "honoris causa" e para evitar a morte da parturiente, chamado necessário. E, como todos os códigos penais do mundo civilizado, permite a execução do semelhante em legítima defesa própria, de terceiros ou da propriedade.

Será que a propriedade privada é um bem que se possa justificar moralmente como superior à vida?

A legislação vigente no Brasil permite penas de mais de cem anos, quando há cumulativamente delituosa. Raríssimos os que vivem mais de cem anos, para cumpri-las. Trata-se de um eufemismo: não é pena capital, mas é a condenação da morte em vida.

Também praticamente se consagra, no direito não escrito dos países civilizados, que "crime de multidão não têm sujeito ativo". Assim, ocorrem cenas de linchamentos no Brasil e não se sabe da condenação de um linchador por homicídio caracterizado.

Autores como Nélson Hungria e Garcia Pintos, que consideram desnecessária a eutanásia, citando a opinião de grandes médicos, não conseguem provar a injuridicidade da sua adoção.

Reconhecemos aos médicos à palavra final sobre a inutilidade dos esforços científicos para reter a

vida de uma pessoa em que não funcionam o sistema nervoso central, inapelavelmente comprometidas as funções pulmonares, renais e cardíacas, como nos casos de metástase de câncer, de aids ou de esclerose cerebral senescente.

Dizia Miguel Couto, o princípio da medicina clínica brasileira, no início deste século: "Não há doentes, há doentes".

Assim sendo, não há regras sem exceção para decidir-se sobre a possibilidade de recuperação de um enfermo terminal, sendo infinitamente mais presumível a sua morte.

Também devemos legislar para as exceções, não considerando o apego à vida maior do que o desejo de libertar-se da dor. Não é difícil concluir, segundo o pensamento de Miguel Couto, que "há doentes" desancorados da última esperança de vida, implorando a "morte piedosa", a mão penitente de um amigo que o liberte do suplício abominável de viver como um vegetal.

De outro lado, é de ser punido o falso piedoso que, que falseando a vontade ou sem conhecimento do doente, lhe ministra o cálice amargo da libertação.

Muito diverso dele é o agente eutanásico, busca um processo menos doloroso para atender ao moribundo que lhe implora a libertação do sofrimento.

Ele está plenamente imbuído de que não comete um delito, mas pratica um dever social.

Centenas de casos ocorrem, semelhantes, a cada ano, no Brasil, que viu, recentemente, estarrecido, a mãe de um ex-presidente da República, condenada ao exercício das funções biológicas primárias, apenas, totalmente descerebrada, até a última parada cardíaca.

Não é crível que um diagnóstico possa, piedosamente, condenar à morte uma criança supostamente inviável e não um adulto que, consciente da própria incurabilidade e envelhecido pelo sofrimento, implora que lhe tirem um bem, para outros supremo, que considera imprestável: a vida.

Não se pode compreender o livre arbítrio, defendido por todas as sociedades democráticas, sofrer limitações, a não ser quando produza mal a outrem ou contrarie a convivência social, o que ocorre com o moribundo, implorando a última saída.

O Brasil não pune um por cento dos abortos criminosos que se cometem no País. Nem os linchamentos e as chacinas perpetradas até por quem tem o dever de garantir a segurança dos cidadãos.

Não pode, por isso mesmo, ter uma legislação irrealista que inocente o aborto, o fuzilamento em situações de beligerância, o desaparecimento eventual de adversários do regime e mesmo o suicídio.

Apesar de todas essas exceções necessárias, tem-se garantido o direito à vida, dentro das singulares condições do seu desenvolvimento.

Como foi defendido o direito à vida de quem trabalha com refúgios atômicos, em usinas nucleares, em minas aprofundadas mais de cem metros no subsolo, ou mesmo em laboratórios ou indústrias poluentes?

Quem garante a vida de milhões de nascituros e crianças, principalmente nas regiões subdesenvolvidas, devoradas pela fome, pelas endemias pela falta de higiene e de esgotos sanitários?

Quem garantirá, daqui a dez anos, a vida de aposentados da previdência estatal e do Governo, quando para cada trabalhador ativo corresponda um inativo?

Não pode impedir o "direito à morte" um Estado que a tantos nega o direito à vida.

Precisamos deixar de hipocrisia.

Cada um de nós sofre, quando vê um doente na família, rodeado de médicos, com os últimos recursos científicos para prolongar-lhe a dor gastando as derradeiras reservas dos parentes. A família despende, em sessenta dias da existência artificial do parente moribundo, tudo o que amealhou a vida inteira, em proveito de nada e de ninguém, vistos os padrões da classe média.

O próprio progresso da medicina, no campo da tanatologia, a substituição de órgãos, as próteses mais diversificadas, fazem com que a duração da vida humana tenha sido quase duplicada neste século. Isso é muito bom. Mas é péssimo dispersar recursos médicos para prolongar a agonia de uma pessoa, refletida nos seus parentes que, quando a vítima do "direito de viver" dá o último suspiro, desabafa: "Felizmente, descansou!"

Decerto os sobreviventes também descansam das longas vigílias, das despesas enormes, de fitar, sem nada poder, os olhos do ser querido, moribundo, que há tantos meses lhes suplica a morte.

A eutanásia é necessária, até que todos se possam igualar no desenlace, com a mesma dose de sofrimento ou de acalmia.

Mas é preciso ser regulada de modo a prevenir os erros médicos.

Por isso, o presente projeto cerca a prática da morte sem dor das maiores cautelas, desde os casos de morte cerebral, onde, além da autorização prévia do paciente ou de seus familiares, exige-se junta médica com a presença de profissionais habilitados; até o caso de quadro mórbido excessivamente penoso para o paciente, em que se requer também seu consentimento para a eutanásia.

Prevê-se ainda o caso de faltar autorização do paciente, hipótese em que seus familiares poderão recorrer ao Judiciário para suprir tal autorização, em procedimento de grande celeridade.

Finalmente, atribui-se preferencialmente aos médicos da rede oficial o mister de compor a junta médica sempre que ordenada pelo juiz, sendo, ademais, toda a prestação jurisdicional eventualmente necessária e isenta de custas e taxas judiciais.

Este o sentido da proposição: tratar com equilíbrio e máximo rigor técnico de um tema polêmico, mas nem por isso imune à regulamentação, a exemplo do que há tempos já fizeram diversos países do chamado Primeiro Mundo, tais como Holanda, alguns estados dos Estados Unidos da América e certas circunscrições da Austrália.

Para ver aprovada esta iniciativa, contamos com o esclarecido apoio de nossos pares.

Sala das Sessões, 5 de junho de 1995. – Senador **Gilvam Borges**.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – A matéria será publicada e despachada à Comissão Competente.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Ney Suassuna.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 555, DE 1996

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos arts. 71, 74 e 76, do Regimento Interno, seja criada uma Comissão Temporária Interna, composta por 11 (onze) Senadores, para, no prazo de sessenta dias, acompanhar *in loco*, os atos, fatos e circunstâncias que envolvem a tragédia da Clínica Santa Genoveva, no Bairro de Santa Tereza, bem como nas demais casas geriátricas do Rio de Janeiro.

Justificação

No artigo 196 da Constituição Federal está estabelecido que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantindo medidas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e de outros males, bem como o acesso universal e igualitário às ações e serviços no setor.

A tragédia que se verifica na Casa Santa Genoveva, no Município do Rio de Janeiro, onde muitos idosos já morreram e outros correm grandes riscos de vida, estarrece a toda a sociedade que está a exigir medidas urgentes e sérias no sentido de que todas as irregularidades sejam apuradas e os responsáveis exemplarmente punidos.

Dada a gravidade que envolve a questão, o Senado Federal não poderia ficar indiferente. O objetivo do presente Requerimento é possibilitar o acompanhamento *in loco* do problema, possibilitando o total conhecimento dos fatos e seus desdobramentos.

Sala das Sessões, 5 de maio de 1996. – **Benedita da Silva PT/RJ**, Senadora da República

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – A matéria será incluída oportunamente na Ordem do Dia, nos termos do art. 255 do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Ney Suassuna.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 556, DE 1996

Senhor Presidente,

Nos termos constitucionais do art. 50, § 2º, e na forma regimental dos arts. 215, item I, 216 e 217, requeiro sejam solicitadas ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Fazenda, Dr. Pedro Malan, informações quanto ao resultado das investigações do Banco Central sobre as irregularidades ocorridas no Banco Nacional, no período de 1986 a 1995, encaminhando a esta Casa o relatório oficial conclusivo.

Justificação

As denúncias sobre fraudes praticadas contra o Sistema Financeiro Nacional, estampadas em manchetes nos veículos de comunicação, repercutiram em forma de indignação, nos vários segmentos da sociedade brasileira, que passou a exigir dos governantes imediatas providências. No Parlamento Brasileiro, onde muito se discutiu quanto ao trato mais adequado a ser dispensado ao assunto, a complexidade e magnitude do problema suscitou opiniões divergentes entre os senhores parlamentares, chegando-se a cogitar da instalação de uma CPI, para apurar com rigor o universo dos atos e fatos envolvidos nessas fraudes.

Houve consenso quanto à conveniência de se aguardar o resultado das providências que estariam sendo adotadas pelo Poder Executivo, através do Banco Central, que diligenciava levantar dados que conduzissem à identificação de fatos e agentes geradores da derrocada dessas instituições financeiras, indicando, inclusive, nomes de eventuais responsáveis.

O Parlamento se absteve da instauração da CPI, reservando-se o direito de conhecer e acompanhar as gestões do Executivo em relação ao as-

sunto, aguardando seus resultados. A conclusão do relatório do Banco Central sobre as irregularidades ocorridas no Banco Nacional e o encaminhamento desse documento ao Ministério Público, segundo a imprensa, aconteceram na semana que se passou.

Nessa conformidade, objetiva o presente requerimento de informações garantir o amplo conhecimento desta Casa quanto ao tema versado, cuja natureza e gravidade legitimam o interesse do Senado Federal em acompanhar o desdobramento de todas as providências a ele inerentes.

Sala das Sessões, 5 de junho de 1996. – Senador Romeu Tuma.

(À Mesa para decisão).

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – O requerimento será despachado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216 do Regimento Interno.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Ney Suassuna.

É lido o seguinte:

Of 152/96 Brasília, 4 de junho de 1996.

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência a indicação do Deputado Fernando Gabeira (PV/RJ), como titular e do Deputado Gilney Viana (PT/MT), como suplente para compor a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 1.464, de 30 de maio de 1996, que, "Acrescenta parágrafo ao art. 75 da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965."

Cordialmente, Deputado **Fernando Gabeira**, Líder do PV.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Será feita a indicação solicitada.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Ney Suassuna.

É lido o seguinte:

Ofício nº 295/PT

Brasília, 5 de junho de 1996

Senhor Presidente,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência a fim de indicar o Deputado Paulo Rocha para integrar, como titular, a Comissão Mista de Orçamento Público e Fiscalização, em substituição ao Deputado João Paulo Cunha.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência protestos de elevada estima e consideração. – Deputada **Sandra Starling**, Líder do PT.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Será feita a substituição solicitada.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Esgotado o tempo destinado ao Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

Votação, em turno único, do PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 191, DE 1995 (nº 186/95, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação Comercial, Econômica e Industrial, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Turquia, em Brasília, em 10 de abril de 1995, tendo

Parecer favorável, sob nº 161, de 1996, da Comissão

- de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

A discussão da matéria encerrou-se na sessão deliberativa de ontem, quando teve sua votação adiada por falta de quorum.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Item 2:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 134, DE 1995

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do Recurso nº 4, de 1995)

Votação, em turno único, do PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 134, DE 1995, de autoria do Senador Roberto Freire, que regulamenta o § 3º do art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, dispondo sobre a reparação de natureza econômica devida aos aeronautas e aeroviários, civis e militares, impedidos de exercer a profissão, tendo

Pareceres sob nºs 440 e 885, de 1995, e 38, de 1996, da Comissão

- de Assuntos Econômicos: 1º pronunciamento: favorável ao Projeto; 2º pronunciamento: pela aprovação parcial da Emenda nº 1, de Plenário; e 3º pronunciamento: contrário às modificações propostas nos arts. 3º, 4º, 8º e 9º da Emenda nº 1, de Plenário.

(Dependendo de apreciação do Requerimento nº 553, de 1996, do Senador Flaviano Melo, de adiamento de votação)

A matéria teve a sua discussão encerrada na sessão deliberativa de ontem, quando foi lido o Requerimento nº 553, de 1996, de adiamento de votação, que não foi apreciado por falta de quorum.

Os Srs. Senadores que aprovam o requerimento de adiamento queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação de Plenário.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Item 3:

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 106, De 1994 (nº 5.362/90, na Casa de origem), que institui a Residência Médico-Veterinária e determina outras providências, tendo

Pareceres sob nºs 536, de 1995, e 275, de 1996, das Comissões

- de Educação, favorável ao Projeto; e
- de Constituição, Justiça e Cidadania (em atendimento ao Requerimento nº 1.176, de 1995, de audiência), favorável, nos termos de substitutivo que apresenta, com voto vencido em separado do Senador Ramez Tebet.

Discussão em conjunto do projeto e do substitutivo, em turno único. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Votação do substitutivo, que tem preferência regimental.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Aprovado o substitutivo, fica prejudicado o projeto.

A matéria vai à Comissão Diretora para redigir o vencido para o turno suplementar.

É o seguinte o substitutivo aprovado:

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 106
(SUBSTITUTIVO), DE 1994**

Institui a Residência Médico-Veterinária e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica criada, nos termos desta lei, a Residência Médico-Veterinária.

Art. 2º Fica autorizada a criação, pelo Poder Executivo, da Comissão Nacional de Residência Médico-Veterinária, nos mesmos moldes e atribuições

da Comissão Nacional de Residência Médica, conforme o Decreto nº 80.281, de 5 de setembro de 1977, respeitando-se as peculiaridades profissionais.

Art. 3º Esta Lei será regulamentada pelo Poder Executivo no prazo de 90 (noventa) dias.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário."

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Esgotada matéria constante da Ordem do Dia.

Sobre a Mesa, parecer oferecendo a redação final, que, nos termos do art. 320 do Regimento Interno, se não houver objeção do Plenário, será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Ney Suassuna. (Pausa.)

É lido o seguinte:

PARECER Nº 296, DE 1996

(Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 191, de 1995 (nº 186, de 1995, na Câmara dos Deputados).

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 191, de 1995 (nº 186, de 1995, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação Comercial, Econômica e Industrial, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Turquia, em Brasília, em 10 de abril de 1995.

Sala de Reunião da Comissão, 5 de maio de 1996. — **Levy Dias**, Presidente — **Ney Suassuna**, Relator — **Ernandes Amorim** — **Antonio Carlos Varella**.

ANEXO AO PARECER Nº 296, DE 1996

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 1996

Aprova o texto do Acordo de Cooperação Comercial, Econômica e Industrial, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Turquia, em Brasília, em 10 de abril de 1995.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o texto do Acordo de Cooperação Comercial, Econômica e Industrial, celebrado entre o Governo da República Federativa do Bra-

sil e o Governo da República da Turquia, em Brasília, em 10 de abril de 1995.

Parágrafo único. São sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, assim como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do art. 49, I, da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – O parecer vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Ney Suassuna.

É lido e aprovado o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 557, DE 1996

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 321 do Regimento Interno, requeiro a dispensa de publicação, para imediata discussão e votação, da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 191, de 1995 (nº 186/95, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação Comercial, Econômica e Industrial, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Turquia, em Brasília, em 10 de abril de 1995.

Sala das Sessões, em 05 de maio de 1996. – **Coutinho Jorge – Valmir Campelo**

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Em discussão a redação final. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovada.

O projeto vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – A Presidência recebeu do Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional manifestação favorável à participação do Senado na reunião do Subgrupo de Trabalho para a Mineração, SGT-2, a realizar-se em Buenos Aires, nos próximos dias 13 e 14.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovada.

A Presidência designa ao nobre Senador Mauro Miranda para representar o Senado no mencionado evento.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Concedo a palavra ao nobre Senador Pedro Simon, para uma comunicação de natureza urgente. V. Ex^a dispõe de 5 minutos.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB-RS. Para uma comunicação urgente. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, trago ao conhecimento da Casa um fato que me parece dramático. Para tanto esta Casa vai ter que fazer a devida consideração.

Está aqui, Sr. Presidente, uma proposta da pessoa que é, talvez, considerada o produtor rural de mais prestígio no mundo inteiro, o Sr. Olacyr de Moraes, oferecendo, por escrito, ao Governo brasileiro, duzentos mil hectares da sua fazenda, Fazenda Itamaraty, para que o Governo faça um projeto de reforma agrária.

Quando fui Ministro da Agricultura de V. Ex^a, estive naquela fazenda, ela é algo espetacular no que tange à sua organização, sua seriedade. Cada produtor tem sua casa, seu lar, acesso à escola, produzem para si próprios e têm acesso não só à soja e à carne. Os empregados da Fazenda Itamaraty têm admiração por Olacyr de Moraes e este, mesmo assim, quer entregar metade dela, duzentos mil hectares, para que o Governo faça um projeto de reforma agrária.

Ele troca a fazenda por TDAs, Sr. Presidente. Quando fui Ministro da Agricultura de V. Ex^a, queríamos fazer isso, e foi feito, - V. Ex^a implantou o Programa de Reforma Agrária -, mas ninguém aceitava TDA porque aqueles títulos eram considerados mal-ditos, e, de repente, o Sr. Olacyr resolve aceitá-los.

É claro, Sr. Presidente, que a moeda podre é podre quando o empresário a pega, mas passa a ter valor total quando o empresário a vende. Então, o homem que é o maior produtor, o mais bem organizado, aquele que tem o que há de mais moderno em tecnologia no mundo, está dizendo que não consegue produzir.

Ele possui um banco e uma fazenda, mas prefere ficar com o banco, que é assistido pelo Proer, a ficar com a fazenda que não tem incentivo algum.

Quando isso ocorre, trago a esta Casa, para que sejam transcritos nos Anais do Senado, os documentos referentes às licitações que o Banco do Brasil está fazendo no Rio Grande do Sul, para vender terras de pequenos produtores inadimplentes.

Observem os dados, Srs. e Srs. Senadores, todos referentes a áreas rurais: em Cerro Largo, uma das melhores regiões para plantio do Rio Grande do Sul, a fração de terra de 7,5ha tem o preço mínimo

de R\$6.135,00, aproximadamente R\$1.000,00 o hectare; em Guarani das Missões, imóvel situado na Linha Cedro, com seis mil hectares, tem o preço mínimo R\$8.030,00; em Tupanciretã, em uma área cheia de produtores sem terra assentados, imóvel rural com 45ha, ao preço mínimo de R\$20.000,00, ou seja, R\$500,00 o hectare.

Não entendo, Sr. Presidente, como é que o Banco do Brasil está vendendo área de sete hectares, de doze hectares, quando o tamanho mínimo do módulo deve ser de cinqüenta hectares. Nessa hora, o Banco do Brasil já está vendendo para gente que tem terra, está dando terra para quem já tem terra. Em um dos itens da licitação está escrito: "o licitante que estiver em mora com o Banco do Brasil terá sua proposta desclassificada em qualquer fase". Então, só quem tem dinheiro pode comprar.

Sr. Presidente, os sem-terra estão gritando que querem terra, e o Banco do Brasil está tirando a terra dos pequenos produtores, que não têm condições de pagá-la àquele banco. O que tem muita terra, um dos maiores produtores do mundo, quer entregar a terra para ficar com o Banco Itamaraty.

Sr. Presidente, o que pede o Senhor Presidente da República? Já que o Sr. Olacyr de Moraes, que é um homem sério, que trabalhou e lutou e que está querendo construir uma viação férrea do Centro-Oeste em direção ao Atlântico, disse que não vale a pena, é porque realmente isso não é mais interessante. É melhor ficar com o Banco Itamaraty, vender as terras e pegar os títulos podres, que, de repente - parece o milagre da montanha - , deixam de ser podres. Por intermédio daquele banco, pode-se entrar nas privatizações que estão acontecendo.

Mas será que o Brasil vai se alimentar de privatização, de ações, de bancos? Quem vai produzir comida, Sr. Presidente?

Na semana passada, não eram os sem-terra que estavam na frente do Palácio, mas sim os pequenos produtores, que possuem terras, mas que não conseguem mantê-las. No Rio Grande do Sul, existem milhares de pequenos proprietários, que, durante toda a vida, possuíram terra. As terras são passadas de geração para geração: de bisavô para avô, de avô para pai e de pai para filho; as famílias, que sempre trabalharam no campo e puderam viver com dignidade, estão perdendo as suas terras não porque as venderam, mas porque não puderam pagar ao Banco do Brasil por elas.

O banco está colocando as terras em licitação para qualquer Pedro Simon da vida, que tenha di-

nheiro, comprá-las. Se tenho R\$7 mil, posso comprar 7 hectares.

Isso é maluquice, Sr. Presidente. Isso me parece um absurdo, uma coisa irreal, ilógica. Quem não tem terra, pede para ter, quem tem um pouquinho, está perdendo, quem tem muito, como o Sr. Olacyr de Moraes, prefere não ter.

Eu gostaria de saber, como foi anunciado em campanha, onde está a comida no dedo da mão do Sr. Presidente. Quero saber se amputaram aquele dedo, Sr. Presidente! Quem é que vai produzir? Importarão comida a vida inteira? Quero saber onde está o dedo da comida que o Presidente, durante sua campanha eleitoral, mostrava na mão.

Ora, Sr. Presidente, estou pedindo ao Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado para convidar o Sr. Olacyr de Moraes para vir expor, como convidado, as razões que fazem com que um homem fantástico, que chegou no pico do sucesso - se, de repente, ele cansou da vida, ele percebeu que tem outros atrativos na vida, e sabemos o que ele está vendendo, além de plantar - não queira mais plantar. O Proer deu a cartada final, para que ele vai plantar?

Na verdade, convidaremos o Sr. Olacyr de Moraes para vir expor os motivos dessa sua doação. Porque precisa ser explicado, Sr. Presidente, como um homem como ele, de repente, quer se desfazer da sua propriedade.

Esse convite, Sr. Presidente, deve ser feito pelo Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos ao Sr. Olacyr de Moraes, para que, na próxima semana, possamos ouvir esse ilustre cidadão, a fim de que ele nos diga o que está acontecendo. Mas o Sr. Presidente da República tem que analisar esses fatos, porque, em termos de agricultura, ninguém está satisfeito.

Estamos vendo o Sr. Olacyr de Moraes, repito, o melhor proprietário de terras do Brasil e maior produtor de soja no mundo inteiro doando parte de sua fazenda para a reforma agrária. O Itamaraty é um banco "mixuruca". Penso que a maioria do povo não sabe que ele tem o tal banco. No entanto, ele foi ao Proer e disse que prefere ficar com o banco e com as malditas TDAs a ser o melhor produtor do mundo.

Sr. Presidente, se o Sr. Fernando Henrique Cardoso não parar para pensar, juro que não entendo mais nada.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. PEDRO SIMON EM SEU DISCURSO:

CONCORRÊNCIA N.º 96/0000 0356

EDITAL

1. INTRODUÇÃO

- 1.1 Em conformidade com o que estabelece o Regulamento para Licitações de Bens, Serviços, Compras e Alienações do Banco do Brasil S.A., publicado no Diário Oficial da União, em 13.01.90, e na Lei 8.666, de 21.06.93, tornamos público que no local, data e horário abaixo, reunir-se-á a Comissão de Licitação especialmente designada para receber documentos e propostas, abrir envelopes, examinar e julgar documentos e propostas para a alienação do(s) imóvel(s) aí abrangido(s), na forma estabelecida no presente Edital.

Local: **AGÊNCIA FONTO ALEGRE CENTRO (RS)**
End.: **Rua Uruguaí, 185 - Porto Alegre (RS)**
Tel.: **221-0044**

Data: **29.04.96** Horário: **14:00h**

2. DO OBJETO

- 2.1 Alienação do imóvel : Prédio comercial situado na Av. Protásio Alves, nº 7272, B.Jardim Sabará, em P.Alegre(RS), constituído de subsolo e dois pavimentos, perfazendo área total construída de 5.387,00m², edificado em 00 PREGO terreno de 50.625,00m².
- 2.2 A venda será feita por quantia igual ou superior a R\$1.600.000,00 (Um milhão e seiscentos mil reais).-

3. DA HABILITAÇÃO

- 3.1 Poderão participar da presente licitação pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas ou estabelecidas em qualquer localidade do território nacional que comprovarem o recolhimento de fiança a que se refere o item 2 deste Edital.

4. DOS PROCEDIMENTOS

- 4.1 Os trabalhos serão conduzidos por uma Comissão de Licitação, composta de 03 (três) membros (Presidente, Coordenador e Relator), e serão processados em 9 etapas, a saber:
- 4.2 DEVERÁ SE FERIR O CASO, SER DEPOSITADA UMA CAUCAÇÃO PARA CADA IMÓVEL PRETENDIDO, SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO.
- 4.3 O LICITANTE NÃO VIDENTE TERÁ SUA CAUCAÇÃO RETRÁTADA A PARTIR DO SEXTO DIA UTEL A CONTAR DA DATA DA REUNIÃO DE ABERTURA, FAZENDO-SE CORRER DA DEFEITA DA COMISSÃO, CASO EM QUE DEVERÁ ASSISTIR O PREGAMENTO DO RECURSO E A HUMILHAGAÇÃO DO RESULTADO DO PREGÃO.

7.6 O VALOR DA PARADA PRESTADA PELO LICITANTE VENCEDOR SERÁ UTILI-
ZADO PARA COMPLEMENTAÇÃO DO PREÇO A VISTA OU DA ENTRADA. CIOU-
RERÉ A MÓDALIDADE DE PAGAMENTO.

8. DAS PROPOSTAS

8.1 AS PROPOSTAS DEVERÃO SER APRESENTADAS NA FORMA DO ANEXO ANEXO
A ESTE EDITAL, CORRETAMENTE, SEM RASURAS OU RESSAVAS, E DEVE-
RÃO PONTE ASSINADAS.

8.2 DEVERÁ, SE FOR O CASO, SER APRESENTADA UMA PROPOSTA PARA CADA
IMÓVEL LICITADO, SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO.

8.3 AS PROPOSTAS, DEVERÃO CONTER VALOR IGUAL OU SUPERIOR AO CORR-
TANTE NO SUBITEM 3.1 DESTE EDITAL.

8.4 NÃO SE CONSIDERARÁ QUALQUER OFERTA DE VANTAGEM NAO PREVISTA
NESTE EDITAL, NEM PREÇO OU VANTAGEM BASEADA NAS OFERTAS DOS
DEMAIS LICITANTES.

8.5 É VEDADA A APRESENTAÇÃO DE MAIS DE UMA PROPOSTA PARA O MESMO
IMÓVEL, PELA MESMA PESSOA, SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO.

8.6 TRATANDO-SE DE PESSOA CASADA SOB O REGIME DE COMUNHÃO DE BENS,
A PARTICIPACAO DE UM DOS CONJUGES IMPEDE A DO OUTRO, SOB PENA
DE DESCLASSIFICAÇÃO DE AMBAS AS PROPOSTAS, MESMO DEPOIS DA CONVOCAÇÃO.

8.7 O LICITANTE QUE ESTIVER EM MORA COM O BANCO DO BRASIL S.A.,
TERÁ SUA PROPOSTA DESCLASSIFICADA, EM QUALQUER FASE DA LICITAÇÃO.
MESMO DEPOIS DA CONVOCAÇÃO PARA FORMALIZAÇÃO
DA VENDA.

9. DO JULGAMENTO, CLASSEFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

9.1 AS PROPOSTAS SERÃO JULGADAS E CLASSEFICADAS DE ACORDO COM OS
SEGUINTE CRITÉRIOS:

9.1.1 CONCURRENÇA SOMENTE PROPOSTAS A VISTA. SERÁ DECLARADA
VENCEDORA AQUELA DE MAIOR VALOR;

9.1.2 CONCURRENÇA ENTRE ST. PROPOSTAS A VISTA E A PRAZO,
OU SOMENTE PROPOSTAS A PRAZO. SERÁ DECLARADA VENCEDORA
AQUELA QUE RESULTAR NO MAIOR VALOR PRESENTE, APENAS A
SEGUINTE MELHORADA;

PARA : BESSLER(RS0270)

DE : BULLETIN - FOLDER(DEPIM) (09.13.29) ASSINADO POR

ULTIMA ATUALIZAÇÃO EM 10/04/96 AS 09.13.29

MENSAGEM IMPRESSA EM 10/04/96 AS 17.52.00

ASSUNTO - LICIT. ABRIL/96 - RIO GRANDE DO SUL

RIO GRANDE DO SUL

DATA DA LICITACAO: 29 DE ABRIL DE 1996

BARROS CASSAL (RS):

- TERRENO COM 819,00M², SITUADO NA AV. MAURICIO CARDOSO, ESQUINA COM A RUA ANA GIRIBONE, EM BARROS CASSAL (RS). PRECO MINIMO: R\$ 37.000,00.
- TERRENO COM 1.360,00M², SITUADO NA QUADRA 86 DA AV. MAURICIO CARDOSO, ESQUINA COM A RUA BOA VISTA, EM BARROS CASSAL (RS). PRECO MINIMO: R\$18.000,00.

EDITAL E INFORMACOES NA AGENCIA EM BARROS CASSAL (RS) - TEL.: (054) 384-1255.

CAMPO NOVO (RS):

- RESIDENCIA SITUADA NA RUA BENTO GONCALVES, 638, EM CAMPO NOVO (RS), POSSUINDO, TERRENO E BENFEITORIAS, AREAS DE 350,00M² E 150,00M², RESPECTIVAMENTE. PRECO MINIMO: R\$ 27.383,00.

EDITAL E INFORMACOES NA AGENCIA CAMPO NOVO (RS) - TEL.: (055) 528-1400.

CERRO LARGO (RS):

- FRACAO DE TERRAS COM AREA DE 7,5HA, DENTRO DE UMA AREA MAIOR DE 25,00HA, LOTES 35 A 37, LINHA MARRECA, CERRO LARGO (RS). PRECO MINIMO: R\$ 6.135,00.
- IMOVEL RURAL CONSTITUIDO POR PARTE DOS LOTES 61 E 62, SITUADO NA LINHA DO BUTIA, EM CERRO LARGO (RS), COM 17,67HA. PRECO MINIMO: R\$ 30.447,00.

EDITAL E INFORMACOES NA AGENCIA EM CERRO LARGO (RS) - TEL.: (055) 359-2122

COLORADO (RS):

- RESIDENCIA SITUADA NA RUA ASSIS BRASIL, 298, UNIDADE 02, EM COLORADO (RS), COM AREA CONSTRUIDA DE 80,30M² E AREA

APROXIMADA DO TERRENO DE 300,00M². PRECO MINIMO: R\$ 7.490,00.

- RESIDENCIA SITUADA NA RUA ASSIS BRASIL, 298, UNIDADE 04, EM COLORADO (RS), COM AREA CONSTRUIDA DE 80,30M² E AREA APROXIMADA DO TERRENO DE 300,00M². PRECO MINIMO: R\$ 7.690,00.

EDITAL E INFORMACOES NA AGENCIA EM COLORADO (RS) - TEL.: (054) 334-1225

ENCANTADO (RS):

- RESIDENCIA SITUADA NA RUA MONSENHOR SCALABRINI, 1333, EM ENCANTADO (RS), POSSUINDO, TERRENO E BENFEITORIAS, AREAS DE 450,00M² E 182,43M², RESPECTIVAMENTE. PRECO MINIMO: R\$ 75.000,00.

EDITAL E INFORMACOES NA AGENCIA ENCANTADO (RS) - TEL.: (051) 751-2422.

GUARANI DAS MISSOES (RS):

/ - IMÓVEL RURAL CONSTITUIDO PELA FRACAO DE TERRAS LT. 20, SITUADO NA LINHA CEDRO, MUNICÍPIO DE GUARANI DAS MISSOES (RS), COM ÁREA DE 6,25HA. PRECO MINIMO R\$ 8.030,00.

EDITAL E INFORMACOES NA AGENCIA EM GUARANI DAS MISSOES (RS) - TEL.: (055) 353-1290.

JAGUARAO (RS):

- PREDIO COMERCIAL SITUADO NA RUA GENERAL MARQUES, 810, EM JAGUARAO (RS), POSSUINDO, TERRENO E BENFEITORIAS, AREAS DE 220,00M². PRECO MINIMO: R\$ 14.120,00.

EDITAL E INFORMACOES NA AGENCIA EM JAGUARAO (RS) - TEL.: (0532) 61-1299.

PORTO ALEGRE (RS):

- PREDIO COMERCIAL SITUADO NA AV. PROTASIO ALVES, 7272, BAIRRO JARDIM SABARA, EM PORTO ALEGRE (RS), CONSTITUIDO DE SUBSOLO E DOIS PAVIMENTOS, PERFAZENDO ÁREA TOTAL CONSTRUIDA DE 5.387,00M², EM TERRENO COM 50.625,00M². PRECO MINIMO: R\$ 1.600.000,00.

EDITAL E INFORMACOES NA AGENCIA PORTO ALEGRE - CENTRO (RS) - TEL.: (051) 221-4300.

PORTO XÁVIER (RS):

- FRACAO DE TERRAS RURAIS COM ÁREA DE 39,00HA, DA LINHA

TUPANCIRETA (RS):

- IMÓVEL RURAL COM 45,62HA, LOCALIZADO EM BELA VISTA DA SERRA, DISTRITO DE JARI, MUNICÍPIO DE TUPANCIRETA (RS). PRECO MINIMO: R\$ 20.000,00.

EDITAL E INFORMACOES NA AGENCIA EM TUPANCIRETA (RS) - TEL.: (055) 272-1809.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Há oradores inscritos.

Concedo a palavra à nobre Senadora Benedita da Silva.

A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT-RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, não poderia deixar de manifestar-me neste dia, para falar a respeito dos dois Brasis: o dos carros importados e das mansões e o da miséria e da falta de oportunidade trabalho, da falta de moradia, de terra e de educação.

Sabemos que o Banco Mundial constatou que 10% dos mais ricos ficam com 51% do PIB brasileiro. Hoje, Dia Mundial do Meio Ambiente, desejo falar um pouco a respeito desse desenvolvimento sustentável, da preservação e dos assentamentos humanos, hoje tema da Conferência Habitat 2, promovida pela ONU. Constatamos que há um déficit habitacional superior a quinze milhões de unidades. Sabemos que é importante estabelecer uma política habitacional para este País, principalmente, para as chamadas comunidades carentes.

Constatamos que existem em nosso País os chamados domicílios improvisados, realidade de grande parcela da população. São espaços não residenciais e que, mesmo assim, são utilizados para abrigar essas pessoas. Temos, também, os domicílios rústicos, que não têm paredes de alvenaria nem de madeira aparelhada; são casas feitas de barro, papelão ou de tábua de caixas.

Há domicílios compartilhados por duas ou três famílias, denominados domicílios familiares, e, também, os domicílios inadequados, aqueles que não têm nenhuma infra-estrutura, sem saneamento e que levam mais de 30% do orçamento familiar com os chamados aluguéis. Temos habitações localizadas nas chamadas áreas de risco, onde ocorrem perdas humanas, ambientais e patrimoniais e onde existe grande marginalidade que gera violência e tantas coisas más.

Conheço perfeitamente essas realidades. Estou no meu último estágio pois hoje posso morar confortavelmente em uma casa de alvenaria de dois andares, agora aumentada para três.

Sei que faltam investimentos nessa área, em termos de política nacional brasileira.

O nosso Brasil é campeão mundial de produção de açúcar, de café, de frutas e de mandioca; é o segundo produtor mundial de feijão, soja, banana, cacau, de rebanho bovino; é o terceiro produtor de milho; quarto produtor de carne e frango; quinto pro-

dutor de rebanho suíno e eqüino; é o oitavo produtor de cereais; décimo produtor de veículos e exportador de madeiras nobres, metais e minérios preciosíssimos. Enfim, estamos entre as dez maiores economias do planeta juntamente com os Estados Unidos, Japão, França, Itália, Inglaterra, Espanha, Canadá e Alemanha.

Ora, por que não somos considerados um país desenvolvido? Justamente pelas desigualdades sociais existentes no País, como a mortalidade infantil, desnutrição, déficit habitacional, etc...

Essa Conferência promete nos trazer outras perspectivas, porquanto busca relacionar os assentamentos humanos, o meio-ambiente, o bem-estar social e a moradia. Temos notícias de que lá se desenvolvem estudos para que não coexistam num mesmo país, a exemplo do Brasil, uma economia altamente equilibrada e uma sociedade extremamente desajustada.

Quando houve a aceleração das atividades industriais, tivemos crescimento demográfico e movimentos migratórios provenientes do campo, o êxodo rural. Ou seja, alimentamos, a partir daí, a chamada concentração urbana. Sofremos uma metamorfose radical ao sairmos de uma sociedade rural primária para uma sociedade urbana dependente de vários serviços e de infra-estrutura. E não conseguimos, mesmo com as iniciativas que foram tomadas, como a criação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, fazer frente a esse déficit. Estamos assistindo à favelização das médias e grandes cidades.

O Sr. Gerson Camata - V. Ex^a me concede um aparte?

A SRA. BENEDITA DA SILVA - Ouço V. Ex^a com prazer.

O Sr. Gerson Camata - Senadora Benedita da Silva, V. Ex^a, numa hora bem oportuna, enfoca esse problema do Brasil, que talvez seja um dos mais sérios. Há uma famosa e bela frase bíblica em que Jesus reclama que o Filho do Homem não tinha uma pedra para colocar a cabeça. No Brasil, deveríamos reclamar porque cerca de um terço de nossa população não tenha uma pedra para colocar a cabeça. Sou membro da Comissão Habitat 2 criada no Senado Federal. E estudando o assunto constatamos que esse problema habitacional para o mundo futuro é tão grande, e vai se tornar tão sério - ou já é tão sério - que a ONU começa a lançar luzes de holofotes em cima dele, chamando a atenção de governos, de prefeitos, vereadores, planejadores para que esse problema comece a ser estudado e possa ser resolvido. V. Ex^a, mais do que um sociólogo, um enge-

nheiro ou um técnico, conhece essa realidade porque a viveu. No Brasil, por exemplo, o grande problema - e V. Ex^a o disse da tribuna - é o êxodo rural. Alguns lavradores vão para o Movimento dos Sem-Terra lutar pela terra; outros desistem da luta e vão para a favela da grande cidade. Esses trabalhadores não têm preparo nem treinamento para exercer outra profissão. O homem do campo, o lavrador que produzia no interior, vira um pária na cidade, um deslocado, um marginalizado, um abandonado da sociedade. Em uma das reuniões, sugeri que, dentre as propostas que seriam apresentadas pelo Brasil, se incluísse mais uma: que houvesse melhora das condições de vida do homem do campo, dando-lhe assistência médica, energia elétrica, boas escolas. Enfim, que se criasse em torno da pequena vila do interior algum tipo de lazer; que se financiasse, com prazo melhor, uma antena para que ele pudesse assistir televisão. O homem do campo monta em seu burrinho, vai para a vila mais próxima e vê na televisão novelas com um povo vivendo muito bem, todos tranqüilos nas praias e comendo nos restaurantes. Esse homem fica pensando que ele é um burro, um bobo, ao ficar cavando a terra, tomando sol, trabalhando e produzindo, enquanto poderia estar desfrutando daquele outro mundo fantástico que a televisão lhe mostra. Uma das soluções seria, pois, que se criasse, em torno das pequenas vilas, das cidades do interior, comunidades produtoras de verduras, de produtos agrícolas e que fossem doados lotes a essa gente. Se o homem do campo não for para a cidade, ele permanece em volta daquele núcleo onde nasceu, onde vive e onde tem um compadre ou um cunhado que pode ajudá-lo numa hora de dificuldade. Na cidade, todos são estranhos, e ele vai sendo levado, efetivamente, diante do desespero, para a marginalidade. Começa a surgir outro fenômeno nas comunicações: os americanos lançam um satélite, o satélite vem para o céu brasileiro, e eles distribuem imagem de televisão para nós. Nós lhes pagamos, sem nenhuma interferência do Governo brasileiro, sem cobrar nenhum imposto. Eles ocupam a gama da faixa KU e transmitem para cá. Sugiro que se cobre um imposto sobre isso. Calcula-se que 10 milhões de lares brasileiros, dentro de dois anos, estarão ligados nesse satélite. E não são 10 milhões de lares mais pobres. Ora, seria interessante que essas empresas pagassem um tributo - e num cálculo rápido chegou-se à conclusão de que elas podem pagar até US\$1 bilhão por ano - para fazer casas e implantar redes de esgoto para os mais pobres. A ONU, que supervisiona os interesses

mundiais dessas pessoas, podia, por sua iniciativa, propor aos países desenvolvidos - que lançam sua imagem sobre os mais pobres e os colonizam culturalmente - que se dispusessem a pagar esses tributos, para ajudar a melhorar as condições de vida daqueles que não têm sequer onde morar. Isso seria um investimento, porque, no futuro essas pessoas poderiam tornar-se também compradores das imagens de satélite que eles vão começar a lançar sobre os países subdesenvolvidos ainda este ano. Cumprimento V. Ex^a, que trata de um assunto com que o mundo todo está preocupado e que é importantíssimo: o cidadão, o ser humano, criado à imagem e semelhança de Deus, que precisa ter, pelo menos, uma pedra para repousar sua cabeça.

A SRA. BENEDITA DA SILVA - Agradeço-lhe o aparte, Senador Gerson Camata, e o incorporo, com muito prazer, como uma grande contribuição ao meu pronunciamento. Reconheço a habilidade com que V. Ex^a tem apresentado propostas na Comissão, onde, ao substituir a Senadora Marina Silva, tive oportunidade de também apresentar algumas sugestões. Tenho certeza de que o que precisamos - e V. Ex^a aborda isso muito bem - é democratizar a ocupação do espaço urbano.

Quando lutamos pela reforma agrária não pretendemos apenas dar um pedacinho de terra aos mais pobres, como muitos pensam. Queremos garantir ao homem do campo a sua fixação no campo e também fazer com que ele possa usufruir de todos os avanços tecnológicos, para que possa sentir-se como os demais cidadãos e não pura e simplesmente fique onde está. Precisamos, sobretudo, garantir a preservação de sua cultura, porque não existe nada mais difícil do que tirar o homem de seu verdadeiro habitat.

É preciso evitar o que aconteceu com os negros, que foram arrancados de sua terra, escravizados e obrigados a trabalhar na lavoura, com que não tinham nenhuma intimidade. Há um desequilíbrio quando tiramos um trabalhador rural do campo e o trazemos para os grandes centros urbanos, onde vai morar nas favelas. Ele vai tornar-se nada mais do que um trabalhador braçal sem qualificação e ganhar um salário aviltante com o qual não poderá sequer sustentar sua família e oferecer-lhe uma vida digna.

Essa é a realidade brasileira. Não podemos permitir que isso continue. É preciso possibilitar a integração do assentamento com os avanços do desenvolvimento para atender a necessidade do ser humano de moradia, de trabalho, de educação, de

saúde e de alimentação. Estamos lutando pela reforma agrária, evidentemente, para alimentar o Brasil, quiçá a América Latina, porque reunimos todas as condições para isso.

Senador Gerson Camata, pude observar com muita tranqüilidade os debates que se travaram antes dessa conferência e percebi que reunimos, além da vontade do ser humano e das condições climáticas, todos os meios para fazer do Brasil um grande país, desenvolvido econômica e socialmente e capaz de garantir que cada um desses segmentos preserve os seus valores culturais, como é o caso do homem do campo, porque queremos que, via Internet, ele possa também se ver nas telinhas.

Estamos democratizando os meios de comunicação, para que cheguem aos mais longínquos rincões, não para impor ao trabalhador rural uma cultura urbana, mas para permitir que ele também possa ver-se na telinha. Para isso a produção local é importantíssima, porque é dessa forma que nos sentiremos representados e também representantes do interesse maior, que é o interesse nacional brasileiro.

Em seu aparte, que incorporo ao meu pronunciamento, V. Ex^a aborda, com muita propriedade, essa questão que considero relevante.

Antes de concluir, quero dizer que não posso entender por que não copiamos os bons exemplos. A urbanidade e a qualidade de vida não existem apenas fora do Brasil. Temos exemplos aqui em nosso País. Curitiba é um exemplo, assim como Florianópolis e Porto Alegre. Ora, então por que não copiarmos esse exemplo?

Estou muito orgulhosa, Senador, porque na Conferência foi homenageado Francisco Siqueira Pedrosa, líder comunitário que recebeu um prêmio pelo projeto de reabilitação de favelas. Fiquei muito orgulhosa porque, embora distante, eu me senti representada, como se lá estivesse. Esse líder mostrou que os problemas deste País podem ser resolvidos. Em virtude de uma associação da iniciativa privada com a prefeitura, essa comunidade organizada pôde receber esse prêmio. Não só esse líder mas tantos outros conseguiram nas suas comunidades, com toda sua humildade, fazer coisas fabulosas.

Estou orgulhosa também porque pertenço à comunidade da Favela de Chapéu Mangueira há 54 anos, que é a minha idéia de. Tive a oportunidade de ajudar a criar, com base na organização daqueles favelados, uma federação de favelas no Estado do Rio de Janeiro. Faço parte também do Movimento Nacional dos Favelados.

Considero a Favela de Chapéu Mangueira modelo. Já disse desta tribuna que nela não existe mortalidade infantil, e faz apenas doze anos, se não me engano, que lá foi implantada a rede de esgoto, porque antes o sistema era o de vala a céu aberto já que era proibido ligar o esgoto da favela ao esgoto do asfalto. Tivemos que lutar muito para conquistar isso, mas conseguimos. Nossa índice de mortalidade infantil é nulo. Também não há registro de problemas ginecológicos. Temos um posto de saúde que faz atendimento preventivo. Trata-se de uma comunidade sadia. Apesar de termos passado por esses estágios que aqui mencionei, como morar em casas de papelão e passar por outras dificuldades, hoje 99,9% das casas são de alvenaria e foram construídas com o suor dos trabalhadores da comunidade. É óbvio que levamos dez, quinze, vinte anos para construí-las, mas nós as fizemos. Temos uma escola comunitária, que é modelo, temos um balcão de artes e muitas outras coisas. É uma comunidade que possui filhos ilustres - uma Senadora, médicos, dentistas e professores.

Se essas comunidades, apesar de todas as dificuldades, sem orçamento, podem fazer tudo o que citei, por que não o Poder Público? Já temos a conclusão do Movimento Nacional dos Favelados no sentido de que com 3% do PIB resolveremos o problema de habitação para, pelo menos, 35 milhões de favelados. Por que, então, não copiar essas iniciativas, que são maravilhosas? Também quero sugerir o orçamento participativo, que será apresentado na Conferência entre os projetos a serem apoiados, premiados - motivo de orgulho para mim, por ser o orçamento iniciativa do Partido dos Trabalhadores. Entretanto, o orçamento participativo não é uma tarefa só para as nossas administrações. As boas coisas devem ser copiadas, não importa a sigla partidária, não importa de onde venham, desde que se constituam num instrumento de participação, de fiscalização e de solução para os problemas que estamos vivendo.

Então, temos que definir uma estratégia adequada para políticas urbanas e ambientais, com prazo, com orçamento compatível. Por isso o nosso orçamento, uma colcha de retalhos, tem que estar voltado para as prioridades. Não adianta o Brasil, o nosso Presidente assinar acordos, se eles não são cumpridos, são inviabilizados por não terem prazo ou por não terem orçamento compatível. Temos que buscar um orçamento que expresse a nossa realidade. Se se quer investir socialmente, para que as pessoas cresçam, para que, economicamente, pos-

samos continuar com esses parceiros que aqui mencionei, é preciso que tenhamos condições de garantir no orçamento rubrica para essas prioridades.

Sr. Presidente, eu pediria que o meu pronunciamento fosse publicado na íntegra.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SRA. BENEDITA DA SILVA EM SEU DISCURSO:

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Senadores,

Ao longo de sua história, o Brasil perdeu grandes chances de construir um desenvolvimento integral, do país com o seu povo. Antagonicamente, o Brasil econômico está longe do Brasil social. De um lado, temos o país dos carros importados, das mansões, dos executivos mais bem pagos do mundo. Um país economicamente forte, que consome. De outro lado, temos uma Nação de miseráveis, cuja realidade não lhes permite acesso aos mais elementares valores humanos, como a educação, o trabalho, a moradia e a terra. Criou-se um verdadeiro apartheid social. São dois países distintos onde o primeiro insiste em fechar os olhos e negar que o outro existe.

O país alcançou grande crescimento industrial convivendo com uma das maiores concentrações de renda do mundo. Segundo relatório do Banco Mundial, do ano passado, os 10% mais ricos da população abocanham 51,3% do PIB brasileiro. Em nenhum outro país os ricos se apropriam de um percentual tão alto como no nosso.

Na data em que se comemora o Dia Mundial do Meio Ambiente, é meu desejo abordar um tema que está diretamente relacionado com a questão do desenvolvimento sustentável e à preservação ambiental. Trata-se da problemática da moradia e dos assentamentos humanos, objeto da última conferência mundial da Organização das Nações Unidas.

A deterioração urbana no Brasil pode ser medida através dos elevados indicadores do déficit habitacional, que está ultrapassando a marca de 15 milhões de unidades, conforme dados da ONU. Como o conceito de "déficit habitacional" tem causado extrema confusão, estamos adotando-o, aqui, na sua abordagem mais ampla, incorporando as condições do habitat como um todo, de acordo com a mais moderna metodologia utilizada, inclusive por órgãos da administração federal e a própria Organização das Nações Unidas.

Entenda-se, pois, como fazendo parte do déficit habitacional, além da necessidade da construção de novas unidades frente à demanda da população sempre crescente, os domicílios improvisados (locais com fins não residenciais mas utilizados como moradia); os domicílios rústicos (que não apresentam paredes de alvenaria ou madeira aparelhada, como casas de barro, de tábuas de caixas), domicílios com famílias conviventes (quando duas ou mais famílias residem numa mesma habitação); domicílios inadequados (dificuldades graves com relação à infra-estrutura, particularmente

saneamento básico, ou onde os moradores mais pobres comparametam grande parte de sua renda com aluguel (mais de 30%).

Nesse contexto extremamente precário, verifica-se a ocupação predatória de áreas inadequadas, com agravamento dos riscos de perdas humanas, patrimoniais e ambientais: serviços de transporte público com baixos padrões de eficiência, de segurança, e altos índices de poluição devido às más condições dos veículos; conflitos fundiários envolvendo ocupações de terras públicas e privadas. São problemas sociais e ambientais, relacionados à questão dos assentamentos humanos, que têm marcado o cenário brasileiro, constituinte-se num dos maiores desafios ao verdadeiro desenvolvimento, ameaçando o presente e o futuro das novas gerações.

Mas esse não é um fenômeno que se limita ao nosso País. A problemática urbana dos países de terceiro mundo aparece com vários pontos em comum: grandes cinturões de pobreza, altos índices de marginalidade, de violência, carências habitacionais com uma consequente grande degradação ambiental.

Porém é importante frisar que nenhum dos países com esses problemas típicos do subdesenvolvimento possui uma economia forte como a nossa: o Brasil é campeão mundial na produção de açúcar, café, frutas e mandioca; detém o 2º lugar na produção de feijão, soja, banana, cacau e rebanho bovino; o 3º lugar na produção de milho; o 4º lugar na produção de carne e frangos; o 5º em rebanhos suíno e equino; estando entre os maiores produtores de cereais (8º lugar) e entre os maiores produtores de veículos do mundo (10º lugar), exportador de madeiras nobres, minérios e metais preciosos. A fartura e a riqueza brasileiras são de causar inveja a qualquer país do planeta. Somos o único país do terceiro mundo que está entre as dez primeiras economias do planeta, ao lado dos EUA, Japão, Alemanha, França, Itália, Inglaterra, Espanha e Canadá.

Por que, então, não somos considerados um país desenvolvido? Porque ostentamos desigualdades sociais que nos fazem despencar abaixo dos países mais pobres do planeta. Taxas altíssimas de analfabetismo; de mortalidade infantil; de desnutrição, de déficit habitacional, são alguns dos tristes indicadores que significativamente atestam o fato de que tão-somente valores econômicos estão longe de representar o verdadeiro desenvolvimento de uma nação.

Conferência das Nações Unidas sobre os Assentamentos Humanos – Habitat II – 1996

As questões que envolvem a moradia, o bem-estar social e a proteção ao meio ambiente, intrinsecamente relacionadas, estão merecendo atenção da comunidade internacional. A Conferência das Nações Unidas sobre os Assentamentos Humanos – Habitat II, pretende envolver os países membros da ONU em um esforço coletivo para conter a degradação ambiental e a deterioração das condições de vida nos assentamentos humanos, com atenção especial aos países que apresentam um quadro de pobreza generalizada.

É o caso do Brasil, pois, infelizmente, o nosso quadro urbano se apresenta, em nível nacional, com características de país subdesenvolvido.

O modelo centralizador de riquezas, a aceleração das aliviadas industriais, o crescimento demográfico, os movimentos migratórios e o êxodo rural foram alimentadores da concentração urbana desenfreada. A metamorfose de uma sociedade que era rural e primária para outra urbana e dependente dos setores secundários e terciário foi muito rápida e realizada a um custo social enorme. Teria sido melhor se tivesse ocorrido de forma mais lenta e planejada, dentro de um processo de crescimento econômico menos selvagem e mais redistributivista.

As implicações que foram se agravando com o processo irregular da ocupação do território brasileiro não passaram despercebidas dos sucessivos governos que, desde a década de 70, buscavam implantar políticas urbanas. Mas, por fragilidade ou falta de consistência nos planos de continuidade, ou mesmo falta de visão ou vontade política, (leia-se aqui a política instituída a partir do FGTS que previa o investimento dos recursos arrecadados para fazer frente ao déficit), não obliteraram resultados frente aos problemas dos assentamentos humanos no nosso país.

Em nível de legislativo federal, foi proposta quase uma dezena de projetos de lei tratando de matéria urbana. Esses projetos, incluíam instrumentos de controle do uso do solo como imposto progressivo sobre propriedade imobiliária, a reurbanização consorciada ou a preferência do Poder Público para aquisição de imóveis para repassar às camadas populares. Todavia, enfrentaram grande resistência dos fortes lobbes imobiliários e das empresas, e não conseguiram ser aprovados. Neste momento, o Congresso Nacional retoma a matéria e está analisando um projeto de lei que dispõe sobre os objetivos e diretrizes gerais de política urbana. Esta matéria deve ser alvo da atenção e do debate de todos nós, parlamentares, no sentido de concluirmos por um texto que contemple os interesses maiores da nação brasileira.

A insuficiente mobilização social e política no tratamento da questão urbana e da ocupação do território sempre sujeitaram as nossas cidades a ações de curto prazo, de caráter emergencial e paliativo, desarticuladas de estratégias de longo prazo para alteração do quadro de pobreza/exclusão social e degradação ambiental.

Diagnósticos feitos por órgãos governamentais apontaram erros na formulação do sistema financeiro de habitação, com o progressivo abandono dos programas destinados à população de baixa renda. O tratamento setorial historicamente dispensado na base de privilégios e/ou políticas equivocadas culminaram num processo de favelização das médias e grandes cidades.

No Rio de Janeiro, pesquisas do IPLAN-RIO apontam que favelas e loteamentos não reconhecidos pelo poder público, abrigam mais de 2 milhões de pessoas. Comparativamente, é quase o dobro da população inteira de uma cidade como Porto Alegre, por exemplo. Esse imenso contingente populacional carioca vive em moradias irregulares espalhadas pelo Rio, a grande maioria sem saneamento básico, sem coleta de lixo, sem sistema de luz e água, sem número ou nome de rua, muitas penduradas nas costas dos morros, com graves riscos de deslizamentos, de per-

das de vidas humanas e de danos sérios ao meio ambiente. O Rio tem 30% de moradias sem algum tipo de serviço de infraestrutura básica. E boa parte dessas moradias, mesmo sendo irregulares, são obrigados a pagar o IPTU.

Por outro lado, existem experiências, no Brasil, de cidades que alcançaram um bom nível de urbanidade e de qualidade de vida para seus cidadãos, como Curitiba, Florianópolis e Porto Alegre, recentemente apontadas pela ONU como as três cidades de melhor qualidade de vida no País.

Na Conferência Habitat II pudemos acompanhar a premiação de outro exemplo exitoso, no sentido de buscar equacionar a problemática dos assentamentos humanos. É o projeto de reabilitação de favelas de Fortaleza, feito em parceria entre a prefeitura, comunidades de baixa renda e uma ONG francesa. Quero prestar minha homenagem ao líder comunitário Francisco Siqueira Pedroso, que recebeu o prêmio das mãos da Sra Ruth Cardoso e do Secretário Geral da ONU, por esta bela iniciativa. Sinto-me contemplada e presente à Conferência, já que não tive o oportunidade de ir.

Também foi classificado entre os 40 melhores programas do Habitat II o Orçamento Participativo realizado pela administração municipal do PT, em Porto Alegre, desenvolvido por duas gestões consecutivas. Vale frisar que dos dezoito projetos enviados pelo Brasil para serem analisados durante a Conferência em Istambul, nada menos do que 11 são executados por prefeituras do Partido dos Trabalhadores. Isto vem desbancar o discurso vazio daqueles que afirmam que o PT não tem condições de governar. Temos mais que condições, temos verdadeira vocação para administrar em comunhão com os verdadeiros interesses das comunidades e não queremos fazer desse momento, um palanque eleitoral mas, estimular a continuidade com afincos dessa característica marcante onde administrámos.

Verificamos que uma esfera pública sólida, democrática, com competência e firmeza para exercer suas tarefas de planejamento e execução de projetos e controle da gestão dos recursos, em parceria com iniciativas da sociedade civil organizada, pode desencadear novos ciclos de desenvolvimento, usando as potencialidades oferecidas pelo território e pelas cidades, que diga-se de passagem, são inúmeras.

Considerando a correlação existente entre crescimento econômico, urbanização e meio ambiente, um fenômeno em especial precisa ser ressaltado: a expressão das fronteiras agrícolas como sinônimo de contraponto à concentração populacional. Ao ocupar novos espaços e integrá-los à economia nacional as novas fronteiras atraem migrações propiciando o surgimento de novas cidades, algumas das quais tiveram, inclusive, um crescimento acelerado. A consolidação dessas áreas está servindo para retardar ou minorar o processo de aglomeração urbana nas grandes cidades. No bojo das medidas necessárias ao pleno desenvolvimento do país, seria importante desenvolver uma política de agro-indústria que desse sustentação a esses assentamentos humanos no interior do País, com ênfase ao pequeno e médio pro-

dutor rural, pois esse fenômeno está contribuindo para uma melhor distribuição da população.

Igualmente no sentido de dar equilíbrio à distribuição do contingente populacional através da nossa extensa área territorial, manifesto a mais profunda convicção de que uma reforma agrária séria e abrangente, com uma política agrícola consequente é fundamental, pois transformará a situação fundiária e trabalhista da população rural, possibilitará o reassentamento do homem do campo ao seu habitat natural, invertendo o eixo do fenômeno do êxodo (campo/cidade), que tantas consequências nefastas vem acarretando a toda a sociedade.

Atualmente sabemos que as políticas públicas não são eficientes em assegurar o acesso à moradia. Vivemos um processo no qual a modernização de alguns segmentos da produção habitacional se combina a uma extensa e fantástica produção doméstica e irregular de moradias. 51% do mercado consumidor de cimento de todo o país estão na produção informal da moradia popular, segundo a Associação Brasileira de Cimento Portland.

A Construção de casas nos finais de semana, durante o horário de descanso e de lazer, são expedientes de que o trabalhador pobre lança mão para se pover de moradia. Surgem então, uma série de problemas de ordem legal e ambiental, pois moradias não são reconhecidas, não possuem escritura, na maioria das vezes construídas em espaços irregulares em zona de grave risco para vidas humanas e para o meio-ambiente, construído para reconhecimento desordenado da periferia, a ocupação clandestina e predatória do solo urbano. Em São Paulo, a autoconstrução da casa própria e a população favelada passou de 1,2% em 1973, para 20% em 1993.

No Rio de Janeiro, entre 1980 e 1991 a população total cresceu 17,7% contra 32% de crescimento da população favelada. Todavia, essa produção doméstica foi a solução encontrada pela população carente, para equacionar ainda que precariamente, o problema de moradia.

Aproveitando esse potencial contingente de mão-de-obra, alguns projetos de mutirão na construção de casas populares começaram a desenvolver-se em parceria com o poder público e ONGs. Em algumas cidades do país, bairro popular inteiros foram levantados a partir da cooperação entre prefeitura, empresários e trabalhadores, (como é o caso do projeto premiado de reabilitação de favelas de Fortaleza) possibilitando o assentamento de centenas de famílias em condições dignas de moradia, com saneamento básico, sistema de água e luz.

Por outro lado, salta aos olhos de qualquer um, a ocupação desequilibrada, também noutro sentido. Prevalece um padrão altamente especulativo sobre a função social que o solo urbano mereceu na Constituição de 1988. A mentalidade especulativa provoca retenção prolongada de glebas de terras e de imóveis e estouramento dos seus valores reais, em detrimento da função social que a cidade precisa ter. Urge uma maior taxação sobre a propriedade imobiliária ociosa, para desestimular a especulação imobiliária que joga o preço dos imóveis urbanos a níveis estra-

tôsfericos. É urgente acima de tudo uma legislação que garanta a prioridade social para o espaço urbano, regulamentando dispositivo constitucional neste sentido.

Ao lado das favelas e lotamento irregulares, e da louca especulação do mercado imobiliário surgiu no país um novo tipo de moradia precária sugestiva de um modelo político e econômico agonizante a moradia de rua. A partir de levantamentos realizados por Organizações não governamentais, constatou-se que esses habitantes trabalham com regularidade e têm necessidade de estar próximos do seu local de trabalho, já que o salário miserável que recebem não lhes permitem gastar com transporte ou aluguel, pois não encontram vagas a custos compatíveis. São famílias inteiras que ocupam as calçadas, as praças públicas, as pontes os viadutos. Este quadro não será alterado enquanto não democratizar o acesso à propriedade e não se reconhecer a predominância do interesse coletivo sobre o individual.

Para se tornar verdadeiramente uma grande Nação o Brasil precisa resolver seu maior desafio: a pobreza em massa e a consequente degradação ambiental que dela advém. Precisamos entender que nem tudo num país é valor econômico. O custo social do déficit é enorme: são 10,17 milhões de domicílios não conectados à rede de água; 5,4 milhões não atendidos por coleta de lixo urbano; 16,5 milhões sem instalações sanitárias adequadas.

A partir dessas condições, constata-se uma progressiva deterioração das condições ambientais. É nítida a relação entre habitação inadequada e degradação do meio ambiente na medida em que todas as invasões urbanas não atentam aos parâmetros ambientais. O fato é que o problema do meio-ambiente não pode ser equacionado sem considerar a questão da habitação, vital para os assentamentos nos países em desenvolvimento.

O compromisso político do Governo e a cooperação internacional, (a serem ratificados por documento ao término da Conferência sobre os Assentamentos Humanos) serão fundamentais para traçar e executar as ações que conduzirão a Nação brasileira a superar o quadro dramático de pobreza, deterioração urbana e degradação ambiental.

Alcançar os objetivos de sustentabilidade – econômica, social e ambiental – proposto pelo processo preparatório da Habitat II e definir estratégias adequadas, traduzidas em políticas urbanas e ambientais com prazos bem definidos e orçamento compatível, constitui-se em prioridade mundial no sentido de que as perspectivas para o próximo século sejam menos sombrias.

Existe um grau de concordância, em nível mundial, sobre os principais pontos a serem enfrentados dentro de uma nova política habitacional, que não se limite somente aos aspectos financeiros:

– Uma nova postura do Estado é necessária no sentido de viabilizar a democratização do espaço urbano para que neles se instalem as populações excluídas;

– Articular políticas que orientem a ocupação do espaço urbano, integrando saneamento e transporte objetivando o bem-estar e o equilíbrio do meio ambiente;

- equacionar a disparidade entre poder aquisitivo e preço de imóveis;
- Descentralizar os recursos, otimizando sua aplicação e seu controle na aplicação das obras necessárias;
- Incentivar cada vez mais parcerias entre poder público e sociedade civil organizada; e
- assegurar a função social da propriedade.

A Conferência Habitat II se apresenta como uma grande oportunidade para que tais metas sejam alcançadas por meio de iniciativas conjuntas dos setores públicos, da iniciativa privada e da sociedade organizada.

Assumir, durante a Conferência Habitat II, novos compromissos com os assentamentos humanos sustentáveis virá ratificar os compromissos internacionais já encampados pelo Brasil quanto ao meio ambiente (1992) e ao desenvolvimento social (1995), que já se direcionam no sentido de traçar novas estratégias para a política urbana, incorporando a dimensão social e ambiental ao desenvolvimento.

Os projetos de urbanização das favelas em Belo Horizonte, Diadema e São Paulo; a reciclagem de entulho e urbanização ecológica em Londrina; o projeto de Transporte e Trânsito de Santo André; o Saneamento em Angra dos Reis; os orçamentos participativos de Porto Alegre e Belém (todos de administrações petistas) selecionados e enviados como exemplos de modernas administrações municipais, são realidades que atestam uma nova prática político-administrativa, fundamental na afirmação da cidadania e da justiça social.

Melhorar os indicadores sociais e o desempenho da economia implica em mudar o quadro urbano e ambiental do País. A tendência do urbanismo contemporâneo é buscar um desenvolvimento flexível, com aproveitamento correto dos recursos naturais, da preservação da paisagem e do bem-estar da população, que ansela viver em cidades mais justas, seguras, saudáveis, eficientes, democráticas e sustentáveis.

Era o que tinha a dizer!
Muito obrigada!

Durante o discurso da Srª Benedita da Silva., o Sr. José Sarney, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Ney Suassuna, suplente de Secretário.

Durante o discurso da Srª Benedita da Silva., o Sr. Ney Suassuna, suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Joel de Hollanda.

O SR. PRESIDENTE (Joel de Hollanda) - Concedo a palavra ao nobre Senador Ney Suassuna, segundo inscrito após a Ordem do Dia.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, em economia

e em administração, não há milagres. Pode haver milagres no campo espiritual ou em qualquer outro, mas em economia e administração, não.

Hoje, os jornais noticiam dois fatos traumáticos. Primeiro, um artigo do **Jornal do Brasil**, intitulado "As fraudes milagrosas", diz:

"Uma mulher do interior do Estado do Rio teve câncer nos testículos. Portadora de mieloma múltiplo, tumor ósseo incurável, outra mulher recebeu alta 24 horas após ser internada completamente curada. Também recebeu alta, no dia seguinte à internação, um homem vítima de queimaduras em todo o corpo.

Os três casos, que ultrapassam as raias do absurdo, parecem até milagre da medicina. Na verdade, fazem parte do relatório elaborado pelos médicos auditores da DATASUS, que demonstrou que as falhas no mecanismo de controle e fiscalização do governo podem estar proporcionando prejuízos incalculáveis ao Ministério da Saúde."

Esse artigo mostra, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, um verdadeiro rosário de irregularidades. Detectaram 269 clínicas que apresentavam dados incompatíveis com a realidade médica.

A maioria das ilegalidades foi apontada na emissão de autorizações de internações hospitalares. Nelas, há 209 casos de estabelecimentos médicos que indicam o número de internações superior a sua capacidade de atendimento. Mostra-se, então, passo a passo, que a grande maioria dos hospitais tem muito mais doentes do que a sua capacidade de internação. O que seria isso senão um erro grave na fiscalização, na normatização, enfim, a má administração pública no controle e na supervisão do sistema.

Outro artigo, também publicado no **Jornal do Brasil**, deixou-me muito preocupado: "Prejuízo bilionário dos fundos de pensão".

"O Ministro Reinhold Stephanes disse ontem que o rombo nos fundos de pensão das estatais é muito superior aos 6 bilhões apontados pela Comissão Parlamentar de Inquérito e que cerca de 100 dessas empresas terão que rever os seus benefícios, reduzindo ou elevando a contribuição dos funcionários. Ninguém está contra ninguém - diz o Ministro - só queremos ver quem vai pagar a conta, e não será o Tesouro, pois os impostos não foram feitos para isso.

A reforma da Previdência só deve chegar ao Senado em agosto, na previsão do Ministro, e não deve ter qualquer impacto, este ano, sobre os cofres públicos. Com isso, o déficit da Previdência, que chega hoje a R\$300 milhões, deve atingir R\$2 bilhões até o final do ano.

A situação dos fundos de pensão das estatais é grave. Muitos estão em situação de sofrer intervenção, declarou Stephanes. Entre os mais problemáticos, o Ministro citou o fundo Refer, dos funcionários da Rede Ferroviária, o Petros, da Petrobrás, o Portus, da Portobrás, e o Braslight, da Light.

Os fundos montaram cenários de crescimento econômico que não se concretizaram. Algumas aplicações não trouxeram rendimento suficiente, alguns investimentos foram mal feitos, e houve até mesmo caso de desvios ou empresas que não colocaram a sua parte, como o caso da Refer e da Postalis, dos Correios, argumentou o Ministro da Previdência."

São dois casos, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que mostram que a fiscalização e a supervisão não estão condizentes e que, no final de tudo isso, quem sofre as consequências é o contribuinte, que vê os seus suados reais serem colocados em sacos sem fundo.

É preciso que tenhamos a coragem, cada vez maior, de buscar privatizar tudo que seja possível, porque, enquanto houver neste País isonomia e estabilidade da maneira que existe, o funcionário, que tem a obrigação de fiscalizar, não o fará.

Casos como esses se sucedem aos montes.

Para onde nos viramos nesta República, são bilhões perdidos, e nós choramos os poucos milhões necessários aos investimentos.

Sr. Presidente, quero lamentar que estejam ocorrendo fatos como esses e, mais uma vez, enfatizar que temos de dar acompanhamento à fiscalização. Todos conhecem o ditado "O olho do dono faz engordar o gado." Com toda a certeza, nós, que somos os fiscais e representamos o olho do contribuinte, temos que estar acompanhando passo a passo, exigindo, cobrando eficiência, cobrando punição - e até promoção, quando necessário. É preciso punir todos aqueles que deixam de cumprir os seus deveres, porque enquanto dermos um tratamento igualitário e deixarmos sem punição casos como esses, estaremos desperdiçando dinheiro ao invés de vermos crescer nosso País.

Em economia e em administração não há milagres. Precisamos colocar os quadros federais, estaduais e municipais dentro da real perspectiva e da tecnologia que todo administrador conhece, sabendo que existe punição, quando necessário, e promoção, quando se fizer jus. Muito obrigado.

O Sr. Joel de Hollanda deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Ney Suassuna, suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) - Concedo a palavra ao nobre Senador José Roberto Arruda.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA (PSDB-DF) - Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, eu gostaria apenas de, neste final de sessão, fazer um registro que considero importante para a Região Centro-Oeste, especificamente para o Distrito Federal.

Exatamente hoje é aniversário da cidade economicamente mais importante do Distrito Federal, Taguatinga.

Criada no dia 5 de junho de 1958, inicialmente com o nome de Vila Sarah Kubitschek, Taguatinga completa hoje 38 anos de idade e já tem uma população de 250 mil habitantes.

Se é verdade que Brasília é a Capital do País, podemos dizer que Taguatinga é a capital de Brasília. É capital não só porque tem 250 mil habitantes, mas porque está entre as 20 cidades brasileiras que mais crescem a nível populacional e econômico.

Taguatinga tem hoje o maior recolhimento de impostos do Distrito Federal, é a maior geradora de empregos e, na verdade, exerce um papel polarizador a nível econômico e também social entre as demais cidades-satélites e cidades do entorno do Distrito Federal.

Hoje, às 20 horas, inicia-se a XXIV Facita, Feira de Amostra do Comércio e da Indústria de Taguatinga, com a presença do Ministro Francisco Dornelles, da Indústria e do Comércio, de autoridades do Distrito Federal e da região. Haverá, inclusive, exposição dos produtos fabricados na cidade, que possui uma indústria moveleira e de roupas importantes. É uma cidade que exerce papel fundamental na economia do DF. Ao comemorar o seu 38º aniversário, Taguatinga dá a esta região Centro-Oeste uma idéia importante do que poderá ser o seu futuro, ao lançar, por intermédio de suas mais importantes lideranças empresariais, a idéia do Pólo do Desenvolvimento Econômico de Taguatinga. Trata-se de uma grande área próxima dessa cidade, vizinha ao Re-

canto das Emas e Samambaia, onde seria criado um pólo industrial às margens da estrada que liga Brasília a Goiânia, o que mudaria efetivamente o perfil econômico do Distrito Federal.

A economia de Brasília, como todos sabem, é terciária: só há emprego no comércio e no Serviço Público. Com esse pólo de desenvolvimento, poderíamos preservar o Plano Piloto, na sua concepção de Capital, e daríamos às cidades-satélites uma vida econômica própria. Na busca dessa auto-sustentação econômica, não há dúvida nenhuma em afirmar que Taguatinga exerce um papel de liderança, não só pela existência de grandes indústrias, mas pela atração que haveria na vinda de novas indústrias, não-poluentes, criando-se novos empregos e novas receitas para que Brasília não seja tão presa a sua concepção original e a sua principal vocação, que é a de ser a Capital do País.

Sr. Presidente, completa 63 anos a cidade de Brazlândia. Brazlândia é interessante porque, além de ser a cidade satélite de Brasília, ela existia muitos anos antes da Capital e conserva as suas características tradicionais de cidade pacata, de cidade do interior, onde todas as pessoas se conhecem, todas as pessoas são amigas. Tem uma grande cultura de preservação do meio ambiente. Está muito próxima de reservas ambientais importantes. E Brazlândia é a interface entre o Distrito Federal e as cidades do entorno naquela direção, principalmente Padre Bernardo, que exerce uma grande influência econômica nessa região Centro-Oeste.

Registro, aqui, os meus cumprimentos a toda população de Taguatinga, a toda população de Brazlândia, a todas as suas Lideranças, que ajudaram a construir essas duas cidades tão importantes no Centro-Oeste brasileiro e inscrevo-me entre aqueles que desejam ver o pólo de desenvolvimento industrial de Taguatinga virar realidade, preservando-se o Plano Piloto como capital, mas dando às cidades satélites de Brasília vida econômica própria.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Ney Suassuna, suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Suplicy, suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) - Concedo a palavra ao Senador Francelino Pereira. (Pausa)

Concedo a palavra ao Senador Guilherme Palmeira. (Pausa)

Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares. (Pausa)

Concedo a palavra ao Senador Joel de Hollanda. V. Exª tem a palavra por até cinqüenta minutos.

O SR. JOEL DE HOLLANDA (PFL-PE. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, predatório talvez seja o adjetivo que melhor caracteriza o processo de desenvolvimento do Brasil. Nos tempos do Brasil Colônia já era assim. A extração das riquezas era feita sem nenhuma preocupação com o meio ambiente. Acabava-se um ciclo econômico, partia-se para outro. Primeiro, o pau-brasil, depois o ouro, os metais, as pedras preciosas, as seringueiras, as florestas. Tudo explorado à exaustão. Terminado o ciclo, abandonava-se a terra devastada e buscavam-se novos eldorados.

Os tempos mudaram. Mas as práticas sofreram poucas alterações. Lembro-me das serras elétricas que trabalham 24 horas por dia na devastação da Amazônia, os rios poluídos, as florestas apagadas do mapa, os desertos que crescem em áreas antes férteis e hóspitas.

No fim da Década de 60, o mundo começou a acordar para os problemas do meio ambiente. Descobria-se que a vida sobre o planeta sofria sérias ameaças. Mudanças climáticas, buracos na camada de ozônio, poluição dos rios não era privativo deste ou daquele país. Era de todos.

O despertador soou primeiro em países desenvolvidos e culminou com a Conferência de Estocolmo, em 1972. Pretendia-se dar dimensão ecológica ao desenvolvimento. A ação resumia-se à defesa de espécies e à percepção do esgotamento de recursos naturais.

Foi uma grande novidade. À época, o desenvolvimento era a idéia de maior vitalidade internacional. O meio ambiente, apenas idéia embrionária, que começava a tomar forma.

O Brasil resistiu a engajar-se no movimento que somava adeptos dia-a-dia. Sustentava a tese de que as causas do meio ambiente eram romântico-ingênuas. Mais: haveria uma conspiração internacional para frear o desenvolvimento do País. O meio ambiente serviria de disfarce a que os inimigos desenvolvidos recorriam para tomar medidas contra nós.

De lá para cá, passou-se um quarto de século. Muitas águas rolaram sob a ponte. A reflexão ecológica e desenvolvimentista amadureceu. Descobriu-se que as duas idéias não eram pólos opostos. Ao contrário, tinham pontos de convergência.

Os ecologistas se deram conta de que os recursos naturais não vão esgotar-se de uma hora para outra. Ao mesmo tempo, o desenvolvimento se deslegitima, desce alguns degraus do altar de Deus.

Vitalidade das idéias ambientalistas e enfraquecimento do ideário desenvolvimentista: eis o novo quadro cultural, político e econômico que abrigou, vinte anos depois da de Estocolmo, a conferência das Nações Unidas sobre meio ambiente e desenvolvimento, conhecida por Rio-92.

Recapítulo, Sr. Presidente, os grandes objetivos dessa conferência que o Brasil sediou. O primeiro é uma convenção sobre alterações climáticas. O segundo, uma convenção sobre biodiversidade. O terceiro, uma declaração sobre florestas. O quarto, a redação do Estatuto da Terra. O quinto, a redação da Agenda 21, um plano de ação para o século 21. O último, mas não menos importante, a definição de mecanismos institucionais para aplicação de todas as idéias presentes nos documentos produzidos.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, hoje as teses ambientalistas são largamente aceitas. Ninguém duvida da importância do papel do meio ambiente na conquista e na manutenção do desenvolvimento.

Os grandes problemas ecológicos de âmbito mundial, tais como o aquecimento da atmosfera e o buraco da camada de ozônio não são os que ocupam o primeiro plano de nossas preocupações.

Nossos olhos estão voltados para outros desafios. Por um lado, vemos a urbanização exagerada, a industrialização poluidora e a agricultura que destrói os recursos naturais. Por outro, a pobreza e a marginalização da zona rural e do setor informal urbano.

É fácil entender a carga dramática desse quadro. Onde os solos estiverem erodidos, não há chance de se promover uma agricultura dinâmica. Onde faltar água, desaparece a vida. Onde a qualidade ambiental for má, a produtividade será reduzida.

Por isso, Sr. Presidente, o desenvolvimento equivocado põe em risco os recursos naturais e - pior - a esperança de melhoria de vida. O resultado é de todos conhecido: perda de solos, destruição de matas, prejuízo da diversidade biológica, poluição das águas potáveis, aumento da pobreza, inchaço das cidades.

Há tempo de mudar de rumo? Claro que sim. Como? O desenvolvimento sustentável é a resposta.

Desenvolvimento sustentável, Sr. Presidente, não é conceito ético ingênuo. É, isto sim, visão econômica que inclui o meio ambiente de forma racional. Implica a gestão adequada dos recursos disponíveis e adoção de tecnologias não poluidoras.

Às vésperas do quarto aniversário da Rio 92, é hora de fazermos um balanço. Demos início a um caminho longo e cheio de obstáculos. Talvez haja

atalhos que encorrem distâncias. Precisamos aprender-lhos. O desenvolvimento constitui a condição básica para a utilização sustentada dos recursos naturais - com orientação global e, ao mesmo tempo, aplicação local.

E, por pragmáticos que sejamos, convém lembrar um dado. Ser ecologicamente correto, hoje, constitui imposição do mercado. Pressionadas pelos consumidores, as empresas têm que produzir e vender só o que não agride o meio ambiente.

Em junho, mês - repito - do quarto aniversário da Rio 92, entra em vigor o ISO 14000, uma espécie de passaporte para as mercadorias conseguirem mercado em uma economia cada vez mais globalizada.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) - Senador Freitas Neto, como eu teria direito de falar agora, vou permitir com V. Ex^a. Portanto, tem V. Ex^a o direito à palavra por até 50 minutos.

O SR. FREITAS NETO (PFL-PI. Pronuncia o seguinte discurso.) - Agradeço a V. Ex^a.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, os servidores públicos completam agora um ano e meio sem qualquer reajuste em seus salários. Nesse período, iniciado em janeiro do ano passado, a inflação medida pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo chegou aos 29%, impondo assim um considerável desgaste ao rendimento do funcionalismo.

Deve-se levar em consideração ainda o peso desigual da inflação sobre cada classe social. O Governo Federal tem toda razão de orgulhar-se da estabilidade dos preços dos produtos que compõem a cesta básica. No entanto, os servidores arcaram com despesas que vêm sofrendo reajustes em níveis muito superiores à inflação média. As mensalidades escolares, as consultas médicas, os serviços em geral estão nesse caso.

Um pequeno exemplo mostra a gravidade desse problema. Desde o início de 1996, a inflação medida pela FIPE pouco superou os 5%. As despesas com instrução, no entanto, subiram mais de 32% apenas nesse período. É evidente que isso se refletirá diretamente no poder aquisitivo do servidor público. Caso se considere a erosão causada pela inflação média, constata-se que as perdas ultrapassaram 1/4 de seu salário; no entanto, se medimos a evolução das despesas efetivas com que arca o funcionário, percebe-se que o desgaste sofrido foi bem maior.

Não se trata, evidentemente, de darmos como correto o índice exigido pelo sindicato da categoria,

próximo a 50%. Ninguém imaginaria que se pudesse arcar com um aumento de despesas desse nível e, mais do que isso, que esse percentual corresponda às perdas reais. Mesmo assim, não é o caso de se assumir a postura dos tecnocratas que se fixaram no reajuste zero e evitam qualquer diálogo.

A essa intransigência somam-se as declarações confusas dos integrantes da equipe governamental. O Ministro da Administração afirmou, de público, que os servidores não têm do que se queixar, pois seus salários na realidade aumentaram 24%. Entretanto, é o próprio Ministro da Administração quem aponta a dificuldade em se recrutar para o serviço público quadros de alto nível por serem baixos demais os rendimentos dos funcionários.

Da mesma forma, quando se enviou ao Congresso Nacional a proposta orçamentária para 1996, o Executivo garantiu que os recursos destinados à folha de pagamento previam um reajuste compatível com o IPC-r medido nos primeiros seis meses de 1995, que foi também a correção mínima assegurada aos trabalhadores do setor privado. Aprovado o Orçamento, os mesmos tecnocratas que em tese foram os responsáveis por sua elaboração passaram a dizer algo inteiramente diferente. Agora, os R\$41 bilhões destinados ao pagamento dos servidores seriam insuficientes para cobrir a despesa, mesmo se não ocorrer qualquer reajuste. Assim, a equipe governamental lança-se em cálculos mirabolantes que permitem cortar mais de R\$2 bilhões em gastos com pessoal.

Tais contradições só podem levar à convicção de que o Governo Federal não está tratando da questão com seriedade. Às entidades representativas do funcionalismo, assim como ao público em geral, transmite-se a impressão de arrogância, ao evitar a negociação; de má-fé, ao jogar a cada dia com uma cifra diferente; de falta de transparência, enfim, ao impedir que se perceba qual é, afinal, o número correto com que se trabalha.

Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, fui prefeito de Teresina e Governador do Piauí. Conheço perfeitamente as dificuldades com que se defronta o titular de um mandato executivo, sempre às voltas com reivindicações que ultrapassam em muito a capacidade orçamentária. Por isso mesmo, a equipe de governo precisa ser extremamente criteriosa ao definir as prioridades para aplicação dos recursos públicos. Governar não é evitar qualquer tipo de gasto. Governador é aplicar os recursos disponíveis com austeridade, com eficiência, com senso de justiça e com o objetivo de atender aos justos reclamos da população.

Exatamente para que essas metas sejam alcançadas, precisa-se oferecer um serviço público de qualidade. Só se consegue esse padrão caso se conte com funcionários preparados e dedicados a seu trabalho. Precisa-se assim de uma remuneração que lhes garanta uma vida digna e estável. Não se pode exigir disponibilidade e atenção de alguém quando se permite uma erosão de um quarto ou um terço de seu salário.

Conheço a sensibilidade do Presidente Fernando Henrique Cardoso, sua capacidade de negociar e de transigir, sua indignação com as injustiças. Mas conheço também a insensibilidade da tecnocracia, daqueles que põem os números acima do povo.

Fica extremamente difícil convencer quem quer que seja de que não há dinheiro para repor as perdas salariais do funcionalismo, quando se sabe que o Tesouro está gastando recursos para salvar bancos falidos. O próprio ex-Ministro do Planejamento, Senador José Serra, com a sinceridade que o caracteriza, chegou a admitir que o Proer não consumirá apenas recursos provenientes do compulsório dos bancos, mas implicará uma carga para o erário. Todos os jornais transcreveram essas declarações do então Ministro. E, mesmo que se tratasse apenas de verbas do compulsório, a imagem que se passa à população é a de preferir socorrer bancos a socorrer gente.

Já assistimos a verdadeiros malabarismos de membros da equipe econômica para fazer crer que a folha de pagamento dos servidores atingiu a níveis que ultrapassam os limites constitucionais e a Lei Rita Camata. Não é verdade. Ambos os textos são claros o suficiente para mostrar que ainda se está longe desses limites. Apenas alguns Estados os superaram, não a União. No entanto, o exemplo de achatar os salários dos servidores está chegando aos Governos Estaduais e Municipais, que, usando o exemplo do Governo Federal, também não concedem aumento a seus funcionários.

Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, assistimos recentemente ao espetáculo de um Governo que fez de tudo para satanizar a figura do funcionário. Nada conseguiu além de despedaçar o serviço público, desmontando a maioria dos instrumentos de que qualquer administração necessita.

Não podemos deixar que essa desmoralização da máquina estatal se repita. Nas reformas que hoje tramitam no Congresso, assim como nos destemperos verbais de alguns dos nossos Ministros, parece haver uma ofensiva nesse sentido. Quando se fala em "privilegios", hoje em dia, quase sempre se está

referindo ao servidor público. Onde estarão os verdadeiros privilégios? Não estarão em quebrar um banco e enviar verdadeira montanha de dinheiro para o Exterior, só para ver esse mesmo banco socorrido pelo Governo? Não estarão em carrear para as regiões mais ricas do País e não para o pobre Nordeste um volume muito maior de recursos provenientes da renúncia fiscal?

Ao fazermos as contas relativas aos quase dois anos de vigência do Plano Real, podemos perceber que a população como um todo saiu ganhando. A estabilidade da economia beneficia a todos. No entanto, os encargos dela decorrentes não se distribuíram de forma equânime. Os agricultores, a classe média em geral e o funcionalismo em particular estão entre os que vêm arcando com uma conta maior. Essa situação não pode prosseguir.

As últimas pesquisas sobre a popularidade do Governo podem servir como um alerta. É um sinal amarelo que se acende. O Presidente Fernando Henrique Cardoso, que foi eleito com enorme maioria e que conta com um respaldo praticamente inédito no Congresso, mostrou-se sempre sensível às reivindicações justas e às necessidades maiores da população. Manifesto aqui minha certeza de que uma vez mais sua sensibilidade política prevalecerá.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.
Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) - Senador Freitas Neto, agradeceria se V. Ex^a pudesse assumir a presidência da sessão. (Pausa)

O SR. PRESIDENTE (Freitas Neto) - Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPILCY (PT-SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) - Sr. Presidente, Sr^ss e Srs. Senadores, gostaria de falar hoje sobre a falta de importância que vem tendo o Imposto Territorial Rural como fonte de arrecadação e como meio de realização de justiça. Não tem esse instrumento feito jus ao seu propósito de promover justiça e assegurar o estímulo à utilização produtiva da terra.

Quando instituído, imaginava-se que o Imposto Territorial Rural viria garantir que os proprietários de terra pagassem o imposto proporcionalmente ao valor e ao tamanho de sua terra e também à produtividade. Quanto melhor utilizada a propriedade, menor seria o ITR cobrado.

Estamos muito distantes de alcançar esse objetivo. Até o presente, o Governo Fernando Henrique Cardoso não tem conseguido fazer com que essa

meta seja de fato atingida. A responsabilidade é tanto do Executivo quanto do Congresso Nacional.

Um estudo realizado pelo assessor Gerson Teixeira, do Partido dos Trabalhadores no Congresso Nacional, demonstra como o ITR tem-se tornado um verdadeiro tributo ao latifúndio.

Passo a ler trechos desse estudo:

"Pesquisa executada pelo IPEA, em 1993, sobre o "Mercado de Terras", patrocinada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, informa que, no período de 1990 a 1993, os maiores devedores do ITR - Imposto Territorial Rural acumulavam dívida de R\$3 bilhões e - o que é mais grave - sem cobrança do Governo.

Este documento não se propõe a explorar a incidência real do conjunto de impostos, taxas e contribuições sobre o setor agrícola. Pretende analisar a **performance** recente de um dos mais importantes (no plano da justiça social) e, ao mesmo tempo, mais desmoralizado tributo aplicável ao setor no Brasil: o ITR.

A motivação para esta tentativa de análise surgiu com o produto da iniciativa do Deputado Jaques Wagner (PT-BA), que, na busca de explicações para a suspensão dos lançamentos do ITR/95, em decorrência da Instrução Normativa nº 16, de 28.03.96, da Secretaria da Receita Federal - SRF, encaminhou, por intermédio da Câmara dos Deputados, **Pedido de Informações** àquele órgão do Governo, cuja resposta veio confirmar uma constatação empírica consagrada, ou seja, o absoluto descaso da administração tributária para com a cobrança desse imposto.

No citado **Pedido de Informações**, foram solicitados ainda dados sobre a execução do Imposto Territorial Rural - ITR, no período de 1981 a 1994, visando a reunir elementos efetivos sobre a prática do referido tributo, de forma a permitir a investigação das causas da inexpressividade histórica dos seus resultados financeiros.

Supondo a boa-fé da SRF, a absoluta insuficiência das respostas fornecidas às indagações encaminhadas denuncia, a priori, que um dos fatores determinantes da desmoralização do ITR reside na própria desestruturação do Governo, deliberada ou não, para a operação do tributo.

As informações prestadas responderam apenas parcialmente os questionamentos feitos, abrangendo somente o período de 1991 a 1994. Para os anos de 1991, 1992 e 1993, ao não se incluirem sequer os valores lançados do tributo, ficam inviabilizadas conclusões mais pormenorizadas sobre o perfil dos devedores, sobre o nível de inadimplência e, por conseguinte, sobre os prejuízos do Tesouro decorrentes da inexpressiva resposta efetiva do ITR naqueles anos.

Para os anos citados, a SRF restringiu-se a informar, por unidade federada e por amplos extratos de áreas, o número de imóveis adimplentes, o valor total pago e o ITR médio por hectare. As razões alegadas para a precariedade das informações relativas ao ano de 1991 relacionaram-se à inconsistências cadastrais advindas do arquivo do INCRA, a exemplo de duplicidades e erros de preenchimento. Quanto aos exercícios de 1992 e 1993, a SRF responsabiliza a inconfiabilidade da atualização de sua base cadastral por conta dos erros cometidos pelos contribuintes.

Com essas ressalvas, algumas conclusões podem ser extraídas acerca da incidência do ITR, no período mencionado, a saber:

O ITR em 1991

1. se os resultados do ITR no exercício de 1991 refletissem a média histórica da prática desse tributo, concluiríamos, de plano, pela insignificante carga tributária efetiva sobre a propriedade da terra no Brasil e, ainda, pelo perfil altamente regressivo do tributo do ponto de vista social. Os dados fornecidos pela Secretaria permitem a elaboração de tabela reveladora da regressividade do ITR."

Segundo a tabela contida no estudo, na faixa de área de até 100 hectares, o ITR médio é de R\$0,28 por hectare; na faixa de área de 100 mil a 500 mil hectares, R\$0,04; nas áreas maiores de 500 mil hectares, R\$0,00.

Continuo:

"2. do total arrecadado de R\$63 milhões, os imóveis rurais de até 100 hectares participaram com 22%, enquanto o conjunto dos imóveis na classe de área acima de 50 mil hectares participaram com apenas 0.8% do total. Os imóveis de até mil hectares res-

ponderam por 65% da arrecadação total do ITR, enquanto os imóveis de acima de 500 mil hectares não pagaram o tributo.

A tabela 2 informa a participação dos imóveis rurais, por faixas de área, no total arrecadado do ITR/91.

3. ainda que impossível mensurar as taxas de inadimplência em função da inexistência dos dados de lançamento do ITR, os registros anteriores não deixam dúvidas de que as maiores taxas encontram-se nos extratos superiores de área, com destaque - conforme citamos anteriormente - para o índice de 100%, no casos dos proprietários de imóveis acima de 500 mil hectares;

4. examinando-se os dados relativos aos Estados da fronteira agrícola, onde localizam-se os imóveis com maiores extensões de área, verifica-se que, em todos, a carga média/ha do ITR foi de R\$0,00 (zero reais), a partir dos imóveis de 50 mil hectares.

O ITR em 1992

1. A exemplo do ano de 1991, também em 1992 a incidência efetiva do ITR pautou-se pela regressividade, conforme demonstra a tabela 3, anexa;

2. a arrecadação total do ITR em 1992 caiu 50% em relação ao ano anterior, alcançando apenas R\$32,7 milhões. Registre-se que todos os valores apresentados estão corrigidos a preços de março de 1996. Os imóveis até 1.000 hectares participaram com 61% da arrecadação total do ITR, enquanto o conjunto dos imóveis na classe de área acima de 50 mil hectares participaram com apenas 0,6% do total, ou seja, menos ainda que a verificada no ano anterior.

A Tabela 4 detalha a participação dos imóveis, por classes de área, no total pago do ITR em 1992, com a ressalva de que os dados fornecidos pela SRF, por agregar as informações em largos extratos de área (1.000 a 50 mil ha, por exemplo), impedem o cálculo real da participação total dos imóveis de menores áreas na arrecadação do ITR.

3. também em 1992, os dados disponíveis não possibilitam a mensuração das taxas de inadimplência do ITR. No entanto, os registros anteriores não deixam dúvidas de que as maiores taxas se encontram nos extratos superiores de área, com destaque para o índice de 100%, no caso dos proprietários de imóveis acima de 500 mil hectares;

4. reproduzindo o quadro observado em 1991, nos Estados de fronteira, os imóveis rurais acima de 50 mil hectares apresentaram, na média, índice 0 (zero) de contribuição por hectare.

O ITR em 1993

1. Os perfis de regressividade e de insignificância da incidência efetiva do ITR mantêm-se no ano de 1993. A arrecadação total que, em 1992, declinou em 50% relativamente a 1991, novamente caiu 50% em 1993 em relação ao ano anterior, ficando em R\$17,4 milhões a preço de março de 1996. Quanto à regressividade do imposto, a tabela abaixo evidencia o fato;

2. os imóveis até 100 hectares participaram com 18% do total arrecadado, os quais, em conjunto com os imóveis de 100 a 1.000 hectares, foram responsáveis por 54% do total arrecadado do ITR em 1993. A tabela VI discrimina a participação na arrecadação do imposto por faixas de área;

3. como nos casos anteriores, os dados disponíveis não possibilitam a mensuração das taxas de inadimplência do ITR para as faixas de áreas inferiores a 500 mil hectares. Todavia, mantém-se o quadro de concentração de inadimplência nos maiores extractos de área;

4. reafirmando a tendência observada nos anos anteriores, nos Estados de fronteira, os imóveis rurais acima de 50 mil hectares apresentaram, na média, índice 0 (zero) de contribuição/ha.

O ITR em 1994

1. Em primeiro lugar, observa-se que, com a vigência da Lei nº 8.847, de 1994, a nova coleta de informações promovidas pela Secretaria da Receita Federal, com a consequente melhora da base cadastral do ITR, resultou na tímida recuperação da arrecadação do tributo, fato que, longe de expressar o potencial da arrecadação da tributação sobre a propriedade rural, sugere que a viabilidade do imposto, contrariando as suspeitas pregações do atual Secretário da Receita Federal, depende da disposição política em tributar o latifúndio e da organização do aparelho responsável pela arrecadação;

2. em todo o território nacional, o lançamento do ITR alcançou R\$298.169.521,00, a preço de março de

1996, sendo que o total efetivamente pago atingiu R\$108.867.501,00. Ou seja, o índice de inadimplência atingiu 64%;

3. averiguando-se o índice de inadimplência por faixa de área, confirma-se que esta aumentou com o porte econômico do contribuinte, conforme demonstra a tabela 7;

4. corroborando a constatação anterior, a relação direta entre a proporção de imóveis em situação de irregularidade e o tamanho a área é acentuado, o que confirma os latifúndios como os grandes sonegadores do tributo;

5. como nos anos anteriores, em 1994, por conta da brutal sonegação do ITR pelos grandes proprietários de terra, manteve-se o caráter de regressividade efetiva do tributo. Enquanto os imóveis de até 100 hectares sofreram carga tributária de 0,43 por hectare, os imóveis na faixa de 50 mil a 100 mil hectares pagaram R\$ 0,26/ha; os de 100 mil a 500 mil, 0,35/ha; e os imóveis acima desse limite nada pagaram, contrariando o próprio objetivo da criação do ITR;

6. são mantidas, em 1994, as tendências observadas nos demais aspectos antes analisados da execução do ITR, relativos ao período de 1991 a 1993;

7. no ano de 1994, o quadro de inadimplência do ITR, por unidade federada/Região, foi o aqui assinalado, com uma média de 81,6% de inadimplência na Região Norte; 70% na Região Nordeste; 66% na Região Centro-Oeste; 57% na Sudeste e 45% na Sul.

O ITR em 1995

Em 1995, o ato de suspensão da cobrança do tributo foi aplicado no primeiro exercício, no qual as projeções da Receita Federal indicavam um patamar razoável de arrecadação do ITR, cerca de R\$2,4 bilhões, sinalizando assim um processo de resgate da credibilidade do tributo.

Ocorre que o citado cancelamento da cobrança do imposto, na medida em que a execução do ITR acabou sendo suspensa em março do presente ano, ocorreu quando 60% do total dos contribuintes, pequenos produtores rurais, já haviam honrado o pagamento. Ou seja, os únicos beneficiários da medida foram aqueles que consumadamente têm sido não-pagadores, os grandes proprietários, os latifundiários.

O pretexto utilizado para essa decisão do Governo, forçada pelos grandes proprietários, através de sua ampla base de representação no Congresso Nacional, baseou-se na denúncia de superavaliação do Valor da Terra Nua, em dezembro de 1994, relativamente aos valores de mercado da terra, no ano de 1995.

Em recente artigo, o Deputado Jaques Wagner demonstrou que, na verdade, não foram os valores do ITR que saltaram significativamente nesse exercício, mas sim os valores lançados relativos à contribuição sindical, em benefício, basicamente, do sistema patronal rural.

Na data de suspensão do ITR, já haviam sido repassados para a CNA - Confederação Nacional da Agricultura -, R\$25 milhões dos cerca de R\$70 milhões estimados para o ano. Já a CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura -, havia arrecadado valor próximo a R\$1 milhão. Como foram os proprietários dos imóveis de menores áreas que haviam pago o ITR, a exemplo do que ocorre historicamente, significa que os pequenos produtores financiam a CNA para que esta atue contra a reforma agrária e contra os interesses gerais de trabalhadores e pequenos produtores.

Segundo a Receita Federal, com a suspensão da cobrança do ITR, a arrecadação total prevista para o exercício (R\$322,3 milhões) frustrará a expectativa alimentada de afirmação conceitual do tributo enquanto instrumento de desestímulo à concentração da propriedade da terra no Brasil.

Portanto, com a medida, o ITR retomou a sua trajetória de ineficácia histórica, consagrando a sua inexpressividade enquanto fonte de arrecadação fiscal *strictu sensu* e, pior, a sua inutilidade enquanto instrumento complementar de desestímulo à concentração e ao uso especulativo da terra no Brasil.

Sr. Presidente, ainda no início desta semana, em artigo publicado no jornal **Folha de S. Paulo**, Luiz Inácio Lula da Silva e publicaram um artigo a respeito de como avaliavam a importância de se realizar efetivamente a reforma agrária, uma vez que o uso da tributação para se conseguir melhor distribuição da posse da terra no Brasil historicamente tem se provado ineficiente, porque, desde que se instituiu tributo para esta finalidade, tem sido a história do Brasil caracterizada pelo poder extraordinário de

influência dos grandes proprietários para tentar evitar o pagamento de tributos como o ITR.

E esse estudo, Sr. Presidente Senador Freitas Neto, confirma mais uma vez esta hipótese. Precisamos fazer do ITR um instrumento que promova a justiça fiscal e o incentivo à maior produtividade da terra. Mas, por outro lado, como instrumento de maior justiça na terra é necessário, além de fazer o ITR funcionar, também, conforme assinalam Lula e José Graziano da Silva neste artigo, que haja vontade de realização da reforma agrária, com a aceleração dos assentamentos.

O Sr. José Fogaça - Senador Eduardo Suplicy, V. Ex^a me permite apartear-lo?

O SR. EDUARDO SUPLICY - Com muita honra, nobre Senador José Fogaça.

O Sr. José Fogaça - Acompanhando atentamente o pronunciamento de V. Ex^a, com ele concordo, porque, desde o período da Assembléia Nacional Constituinte lutei também pelo fortalecimento do ITR como um instrumento de justiça fiscal no Brasil, mas este não foi o resultado. O ITR continuou sendo uma espécie de subimposto, relegado a um plano de insignificância e com baixíssimo índice de cobrança, de retorno, ou seja, é muito grande e muito eficaz a sonegação desse imposto no Brasil.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Permita-me assinalar que são nos estados do Sul onde há o menor grau de inadimplência do ITR no Brasil.

O Sr. José Fogaça - Mesmo assim, ainda não corresponde a uma realidade fundiária do País. Debatemos naquele período e creio que agora talvez comece a chegar a hora para isso, já que a questão da terra no Brasil não é apenas política ou econômica, mas, sim, questão social grave. Acredito que é chegada a hora de se pensar, incluindo na reforma tributária que está por vir, a delegação do ITR aos estados. Embora haja também quem queira deferir os aos municípios, uma vez que a cobrança da União tem sido falha e de pouco ou baixíssimo interesse, é possível que, deferindo aos estados, o ITR possa vir a ser cobrado com maior eficácia. Tenho dúvidas quanto ao município porque a proximidade excessiva das prefeituras com os proprietários pode gerar uma promiscuidade negativa e aumentar o processo de corrupção, ao invés de fazer do imposto um instrumento de justiça fiscal. Daí por que defendo que o imposto deva ser deferido aos estados para que seja efetivamente cobrado e para que a sonegação não exista. O controle será maior e poderá ser significativo nos orçamentos dos estados, representando a possibilidade de investimentos sociais e,

possivelmente, terá, por parte dos governadores e dos secretários de fazenda uma ação mais dura, mais rígida e mais efetiva. Sendo assim, tenho a impressão de que essa é uma luta que virá e que teremos que empreendê-la com coragem e disposição. Faço essa observação em meio ao pronunciamento de V. Ex^a.

O SR. EDUARDO SUPILCY - Agradeço as palavras de V. Ex^a, Senador José Fogaça, que, obviamente, como constituinte, participou do debate sobre a finalidade, a introdução e a vigência do ITR e comprehende tão bem por que até agora não se cumpriu a sua finalidade.

Eu, sinceramente, ainda tenho dúvidas, acompanhando o debate, sobre qual será a forma mais eficaz. Avalio que vai ser necessária a coordenação de esforços entre União, estados e municípios.

A experiência do IPTU demonstrou que às vezes municípios que arrecadam bem este imposto acabam gerando exemplos para municípios vizinhos. Porque concluem que onde se arrecada há uma melhor receita e, consequentemente, um melhor provimento de serviços de educação, de saúde, etc., aquilo que todo prefeito gostaria de poder bem realizar na sua respectiva gestão, trazendo benefícios sociais para a sua cidade.

Mas é fato que poderia haver esse poder tão forte de grandes proprietários no sentido de impedir a cobrança do ITR, caso venha a ser cobrado pelos municípios. E quem sabe o governo do estado possa ter condições de melhorar a arrecadação e tornar a cobrança do ITR algo mais efetivo. Sempre será necessário, entretanto, que haja critérios com vistas à justiça tributária, à questão de valor da terra por parte da União. E qual a melhor forma? Qual a responsabilidade? Acredito que o importante é que haja vontade política, que deve unir os três níveis de Governo - a União, os estados e os municípios - a todos os interessados, seja o movimento dos sem-terra, seja os pequenos agricultores e os proprietários de terra em geral, seja a população, que quer ver o Brasil caminhar na direção de maior justiça e de maior produtividade no campo.

Devemos pensar na melhor forma de cobrar o ITR, com muita determinação política.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O Sr. Eduardo Suplicy, suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Freitas Neto.

O SR. PRESIDENTE (Freitas Neto) - Concedo a palavra ao Senador José Fogaça.

O SR. JOSÉ FOGAÇA (PMDB-RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, na recente Conferência Monetária Internacional, realizada em Sidney, na Austrália, o famoso economista Rudiger Dornbush fez uma afirmação bastante categórica e negativa em relação ao nosso País, provocando uma situação quase de pânico e terror em relação às expectativas desse mundo financeiro internacional relativamente ao Brasil.

Estranhamente, a credibilidade desse economista produziu efeitos no mercado financeiro internacional, como a queda dos títulos, dos chamados c-bonds, da bolsa de Nova Iorque, a queda dos títulos brasileiros, bem como dos mexicanos, consequentemente, a queda nas bolsas de valores de São Paulo e do Rio de Janeiro.

Essa análise do programa econômico de estabilização brasileiro foi, de alguma forma, a repetição de afirmações que o mesmo economista já havia feito, aqui no Brasil há dois meses.

Desta feita, como as declarações foram dadas num fórum internacional de grande repercussão, os resultados foram desaurosos, extremamente danosos para o interesses nacionais. E as reações vieram, Sr. Presidente, não só de outros economistas do mesmo padrão, do mesmo diapasão internacional, que rejeitaram as informações do Sr. Rudiger Dornbush, mas também vieram de dentro do Brasil, tanto de representantes do Governo como do Congresso Nacional.

A Comissão de Assuntos Econômicos chegou a constituir uma subcomissão para investigar a procedência dessas afirmações, o que demonstra, desde logo, uma atitude de muita diligência, de muita preocupação, uma respeitável e até elogável atitude de consciência de quem está preocupado, de quem não deseja que passe em branco tudo aquilo que possa atingir o nosso País.

O Ministro Pedro Malan reagiu - quero crer - na devida conta e fez aquilo que lhe caberia inapelavelmente fazer, isto é, repudiar, com toda a veemência e com a maior firmeza, as afirmações do economista do Estado de Massachusetts, nos Estados Unidos.

Na verdade, também não tenho, em relação a esse senhor, nenhum grande entusiasmo; não me empolgo com as afirmações ou declarações desse economista, porque esse cidadão, no período do Governo Collor, veio ao Brasil e afirmou que o nosso País estava atrasado em relação a reformas que o México estava fazendo. Recordo-me perfeitamente disso. Confesso até que, de alguma maneira, as palavras dele me impressionaram.

Este mesmo cidadão, quando o Brasil faz as reformas que precisa fazer e que não são muito diferentes daquelas que o México levou a efeito num primeira etapa, vem agora e diz que o Brasil corre o risco de se transformar numa reprodução da crise mexicana do final de 1994.

É estranho, é difícil de entender. Ele é um economista graduado, respeitado e internacionalmente renomado professor do MIT - Massachusetts Institute of Technology - nos Estados Unidos, que é, talvez, ao lado da Universidade de Harvard, no mesmo Estado, uma das mais respeitáveis instituições no mundo.

Portanto, não é alguém que possa gerar um estado de indiferença nos meios financeiros internacionais. As suas afirmações candentes causam sempre consequências: uma repercussão e um desdobramento que de alguma maneira, desta vez, acabaram nos atingindo.

Sem ter uma atitude de imediato repúdio às suas palavras, respeitando e reconhecendo que o Ministro Pedro Malan tem que repudiá-las e mostrar que a nossa política de estabilização não tem o mesmo caminho da política de estabilização mexicana, ao mesmo tempo em que respeito a atitude da Comissão de Assuntos Econômicos em formar uma subcomissão para aferir a procedência dessas informações - uma atitude, como disse, de diligência, de preocupação cívica e patriótica de meus colegas da Comissão, que apóio, mais do que reconhecer a importância, apóio com o meu voto e a minha disposição de trabalho - mas gostaria, também, de procurar aí uma nuance, uma outra interpretação.

Esse senhor, quando faz esse tipo de afirmação, também aponta uma causa e, ao apontá-la, o faz de forma extremamente minimizada, colocando isso num plano político rigorosamente secundário, como se esta causa fosse um mero problema, uma mera questão de decisão política pura e simples, como se decide tomar um gole de água, como alguém possa, de repente, modificar uma atitude, tornar-se, de um dia para o outro, aquilo que não era no dia anterior, com a maior facilidade.

Esses economistas - talvez o mais notório deles internacionalmente seja esse Mister Rudiger Dornbush - dizem que o Brasil só precisa - vejam bem - fazer um ajuste fiscal. É como tirar o casaco e colocá-lo de novo, tirar a camisa e colocá-la de novo, como ir ao roupeiro e trocar de gravata. É só fazer um ajuste fiscal e pronto! Vejam, duas palavras: ajuste e fiscal. É simplíssimo dizer: por que não o fazem?

Aí, Sr. Presidente, interpreto esse tipo de postura de cidadãos como este, independentemente de seu conhecimento, independentemente da veracidade de suas afirmações, da procedência até analítica e científica do que está dizendo, não como uma verdade. Entendo que o ajuste fiscal é parte integrante, necessária e indispensável, sim, do Plano Real. Agora, minimizá-lo, reduzi-lo a nada, dar-lhe essa desimportância afetada que dão, é isto que não posso aceitar, Sr. Presidente.

O ajuste fiscal, para mim, é como a mãe de todas as guerras na reforma do Estado brasileiro. Assim como gerações e gerações do Islã proclamam que a guerra contra o Ocidente é a mãe de todas as suas guerras e que, portanto, levará gerações e gerações, é preciso que nós brasileiros coloquemos o ajuste fiscal nesse patamar. O ajuste fiscal é, para as mudanças institucionais e econômicas em busca do crescimento econômico sustentado, a mãe de todas as guerras, que implica mortos, feridos, mobilização gigantesca de corporações sociais e profissionais, reações poderosíssimas de grupos econômicos. É a mãe de todas as guerras.

E, num processo democrático, Sr. Presidente, também se faz ajuste fiscal. Não quero fazer um ajuste fiscal no Brasil como fez o Sr. Pinochet no Chile: com um projeto de reforma em uma das mãos e uma metralhadora na outra, calando os grupos sociais, até mesmo os grupos corporativos de interesses egoístas e particulares. Não! No Brasil queremos que os grupos sociais, com razão ou sem razão, com apoio ou sem apoio social ou sem apoio social, com objetivos egoísticos ou com objetivos coletivos e patrióticos, falem, se pronunciem, neguem, apóiem, digam "sim" ou digam "não" ao que se está fazendo no Congresso Nacional.

Quero que, da administração democrática desse processo - nem sempre rápida, nem sempre fulminante, como supõem esses senhores - , se possa fazer coisas nos países democráticos, principalmente naqueles países onde há grandes áreas de pobreza e de marginalidade.

O ajuste fiscal aqui será feito, Sr. Presidente, dentro de um modelo democrático de respeito aos interesses conflitivos da sociedade. Para nós, brasileiros, o ajuste fiscal é importante para termos um país desenvolvido, rico, próspero, com distribuição justa de riqueza. Mas os brasileiros não querem isso à custa de espezinhar e de desrespeitar a voz dos que devem ter voz numa sociedade democrática.

Por isso, de minha parte quero dizer que comprehendo perfeitamente as posições do Sr. Rudiger

Dornbusch. Compreendo perfeitamente a sua crítica, até a aceito. Apenas a diferença entre ele e nós é que queremos respeitar o nosso povo, queremos respeitar inclusive as nossas corporações, sim, queremos dar-lhes voz, sim, queremos dar-lhes vez de serem ouvidas, de opinarem e de influírem nas decisões, de acordo com o equilíbrio democrático da vontade majoritária do País.

E não vamos fazer ajuste fiscal como se fôssemos trocar de camisa, trocar de gravata ou simplesmente tomar um gole d'água. Não! Para empreender essa que é a mãe de todas as guerras queremos que todos os brasileiros sejam muito respeitados, são batalhas democráticas, sem morte física de ninguém, mas seguramente com a morte de privilégios, com o ferimento de preconceitos, com campos de batalha disseminados de gente caída. Isso não é fácil, principalmente numa democracia.

O Sr. Eduardo Suplicy - V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. JOSÉ FOGAÇA - Ouço V. Ex^a com prazer.

O Sr. Eduardo Suplicy - São importantes as reflexões que V. Ex^a está formulando sobre o impacto das declarações e do diagnóstico que o economista Dornbusch faz em conferência na Austrália. Graças à respeitabilidade que ele tem internacionalmente pelo fato de ser um professor do MIT - embora tenha cometido alguns equívocos no passado -, sem dúvida, sua análise como um economista conhecido por seus trabalhos em macroeconomia obviamente alcançam repercussão. Em primeiro lugar, faz-se necessário observar que seu diagnóstico - de que está havendo uma sobrevalorização da taxa de câmbio do real em relação ao dólar e a outras moedas internacionais - guarda relação com diagnósticos que economistas de um largo espectro vêm também formulando - entre estes, economistas brasileiros. Por exemplo, Paulo Nogueira Batista, ainda no último mês, escreveu uma seqüência de três artigos, publicados pela **Folha de S. Paulo**, para explicar que estaria havendo uma sobrevalorização da taxa de câmbio. A economista e Deputada Maria da Conceição Tavares escreveu vários artigos no último ano e meio analisando, na sua visão, o que seria uma sobrevalorização que, agora, estaria, segundo seus cálculos, em torno de 32%. O economista Antonio Delfim Netto quase que dia sim, dia não, ou melhor, quarta-feira sim, quarta-feira não, na **Folha de S. Paulo** e em inúmeras entrevistas aos mais diversos órgãos de imprensa, também tem ressaltado que essa ancoragem cambial, que essa taxa de

câmbio acima do que seria adequado, tem causado problemas tais como a diminuição do crescimento em relação ao que se poderia ter e, consequentemente, estamos tendo um aumento do nível de desemprego além de outras consequências. Poderia ainda citar Luiz Gonzaga de Melo Belluzzo, João Manoel Mello e tantos outros que agora estão sendo secundados pela palavra de Dornbusch, a qual acabou indo para as primeiras páginas do **Wall Street Journal**, e repercutiu no desempenho das Bolsas de Valores internacionais e nacionais. Acho que fez bem a Comissão de Assuntos Econômicos, a partir de sugestão do Senador Lauro Campos, em convidar o economista Rudiger Dornbusch e outros economistas brasileiros para debaterem o significado das suas proposições. Concordo com V. Ex^a quando diz que é preciso respeitar o processo democrático, é preciso ouvir todos os segmentos para a realização da reforma tributária e fiscal. É um tanto complicado. Entretanto, é preciso ressaltar que o Governo Fernando Henrique Cardoso preferiu não dar prioridade à reforma tributária e fiscal a fim de aprovar primeiramente o Fundo de Estabilização Fiscal - antes Fundo Social de Emergência - para ter um fôlego de dois anos, para então dedicar o esforço político para outras reformas, como a da Previdência, da Administração, etc.... E é por essa razão que estou entendendo que o Governo não está, presentemente, dando toda força à questão da reforma tributária, que avalio como muito importante. Nós do Partido dos Trabalhadores apresentamos, inclusive, à consideração uma proposta bastante comprehensiva de reforma tributária e gostaríamos que ela fosse debatida aqui *pari passu* com a proposição do Executivo. As observações de Dornbusch devem ser vistas como importante alerta. Uma desvalorização abrupta de 30% ou 40% não seria adequada, mas, como o Brasil tem uma experiência extremamente rica e positiva no processo de minidesvalorizações, como o Governo até preferiu não adotar uma política rígida, como no caso da Argentina, que tem esse procedimento da banda cambial variável, é perfeitamente possível o Governo brasileiro fazer o ajuste que precisa ser feito. Tanto é verdade que as palavras de Dornbusch tem algum sentido que o próprio Francisco Lopes, hoje diretor da Área Monetária do Banco Central, informou, em entrevista neste domingo, que o Governo e ele próprio examinaram em profundidade se seria o caso fazer um ajuste da taxa de câmbio mais acelerada do que o do ano passado ou o começo deste ano. Resolveram ainda não fazê-lo, mas temos consciência de que o atraso em se fazer

esse ajuste acaba resultando em necessidade de taxas de juros mais elevadas e, consequentemente, em taxa de crescimento da economia e do ritmo de emprego aquém daquilo que a potencialidade da economia brasileira já demonstrou poder realizar.

O SR. JOSÉ FOGAÇA - Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy. Gostaria, se V. Ex^a me permitir, de fazer algumas observações a respeito da sua exposição.

Tenho grande respeito pelos economistas que V. Ex^a citou. Todos eles são meus amigos pessoais. O trabalho, a longa trajetória acadêmica e profissional de todos eles são motivo da maior respeitabilidade.

Nogueira Batista e Conceição Tavares, como economistas do PT, partido de V. Ex^a, mediante artigos publicados pela imprensa, têm feito, realmente, restrições severas à política econômica do Governo e cumprem papel da maior importância. Como economistas da oposição, fazem isso com competência, inclusive acadêmica, e com seriedade patriótica, sem oposicionismo primário, grosseiro. Entretanto, lembro que são economistas da oposição. Portanto, esse é um viés inevitável na sua concepção política.

Outro economista que V. Ex^a citou, Deputado Delfim Netto, nosso colega de Congresso, uma das grandes inteligências deste País, o grande economista de todos os governos militares do Brasil, é um homem que também tem seu viés político nitidamente oposicionista em toda a conduta da atual política econômica brasileira, principalmente depois da queda do governo Collor. É também um viés oposicionista. Não quero desvalorizar nem desmerecer, não quero depreciar; quero apenas dizer que isso, legitimamente, é uma atitude de oposição.

Também ouço e respeito o que dizem os nossos queridos correligionários, porque são membros do meu partido, Luiz Gonzaga Belluzzo, que foi secretário do governo Quérzia, e João Manoel Cardoso de Melo. Eles têm a autoridade de quem viveu um plano de estabilização, o Plano Cruzado, do qual foram colaboradores, idealizadores e condutores; eles têm a experiência de quem errou, de quem fracassou. Isso, quando trazido de fora, sempre significa uma colaboração muito útil, porque quem está dentro de um processo como esse não consegue enxergar os seus erros, as suas dificuldades. Quem já passou por essa experiência e traz um depoimento de fato ajuda muito.

Também não posso deixar de mencionar que, particularmente, esses dois economistas, tal como o ex-governador Orestes Quérzia, têm tido uma atitude francamente oposicionista ao Governo Fernando

Henrique Cardoso. São do meu partido e merecem a maior consideração da minha parte.

V. Ex^a citou cinco economistas, todos eles da mais franca e aberta oposição política ao Governo. De qualquer maneira, isso não anula as críticas que fazem, porque elas devem ser levadas em consideração.

Mas qual a opção que esses economistas estão apontando para o Governo? Eles estão dizendo que o Governo comete grave erro por não abrir mão da moeda estável. O Governo tem de abrir mão da moeda estável, tem de ceder para a inflação, porque, assim procedendo, reduz a taxa de juros, aumenta um pouco mais a taxa de crescimento, reduz o câmbio e, evidentemente, aumenta as exportações, melhorando a nossa Balança Comercial.

Mas essa é a opção política, que tem de fazer quem não faz o ajuste fiscal ou escolhe juros altos e câmbio relativamente defasado de um lado ou inflação de outro. Juros baixos, câmbio atualizado e moeda estável com um déficit de 2% a 3% do PIB no Orçamento só funcionam se apresentarem algum milagreiro, algum santo guerreiro que possa vencer esse dragão da maldade! Não conheço. Não existe no mundo, a não ser naqueles países cujos tesouros nacionais têm tamanha importância e credibilidade que todos compram os seus títulos com baixíssimas taxas de juros, e tudo funciona bem. É o caso dos Estados Unidos, do Japão, da Itália, da França, da Inglaterra. Em nosso caso, como nosso Tesouro não tem essa credibilidade - como não tem o tesouro mexicano - para um título brasileiro disputar esse mercado internacional, é preciso elevar a taxa de juros para formação de reservas, que são necessárias.

Isso não quer dizer que eu não leve em consideração as observações desses economistas, mas, como sabemos, essa é uma opção óbvia. Não se faz o ajuste fiscal, não se quer inflação, quer-se moeda estável com poder aquisitivo garantido. Resultado: é preciso ter juros altos e taxa de câmbio relativamente desajustada. Onde é que se inventou uma coisa diferente, a não ser nos países que conseguem captar dinheiro no mercado internacional com qualquer juro. Se o Japão reduzir os juros para 1% ao ano, ainda assim haverá compradores para os títulos do banco central japonês no mercado internacional. E o Brasil, se não colocar acima de 20%, não encontra quem compre.

Esta é uma realidade - desculpem-me esses economistas - que todos estão cansados de saber. Só que a opção que o Brasil está fazendo é outra:

quer uma moeda estável, mas não quer juros altos e um câmbio defasado; por isso, tem de fazer o ajuste fiscal.

O Sr. Eduardo Suplicy - Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JOSÉ FOGAÇA - Ouço V. Ex^a, Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy - Senador José Fogaca, a minha preocupação é que a inflação seja contida. A estabilidade de preços - estou de pleno acordo com V. Ex^a -, é importante ser mantida. Mas acredito, graças ao processo de ajuste da banda cambial, que é possível caminhar numa direção tal que, em se ajustando mais a banda cambial, se tenha, de forma mais acelerada...

O SR. JOSÉ FOGAÇA - Mas não é isso que o Governo está fazendo, de forma gradual, lenta e necessariamente cuidadosa?

O Sr. Eduardo Suplicy - E haveria um processo de diminuição das taxas de juros, que levaria, por sua vez, a maior competitividade, ao crescimento das exportações, a uma certa barreira para as importações, ao estímulo do crescimento da economia, à maior oferta de bens e serviços, ao crescimento de emprego, que inclusive contribuiriam para que não houvesse inflação e atingíssemos a estabilidade, porque crescimento da oferta de bens e serviços também contribui para a diminuição da pressão inflacionária. É claro que é preciso uma grande arte nesse mecanismo...

O SR. JOSÉ FOGAÇA - Como economista, V. Ex^a sabe disso.

O SR. PRESIDENTE (Freitas Neto) - A Presidência solicita ao nobre orador que conclua o seu pronunciamento com brevidade, em virtude de o tempo regimental da sessão ter-se esgotado.

O SR. JOSÉ FOGAÇA - Vou encerrar, Sr. Presidente. Por uma questão de cortesia, indago do Senador Eduardo Suplicy se já encerrou o seu aparte.

O Sr. Eduardo Suplicy - O próprio Paulo Nogueira Batista, em um dos seus artigos, assinalou que quando do ajuste mais intenso da banda cambial não houve um aumento de preços tão acentuado como alguns estavam temendo, o que significa que há margem para um certo ajuste mais adequado do que o que até agora foi realizado.

O SR. JOSÉ FOGAÇA - Agradeço a V. Ex^a.

Vejam os senhores como não podemos conduzir as coisas para um ponto de impasse ou de incompatibilidade de idéias. Não há contradição, talvez nem haja discordância, no que estamos falando. Disse V. Ex^a que é possível, sim, aumentar a produ-

ção econômica com estabilidade da moeda. Aí é uma questão de ritmo. Aumentar a produção é algo que leva dois, três anos, e aumentar o consumo, dois ou três meses. Ora, como a produção não acompanha o mesmo ritmo da elevação do consumo, necessariamente, num país como o Brasil, o resultado é explosão inflacionária. O que temos é uma administração por conta-gotas para encontrar o ponto de ritmo que possa ser equilibrado, sem deixar cair esse nível de estabilidade que estamos vivendo. Só quem executa e quem opera isso é que pode saber o quanto é difícil encontrar esse ponto de sintonia fina, perfeita.

Estou convencido de que o Governo sabe perfeitamente que é preciso ajustar a taxa de câmbio. Ele o faz com a lentidão e o cuidado de quem sabe que não pode deixar essa maionese desandar e com o cuidado de quem sabe perfeitamente que não é possível a redução da taxa de juros, com um aumento desenfreado, instantâneo do consumo, quando os investimentos ainda são a médio e longo prazos, para que haja uma estrutura produtiva compatível com esse consumo. Quem disser o contrário, ou realmente deseja ver a economia ir a débâcle, ou está dizendo coisas cuja responsabilidade não assume como governo, assume apenas como teórico, como acadêmico, como professor universitário.

Com todo respeito, rejeito profundamente esse tipo de concepção, embora, como disse, com todo o possível respeito que mereça.

Sr. Presidente, eram as observações que queria fazer. Agradeço a tolerância de V. Ex^a e o aparte do Senador Eduardo Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Freitas Neto) - Os Srs. Senadores Mauro Miranda, Casildo Maldaner, Pedro Simon e Romeu Tuma enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^as serão atendidos.

O SR. MAURO MIRANDA (PMDB-GO) - Sr. Presidente, Sr^as e Srs. Senadores, quero ter a satisfação de comunicar a esta Casa que o projeto de construção da ferrovia Norte-Sul começa a entrar novamente nos trilhos de sua viabilidade, depois de longo período de exclusão nas preocupações do governo. Graças à iniciativa conjunta de quatro governadores diretamente interessados nesta grande obra de repercussões econômicas continentais, o Banco Mundial admitiu incluir a ferrovia entre as prioridades do seu programa de investimentos no Brasil. O sinal de possibilidade foi dado ontem, em Washington, pelos dois diretores do BIRD para a América Latina,

em audiência com os governadores Maguito Vilela, de Goiás, Roseane Sarney, do Maranhão, Siqueira Campos, de Tocantins, e Arlete Sampaio, vice-governadora do Distrito Federal.

Ao transmitir a informação para a imprensa de Goiás, o governador Maguito Vilela revelou que até o final deste ano o Banco deverá enviar ao Brasil uma equipe de técnicos para aprofundar estudos e analisar os potenciais econômicos das regiões que serão cortadas pela malha ferroviária Norte-Sul, dentro da preocupação mais ampla de sua integração com a rede portuária do país e com os mercados internacionais. O volume de investimentos de responsabilidade do Banco Mundial seria de 600 milhões de dólares.

Quando o então Presidente José Sarney, que nos honra hoje com o comando desta Casa, resolveu adotar a Norte-Sul como a grande obra de infraestrutura de seu governo, a idéia foi bombardeada por todos os tipos de preconceitos. Hoje, no entanto, Srs. Senadores, parece estarem definitivamente sepultadas as concepções mesquinhas que condenaram o empreendimento. Daquela época para hoje, com os avanços da fronteira agrícola e com a incorporação de novos pólos de desenvolvimento e de produção à realidade econômica do país, romperam-se felizmente as resistências. Goiás, Mato Grosso e Tocantins aumentaram violentamente a sua produção, enquanto o Sudoeste da Bahia e o Sul do Maranhão revelaram-se como novos eldorados para a fixação de novos capitais de grande escala.

Outro fato importante a considerar é que as opções de intermodalidade de transportes passaram por transformações expressivas. A hidrovia Tietê-Paraná entrou em processo de plena operação, para conectar o Norte e o Centro-Oeste com a região do Prata, a hidrovia Araguaia-Tocantins começou a funcionar experimentalmente, e os portos do Maranhão consolidaram-se definitivamente como estruturas modernas e de baixos custos para o acesso de nossos produtos aos mercados externos. Eu diria que a soma de todos esses fatores foi uma conspiração divina para mostrar que a Norte-Sul é um projeto irreversível, porque vai redirecionar o Brasil mediterrâneo nas suas relações comerciais com o mundo.

São notórias e indesmentíveis as nossas dificuldades de acesso ao porto de Santos. O minério do Sul de Goiás leva 19 dias para atingir aquele terminal de exportação, quando os padrões internacionais são de apenas dois dias para um percurso de menos de mil quilômetros. Pelo Leste, temos a rede portuária moderna do Espírito Santo, mas o acesso

por ferrovia é dificultado pelo sucateamento da Rede Ferroviária Federal e pela falta de investimentos na correção de trechos reconhecidamente críticos. A construção da Norte-Sul, que vai abrir o escoamento para uma área do litoral menos congestionada, virá a tempo de transportar a produção de áreas agrícolas que serão em breve o grande celeiro de todo o continente.

O principal argumento levado pelo governador Maguito Vilela para estimular o apoio do Banco Mundial é o de baratear o custo dos fretes de longa distância e tornar competitivos os produtos que hoje sofrem os ônus dos custos do transporte rodoviário. Pessoalmente, considero que para Goiás a construção da Norte-Sul é uma questão de necessidade inadiável. Basta lembrar os números mais recentes divulgados pelo IPEA, indicando que a agropecuária teve um crescimento absoluto de 25 por cento na formação do PIB estadual, em apenas quatro anos do período 90/94. Em números relativos, esses números evoluíram de 16 para 20 por cento. A agropecuária responde por 70 por cento da formação da renda estadual.

Esses novos ventos positivos começam a soprar num momento especialmente favorável. No próximo dia 14, o BNDES vai realizar o leilão de privatização da malha Centro-Leste da Rede Ferroviária Federal. E aqui no Senado estamos começando a discutir em profundidade as alternativas de desenvolvimento da região dos cerrados, tendo como suporte o funcionamento adequado da malha ferroviária de transportes. O importante é que os companheiros desta Casa que compõem as diversas bancadas do Norte e do Centro-Oeste ajudem a modernizar os instrumentos já disponíveis e viabilizar aqueles que dependam de pressão política junto ao governo federal.

Um desses companheiros, o senador Edison Lobão, lembrava a esta Casa, na última segunda-feira, que o rombo do Banco Nacional é ainda superior aos valores antes conhecidos, com uma diferença a mais de um bilhão e 500 milhões de reais, enquanto todo o volume de investimentos para a conclusão da Norte-Sul é de apenas 1,2 bilhão. Lembrava ainda o potencial de uma obra desse porte na geração de empregos. Estou com o Senador Lobão, sobretudo num momento em que temos de preocupar-nos com o fluxo desordenado das correntes migratórias que vêm procurando as áreas mais congestionadas do país em busca de ocupação. Creio que obras como a Norte-Sul terão o poder de fixar o homem e até inverter a direção do processo migratório.

Acho que a liderança política assumida por quatro governadores para viabilizar a construção da ferrovia Norte Sul tem outro significado especial. A iniciativa terá o poder de despertar o país para a necessidade de grandes projetos de infra-estrutura, de sentido macroeconômico e de repercussões continentais, algo que vem fazendo falta até para os sentimentos de afirmação da nossa cidadania. Fundamental para a integração do país, o empreendimento abre formidáveis expectativas para a inversão de capitais externos na região, em busca das riquezas minerais ainda inexploradas porque a carência de transportes funciona como condicionamento inibidor. Concluo estas minhas palavras com a esperança de que a Norte-Sul possa sair definitivamente das pranchetas e constituir uma grande e poderosa conquista na direção do futuro.

Era o que eu tinha a dizer. Muito obrigado.

O SR. CASILDO MALDANER (PMDB-SC) - Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, o êxito já alcançado pelo processo de estabilização econômica parece-nos incontestável. Estabelecendo o controle rígido da inflação, fortaleceu o valor da moeda nacional, hoje respeitada em todo o mundo, e introduziu as condições básicas para a retomada do desenvolvimento, com o que se espera, em breve tempo, apagar do quadro social em que vivemos a nódoa infamante da dor e miséria dos despossuídos.

No estágio em que se encontra o Plano Real, acreditamos na possibilidade de a área econômica promover-lhe a revisão dos pontos polêmicos, adotando, de modo especial, mecanismos que cobram a prática dos juros excessivos, por inteiro incompatibilizada com a nova realidade da economia do País.

Parece incompreensível à população que, em época de inflação baixa, para os padrões históricos brasileiros, as prestações das compras a prazo e dos encargos devidos ao próprio Poder Público tenham de ser pagas com o acréscimo de dez a vinte por cento do valor devido, a título de juro, multa contratual e outras obrigações.

Daí se entender, com procedentes razões, que o Governo deve adotar medidas que superem essas distorções, porquanto a prática de juro arbitrário compromete o ingente esforço da sociedade, visando à difícil eliminação da cultura inflacionária, que prometia enraizar-se em nosso País.

Desde o ano passado, a equipe econômica, calculando mal os resultados da alternativa que então adotava, promoveu forte contenção do crédito e abrangente restrição ao consumo, de que restaram sintomas claros de grave processo recessivo.

As operações de crédito bancário foram condicionadas, comprimindo-se o prazo, até reconhecer-se que o arrocho ao crédito e ao consumo acabaram por determinar uma desaceleração econômica muito além da projetada.

Essa desaceleração, com duração de cerca de oito meses, fez crescer a inadimplência e os juros, limitou drasticamente o crédito, quebrou grande parte das pequenas empresas, aumentou a já elevada taxa de desemprego, que passou de 5,7 para 6,38 por cento, apenas na passagem do mês de fevereiro para o de março, equiparando a recessão de 96 à de 92, uma das mais duras vividas pelo País, em todos os tempos.

É de se observar, neste ponto, que a estagnação dos negócios é consequência natural do aumento dos fatores de risco, pois os bancos não cedem à aventura quase sempre fatal de financiar empréstimos de baixa ou nenhuma liquidez, tendo como motivo o empobrecimento e o desemprego do devedor.

Agora, o Conselho Monetário Nacional decidiu liberar o número das prestações, reduzindo, ao mesmo tempo, o custo do financiamento pela via de discreta redução dos juros e de outros encargos.

Dessa forma, a parcela correspondente ao Imposto sobre Operações Financeiras - IOF passou de doze para seis por cento do valor do crédito, liberando-se, de outra parte, as transações de leasing. Vale notar, que a redução do IOF, na prática, pouco representou para o consumidor.

Além disso, foram reduzidas as alíquotas de importação de cerca de uma centena de produtos, passando, também, a ser admitida a renegociação dos débitos das pequenas empresas, em notória dificuldade.

Há um certo alívio na disponibilidade do crédito, em consequência dessa nova diretriz. Para o mercado, porém, melhor seria a redução do compulsório dos bancos, mantido em mais de dois terços da moeda em circulação. Os estabelecimentos bancários e as instituições financeiras têm apenas trinta por cento do valor total dos depósitos, para realizar os empréstimos.

Assim, havendo escassez de numerário, os juros sobem, cumprindo-se a "lei da oferta e da procura". E essa é, justamente, a intenção da autoridade econômica, pois o alto preço do dinheiro evita o consumo e represa, em nível adequado, o crescimento da inflação.

Mudanças freqüentes nas regras do jogo, no entanto, geram insegurança e, consequentemente, a imobilidade dos negócios. O empresariado não dá

um só passo nesse caminho de incertezas, pavimentado, ao longo do tempo, pelas constantes alterações dos prazos: de financiamentos; do IOF, dos cartões de crédito, dos consórcios, do cheque especial e pelas infundáveis mudanças nas alíquotas de importação.

Como ensinam os especialistas, a questão das taxas de juros envolve aspectos que não podem ser desconsiderados. A formação dessas taxas, ao revés do que acontece com as de câmbio, é altamente influenciada pela variação da economia, em seu conjunto. Ademais, admite a manipulação do Governo, segundo os objetivos da política econômica seguida. Os espaços para ingerência do Poder Público no mercado de juro, no entanto, têm limites estreitos, uma vez que, dependendo do grau e do perfil do endividamento do setor público, especialmente quanto ao prazo, da situação das contas públicas e da oscilação da balança de pagamentos, uma abertura impensada e arriscada da política monetária pode determinar o indesejável retorno da hiperinflação.

Todavia, se não é possível a redução súbita das taxas de juros, não tem a autoridade econômica o porque de mantê-las altas indefinidamente.

Não se quer aqui defender, é evidente, o retorno da inflação, ou expressar alguma saudade da círanda financeira que promoveu a riqueza do sistema financeiro de um lado e o empobrecimento da população, bem como o bloqueio da produção, de outro. Deseja-se, isto sim, extamar a convicção de que deve existir alguma sensibilidade social em quem lida com políticas e números frios, para assim entender que muitos empreendedores já não suportam o custo financeiro da sua iniciativa e, ante a ameaça de falência, terminam desempregando a força de trabalho.

Esse fato é verdadeiro, e não o pode desconhecer o Governo, sobretudo quando se trata de pequenas e médias empresas, justamente as contratadoras de maior contingente de mão-de-obra.

Reconheçamos, por dever de justiça, que a área econômica vem desenvolvendo incansáveis esforços no sentido de reduzir as taxas de juros que, renitentemente, continua provocando o significativo aumento de desemprego e prejudicando de forma catastrófica o setor produtivo do País.

Daí procede, certamente, a ambição dos capitalistas de todo o mundo, que aplicam no Brasil, exercendo a pressão de seu investimento de curto prazo sobre os meios de pagamento, expandindo-os e provocando o desincentivo ao setor produtivo.

Analistas econômicos não-governamentais consideram que o Banco Central emite títulos da dívida pública compulsivamente, a fim de enxugar o excesso de reais lançados na economia em decorrência do ingresso de investimentos forâneos. Os títulos da dívida, a sua vez, pagam as mesmas taxas de juros que serviram de atrativo para aqueles capitais voláteis.

Assim, aumentada a despesa com a dívida pública, o Estado assiste à deterioração de seu quadro fiscal, e afastando-se da possibilidade de equilíbrio orçamentário, que seria o destino a alcançar, para então se obter a redução do endividamento público e das taxas de juros.

Considere-se, finalmente, que o Governo paga cerca de dois bilhões de reais de juros sobre o montante da dívida pública, mensalmente, e que a deterioração das contas públicas, estimulada pelas altas taxas de juros incidentes sobre as dívidas das administrações, considerado o setor público como um todo, resultou, em 1995, num déficit operacional de quase cinco por cento do PIB, com certeza o pior resultado das contas desde 1989.

Vamos concluir, Sr. Presidente, estas breves considerações, sintetizando que, se inexiste qualquer desconfiança quanto ao fato de o Plano de Estabilização Econômica ter restabelecido os requisitos macroeconômicos indispensáveis à viabilidade do processo de desenvolvimento sustentado da economia, nem por isso está ela imune aos senões que volta e meia são aqui denunciados, objetivando sua correção e aprimoramento.

Era o que tínhamos a dizer.

O SR. ROMEU TUMA (PSL-SP) -Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores,

No último dia 3, segunda-feira, em Sumaré, São Paulo, foi descerrada a placa que marcou o início oficial das obras de instalação da fábrica de automóveis Honra no Brasil. Presentes ao evento, o Governador de São Paulo Dr. Mário Covas, além do Vice-Presidente Executivo Mundial da Honra Motor Ltda., Dr. Yoshihide Munekuni. De grande relevância para a economia de São Paulo, o projeto foi objeto da dedicação de anos de estudo e planejamento pela Honda. A previsão inicial de investimento é de 100 milhões de dólares, estimando-se a geração de quinhentos empregos diretos e outros cerca de dois mil indiretos.

Ao ser inaugurada a pedra fundamental que simboliza o primeiro passo da construção deste novo empreendimento no País, teve início a concretização de um projeto, cuja implementação trará ex-

pressiva contribuição para o desenvolvimento econômico e social não apenas de Sumaré, mas de todo o Estado de São Paulo. Até 1999, a capacidade produtiva da empresa deverá alcançar a marca de 30 mil veículos/ano.

Com área total de aproximadamente dois milhóes e quinhentos mil metros quadrados, o terreno de Sumaré vai abrigar um projeto constituído por fábrica de automóveis de passageiros, áreas de treinamento, pista de testes e toda a infra-estrutura necessária à produção de modelos para competir no segmento de médios e pequenos veículos de passageiros do mercado brasileiro e outros países do Mercosul.

Na primeira fase de produção – que está programada para iniciar-se em agosto de 1997, quando será inaugurada a nova fábrica – serão setenta mil metros quadrados de área construída e aproximadamente quinze mil automóveis Honda Civic Sedan fabricados ao ano. Entre os processos produtivos realizados incluem-se, a princípio, os de solda, pintura, montagem final e inspeção final, o que dará aos veículos produzidos um índice de nacionalização inicial em torno de cinqüenta por cento. A intenção da Honda, segundo seus representantes, é elevar esse nível até oitenta por cento no futuro. Escolhido por ser o modelo Honda de melhor aceitação entre os brasileiros, o Civic Sedan, produzido em Sumaré, deverá estar disponível ao público consumidor em duas versões EX e LX, ambas com opção de transmissão de velocidade mecânica e automática.

Para viabilizar a produção de seus automóveis no Brasil, a Honda vem desenvolvendo uma série de fornecedores locais, entre os quais já estão definidas aproximadamente quarenta empresas. Dessas, cerca de 15 já estão envolvidas em projetos de parceria com a Honda no segmento de duas rodas e 25 integram o grupo de novas fabricantes de autoparças como participantes do programa. Além desses, aproximadamente 200 fornecedores indiretos estarão envolvidos no projeto.

Assim, Senhoras e Senhores Senadores, mais que o lançamento de uma pedra inaugural, o evento representa a consolidação de um projeto que vai ao encontro do desenvolvimento brasileiro, anseio comum de governantes e sociedade de nosso País.

Muito obrigado.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB-RS.) - Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, o Senado Federal desenvolve, em sua Biblioteca, um serviço dos mais importantes de acompanhamento dos principais assuntos veiculados pela grande imprensa nacional.

Preocupado com os últimos acontecimentos que culminaram na chacina de Eldorado dos Carajás, procurei fundamentar este meu discurso, pesquisando matérias relativas aos temas violência e desrespeito aos direitos humanos.

A minha primeira constatação, triste por sinal, foi a de que as pastas com recortes de jornais relativas a essas questões são das mais recheadas, o que traduz a recorrência de casos de violação de direitos humanos no País.

Os jornais dedicam, diariamente, páginas inteiras com editoriais, artigos e relatos de casos de violências praticadas, principalmente, contra menores.

Não é à toa. O Banco Interamericano de Desenvolvimento divulgou, recentemente, em Washington, relatório que coloca o Brasil como o segundo país mais violento de todo o planeta. Considerando como critério o número de assassinatos por grupos de 100 mil habitantes, a média brasileira atingiu 24,9 anuais, contra 10 para os americanos e menos de 2 para os habitantes da China, do Egito, da Indonésia, da Jordânia e do Kwait. Como consolo, a "pole-position" da Colômbia, com sua média de 77 assassinatos, motivados, principalmente, pela verdadeira guerra civil do narcotráfico.

Outro relatório, elaborado pelo Departamento de Estado Americano, dedica nada menos que trinta páginas para os casos de brutalidade da polícia, trabalhos de menores e lentidão da Justiça no Brasil. Parte do relatório, divulgado pelo *Jornal do Brasil*, dá conta de que os abusos mais sérios no País "continuam sendo os assassinatos extra-judiciais e a tortura. A Justiça é lenta e, freqüentemente, não é confiável, especialmente nas regiões rurais onde donos de terras poderosos usam a violência para acertar disputas e para influenciar o Judiciário".

Nunca é demais lembrar que tal trabalho foi elaborado antes dos acontecimentos lamentáveis de Eldorado dos Carajás. Se o texto não refletisse a verdade até aquele momento, poderia ser encarado, hoje, como um exercício de premonição.

Ambos os relatórios citados colocam a impunidade como a principal razão para o recrudescimento da violência no Brasil. Fatos como os do Carandiru, da Candelária, de Acari, de Corumbiara e de Vigário Geral dormitam em longos e tendenciosos inquéritos, quase sempre à espera de arquivos, como se a violência pudesse ser catalogada como crime perfeito.

Alguns números são elucidativos. Somente no Rio de Janeiro, nos últimos anos, foram conhecidos 6.033 casos de extermínio de menores e o que atesta a influência nefasta da impunidade é que, em 1985,

ocorreram 172 casos, crescendo para 204 em 1986, 227 em 1987, 294 em 1988, e assim por diante, até os 1.138 de 1995. Os maiores saltos se deram a partir de 1993, exatamente o ano da chacina da Candelária.

Mas, o que me preocupa, sobremaneira, é a violência não divulgada, aquela que passa ao largo das estatísticas e da notícia diária. Quantos serão os casos de abusos de poder, de discriminação de todos os tipos, de ofensas morais de todas as ordens? Do funcionário público, do guarda da esquina, do porte físico mais forte. Do "você sabe com quem está falando?" Mais ainda: a violência da pobreza, que já atinge 40 milhões de brasileiros, 17 milhões dos quais considerados miseráveis. Tudo isso indica que as tais pastas da Biblioteca do Senado, apesar de volumosas, são, na verdade, uma pequena mostra deste imenso universo de violência e de violação dos direitos humanos mais fundamentais.

É bem verdade que essa realidade tem suas raízes sociais e que soluções não virão como um passe de mágica. Afinal, a história que marcou o período de obscurantismo no País é bastante recente, mas foi longa o suficiente para impregnar posturas nada recomendáveis. Entretanto, há que se louvar as iniciativas movidas, sobretudo, pela coragem de atacar, de frente, essas posturas.

É o caso da proposta do Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo. Coordenados, institucionalmente, pelo Prof. Paulo Sérgio Pinheiro, o mesmo que tem envidado esforços nas últimas iniciativas do Governo Federal na montagem do Plano Nacional de Direitos Humanos, os professores Gláuber Silva de Carvalho e Sandra Elias de Carvalho conceberam o projeto **Implementação e Desenvolvimento dos Direitos do Cidadão**.

Longe de se propor em se constituir, ele próprio, em mecanismo de intermediação de queixas e de infortúnios, o projeto se orienta no sentido da criação destes mesmos mecanismos nas mais diversas áreas em que o cidadão deles precisar.

Com a premissa de que os direitos civis e políticos estão, hoje, minimamente consolidados, mas não acompanhados pelos direitos sociais, o projeto, segundo o próprio texto, "propõe a formação de uma equipe que esteja permanentemente pensando essas questões juntamente com a sociedade civil organizada. É seu objetivo propor mecanismos de controle dos mais diversos setores da vida pública que ainda não apresentaram níveis satisfatórios de democratização. Com o mesmo objetivo, propõe apresentar projetos de lei que permitam àquelas pessoas

em situações desfavoráveis social e economicamente poderem encontrar fundamento jurídico para se contrapor a outros atores da sociedade civil que porventura tenham mais poderes de fato. Ampliando o debate para a vida cotidiana da população, este projeto tem como meta implementar e alargar os direitos de cidadania para áreas não contempladas pelas diversas organizações."

Se não apoiasse iniciativas desta natureza, estaria eu contraditando quatro décadas de luta com objetivos coincidentes.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. PEDRO SIMON EM SEU DISCURSO:

**NÚCLEO DE ESTUDOS DA VIOLENCIA
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**

São Paulo, 24 de maio de 1996.

Ao

Exmº Sr.
Senador Pedro Simon
Senado Federal
Brasília – DF

Senhor Senador,

Gostaria de agradecer o apoio recebido do Gabinete de V. Exª, especialmente do Sr. José Rodrigues de Moraes, ao projeto Programa de Implementação e Desenvolvimento dos Direitos do Cidadão, que Sandra Carvalho e eu vamos desenvolver com apoio do Núcleo de Estudos da Violência e da Comissão Teotônio Vilela.

O Projeto já está terminado e em breve estaremos encaminhando uma cópia para o seu gabinete.

Aproveito o ensejo também para enviar em anexo reportagem de Clóvis Rossi, colunista da **Folha de S. Paulo**, em que faz alguns comentários sobre o Programa. Ainda que não tenha sido encaminhado às agências financeiras, o Programa já está em sua fase de implementação.

Aproveito a oportunidade para renovar meus sentimentos de agradecimentos e de admiração.

Muito cordialmente,
Glauber Silva de Carvalho
Programa de Implementação e Desenvolvimento dos Direitos do Cidadão, Coordenador
Núcleo de Estudos da Violência, Pesquisador
Rua do Anfiteatro, 181 – Colméia – Favela 11
Cidade Universitária – 05508-900 – São Paulo
– SP – Brasil
Fone: 818-3304 – Fax: 818-3158

FSP, 17MAI96

NOS SUBTERRÂNEOS

Clóvis Rossi

São Paulo – Em clima, as coisas não andam bem, conforme se verifica, todos os dias, pelo noticiário. Mas, em baixo, a sociedade começa timidamente a se movimentar.

Já há, na Fundação Getúlio Vargas, um Centro de Estudos do Terceiro Setor (CETS). Prepara quadros para atuar em entidades que não pertencem aos dois setores clássicos (o estatal e o privado). Organizações privadas que suprem demandas públicas, sem fins lucrativos.

O exemplo até aqui bem-sucedido é o da Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança. Volto ao tema mais tarde.

Segundo movimento do gênero: projeto que tem o apoio Institucional do Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo e da Comissão Teotônio Vilela.

Chama-se "Programa de Implementação e Desenvolvimento dos Direitos do Cidadão", e visa "encontrar canais Institucionais que permitam a solução dessas deficiências" (as carências da cidadania brasileira).

Os coordenadores do projeto, ainda embrionário e em busca de patrocinadores, estão propondo cinco prioridades para monitorar ou para criar legislação.

O mais original é a criação de um ombudsman para os hospitais públicos.

Cola pouca, dirão os que estão sempre querendo um desenho global que resolva ou ao menos encaminhe a solução para o conjunto de carências.

É pouco mesmo, mas é sempre necessário um primeiro passo, inclusive do ponto de vista, digamos, filosófico. E a filosofia do projeto é levar a sociedade a deixar de esperar que o Estado tome a iniciativa de encaminhar as questões.

Deve haver outros projetos com objetivos semelhantes. Resta retirá-los da semiclandestinidade em que vivem em termos de exposição ao grande público.

O SR. PRESIDENTE (Freitas Neto) - Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18h50min.)

**ATA DA 81ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA
REALIZADA EM 30 DE MAIO DE 1996**

(Publicada no DSF, de 31 de maio de 1996)

RETIFICAÇÃO

Trecho da ata, à página nº 9199, 1º coluna, que se republica por haver saído com incorreções,

PARECER Nº 286, DE 1996

Da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 57, de 1991 (nº 4.401/94, naquela Casa), que "Dispõe sobre o exercício da profissão de Técnico em Turismo".

Relator: Senador Bello Parga

I – Relatório

A proposição em análise, de autoria do ilustre Senador Marco Maciel, pretende disciplinar o exercício da atividade profissional de Técnico em Turismo.

2. Justificando a iniciativa o autor afirma: "As atribuições do profissional de Técnico em Turismo não foram ainda regulamentadas, em virtude da sua recenticidade em nosso meio. De fato, somente há pouco tempo o nosso País começou a adotar os critérios utilizados por países onde o turismo é mais desenvolvido. Apesar das dificuldades que sofre, como a falta de adequados serviços de transportes, comunicações e hospedagem, o turismo no Brasil vem se expandindo, principalmente após o estabelecimento de incentivos legais às atividades ligadas à área. Com isto é da máxima importância que tenhamos neste campo, um técnico especializado capaz de promovê-lo em condições satisfatórias. Assim, a proposta que formulamos tem como objetivo credenciar o exercício de uma profissão que, ao lado de outras já reconhecidas, reclama, também, a sua presença, bem como significa o apreço que todo nós legisladores devemos a um dos serviços necessários à nossa comunidade".

3. Ainda, segundo o proponente, a regulamentação da profissão de Técnico em Turismo poderá assegurar melhores condições de emprego aos que labutam nesse ramo de atividade, além de oferecer-lhes oportunidades e incentivos de aprimoramento profissional.

4. Nesta Casa a matéria já foi apreciada e aprovada. Encaminhada à Câmara dos Deputados sofreu pequenas alterações formais. Retorna, por esta razão; à nossa apreciação.

É o relatório.

II – Voto do Relator

5. O tema em apreciação já foi exaustivamente analisado durante a tramitação do projeto nas duas Casas do Poder Legislativo, tendo o mérito da iniciativa sido reconhecido. Não foram vislumbrados, no conteúdo em análise, vícios no tocante à juridicidade e constitucionalidade. A Câmara dos Deputados, en-

tretanto, constatou a existência de pequenas impropriedades de redação.

6. Cumprindo-nos a atribuição de relatar a matéria em seu retorno a esta Casa, gostaríamos de registrar a importância que a indústria do turismo tem assumido. É inegável que o turismo pode contribuir significativamente para a redenção econômica do Nordeste brasileiro. Pode, através do Ecoturismo, colaborar para o desenvolvimento sustentável da Amazônia. Pode ampliar, também, o fluxo comercial no Mercosul. Dado este potencial incalculável, considerando medida de justiça a regulamentação da profissão de Técnico em Turismo. Precisamos da motivação e preparação destes profissionais para propiciar melhor atendimento ao turista, com qualidade e produtividade. Sendo uma atividade que exige competência e embasamento cultural, além de outros atributos, a aprovação da presente iniciativa pode contribuir para uma retribuição pecuniária satisfatória ao trabalho destes profissionais, colaborando para o nosso desenvolvimento econômico e social.

7. Corroboramos o entendimento de que a proposta está em consonância com os ditames constitucionais no que diz respeito à competência e iniciativa, sem conflitar com as demais normas de nossa Carta Magna. Também em relação à juridicidade e regimentalidade, não há reparos a fazer. A redação, na forma do substitutivo finalmente aprovado na Câmara, em nosso entendimento, atende aos requisitos da boa técnica legislativa, discordando, apenas, da expressão "e/ou" constante dos incisos I e VIII do art. 4º do substitutivo da Câmara dos Deputados, por não ser recomendado pela técnica legislativa a inserção de tal expressão na estrutura de textos legais, razão pela qual apresentamos requerimento de destaque expungindo-a dos citados dispositivos, sem nenhum prejuízo ao sentido do texto.

8. Em face do exposto, opinamos pela aprovação, do substitutivo acolhido pela Câmara dos Deputados

Sala das Comissões, 23 de maio de 1996. – Beni Veras Presidente – Bello Parga, Relator – Joel de Hollanda – José Alves – Freitas Neto – Valmir Campelo – João França – José Fogaça – Osmar Dias – Romero Jucá – Benedita da Silva – Mauro Miranda – Júnia Marise – Lúcio Alcântara – Jonas Pinheiro – Antônio Carlos Valadares – Waldeck Ornelas.

REQUERIMENTO N° , DE 1996

Destaque de disposição para votação em separado.

Nos termos do art. 300, XV, combinado com o art. 312, alínea "b", do Regimento Interno, requeiremos destaque, para votação em separado, da expressão "ou" do termo "e/ou", constantes dos incisos I e VIII do art. 4º do Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 57, de 1994, a fim de ser excluída do texto.

Sala das Reuniões, de de 1996. – Beni Veras, Presidente – Bello Parga, Relator – Joel de Hollanda – José Alves – Freitas Neto – Valmir Campelo – João França – José Fogaça – Osmar Dias – Romero Jucá – Benedita da Silva – Mauro Miranda – Júnia Marise – Lúcio Alcântara – Jonas Pinheiro – Antonio Carlos Valadares – Waldeck Ornelas.

Documento anexado no termo do art. 250, parágrafo único, do Regimento Interno do Senado Federal.

MINUTA DE PARECER N° , DE 1996

Da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 57, de 1991, que "Dispõe sobre o exercício da profissão de Técnico em Turismo".

Relator: Senador Luiz Alberto de Oliveira

I – Relatório

A proposição em análise, de autoria do ilustre Senador Marco Maciel, pretende disciplinar o exercício da atividade profissional de Técnico em Turismo.

Justificando a iniciativa o autor afirma: "As atribuições do profissional de Técnico em Turismo não foram ainda regulamentadas, em virtude da sua recenticidade em nosso meio. De fato, somente há pouco tempo o nosso País começou a adotar os critérios utilizados por países onde o turismo é mais desenvolvido. Apesar das dificuldades que sofre, como a falta de adequados serviços de transportes, comunicações e hospedagem, o turismo no Brasil vem se expandindo, principalmente após o estabelecimento de incentivos legais às atividades ligadas à área. Com isto é da máxima importância que tenhamos neste campo, um técnico especializado capaz de promovê-lo em condições satisfatórias. Assim, a proposta que formulamos tem como objetivo credenciar o exercício de uma profissão que, ao lado de outras já reconhecidas reclama, também a sua presença, bem como significa o apreço que todos nós legisladores devemos a um dos serviços necessários à nossa comunidade".

Ainda, segundo o proponente, a regulamentação da profissão de Técnico em Turismo poderá assegurar melhores condições de emprego, abrindo novas perspectivas, além de oferecer oportunidades e incentivos no sentido do aprimoramento profissional destes trabalhadores.

Nesta Casa a matéria já foi apreciada e aprovada. Encaminhada à Câmara dos Deputados sofreu pequenas alterações formais. Retorna, por esta razão, à nossa apreciação.

É o relatório.

II – Voto do Relator

O tema em apreciação já foi exaustivamente analisado durante a tramitação do projeto nas duas Casas do Poder Legislativo, tendo o mérito da iniciativa sido reconhecido. Não foram vislumbrados, no conteúdo em análise, vícios no tocante à juridicidade e constitucionalidade. A Câmara dos Deputados, entretanto constatou a existência de pequenas impropriedades de redação.

Cumprindo-nos a atribuição de relatar a matéria em seu retorno a esta Casa gostaríamos de registrar a importância que a indústria do turismo tem assumido. É inegável que o turismo pode representar a redenção econômica do Nordeste brasileiro. Pode, através do Ecoturismo, colaborar para o desenvolvimento sustentável da Amazônia. Pode ampliar, também, o fluxo comercial no Mercosul. Dado este potencial incalculável, consideramos medida de justiça a regulamentação da profissão de Técnico em Turismo. Precisamos da motivação e preparação destes profissionais para conseguir melhor atendimento ao turista, com qualidade e produtividade. Sendo uma atividade que exige competência e embasamento cultural, além de outros atributos, a aprovação da presente iniciativa pode contribuir para uma retribuição pecuniária satisfatória ao trabalho destes profissionais, colaborando para o nosso desenvolvimento econômico e social.

Corroboraos o entendimento de que a proposta está em consonância com os ditames constitucionais no que diz respeito à competência e iniciativa, sem conflitar com as demais normas de nossa Carta Magna. Também em relação à juridicidade e regimentalidade, não há reparos à fazer. A redação na forma do substitutivo finalmente aprovado na Câmara, em nosso entendimento, atende aos requisitos da boa técnica legislativa.

Em face do exposto, opinamos pela aprovação, do Projeto de Lei do Senado nº 57, de 1991, na forma do Substitutivo acolhido pela Câmara dos Deputados.

Sala das Comissões, – , Presidente, Relator.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

Ata da 5ª Reunião, Ordinária, realizada em 18 de abril de 1996.

Às dez horas do dia dezoito de abril de mil novecentos e noventa e seis, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador Antonio Carlos Magalhães e eventualmente do Senhor Senador Bernardo Cabral, presentes os Senhores Senadores Nabor Junior, Flaviano Melo, Casildo Maldaner, Pedro Simon, Hugo Napoleão, José Agripino, Artur da Távola, Lúdio Coelho, Benedita da Silva, Sebastião Rocha, Romeu Tuma, Joel de Hollanda, Carlos Wilson, Pedro Piva e Arlindo Porto, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Humberto Lucena, Guilherme Palmeira, Geraldo Melo, Epitácio Cafeteira, Emilia Fernandes e Ademir Andrade. O Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, e submete à apreciação a Ata da reunião anterior; não havendo discussão e submetida à votação, é a mesma aprovada por unanimidade. A seguir, passa-se à apreciação das matérias de pauta, assumindo eventualmente a Presidência, o Senhor Senador Bernardo Cabral, anuncia a matéria constante do item 01 do qual é Relator. A Senhora Senadora Benedita da Silva, justificando a necessidade de um melhor exame da proposição, solicita vistas da mesma, sendo deferido o pedido, fica concedida vistas à Sua Excelência, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 34, de 1993. Prosseguindo, o Senhor Presidente concede a palavra ao Senhor Senador Hugo Napoleão, para fazer a leitura do parecer de autoria do Senador Guilherme Palmeira, que não se encontra presente, sobre a matéria constante do item 02: Projeto de Decreto Legislativo nº 189, de 1995, que aprova o texto do Acordo que Autoriza os Dependentes dos Funcionários Acreditados junto às Missões Diplomáticas e Consulares de Ambos os Países a Desempenharem Trabalho Remunerado, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Venezuela, em Caracas, em 29 de julho de 1994. Com a palavra sua Excelência apresenta o parecer concluindo favoravelmente à proposição. Submetido à discussão e não havendo quem queira discutir é o mesmo colocado em votação, sendo aprovado por unanimidade. Prosseguindo, o Senhor Presidente concede a palavra ao Senhor Senador Nabor Junior, para relatar a matéria constante do item 03: Requerimento nº 236, de 1996, do Senador Gilvan Borges, que requer nos termos regimen-

tais, seja encaminhado ao Governo da República da Bolívia, voto de louvor à Universidad del Valle-UNIVERSITY, do sistema nacional de educação daquele País, por haver concedido o título de Doctor Honoris Causa ao Presidente do Senado Federal. Com a palavra sua Excelência apresenta o parecer concluindo favoravelmente à proposição. Submetido à discussão e não havendo quem queira discutir é o mesmo colocado em votação, sendo aprovado por unanimidade. Prosseguindo, o Senhor Presidente concede a palavra ao Senhor Senador Romeu Tuma, para relatar a matéria constante do item 04: Projeto de Lei do Senado nº 286, de 1995, que altera o Decreto-Lei nº 205, de 27 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a organização, funcionamento e extinção de aeroclubes, e dá outras providências. Com a palavra sua Excelência apresenta o parecer concluindo favoravelmente à proposição. Submetido à discussão e não havendo quem queira discutir é o mesmo colocado em votação pelo processo nominal, sendo aprovado por unanimidade. Prosseguindo, o Senhor Presidente concede a palavra ao Senhor Senador Hugo Napoleão, para relatar a matéria constante do item 05: Indicação nº 01, de 1996, da Senadora Emilia Fernandes e outros Senadores, que sugerem que seja objeto de estudo pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional o estabelecimento de relações diplomáticas e comerciais entre o Brasil e a República Popular Democrática da Coréia. Com a palavra sua Excelência apresenta o parecer concluindo por diligência junto ao Ministério das Relações Exteriores. Submetido à discussão e não havendo quem queira discutir é o mesmo colocado em votação sendo aprovado por unanimidade. Para apreciação da matéria constante do item 06, o Senhor Presidente determina que a reunião torne-se secreta e a Comissão delibera sobre a seguinte matéria: item 06: Mensagem nº 133, de 1996, que submete à apreciação do Senado Federal, o nome do Senhor Mário Augusto Santos, Ministro de Primeira Classe, da Carreira de Diplomata, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Quênia, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Democrática Popular da Etiópia. Relator: senador Flaviano Melo. Reaberta a reunião em caráter público e esgotadas as matérias de pauta, o Senhor Presidente agradece a presença de todos, declarando concluídos os trabalhos. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Paulo Roberto Almeida Campos, secretário da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, indo à Publicação.

Senador Antonio Carlos Magalhães, Presidente.

Ata da 6ª Reunião, Ordinária, realizada em 25 de abril de 1996.

Às dez horas do dia vinte e cinco de abril de mil novecentos e noventa e seis, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador Antonio Carlos Magalhães, presentes os Senhores Senadores Casildo Maldaner, Pedro Simon, José Agripino, Geraldo Melo, Benedita da Silva, Emilia Fernandes, Romeu Tuma, Ronaldo Cunha Lima, Bello Parga, Vilson Kleinubing, José Ignácio Ferreira e Arlindo Porto, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Nabor Júnior, Flaviano Melo, Humberto Lucena, Guilherme Palmeira, Hugo Napoleão, Bernardo Cabral, Artur da Távola, Lúdio Coelho, Epitácio Cafeteira, Sebastião Rocha e Ademir Andrade. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, e submete à apreciação a Ata da reunião anterior; não havendo discussão e submetida à votação, é a mesma aprovada por unanimidade. Prosseguindo os trabalhos, o Senhor Presidente usando da palavra, externa preocupações sobre os acontecimentos recentes, em áreas diversas especificando a crise Líbano-israelense, a questão política interna do Paraguai e o grave conflito de terras ocorrido no Pará com a tragédia que ali se abateu; ressaltando a necessidade de a Comissão se manifestar de público a respeito dos mesmos, por estarem todos em seu âmbito de atuação, seja nas relações internacionais ou, internamente, como no caso do Pará, por estar na esfera da segurança nacional, de sua competência; salientando, que a Comissão, em seu entender não pode e não deve ficar alheia aos acontecimentos, sugerindo assim, reuniões específicas para tratarem desses assuntos. Aberto os debates, usam da palavra os Senadores Pedro Simon, Romeu Tuma, Benedita da Silva, José Agripino, Bello Parga, Casildo Maldaner e Geraldo Melo, todos manifestando-se em apoio a iniciativa de Sua Excelência e oferecendo sugestões a respeito da proposta. Ficando ao final, deliberado sobre um convite ao Governador do Pará para expor perante a Comissão sobre os conflitos de terras no Pará e sobre tragédia ali ocorrida no confronto da Policia Militar com os Sem Terras, delibera-se também sobre a convocação do Embaixador do Brasil no Paraguai para que ele venha expor sobre os fatos internos com repercussão para as relações diplomáticas, ali verificados e ainda, indagar do Ministério das Relações Exteriores.

res sobre o posicionamento do Brasil no conflito Líbano Israel, para saber se estaria de acordo com o entendimento da Comissão ou, se esta proporia posicionamentos mais contudente. A seguir, passa-se a apreciação das matérias de pauta e o Senhor Presidente determina que a reunião torne-se secreta para ouvir as exposições que farão os Senhores Abelardo da Costa Arantes Júnior e Sergio Barbosa Serra, sobre as missões para as quais estão sendo indicados e ainda, para deliberar sobre as matérias constantes do Ítems 01 e 02 da pauta: Mensagem nº 148, de 1996, do Senhor Presidente da República, submetendo à apreciação do Senado Federal, o nome do Senhor Abelardo da Costa Arantes Júnior, Ministro de Segunda Classe, da Carreira de Diplomata, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Islâmica do Paquistão. Relator: Senador Casildo Maldaner. E Mensagem nº 147, de 1996, do senhor Presidente da República, submetendo à apreciação do Senado Federal, o nome do Senhor Sergio Barbosa Serra, Ministro de Primeira Classe, da Carreira de Diplomata, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Coréia. Relator: Senador Hugo Napoleão. Esgotadas as matérias de pauta, o Senhor Presidente agradece a presença de todos, declarando concluídos os trabalhos. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Paulo Roberto Almeida Campos, secretário da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, indo à publicação juntamente com o apanhamento taquigráfico na íntegra.

Senador Antonio Carlos Magalhães, Presidente

Ata da 7ª Reunião, Ordinária, realizada em 09 de maio de 1996.

Às dez horas do dia nove de maio de mil novecentos e noventa e seis, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador Antonio Carlos Magalhães, presentes os Senhores Senadores Nabor Junior, Casildo Maldaner, Pedro Simon, Hugo Napoleão, José Agripino, Bernardo Cabral, Epitácio Cafeteira, Benedita da Silva, Emilia Fernandes, Sebastião Rocha, Marluce Pinto, Joel de Hollanda, José Alves, Carlos Wilson e Pedro Piva, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Casildo Maldaner, Humberto Lucena, Hugo Napoleão, Epitácio Cafeteira e Emilia Fernandes. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, e submete à apreciação a Ata da reunião anterior; não havendo discussão e submetida à votação, é a mesma aprovada por unanimidade. Prosseguindo os trabalhos, passa-se a apreciação das matérias de pauta e o Senhor Presidente determina que a reunião torne-se secreta para ouvir as exposições que farão os Senhores Antonio Carlos Coelho da Rocha, Adolf Libert Westphalen e Marcelo Didier, sobre as missões para as quais estão sendo indicados e ainda, para deliberar sobre as matérias constantes do Ítems 01, 02 e 03 da pauta: Mensagem nº 153, de 1996, do Senhor Presidente da República, submetendo à apreciação do Senado Federal, o nome do Senhor Antonio Carlos Coelho da Rocha, Ministro de

apreciação a Ata da reunião anterior; não havendo discussão e submetida à votação, é a mesma aprovada por unanimidade. Prosseguindo os trabalhos, o Senhor Presidente expõe o objetivo da presente reunião, esclarece que a mesma destina-se a ouvir o Senhor Marcio Paulo de Oliveira Dias, Embaixador do Brasil junto ao Paraguai, que trará ao conhecimento da Comissão, os recentes acontecimentos políticos ocorridos no Paraguai, com grande repercussão para as relações internacionais. Determinando assim, que a reunião torne-se secreta para ouvir a exposição que fará Sua Excelência. Após a fala do Senhor Embaixador a reunião é reaberta em caráter público, quando o Senhor Presidente agradece a presença de todos, declarando concluídos os trabalhos. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Paulo Roberto Almeida Campos, secretário da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, indo à Publicação.

Senador Antonio Carlos Magalhães, Presidente

8ª Reunião, Ordinária, realizada em 23 de maio de 1996.

Às dez horas do dia vinte e tres de maio de mil novecentos e noventa e seis, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador Antonio Carlos Magalhães, presentes os Senhores Senadores Nabor Junior, Flaviano Melo, Pedro Simon, Romeu Tuma, Guilherme Palmeira, José Agripino, Bernardo Cabral, Geraldo Melo, Artur da Távola, Lúdio Coelho, Benedita da Silva, Sebastião Rocha, Ademir Andrade, Ronaldo Cunha Lima, Joel de Hollanda, Pedro Piva e Valmir Campelo, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Casildo Maldaner, Humberto Lucena, Hugo Napoleão, Epitácio Cafeteira e Emilia Fernandes. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, e submete à apreciação a Ata da reunião anterior; não havendo discussão e submetida à votação, é a mesma aprovada por unanimidade. Prosseguindo os trabalhos, passa-se a apreciação das matérias de pauta e o Senhor Presidente determina que a reunião torne-se secreta para ouvir as exposições que farão os Senhores Antonio Carlos Coelho da Rocha, Adolf Libert Westphalen e Marcelo Didier, sobre as missões para as quais estão sendo indicados e ainda, para deliberar sobre as matérias constantes do Ítems 01, 02 e 03 da pauta: Mensagem nº 153, de 1996, do Senhor Presidente da República, submetendo à apreciação do Senado Federal, o nome do Senhor Antonio Carlos Coelho da Rocha, Ministro de

Segunda Classe, da Carreira de Diplomata, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Estado do Kuait e cumulativamente, no Estado de Bahrein. Relator: Senador Pedro Simon; Mensagem nº 167, de 1996, do senhor Presidente da República, submetendo à apreciação do Senado Federal, o nome do Senhor Adolf Libert Westphalen, Ministro de Segunda Classe, da Carreira de Diplomata, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Federal da Iugoslávia. Relator: Senador Hugo Napoleão. E Mensagem nº 166, de 1996, do Senhor Presidente da República, submetendo à apreciação de Senado Federal, o nome do Senhor Marcelo Didier, Ministro de Segunda Classe, da Carreira de Diplomata, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino de Marrocos. Relator: Senador Artur da Távola. Reaberta a reunião em caráter público, o Senhor Presidente concede a palavra ao Senador José Agripino para relatar a matéria constante do item 04: Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 1996, que acrescenta parágrafo ao art. 2º da Lei nº 9.114, de 17 de outubro de 1995, que dispõe sobre a transferência de Oficiais entre os diversos corpos e quadros de oficiais da Marinha e dá outras providências. Com a palavra Sua Excelência apresenta seu parecer, favorável ao projeto. Não havendo quem queira discutir é o mesmo submetido a votação, sendo aprovado por unanimidade. Prosseguindo os trabalhos, o Senhor Presidente concede a palavra pela ordem, ao Senhor Senador Romeu Tuma, oportunidade em que Sua Excelência solidariza-se com o Senhor Presidente, externando sua alegria pela condecoração recebida pelo Senador Antonio Carlos Magalhães, pelas mãos do Senhor Ministro da Cultura, pelos relevantes serviços prestados à cultura do País, usam da palavra em aparte, também congratulando-se com o Senhor Presidente, os Senhores Senadores, José Agripino, Benedita da Silva, Flaviano Melo, Artur da Távola, Geraldo Melo, Pedro Piva e Bernardo Cabral. Ao final, o Senhor Presidente visivelmente emocionado, agradece as manifestações recebidas e declarando cumpridos os objetivos da reunião, dá por encerrados os trabalhos. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Paulo Roberto Almeida Campos, secretário da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, indo à publicação juntamente com o apanhamento taquigráfico.

Senador Antonio Carlos Magalhães, Presidente

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Havendo número regimental, declaro aberta a reunião.

Sobre a mesa, ata da reunião anterior.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Antes de iniciar a pauta propriamente dita, quero congratular-me com o Senador José Agripino, que hoje faz aniversário. Conseqüentemente, trata-se de uma data agradável para todos nós Senadores.

A reunião será secreta. Daí por que solicito aos Srs. funcionários que se retirem do recinto.

(Reunião torna-se secreta às 10h51min, voltando a ser pública às 12h43min.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Está reaberta a reunião.

Tem a palavra o Sr. Senador José Agripino Maia para relatar o item 04 da pauta.

O SR. JOSÉ AGRIPIINO MAIA -

(Procede-se à leitura do Parecer.)

Assim sendo, opinamos pela aprovação do projeto de lei, conforme aprovado na Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Em discussão o parecer, que é favorável.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram conservar-se como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Antes de encerrar a reunião, concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA - Sr. Presidente, eu queria comunicar aos membros desta comissão que o nosso Presidente foi agraciado com a Medalha de Honra da Cultura. O Sr. Ministro Weffort compareceu ao gabinete do nosso Presidente e em discurso relatou o que o Senador Antonio Carlos Magalhães tem feito em benefício da cultura baiana e brasileira. Eu queria, em nome dos membros desta comissão, se me permitirem, cumprimentá-lo por essa honraria que traz para o Senado. Acho que nós temos que difundir mais quando um membro do Senado recebe uma homenagem como esta que V. Ex^a recebeu.

O SR. JOSÉ AGRIPIINO MAIA - Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ROMEU TUMA - Pois não, Senador.

O SR. JOSÉ AGRIPIINO MAIA - É muito bem lembrada a observação do Senador Romeu Tuma, porque o Senador Antonio Carlos Magalhães, quando Governador - fomos colegas quando Governadores - realizou uma das mais importantes obras no campo da cultura contemporânea brasileira, que foi a recuperação do Pelourinho. Mas sua obra não se esgota ape-

nas nesse feito, nessa ação administrativa que envadece a todos nós brasileiros. Tive a oportunidade de dizer a S. Ex^a, quando Governador, que eu me orgulhava de ser seu amigo, pela visão que ele havia tido de investir recursos pesados, recursos próprios da Bahia na recuperação de um patrimônio histórico da maior importância no plano nacional e internacional. S. Ex^a, Senador Romeu Tuma, também cultiva amizade com os artistas da Bahia, que são o que há de melhor no País. Ele é amigo pessoal dos melhores artistas: pintores, escritores, músicos. Por isso, a homenagem que o Ministro Weffort prestou a ele é absolutamente meritória e é por essa razão que me associo ao voto que V. Ex^a, oportunamente, apresenta nesta comissão.

A SRA. BENEDITA DA SILVA - Sr. Senador, peço um aparte.

O SR. ROMEU TUMA - Pois não.

A SRA. BENEDITA DA SILVA - Quero também fazer um registro, associando-me à iniciativa do Senador Romeu Tuma. Já que o Sr. Senador José Agripino fez também à sua intervenção, eu não poderia deixar de colocar aqui o meu pedaço baiano. Eu tenho razões de sobra - não como representante política - para demonstrar ao Senador Antônio Carlos, assim como fez o Ministro da Cultura, meu reconhecimento por toda contribuição que tem dado e todo o investimento que tem destinado não apenas à cultura baiana mas também à cultura brasileira, pois a Bahia é o coração do Brasil.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA - Sr. Presidente, é impossível não nos congratularmos com esta iniciativa do Ministro Francisco Weffort. V. Ex^a tem uma capacidade de incorporar, em profundidade, o seu ambiente natal. Há uma velha observação na história da arte que diz o seguinte: "Pinta a tua aldeia e serás universal." Ela responde a uma ânsia dos artistas de universalidade no que se refere à aceitação de sua obra. Paradoxalmente, é justamente quando alguém pinta a sua aldeia que se transforma em universal, porque alataiza uma verdade profunda em cada unidade cultural.

A Bahia, desde logo, é no Brasil e representa, na sua tipicidade, uma porção de elementos que hoje estão universalmente aceitos. O Sr. Senador José Agripino lembrou a música e eu lembro a literatura. Ainda agora, Jorge Amado, em Paris, sofrendo um insulto de natureza de saúde, é acompanhado pelo mundo inteiro. Até a própria telenovela, de tantas formas variadas, registrou o habitat da Bahia.

V. Ex^a tem isso dentro, incorporado. Faz parte do seu ser, faz parte até dos seus arroubos passionais na luta pelo que fez à Bahia. Então, esse sentimento pro-

fundo da sua aldeia que se torna universal está melhor do que ninguém expresso na atitude de V. Ex^a.

De maneira que não é um ato formal nosso aqui de cumprimentá-lo - e acredito que não do Ministro - mas é um reconhecimento. E esse reconhecimento passa-se para o Brasil. E nós, aqui, neste momento, neste instante da nossa reunião, estamos a fazê-lo com toda sinceridade.

Temos, sim, uma crítica grave a fazer: não nos haver chamado e ter recebido na modéstia - pouco baiana, aliás - esse título.

O SR. PEDRO SIMON - A Bancada baiana estava em peso.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA - Pois é, mas os baianos honorários ficaram de fora. Parabéns a V. Ex^a.

O SR. BERNARDO CABRAL - V. Ex^a me permite um aparte? V. Ex^a, em seguida, retoma a palavra.

O SR. ROMEU TUMA - Pois não. Ouço V. Ex^a.

O SR. BERNARDO CABRAL - Eu tinha feito aqui o chamado protesto afetivo auricular. Logo que nós chegamos, eu disse: não é possível que receba uma homenagem desta e não - não é bem partilhar porque partilha - comunique. E vou lhe dizer por quê. O Senador Antônio Carlos Magalhães, dentre outras virtudes, tem a da lealdade com os seus amigos, os seus companheiros. E eu posso dizer de perto porque trocamos confidências. Não há um instante em que ele sinta uma dificuldade nacional e não a participe a mim.

Neste instante, em que as coisas talvez não andem bem, seria oportuno que nós dássemos prova à Nação de que esta comissão está absolutamente solidária com o seu Presidente numa hora em que ele recebe um prêmio por verem reconhecido e proclamado o que ele fez pela Bahia. E esse protesto auricular, que foi feito em voz baixa, está agora transformando-se em alitoquente e, segundo o nosso amigo Artur da Távola, em crítica construtiva.

Para que o Sr. Senador Romeu Tuma tenha a oportunidade depois de outro aparte, que é o aparte da elegância do Senador Pedro Piva, que traz de São Paulo a inveja de não ter nascido na Bahia, o nosso Senador Romeu Tuma vai pintar o quadro final.

O SR. PEDRO PIVA - O Sr. Senador Antônio Carlos Magalhães sabe do carinho e da amizade que tenho por S. Ex^a. Eu não sei há quanto tempo V. Ex^as. se conhecem, mas eu o conheço há quase 25 anos. Nós não temos idade para isso, mas, em todo o caso, enganamos bem. Essa boda jamais teve uma fissura, jamais houve desentendimentos e a admiração que eu nutro pela pessoa humana do Sr.

Antonio Carlos Magalhães quase que sobrepuja a minha admiração que tenho por S. Ex^a como político.

Foi tudo. Eu o conheci antes de ser Prefeito. Eu o conheci como Deputado Federal - foi Deputado, foi Governador, foi Ministro, é Senador, é tudo. É um exemplo para todos nós e para mim, como iniciante. Olho-o com carinho, mas com profundo respeito. Conheço a Bahia há muitos anos. Foi a minha primeira viagem internacional, vindo de São Paulo - porque Bahia é internacional, a Bahia é o berço do Brasil. Eu era estudante e fui lá para uma semana de estudos jurídicos, com a idade de 20 anos. Jamais poderia sonhar de, no futuro, ter o privilégio de conviver - falamos de Jorge Amado e de outros baianos ilustres - com um baiano tão ilustre e seu amigo e privar da intimidade desse homem que tanto admiro.

Faço coro aos demais Senadores dizendo da minha satisfação e do merecimento dessa honraria que, hoje, S. Ex^a recebe. A meu ver, qualquer honraria que o Sr. Antônio Carlos Magalhães receba é pouco diante do que S. Ex^a tem feito por este País, por seu Estado. Aliás, tenho dito e repetido em todas as minhas atuações no Senado que sou seu discípulo na defesa do meu Estado. S. Ex^a é um brasileiro, mas, antes de tudo, é um baiano que ama a sua terra, que faz da sua terra um porto seguro de todos os brasileiros que amam o Brasil.

Parabéns, Sr. Senador Antonio Carlos Magalhães. É um privilégio tê-lo como amigo.

O SR. FLAVIANO MELO - Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ROMEU TUMA - Pois não. Ouço o aparte de V. Ex^a.

O SR. FLAVIANO MELO - Nobre Senador, eu gostaria de me associar aos Colegas que estão lhe cumprimentando pela comenda que V. Ex^a recebeu. Quero testemunhar que também residi durante um ano em Salvador e o que afirmou aqui o Senador José Agripino sobre o carinho que os artistas e os intelectuais têm por V. Ex^a é uma realidade, pois cheguei a conviver com alguns nessa minha rápida passagem pela Bahia. Associo-me ao protesto do Senador Artur da Távola pela falta do convite, pelo menos aos membros da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Parabéns a V. Ex^a.

O SR. GERALDO MELO - Senador Romeu Tuma, peço que V. Ex^a me conceda a oportunidade, porque estou ameaçado de ser o único Senador a sair calado e que falou por interposta pessoa. Embora eu tenha certeza de que não tenho o brilho com que o Sr. Senador Artur da Távola falou por nós dois - claro que um pouco inspirado no fato de que estava me representando -, não quero aceitar a exposição a esse risco. Penso que não há nada mais agradável do que transmitir um abraço em homenagem ao nosso Presidente, Senador Antonio Carlos Magalhães. E toda essa história de malvadeza de S. Ex^a nós nos esquecemos quando olhamos para S. Ex^a e o vemos envolto em temura, como agora, porque S. Ex^a não perdeu a capacidade de se emocionar.

Realmente, quando se fala em Bahia, faz muito tempo que S. Ex^a está procurando disfarçar a emoção mas não consegue. Uma das poucas forças que o derrotam é a força da emoção que S. Ex^a não consegue vencer quando se fala em Bahia. Eu não quero nem lhe homenagear, quero lhe agradecer, porque a Bahia não é dos baianos. A Bahia não é de Antonio Carlos Magalhães; a Bahia é um repositório do patrimônio cultural de todos nós. Quero agradecer a Antonio Carlos Magalhães por ter tomado conta tão bem daquilo que pertence ao Brasil, do que pertence a todos nós. A ele esse agradecimento, ao homem público e ao amigo a homenagem permanente de todas as pessoas a quem a sua simples presença conquista e cativa tanto. (Palmas.)

O SR. ROMEU TUMA - Sr. Presidente, creio que acrescentar alguma coisa ao que os ilustres brasileiros que apartearam, no sentido de homenageá-lo, é difícil. Mas sempre vi em V. Ex^a um monstro sagrado da Bahia, um ilustre baiano que, mais ilustre que os outros, enaltece a figura dos ilustres baianos. Sem nenhuma referência a sua pessoa, sempre busca enaltecer aqueles que constroem, principalmente no exterior, a imagem positiva do Brasil. Queira Deus que tenhamos amigos, como V. Ex^a, porque a sua doçura, a sua brandura, é o inverso da figura agressiva, quando, como muita razão, se envolve com os inimigos de V. Ex^a.

Várias vezes fui à Bahia e fui recebido como V. Ex^a. Como um humilde servidor público, V. Ex^a, como Governador, nunca deixou de sair abraçado comigo até à porta de saída. Disse por mais de uma vez: "Aqueles que considero amigos, abraço e os conduzo até à porta". Tive o privilégio de me sentir amigo de V. Ex^a.

Que Deus o proteja. E os nossos eternos agradecimentos.

Peço para constar da Ata esta homenagem justa que V. Ex^a recebeu.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Ao encerrar esta reunião, quero agradecer e dizer que a homenagem que recebi do Presidente Fernando Henrique Cardoso e do Ministro Francisco Weffort foi muito grande, mas, para mim, esta foi bem maior. Eu, que sou um homem realmente corajoso, só tenho medo de uma coisa: chorar.

Portanto, quero agradecer, beijando a todos. Obrigado. (Palmas.)

(Levanta-se a reunião às 12h56min.)

COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.376/96, DE 11 DE ABRIL DE 1996, QUE "DISPÕE SOBRE A RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DE CONTROLADORES DE INSTITUIÇÕES SUBMETIDAS AOS REGIMES DE QUE TRATAM A LEI Nº 6.024, DE 13 DE MARÇO DE 1974, E O DECRETO-LEI Nº 2.321, DE 25 DE FEVEREIRO DE 1987; SOBRE A INDISPONIBILIDADE DE SEUS BENS; SOBRE A RESPONSABILIDADE DAS EMPRESAS DE AUDITORIA CONTÁBIL OU DOS AUDITORES CONTÁBEIS INDEPENDENTES; SOBRE PRIVATIZAÇÃO DE INSTITUIÇÕES CUJAS AÇÕES SEJAM DESAPROPRIADAS, NA FORMA DO DECRETO-LEI Nº 2.321, DE 1987, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS" (REEDIÇÃO DA MP 1.334/96).

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO, REALIZADA EM 23 DE ABRIL DE 1996.

Aos vinte e três dias do mês de abril de mil novecentos e noventa e seis, às catorze horas e trinta minutos, na sala número quatro, Ala Senador Nilo Coelho, Senado Federal, reúne-se a Comissão Mista acima especificada, presentes os Senhores Senadores HUMBERTO LUCENA, RAMEZ TEBET, VILSON KLEINUBING, JOSÉ ROBERTO ARRUDA, JOSÉ EDUARDO DUTRA, CASILDO MALDANER e Deputados MANOEL CASTRO, GONZAGA MOTA, ANIVALDO VALE e MIRO TEIXEIRA. Deixam de comparecer por motivos justificados os demais membros da Comissão. Havendo número regimental, e em obediência ao que preceitua o Regimento Comum do Congresso Nacional, assume a Presidência, eventualmente, o Senhor Senador RAMEZ TEBET, que declara instalada a Comissão e, em seguida, passa à eleição da Mesa. Comunica que houve acordo de lideranças no tocante a indicação dos nomes dos Senhores Deputados GONZAGA MOTA para Presidente, e ANIVALDO VALE para Vice-Presidente da Comissão. Sem restrições dos presentes sobre as indicações, foram ambos eleitos por aclamação. Assumindo a Presidência, o Deputado GONZAGA MOTA designa o Senador VILSON KLEINUBING para relatar a matéria. Com a palavra, o Senhor Relator emite parecer favorável à Medida Provisória, rejeitando as Emendas apresentadas perante a Comissão. Posto em votação, é o Parecer APROVADO, com restrições do Senhor Senador HUMBERTO LUCENA e abstenção do Senhor Senador JOSÉ EDUARDO DUTRA. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerra a reunião, e para constar eu, Ivanilde Pereira Dias, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, e irá à publicação.

**COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E
EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA
Nº 1460, DE 23 DE MAIO DE 1996, QUE "DISPÕE
SOBRE MEDIDAS DE FORTALECIMENTO DO
SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS" (REEDIÇÃO DA MP 1412/96).**

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO (INSTALAÇÃO), REALIZADA EM 29 DE MAIO DE 1996.

Aos vinte e nove dias do mês de maio de mil novecentos e noventa e seis, às dezesseis horas, na sala número seis, Ala Senador Nilo Coelho, Senado Federal, reúne-se a Comissão Mista acima especificada, presentes os Senhores Senadores NEY SUASSUNA, BELLO PARGA, EDUARDO SUPILCY, NABOR JÚNIOR, FREITAS NETO, REGINA ASSUMPÇÃO e Deputados LUCIANO PIZZATTO, GONZAGA MOTA, BASÍLIO VILLANI, AIRTON XEREZ, ALDO REBELO, AUGUSTO CARVALHO, EDINHO BEZ, SÉRGIO AROUCA. Deixam de comparecer por motivos justificados os demais membros da Comissão. Havendo número regimental, e em obediência ao que preceitua o Regimento Comum do Congresso Nacional, assume a Presidência, eventualmente, o Senhor Deputado AYRTON XEREZ, que declara instalada a Comissão e, em seguida, passa a eleição da Mesa. Comunica que houve acordo de lideranças no tocante a indicação dos nomes dos Senhores Senador NEY SUASSUNA para Presidente, e Deputado BASÍLIO VILLANI para Vice-Presidente da Comissão. Sem restrições dos presentes sobre as indicações, foram ambos eleitos por aclamação. Assumindo a Presidência, o Senador NEY SUASSUNA designa o Deputado MANOEL CASTRO para relatar a matéria. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerra a reunião, e para constar eu, Ivanilde Pereira Dias, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação.

COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA N° 1.334/96, DE 12 DE MARÇO DE 1996, QUE "DISPÕE SOBRE A RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DE CONTROLADORES DE INSTITUIÇÕES SUBMETIDAS AOS REGIMES DE QUE TRATAM A LEI N° 6.024, DE 13 DE MARÇO DE 1974, E O DECRETO-LEI N° 2.321, DE 25 DE FEVEREIRO DE 1987; SOBRE A INDISPONIBILIDADE DE SEUS BENS; SOBRE A RESPONSABILIDADE DAS EMPRESAS DE AUDITORIA CONTÁBIL OU DOS AUDITORES CONTÁBEIS INDEPENDENTES; SOBRE PRIVATIZAÇÃO DE INSTITUIÇÕES CUJAS AÇÕES SEJAM DESAPROPRIADAS, NA FORMA DO DECRETO-LEI N° 2.321, DE 1987, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS" (REEDIÇÃO DA MP 1.294/96).

ATA DA SEGUNDA REUNIÃO (APRECIAÇÃO DO PARECER DO RELATOR), REALIZADA EM 26 DE MARÇO DE 1996.

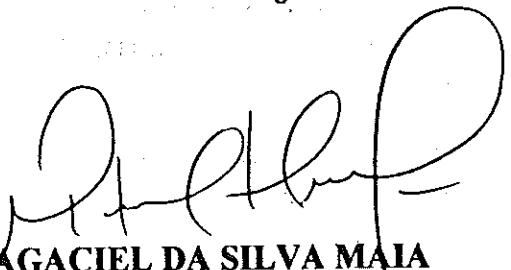
Aos vinte e seis dias do mês de março de mil novecentos e noventa e seis, às catorze horas e trinta minutos, na sala número quatro, Ala Senador Nilo Coelho, Senado Federal, reúne-se a Comissão Mista acima especificada, presentes os Senhores Senadores RAMEZ TEBET, VILSON KLEINUBING, HUGO NAPOLEÃO, JOSÉ ROBERTO ARRUDA, LUIZ ALBERTO OLIVEIRA, CASILDO MALDANER e Deputados GONZAGA MOTA, DELFIM NETTO, JOSÉ CARLOS ALELUIA e EDINHO BEZ. Deixam de comparecer por motivos justificados os demais membros da Comissão. Havendo número regimental, o Senhor Presidente da Comissão, Deputado GONZAGA MOTA, declara abertos os trabalhos, e, em seguida, passa a palavra ao Relator, Senador VILSON KLEINUBING, que emite parecer favorável à Medida Provisória, rejeitando as Emendas apresentadas perante a Comissão. Posto em votação, é o Parecer APROVADO por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerra a reunião, e para constar eu, Ivanilde Pereira Dias, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação.

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 721, DE 1996

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º., § 2º., do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº. 42, de 1993, e tendo em vista o constante no Processo nº 7155/96-4,

RESOLVE designar o servidor do CEGRAF, EVANDRO DE CARVALHO SOBRINHO, matrícula 1994, ocupante do cargo efetivo de Técnico de Indústria Gráfica Legislativa, para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-06, do Gabinete do Senador Edison Lobão, com efeitos financeiros a partir de 17 de maio de 1996.

Senado Federal, 05 de junho de 1996



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

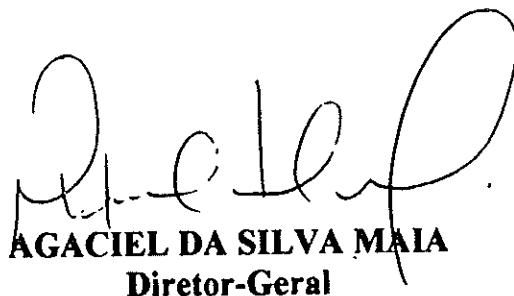
ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 722, DE 1996

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º., § 2º., do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº. 42, de 1993, e tendo em vista o constante no Processo nº 8029/96-2,

RESOLVE dispensar o servidor OÉDIO SILVEIRA DE SOUZA, matrícula 1169, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo - Área 7 -

Especialidade de Segurança, da Função Comissionada de Supervisor de Área, Símbolo FC-04, do Serviço de Segurança da Subsecretaria de Serviços Gerais, com efeitos financeiros a partir de 29 de maio de 1996, mantendo-o lotado no mesmo Órgão.

Senado Federal, 05 de junho de 1996



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 723, DE 1996**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º., § 2º., do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº. 42, de 1993, e tendo em vista o constante no Processo 7826/96.6, de interesse do Serviço de Protocolo Administrativo, da Secretaria Administrativa,

R E S O L V E designar o servidor WESLEY CARLOS MOHN, matrícula 3444, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, Área 2, Especialidade de Processo Legislativo, para exercer a função de Chefe da Seção de Controle e Recuperação de Informação, Símbolo FC-5, do Serviço de Protocolo Administrativo, durante os afastamentos ou impedimentos regulamentares do titular.

Senado Federal, 05 de junho de 1996



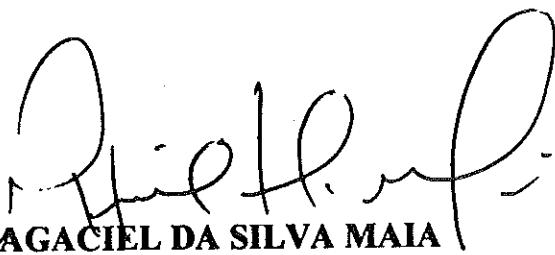
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 724, DE 1996

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º., § 2º., do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº. 42, de 1993,

RESOLVE revogar o Ato nº 622, de 1996, do Diretor-Geral.

Senado Federal, 05 de junho de 1996.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS CONGRESSISTAS
(Criado pela Lei nº 4.284/63)

PORTARIA N° 066/96

O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS CONGRESSISTAS - IPC, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E:

Dispensar o servidor ***DIONÍSIO RUBEN DE MACEDO***, Ponto nº 70.159, da função de Auxiliar Técnico, a partir desta data.

Brasília, 01 de junho de 1996


DEPUTADO HERÁCLITO FORTES
PRESIDENTE

<p>MESA</p> <p>Presidente José Samey – PMDB – AP</p> <p>1º Vice-Presidente Teotonio Vilela Filho – PSDB – AL</p> <p>2º Vice-Presidente Júlio Campos – PFL – MT</p> <p>1º Secretário Odacir Soares – PFL – RO</p> <p>2º Secretário Renan Calheiros – PMDB – AL</p> <p>3º Secretário Levy Dias – PPB – MS</p> <p>4º Secretário Ermandes Amorim – PMDB – RO</p> <p>Suplentes de Secretário</p> <p>Antônio Carlos Valadares – PSB – SE Eduardo Suplicy – PT – SP Ney Suassuna – PMDB – PB Emilia Femandes – PTB – RS</p> <p>CORREGEDORIA PARLAMENTAR</p> <p>Corregedor (Eleito em 16-3-95) Romeu Tuma – PSL – SP</p> <p>Corregedores – Substitutos (Eleitos em 16-3-95)</p> <p>1º Senador Ramez Tebet – PMDB – MS 2º Senador Joel de Holanda – PFL – PE 3º Senador Lúcio Alcântara – PSDB – CE</p> <p>PROCURADORIA PARLAMENTAR (Designação: 16 e 23-11-95) Nabor Júnior – PMDB – AC Waldeck Omelas – PFL – BA Emilia Femandes – PTB – RS José Ignácio Ferreira – PSDB – ES Lauro Campos – PT – DF</p>	<p>LIDERANÇA DO GOVERNO</p> <p>Líder Elcio Alvares – PFL – ES</p> <p>Vice-Líderes José Roberto Arruda – PSDB – DF Wilson Kleinübing – PFL – SC Ramez Tebet – PMDB – MS</p> <p>LIDERANÇA DO PMDB</p> <p>Líder Jáder Barbalho</p> <p>Vice-Líderes Ronaldo Cunha Lima Nabor Júnior Gerson Camata Carlos Bezerra Ney Suassuna Gilvam Borges Fernando Bezerra Gilberto Miranda</p> <p>LIDERANÇA DO PFL</p> <p>Líder Hugo Napoleão</p> <p>Vice-Líderes Edison Lobão Francelino Pereira Joel de Holanda Romero Jucá</p> <p>LIDERANÇA DO PSDB</p> <p>Líder Sérgio Machado</p> <p>Vice-Líderes Geraldo Melo José Ignácio Ferreira Lúdio Coelho</p>	<p>LIDERANÇA DO PPB</p> <p>Líder Epitacio Cafeteira</p> <p>Vice-Líder Esperidião Amin</p> <p>LIDERANÇA DO PT</p> <p>Líder José Eduardo Dutra</p> <p>Vice-Líder Benedita da Silva</p> <p>LIDERANÇA DO PTB</p> <p>Líder Valmir Campelo</p> <p>Vice-Líder</p> <p>LIDERANÇA DO PDT</p> <p>Líder Júnia Marise</p> <p>Vice-Líder Sebastião Rocha</p> <p>LIDERANÇA DO PSB</p> <p>Líder Ademir Andrade</p> <p>LIDERANÇA DO PPS</p> <p>Líder Roberto Freire</p> <p>LIDERANÇA DO PSL</p> <p>Líder Romeu Tuma</p>
--	---	--

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Eleito em 19.4.95)

Presidente: Casildo Maldaner - PMDB - SC

Vice-Presidente: José Alves - PFL - SE

(Eleitos em 28.2.96)

Titulares

PMDB

1. Casildo Maldaner
2. Ramez Tebet
3. Nabor Júnior
4. Ney Suassuna

PFL

1. Élcio Álvares
2. Francelino Pereira
3. Waldeck Ornelas
4. José Alves

1. Lúcio Alcântara

2. (vago)

1. Epitácio Cafeteira
2. Osmar Dias (PSDB)

1. Emilia Fernandes

1. Marina Silva

1. Darcy Ribeiro

Suplentes

1. Onofre Quinan
2. Gerson Camata
3. Flaviano Melo
4. Coutinho Jorge

1. José Agripino
2. Carlos Patrocínio
3. Vilson Kleinübing
4. José Bianco

PSDB

1. Jefferson Peres
2. José Ignácio Ferreira

PPB (ex-PPR + ex-PP)

1. Lucídio Portella
2. Antônio Carlos Valadares (PSB)

PTB

1. Arlindo Porto

PT

1. Lauro Campos

PDT

1. Sebastião Rocha

Membro Nato

Romeu Tuma (Corregedor)

SENADO FEDERAL
SECRETARIA LEGISLATIVA

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

Diretora: SÔNIA DE ANDRADE PEIXOTO
Ramais: 3490 - 3491 Fax: 1095

SERVIÇO DE COMISSÕES ESPECIAIS E DE INQUÉRITO

Chefe: LUIZ CLÁUDIO DE BRITO
Ramais: 3511 - 3514 Fax: 3606

Secretários: ADRIANA TAVARES SOBRAL (Ramal: 4252)
CARLOS GUILHERME FONSECA (Ramal: 3510)
FRANCISCO NAURIDES BARROS (Ramal: 3508)
MARCOS SANTOS PARENTE FILHO (Ramal: 3623)
MARTA HELENA PINTO F. PARENTE (Ramal: 3501)

SERVIÇO DE COMISSÕES MISTAS

Chefe: JOSÉ ROBERTO ASSUMPÇÃO CRUZ
Ramais: 3507 - 3520 Fax: 3512

Secretários: EDNALDO MAGALHÃES SIQUEIRA (Ramal: 3520)
IVANILDE PEREIRA DIAS (Ramal: 3503)
JOAQUIM BALDOÍNO DE B. NETO (Ramal: 4256)
MARIA DE FÁTIMA M. DE OLIVEIRA (Ramal: 4256)
SÉRGIO DA FONSECA BRAGA (Ramal: 3502)
WILL DE MOURA WANDERLEY (Ramal: 3509)

SERVIÇO DE COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: FRANCISCO GUILHERME THEES RIBEIRO
Ramais: 4638 - 3492 Fax: 4573

Secretários: ANTONIO CARLOS P. FONSECA (Ramal: 4604)
CELSO ANTONY PARENTE (Ramal: 4607)
DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO (Ramal: 4605)
IZAIAS FARIA DE ABREU (Ramal: 3935)
PAULO ROBERTO A. CAMPOS (Ramal: 3496)
RAIMUNDO FRANCO DINIZ (Ramal: 4608)
VERA LÚCIA LACERDA NUNES (Ramal: 4609)

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

PRESIDENTE: SENADOR GILBERTO MIRANDA

VICE-PRESIDENTE: SENADOR PEDRO PIVA

(27 TITULARES E 27 SUPLENTES)

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
GILVAN BORGES	AP-2151/52
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05
NEY SUASSUNA	PB-1145/1245
ONOFRE QUINAN	GO-3148/49
CARLOS BEZERRA	MT-2291/92
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/62
RAMEZ TEBET	MS-2221/22
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78
1-MARLUCE PINTO	RR-1101/1201
2-MAURO MIRANDA	GO-2091/92
3-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/07
4-RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/22
5-PEDRO SIMON	RS-3230/31
6-CASILDO MALDANER	SC-2141/42
7-GERSON CAMATA	ES-3203/04
8-JADER BARBALHO	PA-3051/53
PFL	
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/97
VILSON KLEINÜBING	SC-2041/42
JONAS PINHEIRO	MT-2271/72
BELLO PARGA	MA-3069/70
FREITAS NETO	PI-2131/32
JOÃO ROCHA	TO-4070/71
CARLOS PATROCÍNIO *1	TO-4068/69
1-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98
2-JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74
3-WALDECK ORNELAS	BA-2211/12
4-ROMERO JUÇÁ	RR-2111/12
5-JOSÉ BIANCO	RO-2231/32
6-ELCIO ALVARES	ES-3130/31
7-HUGO NAPOLEÃO	PI- 1504/05
PSDB	
BENI VERAS	CE-3242/43
JEFFERSON PERES	AM-2061/62
PEDRO PIVA	SP-2351/52
GERALDO MELO	RN-2371/72
OSMAR DIAS	PR-2121/22
1-LÚDIO COELHO	MS-2381/82
2-SÉRGIO MACHADO	CE-2281/82
3-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
4-JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12
5-COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
PPB	
ESPERIDIÃO AMIN	SC-4200/06
JOSÉ BONIFÁCIO	TO-2071/72
1-EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74
2-LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/56
PT	
LAURO CAMPOS	DF-2341/42
EDUARDO SUPLICY	SP-3213/15
1- JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/92
2- VAGO	
PTB	
VALMIR CAMPELO	DF-1046/1146
	1-JOSÉ EDUARDO A. VIEIRA
	PR-4059/60
PDT	
JÚNIA MARISE	MG-4751/52
	1-SEBASTIÃO ROCHA
	AP-2244/46
PSB	
ADEMIR ANDRADE	PA-2101/02
	1-ANTONIO C. VALADARES
	SE-2201/04

*1 - o Senador encontra-se licenciado.

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
 SECRETÁRIO: DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO
 TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3516/4605

SALA N° 19 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
 TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3255
 FAX: 311-4344

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

PRESIDENTE: SENADOR BENI VERAS
 VICE-PRESIDENTE: SENADOR CARLOS WILSON
 (29 TITULARES E 29 SUPLENTES)

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
CARLOS BEZERRA	MT- 2291/97
GILVAN BORGES	AP-2151/57
JOÃO FRANÇA	RR-3067/68
CASILDO MALDANER	SC-2141/47
RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/27
MAURO MIRANDA	GO-2091/97
MARLUCE PINTO	RR-1101/1201
VAGO	
VAGO	
PFL	
ROMERO JUCÁ	RR-2111/17
JONAS PINHEIRO	MT-2271/77
FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12
JOSÉ ALVES	SE-4055/57
BELLO PARGA	MA-3069/72
WALDECK ORNELAS	BA-2211/17
EDISON LOBÃO	MA-2311/17
VAGO	
PSDB	
BENI VERAS	CE-3242/43
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07
CARLOS WILSON	PE-2451/57
OSMAR DIAS	PR-2121/22
COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
PPB	
LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/57
JOSÉ BONIFÁCIO	TO-2071/77
PT	
MARINA SILVA	AC-2181/87
BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/77
PTB	
VALMIR CAMPELO	DF-1248/1348
PDT	
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/31
PSB	
ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04
	1-VAGO

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se faz necessária a seguinte alteração:

1 - PMDB: falta indicar 1 titular e 1 suplente

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.
 SECRETÁRIO: RAYMUNDO FRANCO DINIZ
 FONES DA SECRETARIA: 311- 4608/3515

SALA N° 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
 TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3359
 FAX: 311-3652

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ
 PRESIDENTE: SENADOR IRIS REZENDE
 VICE-PRESIDENTE: SENADOR LÚCIO ALCÂNTARA
 (23 TITULARES E 23 SUPLENTES)

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
IRIS REZENDE	1- VAGO
RONALDO CUNHA LIMA	2-PEDRO SIMON
ROBERTO REQUIÃO	3-GILVAN BORGES
JOSÉ FOGAÇA	4-CARLOS BEZERRA
RAMEZ TEBET	5-GILBERTO MIRANDA
JADER BARBALHO	6-CASILDO MALDANER
NEY SUASSUNA	7-VAGO
PFL	
GUILHERME PALMEIRA	1-ELCIO ALVARES
EDISON LOBÃO	2-CARLOS PATROCÍNIO *1
JOSÉ BIANCO	3-ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES
BERNARDO CABRAL	4-HUGO NAPOLEÃO
FRANCELINO PEREIRA	5-JOSÉ AGRIPINO
JOSAPHAT MARINHO	6-FREITAS NETO
PSDB	
JOSE IGNÁCIO FERREIRA	1-BENI VERAS
LÚCIO ALCÂNTARA	2-ARTUR DA TÁVOLA
JEFFERSON PERES	3-PEDRO PIVA
SÉRGIO MACHADO	4-VAGO
PPB	
ESPERIDIÃO AMIN	1-EPITÁCIO CAFETEIRA
PT	
JOSÉ EDUARDO DUTRA	1-BENEDITA DA SILVA
PTB	
REGINA ASSUMPÇÃO	1-JOSÉ EDUADRO A. VIEIRA
PDT	
DARCY RIBEIRO	1-JÚNIA MARISE
PSB	
ANTONIO C. VALADARES	1-ADEMIR ANDRADE
PPS / PSL	
ROBERTO FREIRE	1- VAGO
ROMEU TUMA *2	SP-2051/57

*1 - O Senador encontra-se licenciado

*2 - Os Senadores ROBERTO FREIRE e ROMEU TUMA Indicaram-se para a mesma vaga, conforme Of. 105/96-SF/GSRFRE e o Of. 099/96-GSTR

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se faz necessária a seguinte alteração:

1 - PMDB: falta indicar 1 suplente

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
SECRETÁRIA: VERA LÚCIA LACERDA NUNES
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3972/4612

SALA N° 03 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3541
FAX: 311- 4315

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
 PRESIDENTE: SENADOR ROBERTO REQUIÃO
 VICE-PRESIDENTE: SENADORA EMÍLIA FERNANDES
 (27 TITULARES E 27 SUPLENTES)

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78
IRIS REZENDE	GO-2031/32
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02
GERSON CAMATA	ES-3203/04
JADER BARBALHO	PA-2441/42
JOÃO FRANÇA	RR-3067/68
MARLUCE PINTO	RR-1101/1201
VAGO	8-VAGO
PFL	
JOÃO ROCHA	TO-4070/71
WALDECK ORNELAS	BA-2211/12
FREITAS NETO	PI-3131/37
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98
JOSÉ BIANCO	RO-2231/32
ELCIO ALVARES	ES-3130/32
JONAS PINHEIRO	MT-2271/77
PSDB	
ARTHUR DA TÁVOLA	RJ-2431/32
CARLOS WILSON	PE-2451/57
SÉRGIO MACHADO	CE-2281/82
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12
COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
PPB	
EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74
LÚCÍDIO PORTELLA	PI-3055/56
PT	
MARINA SILVA	AC-2181/82
LAURO CAMPOS	DF-2341/42
PTB	
EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/32
PDT	
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/30
PSB	
VAGO	1-VAGO

*1 - ROBERTO FREIRE (PPS) - vaga cedida pelo PT

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se fazem necessárias as seguintes alterações:

- 1 - PMDB: falta indicar 1 titular e 1 suplente
 2 - PSB: falta indicar 1 titular e 1 suplente

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.
 SECRETÁRIO: ANTÔNIO CARLOS P. FONSECA
 TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604

SALA N° 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
 TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276
 FAX: 311-3121

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC

PRESIDENTE: SENADOR EDISON LOBÃO

VICE-PRESIDENTE: SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES
(17 TITULARES E 09 SUPLENTES)

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
RAMEZ TEBET	MS-2222/23
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05
FLAVIANO MELO	AC-3493/94
HUMBERTO LUCENA	PB-3139/40
JADER BARBALHO	PA-2441/42
PFL	
JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74
CARLOS PATROCÍNIO *1	TO-4068/69
JOSÉ ALVES	SE-4055/56
EDISON LOBÃO	MA-2311/12
PSDB	
CARLOS WILSON	PE-2451/52
SÉRGIO MACHADO	CE-2281/85
COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
PPB	
EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74
PT	
EDUARDO SUPLICY	SP-3215/16
PTB	
JOSÉ EDUARDO A. VIEIRA	PR-4059/60
PDT	
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/30
PSB / PPS	
ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04

*1 - o Senador encontra-se licenciado.

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se faz necessária a seguinte alteração:

1 - PMDB: falta indicar 1 suplente

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:30 HORAS
SECRETÁRIO: IZAIAS FARIA DE ABREU
TELEFONES DA SECRETARIA: 3935 / 3519SALA N° 06 ALA SENADOR NILO COELHO
TEL. SALA DE REUNIÃO: 311-3254
FAX: 311-1060

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ AGRIPINO MAIA
 VICE-PRESIDENTE: SENADORA REGINA ASSUMPÇÃO
 (23 TITULARES E 23 SUPLENTES)

TITULARES**SUPLENTES****PMDB**

NABOR JUNIOR	AC-1478/1378	1-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/2407
MAURO MIRANDA	GO-2091/2097	2-NEY SUASSUNA	PB-4345/4346
ONOFRE QUINAN	GO-3148/3150	2-VAGO	
GERSON CAMATA	ES-3203/ 3204	4-GILBERTO MIRANDA	AM-3104/3106
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/2467	5-CARLOS BEZERRA	MT-2291/2297
MARLUCE PINTO	RR-1101/1201	6-VAGO	
VAGO		7-VAGO	

PFL

HUGO NAPOLEÃO	PI-3085/3086	1-CARLOS PATROCÍNIO *1	TO-4068/4069
JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/2367	2-JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/3174
ROMERO JUCÁ	RR-2111/2117	3-JONAS PINHEIRO	MT-2271/2277
VILSON KLEINUBING	SC-2041/2047	4-GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/3247
ELCIO ALVARES	ES-3130/3132	5-WALDECK ORNELAS	BA-2211/2217
JOEL HOLLANDA	PE-3197/3199	6-JOSÉ ALVES	SE-4055/4057

PSDB

JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/2027	1-GERALDO MELO	RN-2371/2377
LÚDIO COELHO	MS-2381/2387	2-CARLOS WILSON	PE-2451/2457
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/2012	3-COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
PEDRO PIVA	SP-2351/2353	4-OSMAR DIAS	PR-2121/2127

PPB

LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/3057	1-JOSÉ BONIFÁCIO	TO-2071/2077
------------------	--------------	------------------	--------------

PDT

SEBASTIÃO ROCHA	AP-2241/2247	1-DARCY RIBEIRO	RJ-4229/4231
-----------------	--------------	-----------------	--------------

PTB

REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/2321	1-JOSÉ EDUARDO A. VIEIRA	PR-4059/60
------------------	--------------	--------------------------	------------

PT

JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/2397	1-MARINA SILVA	AC-2181/2187
--------------------	--------------	----------------	--------------

PSB

ADEMIR ANDRADE	PA-2101/2107	1-VAGO	
----------------	--------------	--------	--

PPS / PSL

ROBERTO FREIRE	PE-2161/2162	1-ROMEU TUMA	SP-2051/2057
----------------	--------------	--------------	--------------

*1 - o Senador encontra-se licenciado.

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se fazem necessárias as seguintes alterações:

1 - PMDB: falta indicar 1 titular e 1 suplente

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.
 SECRETÁRIO: CELSO PARENTE
 TEL. DA SECRETARIA: 311-4354/4607

SALA N° 13 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
 TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311- 3292 (FAX)
 FAX: 311-3286

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

PRESIDENTE: SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

VICE-PRESIDENTE: SENADOR BERNARDO CABRAL

(19 TITULARES E 19 SUPLENTES)

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
RAMEZ TEBET	MS-2222/23
FLAVIANO MELO	AC-3493/94
CASILDO MALDANER	SC-2141/47
PEDRO SIMON	RS-3230/31
HUMBERTO LUCENA	PB-3139/41
ROMEU TUMA *1	SP-2051/57
1-MARLUCE PINTO	RR-1101/4062
2-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67
3-RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/27
4-GERSON CAMATA	ES-3203/04
5-IRIS REZENDE	GO-2031/37
6-RAMEZ TEBET	MS-2221/22
PFL	
GUILHERME PALMEIRA	ÁL-3245/47
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/97
HUGO NAPOLEÃO	PI-3085/86
JOSÉ AGRIPIÑO	RN-2361/67
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87
1-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/99
2-BELLO PARGA	MA-3069/72
3-JOÃO ROCHA	TO-4071/72
4-JOSÉ ALVES	SE-4055/57
5-VILSON KLEINÜBING	SC-2041/47
PSDB	
GERALDO MELO	RN-2371/77
ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/36
LÚDIO COELHO	MS-2381/87
1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/27
2-CARLOS WILSON	PE-2451/57
3-PEDRO PIVA	SP-2351/53
PPB	
EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74
	1-JOSÉ BONIFÁCIO
	TO-3055/57
PT	
BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/77
	1-MARINA SILVA
	AC-2181/87
PTB	
EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/34
	1-VALMIR CAMPELO
	DF-12/1348
PDT	
SEBASTIÃO ROCHA	AP-2241/47
	1-DARCY RIBEIRO
	RJ-3188/89
PSB / PPS	
ADEMIR ANDRADE	PA-2101/02
	ANTONIO C. VALADARES
	SE-2201/04

*1 - ROMEU TUMA (PSL) - vaga cedida pelo PMDB

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se faz necessária a seguinte alteração:

1 - PMDB: falta indicar 1 titular

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
SECRETÁRIO: PAULO ROBERTO A. CAMPOS
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3259/3496SALA N° 07 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3367
FAX: 311-3546

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

(SEÇÃO BRASILEIRA)

(Designada em 25-4-95)

Presidente: Deputado PAULO BORNHAUSEN

Vice-Presidente: Senador CASILDO MALDANER

Secretário-Geral: Senador LÚDIO COELHO

Secretário-Geral Adjunto: Deputado ROGÉRIO SILVA

SENADORES

Titulares	Suplentes
PMDB	Marluce Pinto ¹ Roberto Requião
PFL	Joel de Hollanda Júlio Campos
PSDB	Geraldo Melo
PPB	
PTB	

Osmar Dias²

PP

PT

Benedita da Silva
Eduardo Suplicy
Lauro Campos

DEPUTADOS

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar PFL/PTB	
Luciano Pizzatto	Antônio Ueno
Paulo Bornhausen	José Carlos Vieira
PMDB	
Paulo Ritzel	Elias Abrahão
Valdir Colatto	Rivaldo Macari
PSDB	
Franco Montoro	Yeda Crusius
PPB	
Fetter Júnior ³ ⁴	João Pizzolatti
PP	
Dilceu Sperafico	Augustinho Freitas
PT	
Miguel Rossetto	Luiz Mainardi

1. Pedro Simon substituído por Marluce Pinto, em 2-10-95.

2. Filiado ao PSDB em 22-6-95.

3. Rogério Silva substituído por Júlio Redecker, em 31-5-95

4. Júlio Redecker substituído por Fetter Júnior, em 1º-2-96

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

nº 128 · abril/junho - 1995

Leia neste número:

Uma visão crítica do Direito – André Franco Montoro

Processo orçamentário federal: problemas, causas e indicativos de solução – Osvaldo Maldonado Sanches

Expropriação dos bens utilizados para fins de tráfico ilícito de entorpecentes – Edilson Pereira Nobre Júnior

Ministério Público do Trabalho: prerrogativas do ofício são comunicáveis à sua atuação como parte? –

José Pitas

Barreira legal nos sistemas eleitorais proporcionais – Ricardo Rodrigues

A imunidade dos fundos de pensão e o mercado de capitais – Arnold Wald

Pena sem prisão: prestação de serviços à comunidade – Fernando da Costa Tourinho Neto

O recurso especial e as decisões interlocutórias desafiadoras por agravio de instrumento – Demócrito

Ramos Reinaldo

Consulta e parecer – René Ariel Dotti

A exoneração tributária dos aposentados e pensionistas – Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho

Evolução do Direito Constitucional brasileiro e o controle de constitucionalidade da lei – Gilmar Ferreira Mendes

Considerações acerca da constitucionalidade na expedição de medidas provisórias versando matéria orçamentária pública (Nota técnica nº 1/95) – Robison Gonçalves de Castro

Requisitos para Ministro e Conselheiro de Tribunal de Contas – Jorge Ulisses Jacoby Fenandes

Os princípios informadores do contrato de compra e venda internacional na Convenção de Viena de 1980 – Judith Martins-Costa

A defesa da concorrência no Mercosul – José Matias Pereira

Ônus sucumbenciais. Situações controvertidas. – Élio Wanderley de Siqueira Filho

Das Disposições Constitucionais Transitórias (uma redução teórica) – Ivo Dantas

Notas sobre a exegese do artigo 102, I, n, da Constituição Federal – Antônio Vital Ramos de Vasconcelos

O civilista Arnoldo Wald – Fernando Whitaker da Cunha

Derecho penal como tecnologia social (Notas sobre las contradicciones del sistema penal) – Juan Marcos Rivero Sanchez

Da codificação à lei civil brasileira – Fernando Braga

O direito eleitoral português – Jorge Miranda

Licitação: pontos polêmicos – Toshio Mukai

A intervenção do Estado brasileiro e a política oligárquica na república velha – Maria Elizabeth Guimaraes Teixeira Rocha

Biblioteca e constituição – Sueli Angelica do Amaral

O princípio da responsabilidade objetiva do Estado e a teoria do risco administrativo – Héleno Taveira Torres

A legitimação do Parlamento para função fiscal – Iris Elicete Teixeira Neves de Pinho Tavares

Liderança: uma nova visão – Tânia Mara Botelho

Agamemnon Magalhães. O estadista do social, o administrador, o pensamento político – Jarbas Maranhão

Da Jurisprudência como ciência comprensiva. A dialética do compreender mediante o interpretar – Miracy Barbosa de Sousa Gustin

ASSINATURA DA REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

Números 125 a 128: R\$ 50,00

Os pedidos deverão ser acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à agência APT-Senado. Neste valor já estão incluídos os preços postais referentes à remessa através da ECT.

Nome:

Endereço:

Cidade: UF: Telefone: Fax: Telex:

Data: Assinatura:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA
nº 127 · julho/setembro - 1995

Leia neste número:

- Direitos e garantias fundamentais - Josaphat Marinho
A introdução da Lex Mercatoria no Brasil e a criação de uma nova dogmática - Arnoldo Wald
Justiça Militar: por que sim e por que não? Competência - Álvaro Lazzarini
A Constituição e a educação brasileira - Edvaldo M. Boaventura
A função judicante do Poder Legislativo no Brasil - Paulo Lopo Saraiva
Direito à moradia - Sérgio Sérvelo da Cunha
Dos efeitos da falência decretada no estrangeiro - Edilson Pereira Nobre Júnior
Apropriação indébita em matéria tributária - Carlos Alberto da Costa Dias
A incidência da Cofins sobre o faturamento de empresas de incorporação de venda de imóveis - Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho
A união estável e a Lei nº 8.971, de 29 de dezembro de 1994 - Otto Eduardo Vizeu Gil
Defesa de direitos coletivos e defesa coletiva de direitos - Teori Albino Zavascki
Revisão do decênio da Reforma Penal (1985-1995). Considerações sobre a "Execução Provisória da Sentença Penal" - Maurício Kuehne
A contribuição da Justiça Eleitoral para o aperfeiçoamento da democracia - José Augusto Delgado
Uma leitura jurídica da prostituição infantil - Josiane Rose Petry Veronese
Contratação direta: dispensa de licitação com base no art. 24, inc. VIII, da Lei nº 8.666/93 - Jorge Ulisses J. Fernandes
Empresa agrária e estabelecimento agrário - Fábio Maria de Mattia
Neoliberalismo e desadministrativização - Gladston Mamede
Prestação de contas - Instrumento de transparência da Administração - Flávio Sátiro Fernandes
Regimes de concorrência e políticas de concorrência na América Latina: o caso do Mercosul - José Matias Pereira
A evolução jurisprudencial dos sistemas regionais internacionais de proteção aos direitos humanos - Jete Jane Fiorati
Contribuições sociais: a certidão positiva de débito com efeito de negativa em face do § 3º do art. 195 da Constituição Federal - Fabiana de Menezes Soares
Invalidez "ex officio" dos atos administrativos pelo Juiz - José Américo A. Costa
A discricionariedade administrativa e o controle judicial de seus limites - Amandino Teixeira Nunes Júnior
O contrato com cláusula de risco para exploração de petróleo no Brasil - Thadeu Andrade da Cunha
A Corte Internacional de Justiça e o caso Estados Unidos - Nicarágua - Fredys Orlando Soto
Lei sobre o Tribunal Constitucional Federal Alemão. (Lei do Tribunal Constitucional Federal) - Luis Afonso Heck
IX Congresso Latino-Americano de Direito Romano (Jalapa-México). Romanismo e indigenismo dos juristas latino-americanos - Sílvio Meira
A Responsabilidade do Estado-Juiz - Rogério Marinho Leite Chaves
Da correção monetária dos débitos judiciais trabalhistas - José Pitas

ASSINATURA DA REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGILATIVA

Números 125 a 128: R\$ 50,00

Os pedidos deverão ser acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à agência APT-Senado. Neste valor já estão incluídos os preços postais referentes à remessa através da ECT.

Nome:

Endereço:

Cidade: UF: Telefone: Fax: Telex:

Data: Assinatura:

REGIMENTO INTERNO – SENADO FEDERAL (R\$ 10,00)

Edição especial de 1995.

Resolução nº 93, de 1970. Texto consolidado, com as alterações adotadas pelas Resoluções nºs 51, 58 e 63, de 1989, e 1, 9, 17 e 52, de 1990.

REGIMENTO COMUM (CONGRESSO NACIONAL) (R\$ 5,00)

Edição de 1995.

Resolução nº 1/70 CN com alterações posteriores.

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA N°s 1, 10, 12, 17, 22, 82 A 84, 88 A 108, 110 A 127. (R\$ 12,50 o volume)

Publicação trimestral de artigos jurídicos e técnico-legislativos com circulação ininterrupta desde 1964.

SENADO & CONGRESSO (R\$ 5,00)

Edição de 1995.

Proposições Legislativas, Tramitação, 1995.

Outros títulos

ESTUDOS DA INTEGRAÇÃO (R\$ 5,00 o volume)

1º Volume: Defesa da concorrência no Mercosul – Professor Werter Faria; *2º Volume:* A Defesa contra as práticas desleais na Europa – Um exemplo a seguir? – Professor Werter Faria; *3º Volume:* O regime comum de origem no Mercosul; *4º Volume:* ZPEs brasileiras – A necessidade de mudanças no contexto do Mercosul; *5º Volume:* Disciplina da concorrência de controle das concentrações de empresas no Mercosul; *6º Volume:* Os efeitos do artigo 98 do Código Tributário Nacional e o Processo de Integração do Mercosul; *7º Volume:* O estabelecimento de uma política comum de proteção do meio ambiente – sua necessidade num mercado comum; *8º Volume:* Harmonização Legislativa no Mercosul.

LEI DE EXECUÇÃO PENAL E LEGISLAÇÃO CORRELATA (R\$ 10,00)

Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984. Código Penal e Código de Processo Penal. Lei das Contravenções Penais, de Prevenção e Repressão ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes e sobre Crimes Hediondos. Resoluções da ONU sobre prevenção do delito e tratamento dos reclusos.

OBRA SOCIAL E POLÍTICA DE ALBERTO PASQUALINI (R\$ 25,00)

Edição de 1994. 4 volumes.

LEGISLAÇÃO ELEITORAL E PARTIDÁRIA (R\$ 12,00)

10ª edição atualizada, 1994.

Código Eleitoral. Lei de Inelegibilidade. Lei Orgânica dos Partidos Políticos. Eleições de 1994. Legislação correlata. Calendário eleitoral.

Pedidos à

Subsecretaria de Edições Técnicas – Senado Federal. Praça dos Três Poderes, Via N-2, Unidade de Apoio III. CEP 70165-900. Brasília-DF. Telefones: (061) 311-4258 e 321-7333. Telex: (061) 1357

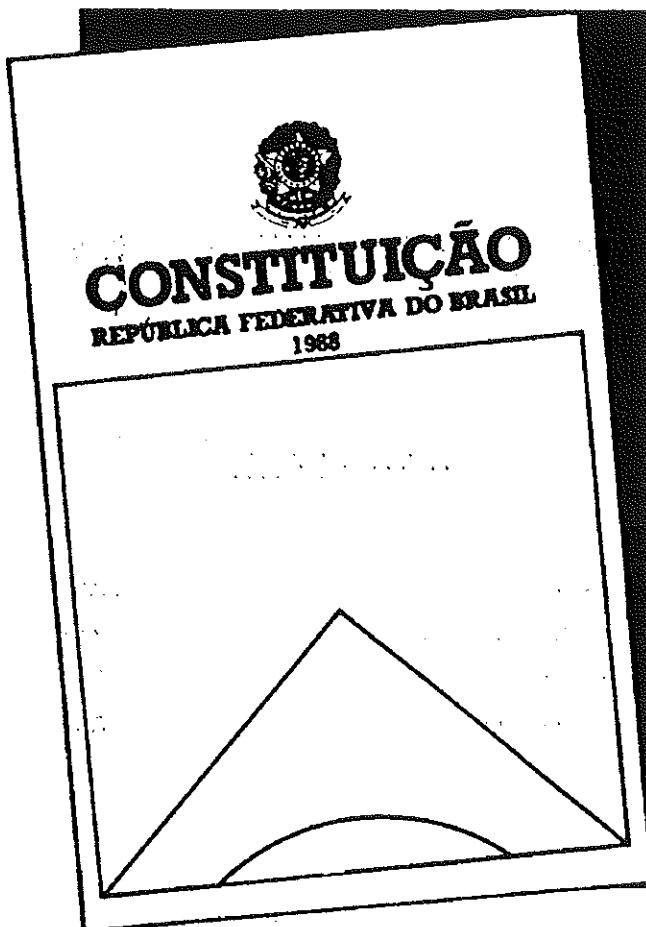
Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal

COMPACT DISK
CD/ROM

- Normas Jurídicas de hierarquia superior (leis, decretos, decretos-leis etc.) com base no Banco de Dados "NJUT – Normas Jurídicas", de forma referencial contendo texto integral da Constituição, disponível no Sistema de Informação do Congresso Nacional – SICON, do Prodasen.
- O acervo inclui, além de 3.988 documentos anteriores a 1946, dados informativos da legislação posterior àquele ano provenientes das seguintes fontes:
 - Diário Oficial da União (a partir de 1808)
 - Diário Oficial da União (acervo micrográfico do período 1930/1954)
 - Diário do Congresso I – Câmara (a partir de 1888)
 - Diário do Congresso II – Senado (a partir de 1888)
 - Diário da Justiça (a partir de 1925)
- Trimestralmente será editada uma nova versão do CD-ROM NJUT com dados atualizados.
- O pedido deverá ser acompanhado de depósito bancário a ser realizado na Caixa Econômica Federal em nome da FUNDASEN, agência 0005, operação 006, conta nº 950.056-8.

Valor unitário: R\$ 65,00
Despesas postais: R\$ 5,00

**Subsecretaria de Edições Técnicas
do Senado Federal**



**CONSTITUIÇÃO FEDERAL ATUALIZADA COM TODAS AS MUDANÇAS EFETUADAS
DESDE A SUA ELABORAÇÃO EM 1988, INCLUÍDAS, INCLUSIVE, TODAS AS
EMENDAS CONSTITUCIONAIS DE REVISÃO.**

Os pedidos à
Subsecretaria de Edições Técnicas — Senado Federal
Praça dos Três Poderes, Anexo 1, 22.º andar — 70165-900 — Brasília — DF

Telefones: (061) 311-3578, 3579 e 3589
Fax: (061) 311-4258 e 321-7333 — Telex: (061) 1357

Central de venda direta ao usuário:
Via N-2, Unidade de Apoio 1 (fundos do CEGRAF, pelo estacionamento à
esquerda)

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

PREÇO DE ASSINATURA

SEMESTRAL

Assinatura s/ o porte.....	R\$ 31,00
Porte do Correio	<u>R\$ 96,60</u>
Assinatura c/porte	R\$ 127,60 (cada)
Valor do número avulso	R\$ 0,30

Os pedidos devem ser acompanhados de cheque pagável em Brasília, Nota de Empenho ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal – Agência 1386 – PAB-CEGRAF, conta corrente nº 920001-2 e/ou pelo Banco do Brasil – Agência 0452-9 – CENTRAL, conta corrente nº 55560204/4, a favor do

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Praça dos Três Poderes – Brasília – DF
CEP: 70160-900

Maiores informações pelos Telefones (061) 311-3738 e 311-3728 na Supervisão de Assinaturas e Distribuição de Publicações – Coordenação de Atendimento ao Usuário.



EDIÇÃO DE HOJE: 120 PÁGINAS